

CADERNOS *naui*

---

**CADERNOS NAUI - Núcleo de Pesquisa Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).**



**Universidade Federal de Santa Catarina**

**Reitor(a):** Irineu Manuel de Souza

**Diretor(a) do Centro de Filosofia e Ciências Humanas:** Prof. Dr. Alex Degan

**Coordenador(a) do PPGAS:** Prof. Dra. Viviane Vedana

**Editora Chefe:** Alicia Norma González de Castells (NAUI-UFSC);

**Editores:** Caetano Sordi (NAUI/UFSC); Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC); Paola Luciana Rodriguez Peciar (NAUI/UFSC); Simone Lira da Silva (UNILA); Vladimir Fernando Stello (IPHAN/UNISUL)

**Editores do dossiê:** Ana Cristina Rodrigues Guimarães (NAUI/UFSC); Alejandro Omar Balazote Oliver (UBA – Argentina); Patrícia Martins (IFPR)

**Comissão editorial:** Ana Cristina Rodrigues Guimarães (NAUI/UFSC); Camila Sissa Antunes (UDESC); Dagoberto Bordin (NAUI/UFSC); Fabricio Rocha da Silva (IFSC); João Paulo Schwerz (NAUI/UFSC); Mariela Felisbino da Silveira (NAUI/UFSC); Nauíra Zanardo Zanin (UFFS); Paola Luciana Rodriguez Peciar (NAUI/UFSC); Patrícia Martins (IFPR); Rafael de Oliveira Rodrigues (UFAL); Simone Lira da Silva (UNILA); Vladimir Fernando Stello (IPHAN/UNISUL)

**Diagramação e Formatação:** Moema Cristina Parode (Ms. Pós Arq./UFSC); Nina Acacio (Ms. PPGAS/UFSC); Artur Hugo da Rosa (Ms. Pós Arq./UFSC)

**Imagem de capa:** Ananias de Assis Godoy Filho, Vera Lucia Tiekko Suguihiro e Alicia Norma González de Castells (NAUI-UFSC)

**Comissão de divulgação:** Artur Hugo da Rosa (Ms. Pós Arq./UFSC); Mariela Felisbino da Silveira (NAUI/UFSC); Nina Acacio (Mestranda PPGAS/UFSC); Patrícia Martins (IFPR; NAUI/UFSC).

---

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Publicação indexada em:

DOAJ - Directory of Open Access Journals

GOOGLE ACADÊMICO

SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

Toda correspondência deve ser dirigida ao correio eletrônico do CADERNOS NAUI

e-mail: [cadernosnaui@gmail.com](mailto:cadernosnaui@gmail.com)



Esta obra está licenciada  
conforme Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional

# Editorial

---

Prezados Leitores,

Apresentamos mais um número da revista eletrônica criada e editada pelo Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI), do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), publicação semestral que reúne artigos inéditos, resenhas, traduções, entrevistas, dossiês temáticos e ensaios fotográficos. Cadernos NAUI nasce do desejo de compartilhar pesquisas e reflexões sobre antropologia urbana, patrimônio cultural e memória, a partir de uma visão integrada do fenômeno social e das relações de diversos atores sociais.

Neste número, apresentamos o dossiê temático “Patrimônio em tempos de crise”, organizado por Ana Cristina Rodrigues Guimarães, Alejandro Balazote Olivier e Patrícia Martins. Propõe como tema central refletir para esse caráter de crise voltada ao campo dos patrimônios culturais, sobre a historicidade das formas conceituais e metodológicas, investigando os critérios que balizaram as condições de emergência dos patrimônios culturais, assim como seus atuais (possíveis) esgotamento e crise.

Dando continuidade ao dossiê temático, publicamos três textos avulsos. O artigo intitulado “URBANIDADE: Aproximações teóricas em Arquitetura e Urbanismo e Antropologia Urbana”. Nele, se defende a urbanidade como uma dimensão inalienável da cidadania, a ser considerada nos projetos, tanto quanto outros parâmetros mensuráveis. A análise permite concluir que as teorias, métodos e técnicas da Antropologia Urbana podem trazer contribuições valiosas para as pesquisas em A&U. O artigo “Preservação e vitalidade urbana: habitação no centro fundacional de Florianópolis/SC” objetiva analisar as relações entre vitalidade urbana e habitação no centro histórico de Florianópolis. Revelando a ausência expressiva de habitação na área, que resulta na desertificação em horários não comerciais, afetando as condições de vitalidade preexistentes. Por fim, “Um ensaio sobre a ordem, a identidade e o sonho”, nele se propõe identificar espaços da ordem em disputa no Centro Histórico de Florianópolis e analisar criticamente qual a relação desse patrimônio material com discursos de poder que objetivam uma nova identidade para o Centro.

Agradecemos aos organizadores do dossiê e a todos os autores e pareceristas que contribuíram com nossa revista. Esperamos que esta publicação estimule a todos para a

produção de novos materiais que possam tornar o Cadernos NAUI cada vez mais uma referência na bibliografia sobre patrimônio cultural e dinâmicas urbanas.

Desejamos boa leitura a todos!

Os editores.

## Sumário

---

### Dossiê: Patrimônio em tempos de crise

#### Apresentação

*Patrícia Martins; Ana Cristina Rodrigues Guimarães; Alejandro Balazote Olivier*

Dos direitos culturais aos direitos epistêmicos: Reflexões a partir de conflitos entre saber biocientífico e patrimônio imaterial 11  
*Caetano Sordi*

Patrimônio cultural no Antropoceno: Valorização do modo de vida dos caboclos catarinenses 32  
*Lilian Louise Fabre Santos; Briana Bombana; Soraya Nó*

Notas sobre o (quase) fechamento de um museu: patrimônio cultural em cenários cambiantes no Brasil 53  
*Leonardo Leal Esteves*

Os movimentos sociais urbanos pela patrimonialização no Brasil 74  
*Natane Rincon Azevedo*

Las comunidades rurales frente al turismo en el noroeste de Córdoba (Argentina) 97  
*Magali Luciana Paz*

Boca Negra e a Cidade Sorriso:  
Giras, gingas e beats do patrimônio cultural afro-brasileiro em periferias da capital paranaense 119  
*Janaina dos Santos Moscal*

Reseña: Rethinking Heritage in Precarious Times 139  
*Melina Yuln*

#### Artigos livres

---

Urbanidade: Aproximações teóricas em Arquitetura e Urbanismo e Antropologia Urbana 143  
*Ananias de Assis Godoy Filho; Vera Lucia Tieko Suguihiro; Alicia Norma González de Castells*

Preservação e vitalidade urbana: Habitação no centro histórico de Florianópolis/SC <i>Ernestina Rita Meira Engel; Almir Francisco Reis</i>	168
De “Ilha da Magia” à “Ilha do Silício”: Patrimônio e narrativas em conflito no Centro Histórico de Florianópolis <i>Alexandre José Krause</i>	184

## Patrimônio em tempos de crise

---

Patrícia Martins

Doutora em Antropologia Social. Professora na área de Ciências Humanas

E-mail: [patricia.martins@ifpr.edu.br](mailto:patricia.martins@ifpr.edu.br)

Ana Cristina Rodrigues Guimarães

Doutora em Antropologia Social. Pesquisadora do Instituto Brasil Plural e Procuradora da Fazenda Nacional

E-mail: [anacristinarg@gmail.com](mailto:anacristinarg@gmail.com)

Alejandro Balazote Olivier

Doutor em Antropologia Social. Professor da Universidad de Buenos Aires

E-mail: [abalazote336@gmail.com](mailto:abalazote336@gmail.com)

Prezados leitores,

Comumente, em nosso tempo, pensamos a categoria “crise” como algo inerente ao processo histórico em que vivemos. O sentido de crise que se apresenta nesse cenário não remete mais a uma ideia de crise como solução final para os sintomas de uma sociedade adoentada, nem mesmo remete àquela crise como o espaço transitório, provisório entre diferentes tempos históricos, políticos e sociais. Segundo Turim (2022, p. 89), “o que parece se colocar hoje é a crise como modo próprio de governamentalidade da aceleração dessincronizada da sociedade contemporânea. A crise como projeto de gestão das temporalidades”.

Neste dossiê, propomos refletir sobre este caráter de crise voltada ao campo dos patrimônios culturais, sobre a historicidade das formas conceituais e metodológicas, investigando os critérios que balizaram as condições de emergência dos patrimônios culturais, assim como seus atuais (possíveis) esgotamento e crise. Em uma conjuntura marcada pela destruição, questionamento, ruínas e decentramento das narrativas em torno dos patrimônios culturais, torna-se importante investigar os modos pelos quais as políticas e seus agentes, a academia e os investigadores e, ainda, a sociedade civil em seus grupos e indivíduos, redefinem seus paradigmas e atuações, enfrentando esse encontro entre a tradição do campo e suas demandas contemporâneas.

Na primeira parte, “Patrimônio cultural e suas heurísticas: entre passados, presentes e futuros (im)possíveis”, reunimos quatro artigos que tratam da ideia da perda dessa evidência do futuro manifestando-se de diferentes formas e em diferentes âmbitos. Se, por um lado, a noção de representação moderna vem sofrendo um processo de esvaziamento, reforçando forças centralizadas, tecnocráticas e autoritárias de decisão, por outro ela também não deixa de apontar para possíveis e profundas reconfigurações, abarcando realidades mais que humanas. O processo de inclusão de animais, biomas e territórios como sujeitos de direitos plenos, por exemplo, transcende a visão objetificada da natureza como um mero recurso explorável, assim como altera as concepções de patrimônio cultural baseadas na agência humana. O reconhecimento de uma pluralização de formas de agências, humanas e não humanas, implica não apenas a elaboração de outras formas de ver e conceber o patrimônio cultural, mas também o reconhecimento de seus limites, marcados por fronteiras epistemológicas e suas conexões parciais (Haraway, 2016; De La Cadena, 2019; Krenak, 2020). Pensar o patrimônio cultural, nesse sentido, é falar também de uma “cosmopolítica” que realmente reconheça os outros

---

implicados e seus tempos, humanos e não-humanos, sem submetê-los em nome das enunciações substantivas de memória e construção de identidades.

Na segunda parte deste dossiê, “Crise, erupções e enfrentamentos: o patrimônio cultural e seu campo de combate”, reunimos mais quatro artigos que nos trazem casos específicos de dissidências e reposicionamentos em torno de experiências que tangem o patrimônio cultural. Situações de destruição e afetação de monumentos, mas também sua obstinada restauração e “limpeza” convocam para a revisão de posturas teóricas e conceituais que enriqueçam e permitam compreender esse fenômeno da redefinição do campo patrimonial no Brasil contemporâneo, colocando em tensão os olhares do Estado, os especialistas, os movimentos sociais e culturais e de busca pela cidadania. São inúmeros casos, nas últimas décadas, que envolvem a destruição e ruína de alguns monumentos e os danos a muitos outros bens patrimoniais de propriedade privada e pública levados a cabo no quadro de episódios de eclosão social – exemplo mais evidente foi deixado pelo movimento Black Lives Matter, em 2020 – movimentos que evidenciam que esta cidade oligárquica, patrimonial e monumental, preservada pela elite política e econômica, longe de constituir um marcador identitário, impôs-se como território de memória viva em disputa, que atacou a história e a memória oficiais, despertando posições conflitantes entre intelectuais, profissionais, administração e os diferentes grupos da sociedade civil. Como sustenta Delgado (1999), a ocupação do espaço público e a reivindicação de monumentos podem ser vistas por alguns como hostis, antiurbanas e antiarquitetônicas, por outros como manifestações de contranarrativas patrimoniais. Nesta seção do dossiê, são expostas e analisadas ações e discursos como se tratando de práticas locais de reapropriação e de reconfiguração material e simbólica, de renomeação de monumentos, de reescrita e ressignificação que revelam contranarrativas e ritualidades que reivindicam passados e identidades diversos.

Mais do que reagir, brandindo as supostas virtudes inerentes a monumentabilidade das memórias e ao patrimônio cultural historicamente constituído, sedimentadas em determinados lugares-comuns legados pela tradição, neste dossiê tivemos o objetivo também de realizar um movimento de autoanálise, buscando pensar com e contra aquela tradição que a constituiu, como condição de elaboração de novas narrativas patrimoniais. Esperamos que aproveitem a leitura!

---

## Referências

DELGADO, Manuel. **El animal público**. Barcelona: Anagrama, 2019.

DE LA CADENA, Marisol.

Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da “política”.

**Maloca: Revista de Estudos Indígenas**, Campinas, v.2, e019011, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/maloca/article/view/13404>. Acesso em: 26 dez. 2023.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Cia. das Letras, 2020.

HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble: Making kin in the Cthulucene**. Durham e Londres: Duke University Press, 2016.

TURIN, Rodrigo. País do futuro? Conflitos de tempos e historicidade no Brasil contemporâneo. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 36, n. 105, 85-104, 2022.



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

---

**Dossiê: Patrimônio em tempos de crise**

V 12 | n 23 | jul-dez 2023

---

## Dos direitos culturais aos direitos epistêmicos: Reflexões a partir de conflitos entre saber biocientífico e patrimônio imaterial

Caetano Sordi

---



**Edição eletrônica**

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

**Organização**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

**Referência Bibliográfica**

SORDI, Caetano. Dos direitos culturais aos direitos epistêmicos: Reflexões a partir de conflitos entre saber biocientífico e patrimônio imaterial. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 11-30, jul-dez 2023. Semestral.

---

© NAUI

# Dos direitos culturais aos direitos epistêmicos: Reflexões a partir de conflitos entre saber biocientífico e patrimônio imaterial

Caetano Sordi<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo examina as fricções entre saber biocientífico e saberes tradicionais em três dimensões: (1) práticas tradicionais de cura e cuidado e políticas de saúde; (2) patrimônio agroalimentar e vigilância sanitária; e (3) Sistemas Agrícolas Tradicionais e políticas de conservação ambiental. A partir de conflitos observados em processos de registro de bens culturais como patrimônio imaterial no Brasil, discuto se direitos epistêmicos podem ser garantidos como direitos culturais em contextos nos quais a distinção natureza/cultura é difusa.

**Palavras-chave:** patrimônio imaterial; saber biocientífico; direitos epistêmicos.

## Abstract

This paper examines frictions between bio-scientific and traditional knowledge in three dimensions: (1) traditional healing and caring practices and public health; (2) food heritage and food safety; (3) traditional agricultural systems and conservation policy. Drawing on conflicts observed in processes of recognition of cultural assets as intangible heritage in Brazil, the paper discusses whether epistemic rights can be guaranteed as cultural rights in contexts in which the nature/culture divide is blurred.

**Keywords:** intangible heritage; bio-scientific knowledge; epistemic rights.

---

<sup>1</sup> Professor Adjunto do Departamento de Antropologia e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC. Email: caetano.sordi@gmail.com.

## Introdução

Duas Mulheres Sentadas [*Two Women Sitting Down*] é uma formação rochosa dotada de grande significado para as populações aborígenes do Território do Norte Australiano. Seu nome provém de uma história, ocorrida na temporalidade mítica referida nas cosmologias australianas como “o Sonhar” [*the Dreaming*], segundo a qual a coloração vermelho-escura do afloramento rochoso decorreria de uma briga ocorrida entre duas mulheres-marsupiais ancestrais. Em 2011, o local foi danificado por explosões promovidas pela empresa multinacional OG Manganese, que possuía licença para a extração de manganês nas suas imediações. Em 2013, a Autoridade de Proteção de Áreas Aborígenes [*Aboriginal Areas Protection Authority*] do Território do Norte moveu uma ação judicial vitoriosa contra a empresa por profanação de um lugar sagrado, resultando em uma multa de 150 mil dólares australianos.

Refletindo sobre este caso no primeiro capítulo de seu livro *Geontologias: um réquiem para o liberalismo tardio*, lançado originalmente em 2016, Elizabeth Povinelli (2023, p. 64) atenta que não somente a multa fora relativamente baixa para os parâmetros financeiros da OG Manganese, como também “os guardiões indígenas do local não receberam nada do dinheiro”. Além disso, Povinelli chama atenção para o fato de que os delitos cometidos pela empresa mineradora não tenham sido julgados como homicídio culposo ou tentativa de homicídio, mas como “profanação”. Ou seja, não foram considerados como atentados contra a existência de Duas Mulheres Sentadas conforme seu estatuto ontológico na cosmologia indígena, mas apenas como uma formação geológica (natural, “material”) que serve de objeto a uma *representação* humana específica (cultural, “simbólica”).

A partir disso, Povinelli (2023, p. 69) se questiona por que os direitos concedidos aos grupos indígenas pelo multiculturalismo contemporâneo ainda não conseguem incluir “o direito de transformar sua perspectiva em norma”. Ou seja, ao invés de levar a sério as cosmologias indígenas em sentido forte, o Estado segue confinando-as a um rótulo de verdade intrinsecamente relativa e parcial (a “cultura”), o que lhes permitiria afixar apenas “uma pequena válvula nos gaseodutos muito maiores das abordagens geontológicas realizadas pelo liberalismo tardio” (*idem, ibidem*). Em outros termos, apesar dos inúmeros efeitos legais e políticos que tem produzido a favor de comunidades e povos tradicionais ao redor do mundo, o

reconhecimento cultural, em muitos casos, não deixa de ser uma espécie de dispositivo que permite ao Estado domesticar o problema mais profundo da fricção entre diferentes modos de relação com a natureza não-humana, em prol das formas hegemônicas de exploração da natureza e extração de valor (CADENA, 2018).

Para Povinelli (2023, p. 196), portanto, casos como o de Duas Mulheres Sentadas expõem os limites das políticas de reconhecimento dos modos de vida e saberes tradicionais desde uma gramática estritamente cultural, isto é, que apenas traduz “a ordem dinâmica das relações humanas com a terra na ordem política prevalecente”. Evidentemente, não se trata aqui de uma ordem política no sentido habitual do termo, mas da grande fratura *cosmopolítica* moderna que, segundo Latour (1994), cindiu a realidade entre os domínios mutuamente excludentes do fato e da representação, do natural e do social, com a consequente divisão do trabalho epistemológico entre ciências naturais e humanas, sob um aspecto, e saberes científicos (positivos, universais, objetivos) e tradicionais (perspectivos, locais, subjetivos), sob outro.

Neste artigo, trago essas considerações de Povinelli (2023) sobre as limitações do ordenamento multiculturalista para refletir sobre outra arena na qual os limites do enquadramento do exercício de saberes e práticas como “direitos culturais” têm produzido fricções e questionamentos similares<sup>2</sup>. Quais sejam, os conflitos entre conhecimentos tradicionais que têm sido reconhecidos e/ou buscado reconhecimento como patrimônio cultural imaterial no Brasil e diferentes dimensões do saber biocientífico. Por saber científico compreendo uma prática discursiva que especifica “o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico” (FOUCAULT, 2013, p. 220). No caso das ciências da vida, esse domínio diz respeito aos conhecimentos e técnicas aplicados à vitalidade dos organismos humanos e não-humanos, suas relações entre si e com o ambiente circundante, em diferentes escalas espaço-temporais.

Da mesma forma, seguindo Foucault (2013), também entendo que o saber biocientífico não se restringe a um conjunto de crenças e proposições sobre a realidade às quais seus agentes aderem, mas se corporifica em um conjunto de instituições e práticas que, oficializadas pelo

---

<sup>2</sup> Este artigo parte da aula inaugural do semestre letivo 2023.1 que ministrei para o curso de graduação em Antropologia da UFSC, em 8/3/2023. Agradeço ao então coordenador do curso, Prof. Bruno Reinhardt pelo convite e organização do evento, bem como à Profa. Alicia Castells, com quem dividi a aula inaugural. Também agradeço aos colegas e discentes presentes, pelas questões e comentários, bem como aos editores e pareceristas de Cadernos Naui pelo trabalho de editoração e revisão. Sou igualmente grato a Renata Menasche, Flávia Rieth, Daniel Vaz Lima, Louise Alfonso, Beatriz Muniz Freire e ex-colegas de trabalho do IPHAN/RS. Por fim, aos diálogos com detentores de bens culturais em processo de registro e salvaguarda no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sem os quais essas reflexões não teriam sido possíveis.

Estado, exercem determinado poder sobre os viventes que lhes são objeto de conhecimento, gestão e intervenção. Nesse sentido, embora a arquitetura algorítmica das redes sociais contemporâneas tenha acentuado a cacofonia entre vozes autorizadas e alternativas sobre os mais distintos temas, produzindo uma “crise dos sistemas de peritos”<sup>3</sup> (CESARINO, 2022), é inegável que o saber biocientífico ocupa um espaço hegemônico em campos sociais e estruturas institucionais voltadas para a administração da vida e dos viventes, humanos e não-humanos, na contemporaneidade. Basta ver a centralidade do discurso médico no campo da saúde pública, da medicina veterinária na estruturação de políticas públicas na área da vigilância sanitária e da biologia da conservação na gestão de áreas protegidas, por exemplo.

No que se segue, buscarei examinar alguns conflitos existentes entre patrimônio imaterial e saber biocientífico no Brasil em três eixos friccionais: (1) práticas tradicionais de cura e cuidado e políticas de saúde; (2) patrimônio agroalimentar e vigilância sanitária; e (3) Sistemas Agrícolas Tradicionais e políticas de conservação ambiental. Em cada um desses eixos, me deterei sobre um caso específico, destacado entre bens registrados ou em processo de registro junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No eixo (1), me debruçarei sobre o processo de patrimonialização dos Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil, iniciado em 2011 e ainda em processo de instrução junto ao Instituto. No eixo (2), analisarei o Modo Artesanal de Fazer o Queijo de Minas, registrado em 2008 e revalidado como patrimônio cultural brasileiro em 2021. Finalmente, no eixo (3), me deterei sobre o Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira, reconhecido como patrimônio imaterial em 2021.

A partir dos conflitos verificados no processo de registro de cada um desses bens culturais com diferentes dimensões do saber biocientífico, bem como nos desafios encontrados em seus processos de salvaguarda, procurarei refletir se as políticas de patrimônio no Brasil, articuladas desde a Constituição de 1988 sob o prisma dos direitos *culturais*, têm sido instrumentos eficazes para a garantia dos direitos *epistêmicos* de seus detentores. Isto é, para o seu reconhecimento como vozes devidamente autorizadas sobre as dimensões da realidade viva e não-viva sobre as quais incidem seus saberes e práticas, assim como para a garantia dos meios materiais e simbólicos necessários à sua continuação. O que se busca avaliar, portanto, é a capacidade da gramática da cultura e sua instrumentalização por meio de dispositivos jurídicos

---

<sup>3</sup> Vide a propagação de discursos antivacina e a proliferação de tratamentos alternativos durante a pandemia de Covid-19.

– no caso brasileiro, o registro do patrimônio imaterial – em coibir o que alguns autores têm chamado de “injustiça epistêmica” (DEMÉTRIO e BENSUSAN, 2019; FRICKER, 2007). Isto é, formas sistemáticas de desvalorização e desqualificação dos conhecimentos de grupos sociais minoritários e historicamente subalternizados, inclusive aquelas relativas às suas interações com a vida e outros viventes.

O exame se baseia, sobretudo, na documentação produzida pelo próprio IPHAN nos processos de registro e revalidação de registro dos bens assinalados. Ou seja, além dos dossiês de registro em si, também me baseio nos pareceres e notas técnicas produzidos pelas diferentes instâncias técnicas do órgão, disponibilizados para consulta pública através do seu portal na internet e do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Governo Federal. Também me valho de uma revisão de literatura sobre os bens culturais enfocados e da análise de alguns materiais publicados de imprensa, principalmente no caso do Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira.

Por outro lado, este artigo também se nutre, em parte, da minha própria experiência ao longo de três anos como técnico da área de patrimônio imaterial em uma Superintendência Estadual do IPHAN. Ao acompanhar, de longe e de perto, diversos processos de patrimonialização e salvaguarda de bens culturais, sempre me chamaram a atenção duas coisas: por um lado, a ausência de práticas tradicionais de cura e/ou sistemas médicos tradicionais (cf. LANGDON, 2014) entre os bens inscritos no Livro dos Saberes ou nas demais formas de registro do patrimônio imaterial (Lugares, Formas de Expressão e Celebrações). Por outro, a recorrência de conflitos entre políticas de vigilância sanitária e modos tradicionais de produção e consumo de alimentos, inclusive em contextos de intensa exploração mercadológica, turística e gastronômica destes saberes e práticas alimentares.

Embora o conflito seja uma dimensão inerente a todos os processos de patrimonialização (FERREIRA FILHO, 2015; VELHO, 2006), tudo me levava a crer que as zonas de contato entre saber biocientífico e patrimônio imaterial traziam desafios e dificuldades suplementares. Mas que dificuldades seriam essas? O que esses conflitos poderiam nos informar sobre as hierarquias de poder e de valor mais gerais entre saberes tradicionais e saberes científicos (CARNEIRO DA CUNHA, 2017; CARVALHO E VIANNA, 2020)? Seriam os direitos culturais e seus dispositivos normativos, como o registro (e em certa medida, também o

tombamento<sup>4</sup>), *suficientes* para garantir o pleno exercício das “analíticas da existência” (POVINELLI, 2023) dos povos e comunidades tradicionais? Ou apenas um reconhecimento parcial e institucionalmente frágil, subordinado a uma ideia subsidiária de cultura como dimensão ontológica residual (ou suplementar) face a temas “prioritários” como o desenvolvimento econômico, a biossegurança e a “sustentabilidade” em seu sentido hegemônico?

Evidentemente, não tenho a pretensão de resolver todos esses questionamentos no espaço desse artigo, que encaro como primeiro passo de uma agenda de pesquisa ainda em desenvolvimento. De todo modo, o exame desses três eixos friccionais me parece essencial, inclusive como forma de reflexão sobre – e aprimoramento do – escopo de atuação dos órgãos de patrimônio cultural no Brasil depois de duas décadas do Decreto 3.551/2000, que instituiu a política nacional de patrimônio imaterial e o instrumento do registro.

## **Práticas tradicionais de cura e cuidado e políticas de saúde**

O pedido de registro dos Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil, protocolado junto ao IPHAN em 2011, decorre das mobilizações ocorridas em torno dos inventários “Saberes e Práticas Tradicionais de Pernambuco” e “Saberes e Práticas das Parteiras Indígenas de Pernambuco”, conduzidos pelo Instituto Nômades, entre 2008 e 2011. Conforme a documentação constante nos processos administrativos 01450.015622/2011-68 e 01450.001968/2018-55, assinaram o pedido, além do Instituto Nômades, outras três associações ligadas ao partejar em Pernambuco, bem como uma centena de manifestações de anuência de parteiras tradicionais, e de apoio por parte de pesquisadores, indivíduos e organizações favoráveis à iniciativa.

Cumprindo o rito que regula a instauração e instrução dos processos de registro (Resolução IPHAN n. 001/2006), o Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do IPHAN analisou o pleito e manifestou-se pela pertinência do seu registro, nos termos do Decreto 3.551/2000, em 7 de dezembro de 2012 (Nota Técnica n. 38/2012/DPI). Todavia, uma vez apreciado pela Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial (CSPI), órgão colegiado de apoio ao

---

<sup>4</sup> Penso aqui, por exemplo, nos processos de patrimonialização material de casas de religião de matriz africana e as possibilidades de o tombamento dar conta das distintas dimensões sociocosmológicas e as demandas internas e externas que esses espaços atualizam e produzem.

Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o pedido de registro teve sua pertinência indeferida, fundamentada a partir do seguinte entendimento:

Tendo em vista a *grande interface com a área da saúde pública* e as práticas médicas, considerou-se que o Registro não é o instrumento mais adequado para salvaguardar essa prática e esses saberes. Contudo, devido à importância desse saber, seu enraizamento em diversas comunidades brasileiras e continuidade histórica, recomenda-se que sejam realizados inventários em outras regiões do País para adensar as documentações sobre esse conhecimento e se realize articulações institucionais como forma de valorizar esse saber. Recomenda-se ainda que sejam realizados estudos juntamente com a área médica sobre exercício profissional das parteiras e para levantamento de dados a fim de subsidiar propostas de políticas públicas conjuntas (Ata da 21ª Reunião da CSPI, 17 de dezembro de 2012, grifos meus).

Nota-se, na deliberação dos conselheiros, uma clara hesitação quanto à política de patrimônio e seus dispositivos adentrarem o campo da saúde pública, e especialmente quanto à recepção da demanda por reconhecimento do ofício das parteiras como atividade profissional pela área médica. Conforme documentação posterior produzida pelo IPHAN (Nota Técnica n. 15/2016/COREG/CGIR/DPI), embora os conselheiros não tivessem levantado dúvidas quanto ao caráter de “referência cultural” do partejar tradicional, “muito se debateu”, naquela reunião, “sobre o engajamento político das parteiras que buscam ter a prática de partejar reconhecida como ofício e sobre uma possível ‘certificação do ofício de parteira’” (IPHAN, 2016, p. 12), o que estaria fora do escopo das atribuições do órgão e da própria política de patrimônio imaterial, como constituída a partir do Decreto 3.551/2000.

Ainda conforme a Nota Técnica n. 15/2016/COREG/CGIR/DPI, outro ponto de hesitação dos conselheiros teria sido a respeito da *suficiência* dos conhecimentos tradicionais para a realização dos partos, o que

(...) tornaria *imprescindível a utilização dos avanços da medicina para o acompanhamento da gestação* e, como consequência, *inviabilizaria sua valorização fora do sistema de saúde por meio do reconhecimento desse saber ‘estritamente tradicional’*, como patrimônio cultural imaterial. Nesta perspectiva, apontou-se ainda que alguns aspectos do saber tradicional seriam ‘obsoletos’, enquanto outros aspectos poderiam ser úteis se integrados a conhecimentos básicos de obstetrícia (IPHAN, 2016, p. 13, grifos meus).

Face ao indeferimento do pedido de registro em 2013, o Instituto Nômades e o Grupo Curumim, na condição de proponentes, encaminharam um ofício ao DPI/IPHAN solicitando maiores esclarecimentos sobre a decisão. Também argumentaram, ao final do documento, que

“apesar da interface com a área de saúde, o foco do pedido é o ofício da parteira tradicional como parte importante da nossa *cultura*. São *visões de mundo*, de determinados grupos, que são refletidas (...)” (Instituto Nômades e Grupo Curumim, 2013, s. p., grifos meus).

O processo de registro foi retomado apenas em 2015, após cobrança sobre seu arquivamento por parte da Deputada Federal Janete Capiberibe (PSB/AP). A partir dessa provocação do legislativo, o DPI avaliou mais uma vez o pedido de reconhecimento, posicionando-se novamente a favor da sua pertinência, por meio da Nota Técnica n. 15/2016/COREG/CGIR/DPI. Neste novo documento, os técnicos da área de patrimônio imaterial do IPHAN procuraram responder aos questionamentos levantados no debate ocorrido na CSPI em 2013, especialmente as hesitações dos conselheiros quanto às consequências de um eventual reconhecimento patrimonial do partejar profissional para as políticas de saúde.

Por um lado, a área técnica do IPHAN procurou reiterar que atuação do órgão, mesmo na salvaguarda de uma prática tradicional de cuidado e cura, deveria se ater aos seus aspectos culturais, os quais seriam tão constituintes do partejar quanto os aspectos de ordem médico-sanitária:

Cabe ao IPHAN avaliar os saberes e práticas das parteiras tradicionais a partir de uma perspectiva horizontal e se ater a suas características culturais e de eficácia simbólica (para usar outro conceito de Lévi-Strauss), pois é nestes aspectos que residem os valores patrimoniais. Discordamos do posicionamento que a questão das parteiras é eminentemente de saúde pública, pois se trata também de sistema de valores, visão de mundo e práticas culturais dessas comunidades brasileiras tão disseminadas por todo o território nacional. São comunidades rurais, ribeirinhas, moradores de núcleos urbanos, quilombolas, indígenas que compartilham linguagens e sentidos com suas parteiras e veem nessa relação a garantia dos seus direitos humanos e culturais sem violência desnecessária e com respeito, empatia, afeto e compreensão (IPHAN, 2016, p. 16).

Por outro lado, as técnicas do DPI responsáveis pela nota não se furtaram a friccionar a própria autoridade epistêmica do saber biomédico sobre a gestação, destacando seu caráter controverso e repleto de “caixas pretas” (LATOUR, 1994) sociotécnicas:

A própria medicina obstétrica, eivada de caráter científico, não está isenta de questionamentos dentro dos seus próprios cânones, pois pode reproduzir (...), além de práticas demonstradamente úteis, algumas outras consideradas: práticas prejudiciais ou ineficazes; práticas frequentemente utilizadas de modo inadequado; e práticas que não possuem evidências suficientes para apoiar uma recomendação clara; sendo procedimentos desnecessários que são realizados por mero hábito ou rotina, conforme detalhadas no documento da Organização Mundial da Saúde intitulado “Assistência ao Parto Normal: um guia prático”, de 1996 (IPHAN, 2016, p. 15-16).

A partir desse entendimento do DPI, sugeriu-se o encaminhamento do pleito para nova deliberação da CSPI, que acabou por anuir quanto à pertinência do registro do bem, em 13 de abril de 2016. Em 2022, após a conclusão da instrução técnica do registro, conduzida pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o DPI se posicionou a favor da inscrição dos Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil no Livro dos Saberes, por meio do Parecer Técnico n. 6/2022/COREG/CGIR/IPHAN. Em sua nova manifestação, a área técnica do IPHAN procurou destacar a interface entre conhecimento tradicional e biomédico como um processo complexo e dialético, protagonizado pelas detentoras do saber fazer:

As detentoras desses conhecimentos são mulheres do presente, “ligadas às demandas contemporâneas sem perder as relações ancestrais”, protagonistas de suas trajetórias, nos mais diversos contextos, relacionando-se com o sistema público de saúde e estabelecendo uma complexa simbiose com a ciência biomédica, na busca de garantias para perpetuação de suas práticas e de valorização social do partejar tradicional. Nesse processo dialético, em que ciência tradicional, religiosidade e relações comunitárias compõem um eclético repertório cultural, as parteiras atuam mantendo e ressignificando seus saberes, levando bem estar e saúde a sua comunidade, no momento mais crucial da vida: o nascimento (IPHAN, 2022, p. 13).

No momento da escrita deste artigo, o processo de registro dos Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil ainda aguardava sua conclusão definitiva, ou seja, mediante decisão final do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

## **Patrimônio agroalimentar e vigilância sanitária**

Em seu último parecer sobre o processo de registro dos Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil, além dos aspectos anteriormente citados, o DPI também lembrou que a interface entre patrimônio e saúde pública não era uma área totalmente desconhecida para o IPHAN, uma vez que:

(...) a Salvaguarda de outros Bens Registrados deriva desta dinâmica, como é caso do Modo de Fazer Queijo Artesanal em Minas Gerais, cuja normatização sobre a prática foi regulamentada através de articulação entre IPHAN, Ministério da Agricultura e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) após o reconhecimento patrimonial. Ainda nesse sentido, as ações de promoção e sustentabilidade dos Sistemas Agrícolas Tradicionais de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira e das comunidades indígenas do Rio Negro possuem relação direta com o tema da segurança alimentar e

vêm sendo debatidas através de importantes parcerias com instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por exemplo (IPHAN, 2022, p. 4).

Com efeito, o precedente dos bens culturais de natureza alimentar estabelece uma espécie de paradigma para analisarmos as fricções entre saberes tradicionais patrimonializados e o saber biocientífico. Em especial, o processo de registro e salvaguarda do Modo Artesanal de Fazer o Queijo de Minas nas regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre, registrado em 2008 no Livro dos Saberes (Processo n. 01450.012192/2006-65). Conforme previsto no Decreto 3.551/2000, este bem cultural teve seu título revalidado pelo IPHAN em 2021 (Processo n. 01450.004256/2019-79), a partir de um intenso processo de discussão sobre as transformações vivenciadas pelo bem após o registro e de diagnóstico das suas necessidades, tendo em vista sua continuidade como referência cultural.

Conforme o dossiê de registro, o Modo Artesanal de Fazer o Queijo de Minas é uma “atividade tradicional enraizada no cotidiano de fazendas e sítios de Minas Gerais (...) que remete ao processo de ocupação desse território durante os séculos 17 e 18” (IPHAN, 2014, p. 13). Apesar das suas variações locais, a unidade deste modo de saber fazer tradicional reside na adição do “pingo”, fermento natural coletado do soro do próprio queijo, que é adicionado à receita convencional de leite cru, coalho e sal. Ainda conforme o dossiê, a vinculação identitária entre o modo de fazer o queijo e as regiões assinaladas no registro deriva do profundo imbricamento entre as comunidades produtoras e suas paisagens, inclusive em seu aspecto ecológico:

Os fatores físico-naturais de cada uma dessas regiões proporcionam pastagens típicas e o desenvolvimento de bactérias específicas que se multiplicam em cada um desses microclimas. A esses fatores soma-se um modo próprio de fazer o queijo, na manipulação do leite, dos coalhos das massas, das formas de prensagem, no tempo de maturação (cura), dando a cada queijo aparência e sabor peculiares (IPHAN, 2014, p. 13).

De acordo com Cintrão e Dupin (2020), este imbricamento entre viventes de diferentes espécies para produzir o queijo artesanal a partir de leite cru conflita diretamente com a lógica pasteuriana do padrão sanitário hegemônico, amparado em conhecimentos técnicos e pressupostos biocientíficos que associam segurança e qualidade alimentar à ausência de microorganismos. Nesse sentido, é expressivo que a própria demanda pelo registro do produto tenha se originado, justamente, de um evento crítico ocorrido em 2001, quando o Ministério

Público Federal, atendendo a denúncias de contaminação de queijos de leite cru, determinou uma grande apreensão no Mercado Central de Belo Horizonte.

Esta apreensão estava amparada no Decreto n. 30.691, de 29 de março de 1952, que estabelece o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA) e exige a esterilização térmica (pasteurização) de todos os produtos à base de leite. Uma série de trabalhos recentes, no entanto, aponta que regulamentos desse tipo foram concebidos para o controle sanitário da produção industrial de alimentos, isto é, em grande escala, sendo de difícil aplicação para as produções de cunho artesanal e familiar (CRUZ E MENASCHE, 2014; KRONE E MENASCHE, 2019; PAXSON, 2008). Além disso, Cintrão e Dupin (2020) destacam que na década anterior à grande apreensão:

(...) multiplicam-se trabalhos científicos que coletam amostras de queijos em feiras e mercados e verificam, em laboratório, a presença de quatro grupos de microrganismos estabelecidos por códigos internacionais, como “indicadores de qualidade sanitária”. A presença de algum desses seres microscópicos acima dos níveis legais classifica os produtos como “impróprios ao consumo humano”, performando uma realidade de “falta de segurança alimentar” (*food safety*) e de condenação da quase totalidade dos queijos comercializados informalmente, que justifica as ações fiscalizatórias, mas revela uma forte incongruência entre a realidade performada pelo laboratório e as avaliações dos consumidores, que os consideram alimentos inócuos e saborosos (CINTRÃO E DUPIN, 2020, p. 244).

Deste modo, o pedido de registro junto ao IPHAN fez parte de uma série de reações da sociedade civil mineira, no início da década de 2000, em prol da produção artesanal de queijos contra as exigências draconianas da legislação sanitária. Entre os resultados dessa mobilização, destacam-se a promulgação de uma lei estadual específica para permitir a elaboração e circulação de queijos produzidos a partir de leite não pasteurizado e inúmeros projetos de pesquisa e extensão rural voltados para aprovar e/ou melhorar a qualidade sanitária do produto. Posteriormente, também foram criados selos de Indicação Geográfica para a valorização gastronômica do produto. Para Cintrão e Dupin (2020), no entanto, nem sempre essas inovações se deram em benefício completo dos produtores, pois embora a nova lei estadual tenha permitido solver o problema do leite cru, outras regulações a respeito do tempo de maturação dos queijos e exigências materiais de distintas ordens acabaram por acentuar as distinções entre produtores “cadastrados” e “não-cadastrados”, assim como a manutenção de boa parte das famílias queijeiras na informalidade.

Da mesma forma, a estratégia de Indicações Geográficas, como em outros contextos, acabou promovendo a constituição de mercados de elite para alguns desses queijos, sem lograr uma efetiva incorporação dos produtores de perfil mais camponês nesses circuitos (DUPIN, 2023). Para Cintrão e Dupin (2020, p. 246), todos esses fatores “revelam uma forte dissociação entre a legislação e as formas de produção camponesa que deram aos queijos seu reconhecimento”. De fato, o Parecer Técnico de revalidação do registro do Queijo Artesanal de Minas (Parecer Técnico n. 141/2021/COTEC IPHAN-MG/IPHAN-MG) destaca que mesmo após uma década de seu reconhecimento como patrimônio imaterial, “uma porcentagem muito grande dos produtores do Queijo Minas Artesanal encontra-se dispersa pelo território do estado e à margem das normativas que regem a legalização de seus queijos” (IPHAN, 2021, p. 2).

Ademais, o parecer de revalidação ressalta que a distância entre as normativas sanitárias e o cotidiano dos pequenos produtores prossegue como um dos principais problemas para a salvaguarda do bem cultural na visão deles. Sobretudo, no que tange à sua capacidade de se adequarem às normas e, uma vez se adequando, manterem-se em condições materiais de cumpri-las a longo prazo:

Além disso, foi destacado também que as exigências da legislação muitas vezes confrontam “com a parte cultural, com a imaterialidade do queijo” (produtor da região do Serro), fazendo-se necessária uma ação junto aos processos de habilitação sanitária no sentido de que o modo de fazer tradicional não seja comprometido, promovendo-se um equilíbrio entre as exigências normativas (sanitárias e comerciais) e os saberes enraizados na prática cotidiana dos produtores do Queijo Minas Artesanal. Assim, apesar de ter sido destacada a importância da existência de legislação que trate de forma específica a produção queijeira artesanal, tendo em vista que isto significa o reconhecimento do peso da fabricação de queijo a partir de leite cru no contexto social, econômico e cultural do estado, há que se considerar a necessidade de seu aperfeiçoamento e maior diálogo com os detentores deste saber-fazer, no sentido de que se garanta que eles possam acessar a regularização de sua produção de forma adequada à sua realidade (IPHAN, 2021, p. 17).

Em suma, assim como em outros processos de salvaguarda do patrimônio alimentar brasileiro (KRONE E MENASCHE, 2019), os diversos avanços em termos da sensibilização das políticas de vigilância sanitária e seus agentes face às especificidades da produção artesanal de queijos continuam esbarrando na rigidez de seu paradigma microbiopolítico. Via de regra, a questão é sempre colocada em termos de uma adequação da “cultura”, ou do “tradicional”, ao

“sanitário”, mas há de se questionar se não há uma dificuldade ainda maior deste campo em se adequar a cenários não-pasteurianos ou pós-pasteurianos (PAXSON, 2008), baseados em outras analíticas da existência (POVINELLI, 2023) das relações entre viventes envolvidos na produção de queijos.

## **Sistemas Agrícolas Tradicionais e políticas de conservação ambiental**

O Sistema Agrícola Tradicional (SAT) das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (SP), inscrito pelo IPHAN no Livro dos Saberes em 2018, é o segundo bem desta natureza reconhecido como patrimônio cultural brasileiro, sendo precedido pelo SAT do Alto Rio Negro (AM), em 2010. Conforme o Parecer Técnico n. 9/2018/COREG/CGIR/DPI:

O sistema agrícola dessas comunidades é um conjunto de práticas e conhecimentos agrícolas, ecológicos, sociais, religiosos e lúdicos que resultaram da experiência histórica dessas comunidades afrodescendentes no Vale do Ribeira. Com um modo de vida baseado na roça de coivara, os quilombolas manejaram o espaço a partir de um padrão de ocupação itinerante – as capuavas – e organizando o tempo em função do calendário agrícola, utilizando modalidades de trabalho coletivo, estabelecendo relações de compadrio e grupos de vizinhança, produzindo artefatos com materiais locais para o processamento dos alimentos, construindo um circuito de trocas e comercialização (IPHAN, 2018, p. 2).

Com efeito, o entendimento do IPHAN a respeito do que é um SAT aponta para uma intersecção patrimonial interessante entre dimensões biológicas e culturais, pois visa abranger “o fazer agrícola e todos os elementos a ele associados, como laços de parentesco e compadrio, a transmissão entre gerações, nas manifestações do catolicismo popular, de música e dança, o manejo dos recursos naturais para alimentação”, entre outros aspectos (IPHAN, 2018, p. 4). O Vale do Ribeira, por sua vez, está situado no sudeste do estado de São Paulo e nordeste do Paraná, constituindo-se como uma das zonas mais bem preservadas da Mata Atlântica residual no País (ISA, 2017). Nesse sentido, as 19 comunidades remanescentes de quilombos identificadas no processo de registro estão situadas nas imediações de diversas unidades de conservação estaduais e federais criadas ao longo do último século, além de a região ter sido declarada como Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco, em 1999.<sup>1</sup>

Como bem recordam Carneiro da Cunha e Almeida (2017, p. 290), em territórios habitados por povos e comunidades tradicionais, a biodiversidade local é, em grande parte, “subproduto de um modo de vida”. Não obstante, um dos principais problemas vivenciados

pelas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, e que ameaça a longo prazo a manutenção de seu sistema agrícola, são as restrições criadas pelos órgãos ambientais nos processos de licenciamento das roças, que operam em sistema de coivara (corte e queima) itinerante. De acordo com o dossiê de registro, produzido pelo Instituto Socioambiental (ISA):

No que toca às restrições ambientais, os mecanismos de licenciamento de roça, da forma como têm funcionado, também ameaçam a manutenção do sistema agrícola. O principal problema é que os procedimentos são burocráticos e não são cumpridos em tempo hábil para que os plantios ocorram. Pesquisa do Instituto Socioambiental indica que atualmente boa parte dos agricultores já entram com pedidos de licenciamento dentro dos parâmetros estabelecidos pela norma ambiental, porém, quase metade dos pedidos (45%) não tramitaram em tempo e os agricultores deixaram de plantar. (...) Outro fator apontado é que as áreas licenciáveis nem sempre são as áreas desejadas e escolhidas conforme o conhecimento tradicional. Mesmo com avanços no diálogo entre as comunidades e os órgãos ambientais, algumas áreas ainda são negadas, os plantios não são feitos em áreas onde os agricultores duvidam do potencial produtivo. Esse problema foi apontado por 38% dos entrevistados. Do universo de 265 áreas licenciadas, a maior parte dos licenciamentos expedidos foi em áreas de capoeira em pousio de 6 a 10 anos (37%), seguidos por áreas de pousio 11 a 15 anos (22%), de 0 a 5 anos de pousio (17%). Houve uma taxa de licenciamento de 3% em mata virgem (ISA, 2017, p. 93).

Cabe registrar que a morosidade burocrática do licenciamento das roças dos quilombolas contrasta com a diligência de outros atores sociais, como o próprio governo paulista, para a facilitação de grandes projetos de mineração, energia hidrelétrica, exploração de madeira e monocultura extensiva. Deste modo, os detentores do SAT quilombola convivem com dois tipos de pressão externa: de um lado, o projeto desenvolvimentista que visa maximizar a extração de valor dos ambientes do Vale do Ribeira, encarado como uma região empobrecida e carente de investimentos. De outro, a ecologia colonial (FERDINAND, 2022) da gestão ambiental, que compreende suas práticas agrícolas como nocivas ao meio ambiente, a partir de uma leitura higienista das relações entre povos tradicionais e ambientes naturais.

Consideremos, por exemplo, as seguintes reações de uma engenheira agrônoma, membro da comissão mundial de parques nacionais da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), ao registro do SAT do Vale do Ribeira como patrimônio cultural. Publicadas com o título “Desmatar virou ‘patrimônio cultural’ do Brasil” em um dos mais influentes veículos de jornalismo ambiental do Brasil, o portal *O Eco*, essas reações são eloquentes quanto à resistência de parte da ecologia da conservação a estabelecer um diálogo mais simétrico com outras análises existenciais sobre os ambientes naturais:

Há alguns dias o Sistema Agrícola Tradicional das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, no sudeste paulista, foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O tal sistema é o “plantio das roças tradicionais que requer o corte de pequena área de vegetação nativa de Mata Atlântica para fazer a roça”. Em bom português isto significa desmatar, ou seja, derrubar árvores e queimar. Verdade é que, no caso, pode se tratar de áreas discretas, mas que ocorre numa das regiões mais desmatadas do Brasil, abrindo um curioso e perigoso precedente num país que pretende lutar contra o desmatamento (PÁDUA, 2018, s/n).

Em seguida, após classificar a agricultura de coivara como “primitiva” e “informal”, o artigo prossegue, inscrevendo-a como uma sobrevivência anacrônica, a ser substituída por formas mais intensivas de agricultura:

Esta forma de agricultura era até adequada no caso das populações indígenas originais, com baixa população e muita terra e, sem dúvida, também para os quilombolas do passado que se assimilaram culturalmente aos anteriores. Porém, a sua validade na situação socioeconômica atual é altamente discutível fora dos territórios indígenas. Vários fatos devem ser lembrados: (i) trata-se de uma forma muito ineficiente de agricultura, com baixa produtividade que consolida a pobreza da população que a usa; (ii) requer a destruição de florestas naturais sobre uma extensão muito maior que a que é realmente necessária para alimentar os que a praticam; (iii) requer uso do fogo que, muitas vezes, sai do controle e provoca incêndios florestais; (iv) embora a floresta eliminada possa se “regenerar”, a área desmatada nunca recupera sua riqueza biológica original (*idem, ibidem*).

Por fim, após questionar, em termos evolucionistas, o reconhecimento patrimonial de uma prática “primitiva, que, além do mais, consolida a miséria”, a autora também condena o IPHAN por ter decidido “algo tão inadequado” sem “solicitar opinião formal dos ministérios de Agricultura e Meio Ambiente e da Embrapa”. Essa condenação repete o subtítulo do próprio artigo, no qual afirma que “antes do IPHAN reconhecer um sistema primitivo de agricultura indefensável do ponto de vista ambiental e social, poderia perguntar antes para quem *entende do assunto*” (grifos meus).

Em resposta, a bióloga Raquel Pasinato, uma das coordenadoras do dossiê de registro pelo ISA, publicou outro artigo no mesmo veículo, intitulado “Por que o SAT Quilombola do Vale do Ribeira é patrimônio cultural brasileiro?”. Ela argumenta que “o binômio conhecimento tradicional e conhecimento científico foram os alicerces do dossiê que embasou o pedido de registro como patrimônio cultural do IPHAN” e apresentou dados mostrando que a cobertura vegetal de algumas das comunidades não mudou desde 1965:

Aproximadamente 13% de toda a área das comunidades é utilizada para as roças, habitação e demais atividades dessas populações. O resto é cobertura vegetal. Em alguns quilombos, a mata cobre 97% do território, como Pedro Cubas e Bombas. A roça de coivara foi e é essencial para os quilombolas e pequenos agricultores, bem como para a conservação do maior remanescente florestal da Mata Atlântica no Brasil, o Vale do Ribeira (PASINATO, 2018, s/n).

Ao final, recordou que “têm-se, no vale, outras ameaças que merecem artigos e denúncias, caso da mineração, das pequenas centrais hidrelétricas e a pulverização de agrotóxicos nos bananais às margens do Rio Ribeira de Iguape”. Deste modo, em sua visão, o registro teria sido:

uma conquista importantíssima para as comunidades quilombolas, especialmente porque mostra que há outros olhares sobre as roças e os modos de vida; que o fazer roça é compatível com a conservação da floresta, e que o equilíbrio do ambiente também depende do manejo que os povos tradicionais, que o conhecem, fazem dele (*idem, ibidem*).

## Considerações finais

Em uma célebre reflexão antropológica sobre os conflitos envolvendo os processos de patrimonialização no Brasil, Gilberto Velho (2006, p. 240) discute sua atuação como relator do primeiro tombamento de uma casa de religião de matriz africana pelo IPHAN, o terreiro de candomblé da Casa Branca, em Salvador. De acordo com Velho, “independentemente de aspectos técnicos e legais, o que estava em jogo era, de fato, a simbologia associada ao Estado em suas relações com a sociedade civil, (...) estava em discussão a própria identidade da nação brasileira”. Ocorrido em pleno processo de abertura democrática, o tombamento do terreiro da Casa Branca precedeu e, ao mesmo tempo, abriu espaço para as inovações no campo do patrimônio consagradas na Constituição de 1988. Esta não só define o acesso às fontes da cultura nacional como um direito (Art. 215), como também pluraliza o conceito de patrimônio (de histórico para cultural), os grupos sociais abarcados por ele, suas modalidades (material e imaterial), além dos próprios instrumentos jurídicos de acautelamento e salvaguarda, para além do tombamento (Art. 216).

Em 2000, o Decreto 3.551 representou um outro marco importante na construção dos direitos culturais no Brasil, com a criação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e a instituição do registro como dispositivo de reconhecimento e salvaguarda de bens

culturais de natureza intangível. Ao longo das últimas duas décadas, mais de 50 bens, distribuídos em todo território nacional, foram inscritos nos quatro livros de registro, entre saberes, celebrações, lugares e formas de expressão. Em todos esses processos, fizeram-se presentes, em maior ou menor medida, formas de conflito e resistência, constituindo diferentes estratégias de cidadania patrimonial (FERREIRA FILHO, 2015).

Assentada sobre conceitos inequivocamente antropológicos, a política de patrimônio imaterial foi se consolidando ao mesmo tempo em que a própria disciplina dava início a um profundo debate sobre a pertinência e as limitações do conceito de cultura como parte dos “grandes divisores” ocidentais (GOLDMAN, 2008; LATOUR, 1994; POVINELLI, 2023). Deste modo, além do infindável debate sobre as fronteiras entre o material e o imaterial, muitas antropólogas e antropólogos atuantes no campo do patrimônio passaram a ter de lidar com outro paradoxo subjacente à sua práxis. Por um lado, reconhecer a insuficiência da noção de cultura e seus dispositivos para dar conta da caracterização dos bens registrados e responder suas demandas de salvaguarda. Por outro, ter de operar com o conceito de cultura a partir de um essencialismo estratégico, de modo a defender o patrimônio imaterial e os direitos de seus detentores do imperialismo epistêmico de outras áreas do conhecimento, corporificadas em práticas e instituições hegemônicas.

Como procurei demonstrar ao longo desse artigo, os bens registrados cuja natureza e salvaguarda demandam interação constante com domínios epistemológicos e instituições de Estado hegemônicas pelo saber biocientífico (saúde pública, vigilância sanitária e conservação ambiental), são instâncias privilegiadas para uma reflexão sobre as potencialidades e limites da garantia de *direitos epistêmicos* como direitos culturais. Dito de outro modo, em que medida a gramática da cultura tem sido eficaz no reconhecimento e na garantia do exercício do que Carvalho (2022) chama de “epistemologias do cosmo vivo”, isto é, as analíticas da existência sobre a vida e os viventes não redutíveis às coordenadas ontológicas e epistemológicas do paradigma naturalista ocidental?<sup>5</sup> Certamente, este artigo se conclui com mais questionamentos em aberto que respostas oferecidas. De todo modo, enfrentar essas perguntas e paradoxos parece ser um processo incontornável para as políticas de patrimônio

---

<sup>5</sup> Da mesma forma, como garantir, para além de uma gramática de autonomia da cultura, que o reavivamento público de certo positivismo biocientífico pós-pandemia de Covid-19 (bem-motivado, cumpre notar) não transcenda suas prerrogativas e passe a exercer formas de injustiça epistêmica com saberes tradicionais em nada assemelhados a formas insidiosas de hesitação vacinal e discursos pseudocientíficos (CESARINO, 2021)?

imaterial no Brasil, em sintonia com as demandas “para além da natureza e da cultura” de seus próprios detentores.

## Referências

- CADENA, Marisol de la. **Natureza incomum: Histórias do antrope-cego**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 69, p. 95-117, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i69p95-117>.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico**. In: Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Ubu, 2017.
- CARVALHO, José J. **Introducción. De la Epistemología Occidental a las Epistemologías del CosmosVivo**. In: Javier Tobar (ed.). Virus, revueltas y crisis: lecturas de la pandemia COVID-19 desde las epistemologías del cosmos vivo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Popayán: Universidad del Cauca, 2022, p. 21-78.
- CARVALHO, José J.; VIANA, Letícia C. R. **O Encontro de Saberes nas Universidades. Uma síntese dos dez primeiros anos**. Mundaú, 9, p. 23-49, 2020. <https://doi.org/10.28998/rm.2020.n.9.11128>.
- CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: Verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu, 2021.
- CINTRÃO, Rosângela P.; DUPIN, Leonardo V. **Microbiopolítica e regulação sanitária: Desacordos entre ciência e saberes locais na produção dos queijos minas artesanais**. Horizontes Antropológicos, v. 26, n. 57, 239-274, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832020000200009>.
- CRUZ, Fabiana. T.; MENASCHE, Renata. **O debate em torno de queijos feitos de leite cru: Entre aspectos normativos e a valorização da produção tradicional**. Vigil Sanit Debate, v. 2, n. 4, 2014. <https://doi.org/10.3395/vd.v2n4.408>.
- DEMÉTRIO, Fran; BENSUSAN, Hilan N. **O conhecimento dos outros: A defesa dos direitos humanos epistêmicos**. Revista do CEAM, v. 5, n. 1, 2019. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3338716>.
- DUPIN, Leonardo V. **“Inconfidência queijeira”: Evoluções institucionais e práticas multiespécie na construção de um mercado de excelência para os queijos artesanais de Minas Gerais**. Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia, v. 55, n. 1, 2023. <https://doi.org/10.22409/antropolitica2023.i1.a56112>.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: Pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu, 2022.
- FERREIRA FILHO, Manuel. **Cidadania Patrimonial**. Revista Antropológicas, v. 26, n. 2, 2015. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/23972>.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber** (8ª ed). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- FRICKER, Miranda. **Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- GOLDMAN, Marcio. **Os Tambores do Antropólogo: Antropologia Pós-Social e Etnografia**. Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, v. 3, 2008. <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1750>.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira – SP**. São Paulo: ISA, 2017.

IPHAN. **Modo artesanal de fazer queijo de Minas: Serro, Serra da Canastra e do Salitre/Alto Parnaíba**. Brasília: IPHAN, 2014.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica n. 15/2016/COREG/CGIR/DPI**. Brasília: IPHAN, 2016.

\_\_\_\_\_. **Parecer Técnico n. 9/2018/COREG/CGIR/DPI**. Brasília: IPHAN, 2018.

\_\_\_\_\_. **Parecer Técnico n. 141/2021/COTEC IPHAN-MG/IPHAN-MG**. Belo Horizonte: IPHAN, 2021.

\_\_\_\_\_. **Parecer Técnico n. 6/2022/COREG/CGIR/IPHAN**. Brasília: IPHAN, 2022.

KRONE, Evander; MENASCHE, Renata. **Confiança e reputação, doces coloniais e Queijo Serrano: Percepções de qualidade de alimentos tradicionais em contextos de proximidade entre agricultores e consumidores**. *Amazônica – Revista de Antropologia*, v. 11, n. 2, 2014. <https://doi.org/10.18542/amazonica.v11i2.6548>.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: Ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 1994.

LANGDON, Esther J. **Os diálogos da antropologia com a saúde: contribuições para as políticas públicas**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 4, p. 1019-1029, 2014.

PÁDUA, Maria T. J. **Desmatar virou “patrimônio cultural” do Brasil**. *((o))eco*, 24 de setembro de 2018. <https://oeco.org.br/colunas/desmatar-virou-patrimonio-cultural-do-brasil/>.

PASINATO, Raquel. **Por que o Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira é patrimônio cultural brasileiro?**. *((o))eco*, 30 de setembro de 2018. <https://oeco.org.br/analises/por-que-o-sistema-agricola-tradicional-quilombola-do-vale-do-ribeira-e-patrimonio-cultural-brasileiro/>.

PAXSON, Heather. **Post-Pasteurian cultures: The Microbiopolitics of Raw-Milk Cheese in the United States**. *Cultural Anthropology*, v. 23, n. 1, p. 15-47, 2008. <https://doi.org/10.1111/j.1548-1360.2008.00002>.

POVINELLI, Elizabeth A. **Geontologias: Um réquiem para o liberalismo tardio**. São Paulo: Ubu, 2023.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, negociação e conflito**. *Mana*, v. 12, p. 237-248, 2006. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132006000100009>.

Recebido em 29 de maio de 2023 | Aceito em 09 de outubro de 2023



Esta obra está licenciada  
conforme Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

---

**Dossiê: Patrimônio em tempos de crise**

V 12 | n 23 | jul-dez 2023

---

## Patrimônio cultural no Antropoceno: Valorização do modo de vida dos caboclos catarinenses

**Lilian Louise Fabre Santos; Briana Bombana; Soraya NóR**

---



**Edição eletrônica**

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

**Organização**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

**Referência Bibliográfica**

SANTOS, Lilian Louise Fabre; BOMBANA, Briana; NÓR, Soraya. Patrimônio cultural no Antropoceno: Valorização do modo de vida dos caboclos catarinenses. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 32-52, jul-dez 2023. Semestral.

---

© NAUI

# Patrimônio cultural no Antropoceno: Valorização do modo de vida dos caboclos catarinenses

Lilian Louise Fabre Santos<sup>1</sup>

Briana Bombana<sup>2</sup>

Soraya Nór<sup>3</sup>

## Resumo

O artigo discute o patrimônio cultural à luz do Antropoceno, uma época geológica em que a humanidade se tornou uma força planetária que ameaça as condições de vida em todo o mundo. Para lidar com este contexto, urge considerar as capacidades humanas de adaptação, incluindo os vínculos culturais e os significados atribuídos aos lugares. O estudo analisa como a cultura cabocla em Santa Catarina, Brasil, pode auxiliar a vislumbrar futuros possíveis em escala local-regional.

**Palavras-chave:** Antropoceno; Caboclos; Patrimônio Cultural.

## Abstract

The article discusses cultural heritage in light of the Anthropocene, a geological epoch in which humanity has become a planetary force which threatens life conditions worldwide. To address this context, it urges to consider human capacities for adaptation, including cultural connections and the meanings attributed to places. The study examines how the “caboclo” culture in Santa Catarina, Brazil, can help us envision possible futures at a regional-local scale.

---

<sup>1</sup> Tem graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC (2012); mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Iphan (2014); atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC e professora substituta do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo na mesma instituição. Contato: lilianfabre@ufsc.br.

<sup>2</sup> Oceanógrafa pela Univali (2011); mestre internacional em Gestão Integrada de Zonas Costeiras pela UPC – Espanha (2011) e em Manejo Costeiro Integrado do Cone Sul pela Udelar - Uruguai (2015); doutora em Geografia pela UAB – Espanha (2019). Atualmente, é pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciências Políticas da UFSC em conjunto com o Departamento de Geografia da UAB (Espanha) desenvolvendo pesquisa sobre o Antropoceno com ênfase na gestão do território costeiro. briana.bombana@uab.cat.

<sup>3</sup> Tem graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UnB (1985); especialização em Urbanismo e História da Cidade pela UFSC (1998); mestrado em Geografia pela UFSC (2001); doutorado em Geografia pela UFSC (2010) e pós-doutorado em Urban Design - Faculty of Technology, Design and Environment - Oxford Brookes University – Inglaterra (2017). Professora do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC. soraya.nor@ufsc.br.

**Keywords:** Cultural heritage; Anthropocene; Caboclos.

## Introdução

O presente artigo parte da premissa de que estamos no Antropoceno, isto é, uma nova época geológica em que a população humana tornou-se uma força planetária (CRUTZEN; STOERMER, 2000). Nesse sentido, é realçado que nos tornamos capazes de realizar mudanças na escala global, em um processo generalizado de degradação crítica das condições de vida em todo o mundo, tornando-as potencialmente hostis (por exemplo, as mudanças climáticas e seus impactos) (STEFFEN *et al.*, 2018). Tido como “nossa época e condição” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016), já não é cabível nos referirmos a uma crise ecológica que pode ser gerida através de maior consciência ecológica e de soluções de caráter científico (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016; COSTA, 2021).

O Antropoceno é, portanto, um conceito-diagnóstico que instala a ideia de um limiar crítico diante de problemas como mutação climática e perda de biodiversidade. Um conceito que revela os limites da natureza e questiona as estratégias de desenvolvimento dominantes, bem como o paradigma cultural da modernidade (SVAMPA, 2019). Ainda que este debate tenha sido originado e confiado inicialmente às ciências do sistema Terra, a sua implicação para a sociedade humana e seus rumos repercutiu em outras esferas e disciplinas, como as ciências sociais, artes e humanidades (LORIMER, 2017).

Como resultado, atualmente, encontramos propostas alternativas do conceito em questão, as quais buscam visibilizar como a assimetria entre nações e certas partes da população teve um papel central na produção histórica de tal condição. Essas propostas apresentam potencial para repercutir no espectro político e no engajamento ideológico. Este viés crítico aponta para a crise de uma concepção moderna de natureza como recurso a ser dominado e utilizado para alcançar o almejado “desenvolvimento” e permitiria que os “modernos”, como Bruno Latour (2020), nomeassem todos os agentes, de corporações a países e indivíduos, comprometidos com o avanço implacável da modernização e se apoderassem da Terra de tal forma que todos os demais seres, humanos e não-humanos, se veriam na condição de proibidos de ocupar os seus próprios territórios.

Também, é possível observar uma crítica sobre a mobilização deste conceito preponderantemente por narrativas globais em detrimento de processos locais vividos pelo Sul Global ou periferias, a qual passa por evidenciar a geopolítica do conhecimento, a diferenciação territorial, o deslocamento dos extrativismos e a falta de reconhecimento de outras ontologias e epistemologias (ULLOA, 2017). De fato, o Antropoceno altera nossa percepção de futuro e torna evidente a necessidade de pensar novas formas de ver o mundo, de se relacionar com o planeta e a inevitabilidade da necessidade de adaptação para além de iniciativas para a mitigação (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2017; FAZEY *et al.*, 2018; PARRY *et al.*, 2008).

Partir desta premissa nos faz repensar a forma hegemônica – colonialista, capitalista, racista e patriarcal – de habitar o planeta Terra e valorizar, inclusive através do campo do patrimônio cultural, outras narrativas e modos de vida que possam auxiliar a vislumbrar futuros possíveis. Para desenvolver outros modos de vida e de se relacionar com a natureza, buscamos conhecimento em fontes até então negligenciadas e estigmatizadas, como é o caso das caboclas e dos caboclos catarinenses. Grupo que, como tantos outros, foram processualmente colonizados e tiveram não só seus territórios, mas suas identidades individuais e coletivas atacadas, subjugadas, expropriadas.

Apesar dos ataques sistemáticos, como forma de resistência, essas identidades vêm sendo ressignificadas para enfrentar o preconceito e o etnocídio praticados contra estes povos e os seus descendentes. Para o quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015, p. 38), esta resistência pode ser percebida material e imaterialmente, “tanto quando olhamos para o passado e fazemos referência aos nossos ancestrais, como hoje, quando visitamos as comunidades da atualidade e dialogamos com as suas organizações e manifestações culturais”. O autor compreende todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados como contracolônização. Este processo tem se potencializado à medida que as pautas desses movimentos emergentes são apropriadas por discussões acadêmicas de forma crítica, contribuindo dialeticamente, como é a intenção desta pesquisa realizada no estado de Santa Catarina.

Santa Catarina é um estado localizado na região sul do Brasil, cuja formação sociocultural é historicamente marcada pela diversidade de grupos culturais. Desde os povos indígenas originários, o processo de conformação dessa diversidade tem se dado com a

ocupação colonizadora portuguesa, os negros africanos escravizados, os imigrantes europeus e asiáticos que vieram desde o final do século XIX, os imigrantes refugiados da contemporaneidade, além da miscigenação provocada pela interface entre esses e outros diferentes grupos étnicos. Ideologicamente, porém, o discurso é de um estado branco, europeizado, homogêneo. Tal discurso, que ignora o diverso, é reforçado por políticas de preservação do patrimônio que, em sua grande maioria, estão relacionadas com os grupos colonizadores (portugueses e demais imigrantes de origem europeia).

Como forma de contribuição para o debate, traremos elementos sobre os caboclos do estado de Santa Catarina, Brasil. A partir da revisão de literatura, este artigo aponta que o processo histórico de formação deste grupo social é marcado por sucessivas expropriações, entretanto ele mantém e reconstrói sua identidade graças à sua capacidade de adaptação.

Objetivamos contribuir com a reflexão sobre o patrimônio cultural no Antropoceno, defendendo que neste contexto urge uma reflexão sobre o papel do patrimônio como instrumento de valorização de modos de vida que podem dar à luz futuros possíveis. Ao mesmo tempo, acreditamos que o debate crítico sobre este conceito apresenta potencial para explicar, em escala mais localizada e a partir da periferia, a intensidade das dinâmicas que o produziram. Para cumprir tal objetivo, discorreremos sobre o contexto socioecológico colocado pelo Antropoceno; categorizamos a identidade cabocla a partir da revisão bibliográfica, em especial o seu modo de se relacionar com a natureza e sua capacidade de adaptação, que poderiam ser reconhecidos no campo do patrimônio a partir desta nova realidade; e, finalmente, apresentamos algumas considerações sobre oportunidades de mudanças.

## **Pensar no Antropoceno: a relação entre adaptação e patrimônio cultural em escalas locais**

O advento do Antropoceno, na virada deste século, introduz uma nova época geológica na qual a espécie humana constitui a fonte primária de mudanças permanentes em todos os compartimentos planetários, na atmosfera (CRUTZEN; STOERMER, 2000; STEFFEN *et al.*, 2015). Como tal, uma das suas repercussões foi a criação, em 2009, do Grupo de Trabalho do Antropoceno (do inglês, Anthropocene Working Group – AWG), no âmbito da Subcomissão Estratigráfica Internacional, com a tarefa de desenvolver uma proposta para a formalização

deste conceito como subunidade integrante da geocronologia terrestre. Apesar da votação em julho de 2023 que elegeu um ponto de referência geológica para a comprovação do seu início, relacionado às bombas nucleares detonadas nos anos 1950, um intenso debate científico está em curso e mais de 20 propostas têm sido apresentadas neste sentido (STEFFEN *et al.*, 2015; LORIMER, 2017).

O debate inter-relacionado com questões políticas traz novas perspectivas sobre as causas e consequências dessa nova época. Destaca-se a proposta de data de início associada à chegada dos europeus às Américas (LEWIS; MASLIN, 2015). Entretanto, este termo tem sido enquadrado à luz de alternativas que o denominam como capitaloceno, plantationoceno, dentre outras. Explicações e necessidades de responsabilização enfocadas em lógicas econômicas específicas relacionadas principalmente ao Norte Global e não para a população humana de forma generalizada. Respectivamente para os exemplos citados, o desenvolvimento do modelo capitalista ancorado na apropriação rápida e na expansão de fronteiras geográficas quando os recursos se esgotam, e o sistema de “plantation” escravocrata como modelo e motor de inflexão para o Antropoceno (HARAWAY *et al.*, 2016; MOORE, 2014). Ademais, a falta de representatividade dos países do Sul Global na mesa de discussões sobre essa nova época é denunciada, uma vez que este foi causado, nomeado e geralmente mobilizado pelos “anthropoceneologists” do Norte Global (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016; LORIMER, 2017; SVAMPA, 2019).

Sem negar a relevância dessas provocações em destacar o papel das práticas hegemônicas em produzir o Antropoceno, ainda assim decidimos utilizá-lo como conceito guarda-chuva porque permite integrar todas essas discussões enquanto sinaliza a destruição das condições ótimas para a vida no planeta. Efetivamente, as condições globais críticas resultantes das mudanças planetárias nessa nova época (por exemplo, clima e tempo hostis) têm ameaçado, cada vez mais, as condições de vida em todo o mundo e os sistemas de sustentação da vida (STEFFEN *et al.*, 2018). Tido como “nossa época e condição” (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016), já não é cabível nos referirmos a uma crise ecológica que pode ser gerida através de uma maior consciência ecológica e de soluções de caráter científico (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016; COSTA, 2021). Ainda que enfatizando nossas limitações perante o sistema Terra, Danowski e Viveiros de Castro (2017, p. 68) nos convidam a pensar o referido aniquilamento como uma “decadência fractal” processual em curso, ao invés de “espetáculo dantesco” pontual, para a

qual precisaremos aprender a imaginar como conviver com as condições hostis subsequentes. Aqui, as múltiplas narrativas não hegemônicas devem desempenhar um papel central (DANOWSKI; DE CASTRO, 2017).

Nesse planeta de condições compartilhadas, as tendências socioeconômicas e do sistema terrestre não estão separadas umas das outras, mas fazem parte de um contexto político e ecológico inter-relacionado mais amplo (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016; LATOUR, 2020). Especialmente, o encontro das escalas de tempo geológico e histórico ajudam a destacar que a natureza e a cultura não podem mais ser entendidas separadamente. Apesar de ter sido originalmente confiado às ciências do sistema terrestre como uma questão científica, o Antropoceno expandiu-se para incorporar nosso humor intelectual atual, também nas ciências sociais, interdisciplinares e humanidades (LORIMER, 2017; SVAMPA, 2019). Em resposta à criação de sentido biofísico direcionada à mudança ambiental e não social (LÖVBRAND *et al.*, 2015), acredita-se que a ciência social crítica possa “repolitizar” o Antropoceno (BONNEUIL; FRESSOZ, 2016).

Embora o Antropoceno transcenda o território em todas as escalas espaciais e temporais (STEFFEN *et al.*, 2015), as narrativas hegemônicas mobilizadas em escala global destacam-se ao abordar futuras mudanças planetárias e consequências – por exemplo, por meio de cenários – sendo percebidas desconexões entre fatos globais de pesquisa e experiências cotidianas da realidade em escala local (TADDEI *et al.*, 2022). Em tais narrativas globais, a geopolítica do conhecimento e/ou a falta de reconhecimento de outras ontologias foram apontadas como razões que contribuem para a não visibilização de processos locais, particularmente em lugares periféricos (SVAMPA, 2019).

Nessa transição entre escalas, vale ressaltar dois possíveis sentidos de Mundo. Primeiro, o espaço produzido pelo sistema Mundo (em maiúscula) que, atualmente, é associado ao processo de mundialização por meio da abertura geográfica que designa profundas transformações ecológicas e sociais de uma região até então isoladas em razão da sua conexão com o sistema Mundo; e o mundo (em minúsculo) como horizonte geográfico de uma sociedade, que é definido pelas suas práticas e representações em um momento determinado da sua história (GRENIER, 2019). Cançado (2022) aponta que esta diferenciação é parte do projeto moderno de ocupação ontológica, “que é realizada por um mundo – capitalista, secular, liberal, patriarcal – que se dá o direito de ser o “Mundo” que recusa a relação com todos os outros

mundos e que impõe sobre eles protocolos, instituições, espacialidades, artefatos etc. (CANÇADO, 2022, p. 238).

Esta imposição de ser “Mundo” é observável na ação dos imigrantes-colonizadores, que, no caso em estudo, o estado de Santa Catarina, trouxeram e impuseram, a partir do início do século XX as “[...] coordenadas ideológicas hegemônicas da sociedade moderna: civilização, progresso, evolução e trabalho” (CAROLA, 2010, p. 547). Neste contexto, a natureza é vista e representada como um mero recurso natural que deve ser explorado e manipulado pela sociedade humana, conjuntura que estimula e legitima a destruição e a domesticação tanto do mundo natural quanto dos povos indígenas (CAROLA. 2010).

Figura 1: Plantação em meio à mata derrubada, São Miguel do Oeste, na década de 1930.



Fonte: Acervo CEOM-Unochapecó *apud* Salini, 2018.

A Figura 1 e outras imagens produzidas por colonos e madeireiros que atuaram nas mesorregiões Planalto Serrano e Oeste catarinense ilustram esse processo de dominação e “domesticação” da natureza que simbolizava o “progresso”, onde a imposição da ordem, da racionalidade, da agricultura, simbolizavam a presença e engenhosidade do homem civilizado. Portanto, se o desmatamento e antropização da paisagem eram atributos civilizadores, os grupos que se relacionavam de outra maneira com a natureza – como os povos originários e os caboclos – eram considerados incivilizados, atrasados, selvagens ao “ignorar” esse abundante recurso

(BRANDT, 2015). Num período não maior que três décadas, os espaços nos quais predominavam vastas florestas nativas, usufruídas anteriormente em práticas que estavam integradas ao ambiente natural, passaram a ser manejadas pela ação das empresas madeireiras e por lavouras realizadas por famílias, na maioria descendentes de colonos alemães e italianos, até a sua devastação (MARTENDAL, 1980).

As imposições de certas condições de habitabilidade no estado devido aos projetos de desenvolvimento (físicos e culturais), no sentido do Mundo (em maiúscula) que ameaçou o mundo (em minúscula) da sociedade cabocla (GRENIER, 2019), levaram a mudanças na forma de vida dessa população, que, por um lado, conduzem a deslocamentos forçados para as periferias de diversas cidades da região, mas por outro falam sobre mudanças deliberadas que podem incorporar valores e significados distintos a fim de se pensar intencional e proativamente em alternativas de vida. Os elevados custos ambientais que desde o início da modernidade – no caso da colonização – pagou e continua pagando aos povos do Sul revelam padrões de injustiça ambiental, refletem em profundas desigualdades, não só entre o Norte e o Sul, mas também dentro das sociedades, tanto do ponto de vista social, etário, étnico e de gênero (SVAMPA, 2019).

Apesar de as mudanças serem globais em escopo e escala de espaço, produzidas pelo sistema Mundo, seus impactos ocorrem em locais específicos afetando outros mundos. Nesses locais particulares, é que as incertezas das mudanças são percebidas e a resposta adaptativa precisa acontecer. Em vez de focar na redução de emissões de gases do efeito estufa e demais impactos no Antropoceno, o discurso crítico aborda as causas profundas de risco e vulnerabilidade (RIBOT, 2014) e de capacidades adaptativas desiguais.

A adaptação não é um processo politicamente neutro e refere-se a mais que os perigos e riscos relacionados, mas também às capacidades humanas e sociais multidimensionais. De modo geral, a adaptação é uma mudança feita em resposta a novas condições (DOW *et al.*, 2013). Esta adaptação é capaz de ocorrer de forma transformacional, o que pode incluir tanto deslocamentos forçados ou transformações deliberadas. As últimas envolvem a criação intencional e proativa de futuros alternativos que incorporam explicitamente ética, valores e sustentabilidade (O'BRIEN, 2012). Por outro lado, o deslocamento forçado refere-se a uma realocação devido a mudanças ambientais (por exemplo, secas e inundações) ou fatores

políticos (por exemplo, guerra), destacando-se que a distinção entre esses fatores é difícil de traçar (O'BRIEN, 2012).

As abordagens globais de adaptação são normalmente levadas às localidades na forma de avaliação e gestão de riscos, dando pouca atenção a atributos imateriais ou intangíveis relacionados a impactos de mudanças globais e capacidades humanas de adaptação (MARIN, 2023). Isso afeta o surgimento da agência adaptativa humana. Os esforços para lidar com os impactos das mudanças globais e suas incertezas associadas devem integrar os significados e vínculos que as pessoas atribuem aos lugares, ou estarão fadados ao fracasso (RAYMOND *et al.*, 2021). Conseqüentemente, a priorização de abordagens baseadas no local relaciona-se com iniciativas mais fundamentadas e inclusivas, levando em conta os significados e valores simbólicos, emocionais e intrínsecos do ambiente (FAZEY, *et al.*, 2018). Um foco no lugar realça os ambientes materiais e simbólicos específicos onde as pessoas moldam suas vidas e encontram significado nelas.

Ao mesmo tempo, partindo do pressuposto de que o Antropoceno não é apenas uma crise, mas uma nova condição, torna-se urgente aprender não só sobre se relacionar com a natureza, mas como se adaptar às condições adversas. Para a adaptação, não cabe só pensar na forma como as mudanças influenciam o mundo exterior objetivo, mas também a dimensão mais subjetiva do mundo interior (O'BRIEN; WOLF, 2010). Em outras palavras, em uma escala mais local, os vínculos emocionais, entre indivíduos e o seu ambiente, bem como os sentidos colocados pelos indivíduos em tais lugares podem ser utilizados para valorizar entendimentos que levem a expectativas e ações sobre como esses lugares deveriam ser usados e gerenciados (MASTERSON *et al.*, 2017).

Algumas aproximações acerca do sentido de lugar provaram ser lentes produtivas para observar a adaptação ao apreender a dimensão subjetiva da adaptabilidade, uma vez que integram respostas comportamentais, cognitivas e afetivas a ambientes em mudança. O sentido de lugar refere-se à maneira como vivenciamos os lugares. Integra componentes afetivos (isto é, apegos e laços complexos que as pessoas desenvolvem com lugares específicos), cognitivos (isto é, significados de lugar que podem ser contestados politicamente) e comportamentais (MASTERSON *et al.*, 2017). Ao adotar uma abordagem baseada em valores para a adaptação, é possível uma imagem mais completa e justa do risco, porque as pessoas são vulnerabilizadas na medida em que as mudanças globais influenciam não apenas seu mundo exterior objetivo,

mas também seu mundo interior subjetivo (O'BRIEN; WOLF, 2010). O envolvimento com múltiplos significados de lugar pode levar a diversos entendimentos de questões emergentes, enriquecendo o conhecimento e as soluções para enfrentar a mudança, incluindo transformações inovadoras em direção a caminhos desejáveis de desenvolvimento (MASTERSON *et al.*, 2017). Isso inclui destacar a importância dos valores baseados no local, como paisagem, valores sociais, patrimônio ou conhecimentos tradicionais (RAYMOND *et al.*, 2021).

No Brasil, apesar do conceito de patrimônio cultural consagrado na Constituição<sup>4</sup> ser amplo e democrático, a identificação de itens culturais a serem protegidos e a implementação de procedimentos de proteção resultam de um processo de negociação complexo, e frequentemente conflituoso, que envolve mediadores culturais, ou seja, agentes de políticas públicas (técnicos e burocratas) e agentes profissionais, políticos e empresariais (ARANTES, 2006). Esta é, portanto, “uma atividade especializada e não parte da cultura comum – que coloca em cena o Estado como representante do interesse público nos processos de construção de representações simbólicas da nação e da identidade dos grupos que a formam” (ARANTES, 2006, p. 426).

Para Gonçalves (2007), existem modos diferentes de se usar a expressão “patrimônio cultural” e seus efeitos são distintos. Tanto no caso dos grupos dominantes quanto nos grupos tidos como supostamente inferiores, é importante reconhecer os efeitos que uma autoconsciência em relação a essas modalidades de discurso pode trazer para as práticas dos profissionais do patrimônio. Entre esses efeitos está o de nos revelar o caráter eminentemente arbitrário de cada um desses discursos e dos patrimônios. Se são arbitrários, se não estão fundados em nenhuma realidade última, seja a natureza, a história, a sociedade ou a cultura (concebidas como categorias reificadas), eles são, portanto, passíveis de reinvenção.

Arantes (2006) reconhece que apesar de o patrimônio como prática oficial ter sido legitimado pela história e pela estética, o patrimônio ganhou, nos anos 1970 e 1980, uma clara inflexão política (como emblema de identidades diferenciadas) e ambiental (na medida em que foi associado à qualidade de vida), sendo atualmente compreendido como recurso (prático e simbólico) por diversas camadas sociais.

---

<sup>4</sup> Segundo o artigo 216 da Constituição Federal de 1988: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Agora, ele é reivindicado por amplos setores sociais, por seu valor econômico ou como recurso simbólico na construção de sentidos de lugar e desenvolvimento de produtos com valor cultural agregado, em um riquíssimo e frequentemente conflituoso processo cultural de formação de tradições reinventadas (Arantes, 2006, p. 429).

Apesar dos avanços, as políticas de preservação do patrimônio cultural têm historicamente reforçado a presença e hegemonia de certos grupos cuja forma de relação com a natureza tem sido destrutiva e catastrófica. Um exemplo é a própria política pública de preservação do estado de Santa Catarina que, nas três esferas, prioriza os bens de referência à cultura do imigrante e fortalece a imagem de um estado branco, “moderno” e que se desenvolveu através da lógica de trabalho capitalista trazida principalmente pelos imigrantes italianos e alemães (SANTOS; Nór, 2023). Atualmente, o patrimônio cultural ampliou-se, principalmente no reconhecimento dos bens de natureza imaterial, e tem incluído significativamente referências culturais de grupos minoritários, porém não se coloca como um instrumento de revisão histórica e contracolônia.

Assim, no contexto do Antropoceno, o patrimônio pode ser novamente reinventado e, mais do que olhar para elementos vindos do passado, passar a valorizar formas de organização do território que desafiam o modo capitalista de se relacionar com a natureza e que possam servir de referência para construirmos futuros em que a vida humana e outras formas de vida possam se sustentar de maneira mais justa e equilibrada (LOWANDE; CORRÊA, 2021).

Assim, compreendendo que o patrimônio detém também valores cognitivos, isto é, por constituir oportunidade relevante de conhecimento, apontamos para a importância de olhar, reconhecer e apreender sobre modos de vida que se relacionam de outras formas com a natureza, bem como as estratégias de adaptabilidade de grupos até então tidos como minoritários. Modos de vida indígenas, quilombolas, caboclos, dentre outros, até então negligenciados pelos grupos dominantes podem ser ressignificados dentro deste contexto e apontar caminhos de um futuro comum.

## **Caboclos em Santa Catarina: identidade forjada por meio da adaptação**

O *caboclo* é um termo utilizado em todo Brasil, sendo uma categoria de classificação social complexa que inclui dimensões geográficas, raciais e de classe. Existem pelo menos duas etimologias diferentes, ambas especulativas, para a palavra caboclo. A primeira afirma que

caboclo deriva do tupi *caa-boc*, que quer dizer “o que vem da floresta”. Outra etimologia sugere que o nome vem da palavra tupi *kari'boka*, que significa “filho do homem branco” (LIMA, 1999). Ambas fazem sentido, pois o termo caboclo geralmente está relacionado com pessoas oriundas da área rural e parte da “mistura racial”, referindo-se no caso ao filho do branco e do indígena.

Entretanto, caboclo é um termo ainda bastante utilizado de maneira pejorativa para designar a população campesina como ignorante e preguiçosa. Coloquialmente, é utilizado como meio de identificar uma categoria de pessoas que se encontra numa posição social inferior, relacionando ao caboclo as qualidades rurais, descendência indígena e “não civilizada”, que contrastam com as qualidades urbana e branca.

Nesta pesquisa, tratamos a categoria caboclo como identidade cultural, para além da característica étnica e da condição socioeconômica. Utilizaremos como base o entendimento de Hall (2008), em contraste com a definição do senso comum, que entende a identidade como algo “natural” e fechado. A identidade é algo em processo, nunca completamente determinada, mas, sim, um conceito estratégico e posicional.

No estado de Santa Catarina, o caboclo era originalmente definido como indivíduo portador de uma condição específica de sobrevivência, ocupante de áreas de terras mais remotas, fora do eixo de interesse do capital e geralmente em precárias condições de existência (POLI, 1991). É importante contextualizar que quando nos referimos à colonização em Santa Catarina, há dois períodos distintos, o da colonização portuguesa, que iniciou no século XVII, e o da colonização por imigrantes de outras origens europeias (principalmente alemães e italianos), no final do século XIX. A miscigenação entre o colonizador português, os negros escravizados e os indígenas da região constituiu o caboclo no sentido étnico. Os conflitos com os imigrantes do século XIX, porém, foram determinantes na construção de sua identidade diante do processo de espoliação e discriminação a que os caboclos foram submetidos.

Segundo Brandt e Nodari (2011) a população cabocla do planalto meridional apresenta algumas características próprias decorrentes do contato com uma pluralidade de grupos sociais, do conhecimento adquirido sobre espaço geográfico e o uso de seus recursos. São eles:

a dependência dos recursos naturais, o que pode ser exemplificado pela extração da erva-mate para consumo e comércio, e a utilização de produtos da mata para consumo e alimentação de animais, entre eles: o pinhão, frutas e mel; o conhecimento sobre a natureza, transmitido de geração a geração por meio da oralidade – neste caso, os

monges possuem um papel importante, sendo eles defensores da natureza e transmissores de conhecimento; a noção de território; a valorização do trabalho de subsistência; a valorização do meio comunitário e familiar; a tecnologia simples e pouco acúmulo de capital; a autoidentificação; e a ampla utilização dos laços sociais do compadrio e de parentesco para a manutenção das atividades sociais, culturais e econômicas (BRANDT E NODARI, 2011, p. 83).

A retomada histórica do processo de formação deste grupo social é marcada por sucessivas expropriações: desde a colonização do território pela ação da pecuária extensiva, das consequências da Lei de Terras de 1850, dos conflitos com as companhias de imigração no final do século XIX e início do século XX, que trouxeram junto com imigrantes europeus a lógica capitalista, materializada na construção da estrada de ferro que ligou São Paulo ao Rio Grande do Sul, feita pela empresa norte-americana Brazil Railway Company, culminando na Guerra do Contestado (1912/1916) (LOCKS, 1998; BLOEMER, 2000; IUNSKOVSKI, 2002; RENK, 2004; MARTINS; WELTER, 2009). A história oficial aponta que a Guerra do Contestado, ocorrida entre os anos 1912 a 1916, foi um episódio complexo, alimentado por fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa. Para diversos autores atuais, ela é considerada a maior guerra civil camponesa brasileira, marcada pelo genocídio de milhares de camponeses pobres, em sua maioria caboclos (FRAGA; LUDKA, 2012).

Depois da Guerra do Contestado, marcados pela exclusão, muitos caboclos passaram a compor uma parcela dos moradores das periferias de diversas cidades da região, trabalhando muitas vezes nas madeireiras e serrarias, ou a compor o quadro de diversos acampamentos e assentamentos rurais (MARTENDAL, 1980; RENK, 2009). Da década de 1950 até aproximadamente o final da década de 1970, inicia-se outra fase no processo histórico da formação da identidade cabocla, relacionada ao momento da história econômica e social da Mesorregião do Planalto Serrano Catarinense e Oeste Catarinense, convencionalmente denominado “ciclo de madeira”.

Empresários, geralmente descendentes de primeira e segunda gerações de imigrantes italianos, provenientes do Rio Grande do Sul, foram os empreendedores e responsáveis por esse processo, organizado sob as formas usuais do desempenho da produção e das relações sociais produtivas capitalistas. Na história do trabalhador, essa fase representou a sua evasão dos antigos locais de trabalho – a fazenda e a roça – e o seu recrutamento para as periferias urbanas, e a nova forma de trabalho nas serrarias (JESUS, 1991; MARTENDAL, 1980).

Desde então, a identidade cabocla não é algo que se manifesta exclusivamente do espaço campesino, mas está presente nas periferias urbanas de cidades catarinenses de todos os portes, como mostram, por exemplo Locks (1998) na pequena cidade de São José do Cerrito, Iunskovski (2002), em Florianópolis, Martendal (1980) e Jesus (1991) sobre os caboclos operários nas serrarias de Lages, e as pesquisas mais atuais de Renk e Savoldi (2008) sobre os caboclos na área urbana do município de Chapecó. A vulnerabilidade social e as condições precárias de moradores de diversos bairros têm como antecedente a expropriação sofrida há décadas. Não bastasse a localização periférica e estigmatizada da população cabocla, ela era surrupiada da história oficial e expropriada de suas terras e do seu modo de vida, comparados como atrasados e uma série de atributos negativos (RENK; SAVOLDI, 2008, p. 12).

Martins e Welter (2006), a partir da tipificação de Locks (1998), partiram a pensar o “caboclo em movimento”, não mais exclusivamente no contexto rural, nem no meio urbano, mas se relacionando com ambos como maneira de permanecer ligado ao seu local de origem ou para buscar outra condição de existência em um contexto de mudança. Ao observar esta dinâmica, os autores apontam que foi possível constatar que as pessoas envolvidas no processo tratam de reproduzir nos diversos ambientes onde se instalam alguns elementos característicos de seus modos de organização e de pensamento, reconstruindo no espaço urbano a identidade cabocla forjada na área rural.

Segundo Renk e Savoldi (2008), cabe-nos deslocar o olhar à população cabocla urbana que, nas gerações seguintes à expropriação, passa pelo processo de escolarização, ocupa posições de maior relevância no espaço social e, atualmente, apresenta reorganização étnica. Seja reativando práticas tradicionais como o batismo nas “águas santas”, na reorganização das festas religiosas, em festivais gastronômicos ou na constituição de movimento étnico.

É como um desdobramento do episódio da Guerra do Contestado que vem a principal referência cultural do caboclo na contemporaneidade: a religiosidade a partir da crença no Monge São João Maria, expressada em lugares como, por exemplo, os “Pousos de São João Maria”, locais pelos quais se atribuem a passagem e o pernoite do profeta e que, ainda atualmente, são reverenciados pelas comunidades locais (WELTER, 2007). Além da religiosidade, o convívio harmonioso com a natureza, as festas e bailes realizados nas casas de chão batido, muitas vezes após a realização do puxirão (mutirão) fortalecem os laços e os vínculos de amizade (FERRARI, 2015).

Na área urbana, os caboclos demonstram seu conhecimento sobre a natureza, ao manter quintais com rotação de culturas e diversas ervas medicinais que dizem ter aprendido com os monges e têm a preocupação em transmitir estes conhecimentos para as novas gerações por meio da oralidade. Seguem valorizando o trabalho de subsistência, o meio comunitário e familiar, a tecnologia simples e mesmo buscando escolarização para as novas gerações e novas oportunidades de empregos, defendem o pouco acúmulo de capital. Já muitos dos que se mantêm na área rural apropriam-se desta identidade, apontando principalmente o sentido do caboclo como um grupo de luta e resistência pelo direito à terra, tanto que boa parte destes grupos fazem parte do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

### **Considerações finais e oportunidades de mudança**

A interpretação do patrimônio cultural à luz do Antropoceno permite, em primeiro lugar, dar visibilidade à magnitude da modificação humana que, conseqüentemente, impactará o patrimônio cultural que atualmente valorizamos. O Antropoceno também desloca nossos sentidos temporais no momento em que percebemos que o futuro não é um porvir a ser idealizado, mas um processo que se dá no presente e pode ser irreversivelmente hostil.

Assim, tomamos dois recortes temporais: aquele associado à colonização e “abertura geográfica” causada pela mundialização-globalização subsequente como forma de explicar as causas do que expomos; e o outro associado às conseqüências da grande aceleração com processos emergentes complexos e com necessidades urgentes de aprender a viver neste mundo, especialmente no caso de populações mais expostas e vulnerabilizadas aos seus riscos intrínsecos. Portanto, acreditamos que, em escala local-regional, os caboclos podem ajudar a identificar formas de adaptação por intermédio das capacidades que desenvolveram do embate com os projetos de desenvolvimento hegemônicos ocorridos em Santa Catarina e que ainda se fazem presentes por meio da distribuição socioespacial desigual no acesso à infraestrutura observada em áreas urbanas e rurais nesse estado.

Com isto, não apontamos para uma abordagem do patrimônio cultural que em si mesma seja capaz de tratar, por um lado, os problemas trazidos pelo Antropoceno e, por outro, propor alternativas mais sintonizadas com essa época. Mas, sim, buscamos iniciar um diálogo que, a partir de uma leitura crítica, reinterprete o patrimônio cultural reconhecido no estado, pois este

representa as lógicas capitalistas e coloniais, apontando que este modo de vida predominante na verdade marca uma ocupação predatória do território que não deve ser mais reproduzida.

Sobretudo, se ponderados tanto a volatilidade da ideia atual acerca do patrimônio cultural à luz das mudanças aceleradas e transcendentais do Antropoceno quanto o papel de narrativas não hegemônicas em imaginar como conviver com as condições hostis subsequentes, sinalizamos a necessidade de reflexão do conceito de patrimônio cultural em um contexto mais global. Lembramos, então, que em geral os caboclos no estado de Santa Catarina possuem uma forma própria de se relacionar com a natureza que tem sido associada à preservação ecológica do entorno, à prática de produção que respeita os limites da terra e à resistência ao modelo de acumulação de capital.

Finalmente, ressaltamos que as imposições de certas condições de habitabilidade no estado devido aos projetos de desenvolvimento (físicos e culturais), no sentido do Mundo (em maiúscula) que ameaçou o mundo (em minúscula) da sociedade cabocla (GRENIER, 2019), levaram a mudanças na forma de vida dessa população, as quais podem ser entendidas como práticas de adaptação já ocorridas no passado, com eco em atividades atuais. Estas práticas tomam uma configuração transformacional dado que, por um lado, conduzem a deslocamentos forçados, mas por outro falam sobre mudanças deliberadas que podem incorporar valores e significados distintos a fim de se pensar intencional e proativamente em alternativas de vida.

Nesse sentido, aproximarmo-nos das estratégias e capacidades desenvolvidas pelos caboclos ao longo dos últimos séculos pode constituir uma oportunidade de aprendizado sobre adaptação em contextos adversos e de reconexão com a natureza. Ainda, entendendo essa adaptação como um dos componentes-chave da resiliência, acreditamos que a sua interlocução com outras formas de conhecimento e posições paradigmáticas (como o caso dos caboclos) poderia iluminar a crítica e ampliar o leque de abordagens de tal conceito. Este tem sido mobilizado primordialmente pela academia por meio do enfoque em aspectos funcionalistas, sem considerar a natureza estruturante do poder e das desigualdades (BORGES-MENDEZ; CARON, 2019). Especialmente, é tempo para pesquisas que aprofundem na ideia de sentido de lugar e sua relação com o patrimônio cultural para situações de adaptação local e subsequente valorização de outros patrimônios até então marginalizados.

---

## **Agradecimentos**

A primeira autora agradece à Capes pela bolsa de doutorado que vem financiando esta pesquisa; a segunda autora agradece ao Ministério de Universidades (Espanha) e à União Europeia pelo provimento do financiamento Margarita Salas (NextGenerationEU) e todas agradecem à Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

## Referências

- ARANTES, Antônio Augusto. **O patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana**. Revista *Habitus*. Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006.
- BRANDT, Marlon. **Paisagens caboclas no Oeste de Santa Catarina: colonização e rupturas**. In: Brandt, Marlon e Nascimento, Ederson (Orgs.). *Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem*. São Carlos: Pedro e João Editores; Chapecó, UFFS, 2015.
- \_\_\_\_\_; NODARI, Eunice. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**, v. 15, n. 1, janeiro-abril, 2011, p. 80-90. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Brasil, 2011.
- BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages**. Cidade futura – Florianópolis, 2000.
- BONNEUIL, C.; FRESSOZ, J.-B. **The shock of the Anthropocene: The earth, history and us**. New York: Verso Books, 2016.
- CANÇADO, Wellington. **Habitabilidades**. In: MOULIN, G. *et al.* (Orgs.). *Habitar o Antropoceno*. BDMG Cultural – Belo Horizonte/MG, 2022.
- CAROLA, Carlos Renato. Natureza admirada, natureza devastada: História e historiografia da colonização de Santa Catarina. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44: p. 547-572, jul/dez 2010.
- COSTA, A. de C. Negacionistas são os outros? Verdade, engano e interesse na era da pós-verdade. **Principia: An International Journal of Epistemology**, 25(2), 305-334, 2021.
- CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E.F. The Anthropocene. **IGBP Newsletter** (41: 17-18), 2000.
- DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro (Florianópolis): Cultura e Barbárie, 2017.
- DOW, K., BERKHOUT, F., PRESTON, B. L., KLEIN, R. J. T., MIDGLEY, G., SHAW, M. R. Limits to adaptation. In **Nature Climate Change** (v. 3, Issue 4, p. 305-307). Nature Publishing Group, 2013. <https://doi.org/10.1038/nclimate1847>.
- FAZEY, I., CARMEN, E., CHAPIN, F. S., ROSS, H., RAO-WILLIAMS, J., LYON, C., CONNOR, I. L. C., SEARLE, B. A., & KNOX, K. Community resilience for a 1.5°C world. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, 31, 30-40, 2018.
- FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, 2012.
- FERRARI, L. F. **Intrusão e desintrusão nas terras da Companhia Territorial Sul Brasil**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro, 2007.

- GRENIER, C. **Survivre aux fins d'un monde. Adaptations, effondrements, résiliences et ouvertures géographiques à l'île de Pâques.** Noroist, 251, p. 65-80, 2019.
- HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008.
- HARAWAY D. Anthropocene, capitalocene, plantationocene, chthulucene: Making kin. **Environmental Humanities** 6: 159-165, 2015.
- IUNSKOVSKI, Roberto. **Migrantes Caboclos em Florianópolis – Trajetória de uma experiência religiosa.** (Dissertação em História). Florianópolis: PPHST, 2002.
- JESUS, Samir Ribeiro de. **Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do Planalto Serrano.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.
- LATOUR, Bruno. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- LEWIS, S. L.; MASLIN, M. A. Defining the Anthropocene. **Nature**. 519 (7542): 171-180, 2015.
- LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2 – dezembro, 1999.
- LOCKS, Geraldo Augusto. **Identidade dos Agricultores Familiares Brasileiros de São José do Cerrito.** (Dissertação de Mestrado). Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1998.
- LORIMER, Jamie. The Anthro-Scene: A Guide for the Perplexed. **Social Studies of Science** 47(1): 117-142, 2017.
- LÖVBRAND, E., BECK, S., CHILVERS, J., FORSYTH, T., HEDRÉN, J., HULME, M., LIDSKOG, R., VASILEIADOU, E. Who speaks for the future of Earth? How critical social science can extend the conversation on the Anthropocene. **Global Environmental Change**, 32(2), 211-218, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2015.03.012>.
- LOWANDE, Walter Francisco Figueiredo; CORRÊA, Jaíne Diniz. Uma ponte entre valores: políticas municipais de patrimônio, pluralidade de significados e alternativas ao Antropoceno no Sul de Minas Gerais. **PerCursos**, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 10-45, maio/ago. 2021.
- MARIN, A. Climate change adaptation in Llobregat Delta: local response-ability. Phd Thesis (Geography), Universitat Autònoma de Barcelona, 2023.
- MARTINS, P.; WELTER, T. Cultura Cabocla: uma identidade cultural em construção no mundo rural. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 14, n. 27, p. 139-153, 2006.
- MARTENDAL, José Ari Celso. **Processos produtivos e trabalho-educação: A incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira.** Dissertação de mestrado. Instituto de estudos avançados em educação. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1980.

MASTERSON, V. A., R. C. STEDMAN, J. ENQVIST, M. TENGÖ, M. GIUSTI, D. WAHL, and U. SVEDIN. 2017. **The contribution of sense of place to social-ecological systems research: a review and research agenda.** *Ecology and Society* 22(1):49, 2017.

MOORE, J. **The capitalocene, part I: On the nature & origins of our ecological crisis.** 2014. Available at: [http://www.jasonwmoore.com/uploads/The\\_Capitalocene\\_\\_Part\\_I\\_\\_June\\_2014.pdf](http://www.jasonwmoore.com/uploads/The_Capitalocene__Part_I__June_2014.pdf).

O'BRIEN, K. Global environmental change II: From adaptation to deliberate transformation. **Progress in Human Geography**, 36(5), 667-676. 2012. <https://doi.org/10.1177/0309132511425767>.

PARRY, M., PALUTIKOF, J., HANSON, C., LOWE, J. Squaring up to reality. **Nature Climate Change**, 1(806), 68-71. 2008.

POLI, Jaci. **Caboclo: pioneirismo e marginalização.** Cadernos do CEOM – Ano 19, n. 23 – CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina, 1991.

RAYMOND, C. M., WILLIAMS, D., DI MASSO, A., MANZO, L. C., WIRTH, T. VON. Introduction: Senses of place in the face of global challenges. In C. Raymond, L. C. Manzo, D. R. Williams, A. Di Masso, & T. von Wirth (Eds.), **Changing Senses of Place: Navigating Global Challenges** (p. 1-18). Cambridge University Press, 2021. <https://doi.org/10.1017/9781108769471>.

RENK, Arlene. **Expropriação do campesinato caboclo no Oeste catarinense.** In: Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades, v. 1/ Godoi, Menezes, Marin (Orgs.) – São Paulo: Editora Unesp, 2009.

\_\_\_\_\_; SAVOLDI, Adiles. Reconversão cabocla e invenção das tradições. **Revista Grifos** – n. 25 – dezembro, 2008.

RIBOT, J. Cause and response: vulnerability and climate in the Anthropocene. **Journal of Peasant Studies**, 2014. <https://doi.org/10.1080/03066150.2014.894911>.

SALINI, Ademir Miguel. **Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do Oeste Catarinense (1930 a 1970).** Dissertação de mestrado em História. UFFS – Universidade da Fronteira Sul, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombo: modos e significados.** Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

SANTOS, Lilian L. F. e NÓR, Soraya. **Identidade e patrimônio cultural dos caboclos no contexto do estado de Santa Catarina, Brasil.** In: Entre vulnerabilidade e resiliência: ensaios sobre disposições do espaço habitado / [organizado por] Roseline Vanessa Santos Oliveira. – Maceió: Edufal, Fapeal, 2023.

STEFFEN, Will *et al.* The Trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration. **The Anthropocene Review**, 2(1): 81-98, 2015.

\_\_\_\_\_. **Trajectories of the Earth System in the Anthropocene.** Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America 115(33): 8252–8255. 2018.

SVAMPA, Maristella. **Antropoceno. Lecturas globales desde el Sur.** Ed. Editorial Cartonera de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba. Ciudad de Córdoba (Argentina), 2019.

TADDEI, Renzo, KAREN Shiratori, BULAMAH, Rodrigo C. Decolonizing the Anthropocene. In: **The International Encyclopedia of Anthropology**, Wiley, 1-12, 2022.

ULLOA, A. Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: ¿Es la época del Antropoceno o del Capitaloceno en Latinoamérica? **Desacatos**, maio-agosto, p. 58-73, 2017.

Recebido em 03 de julho de 2023 | Aceito em 24 de novembro de 2023



Esta obra está licenciada  
conforme Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

---

**Dossiê: Patrimônio em tempos de crise**

V 12 | n 23 | jul-dez 2023

---

## Notas sobre o (quase) fechamento de um museu: patrimônio cultural em cenários cambiantes no Brasil

**Leonardo Leal Esteves**

---



**Edição eletrônica**

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

**Organização**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

**Referência Bibliográfica**

ESTEVES, Leonardo Leal. Notas sobre o (quase) fechamento de um museu: patrimônio cultural em cenários cambiantes no Brasil. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 53-72, jul-dez 2023. Semestral.

---

© NAUI

# Notas sobre o (quase) fechamento de um museu: patrimônio cultural em cenários cambiantes no Brasil

Leonardo Leal Esteves<sup>1</sup>

## Resumo

Neste artigo, procuro refletir sobre as razões da ameaça de fechamento de um museu dedicado à salvaguarda do frevo no Recife – PE, pouco tempo depois do reconhecimento desta expressão cultural como patrimônio pelo IPHAN e pela UNESCO. Partindo de uma etnografia em torno de uma série de protestos e da análise do contexto político brasileiro recente, busco chamar atenção para os desafios em torno da manutenção de equipamentos culturais e dos desdobramentos das crises que enfrentamos no campo do patrimônio no Brasil em níveis locais.

**Palavras-chave:** Crises políticas; frevo; museu; patrimônio.

## Abstract

In this paper, I try to highlight the reasons behind the threat to a museum related to frevo in Recife - PE, after the recognition of this cultural expression as a Cultural Heritage by IPHAN and UNESCO. Based on an ethnography of some protests and on the recent Brazilian political context analysis, I try to shed light on the challenges regarding the maintenance of cultural equipment and the echoes of the recent crises that we have faced in the heritage field in Brazil at the local levels.

**Keywords:** Political crises; frevo; museum; cultural heritage.

---

<sup>1</sup> Pesquisador do Programa Internacional de Pós-doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (IPP-CEBRAP) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGA-UFS). Email: leonardolestes@gmail.com.

## Introdução

Em dezembro de 2018, houve uma manifestação de músicos, maestros, passistas, representantes de agremiações carnavalescas e de foliões em geral ao redor de um museu chamado “Paço do Frevo”, localizado na cidade do Recife – PE. Gritando palavras de ordem, empunhando cartazes, executando instrumentos musicais e promovendo um grande abraço coletivo em torno do edifício, a mobilização buscava chamar atenção para o iminente fechamento daquele museu.

Rumores sobre o possível encerramento das atividades da referida instituição passaram a surgir na cidade, quando vieram a público notícias a respeito do fechamento do Paço do Frevo por tempo indeterminado e demissão de todos os seus funcionários (Diário de Pernambuco, 2018; Jornal do Commercio, 2018; Nascimento, 2018). Especulações acerca da finalização do contrato de gestão celebrado entre a Prefeitura do Recife e a Organização Social Instituto de Desenvolvimento e Gestão – IDG<sup>2</sup> começaram a circular nas redes sociais e na mídia local, em meio a um cenário de cortes sistemáticos de verbas para o campo da cultura e de políticas de austeridade que vinham sendo implementadas cada vez mais pelo poder público nas esferas municipal, estadual e federal no País.

Nos últimos anos no Brasil, particularmente entre 2016 e 2022, segmentos defensores de políticas neoliberais e setores de extrema direita passaram a assumir o poder. Com isso, pôde-se perceber uma expressiva diminuição de investimentos em áreas da cultura e do patrimônio, desmonte de órgãos, instituições e políticas culturais, bem como uma crescente repressão à liberdade de expressão de determinados segmentos artísticos. Alguns setores da cultura e do patrimônio passaram a ser considerados, neste contexto, além de dispensáveis no orçamento público, conforme a lógica produtiva neoliberal (GUIMARÃES, 2013; 2020; MOTTA; SARMENTO, 2022), ao que tudo indica, “entraves” a determinados projetos de dominação de “corações e mentes”.

O Paço do Frevo, entretanto, havia sido inaugurado havia poucos anos, em 2014, em meio a uma grande celebração na cidade, a partir do registro do frevo como Patrimônio Cultural Imaterial pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 2007, e de sua inclusão na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, em 2012. Desde a sua inauguração, o museu vinha promovendo diversas atividades,

---

<sup>2</sup> O IDG é uma OS voltada à gestão de equipamentos e espaços públicos ligados à cultura e ao meio ambiente.

havia recebido prêmios e passou a ter um expressivo reconhecimento, no plano nacional e internacional, pela exemplaridade de suas ações.

O iminente fechamento daquele equipamento pareceu representar, com isso, para além da natural interrupção das atividades de um museu, uma frustração para os artistas e grupos que vivem mais cotidianamente o frevo em Pernambuco. Considerando que, mesmo uma instituição que havia sido idealizada e construída no cerne e em função daquilo que Henri-Pierre Jeudy (2005) chamou de “maquinaria patrimonial”, que usufruía de relativa autonomia e expertise para captação de recursos e que vinha sendo premiada e respeitada por conta da exemplaridade de suas ações poderia fechar suas portas, ficou evidente que havia desafios inerentes ao próprio campo do patrimônio e, ao que tudo indica, inúmeras fragilidades na garantia das políticas de patrimonialização.

O caráter aparentemente “inflacionário” da categoria patrimônio na contemporaneidade – que pode se estender indefinidamente para diversos domínios de nossa vida cotidiana – conforme José Reginaldo Santos Gonçalves (2015), aliado às dificuldades em torno da manutenção por parte do poder público daquilo que foi patrimonializado, como observa Paulo Peixoto (2016), aparentemente se tornam mais evidentes em episódios como este que ocorreu no Museu Paço do Frevo.

Por outro lado, o protesto dos artistas e grupos ligados ao frevo parece ter lançado luz para o fato de que os indivíduos fazem uso do patrimônio, enquanto categoria, em arenas políticas e na vida cotidiana. Ainda que a “participação cidadã” neste campo seja muitas vezes mais uma retórica do que propriamente uma prática vivenciada pelos indivíduos e grupos (ESTEVEZ, 2017; PEIXOTO, 2016), isto não quer dizer que estes atores sociais não ressignifiquem categorias como “patrimônio”, “cultura”, “comunidade”, dentre outras, e não as incorporem em suas práticas, de um modo “enraizado” (ANDERSON, 2008; COMAROFF, 2009; CUNHA, 2009; GONÇALVES, 2009; ESTEVES, 2016; MEYER; PORT, 2018; SAHLINS, 1992).

Refletir, enfim, sobre as razões por trás da ameaça de fechamento do museu, poucos anos depois de sua inauguração, e as estratégias utilizadas pelos atores sociais para salvaguardar aquilo que consideram ser “o seu patrimônio” são propósitos centrais deste artigo. Para isso, procurei descrever e analisar etnograficamente aquilo que Max Gluckman (2010) chamaria de “eventos” e “processos”, buscando situá-los no contexto político e econômico brasileiro mais geral dos últimos anos. Esse “campo”, no sentido amplo do termo (GUPTA, FERGUSON,

1997), foi sendo constituído a partir de participações em reuniões, mobilizações e atividades ligadas ao universo do frevo, de entrevistas e conversas informais com representantes desta expressão cultural e com gestores do referido museu, bem como da análise de relatórios, documentos e matérias jornalísticas relacionadas às políticas públicas de cultura e patrimônio.<sup>3</sup>

Espero, com isso, que estes apontamentos possam contribuir para ampliar a compreensão dos desafios e perspectivas da salvaguarda em torno do patrimônio imaterial na atualidade, bem como para a análise de alguns dos efeitos das recentes crises políticas que enfrentamos neste campo no Brasil em níveis locais.

## **A inauguração do Museu Paço do Frevo e a guerra à cultura e ao patrimônio**

O Paço do Frevo é um museu inaugurado em 9 de fevereiro de 2014, a partir das sugestões contidas no Plano Integrado de Salvaguarda, após o reconhecimento desta expressão como patrimônio cultural em 2007 pelo IPHAN e em 2012 pela UNESCO (IPHAN, 2011). Com base nas diretrizes indicadas neste documento, o equipamento foi concebido como espaço de referência no desenvolvimento de ações, programas e atividades integradas com vistas à valorização, difusão e continuidade do frevo para as próximas gerações.

O museu está sediado em um prédio tombado pelo IPHAN, onde funcionou entre 1906 e 1973 a antiga companhia de telégrafo Western Telegraph Company, no bairro do Recife, área central da cidade. A partir de uma parceria público-privada, entre a Prefeitura do Recife e a Fundação Roberto Marinho, o edifício foi readequado para abrigar exposições, centro de documentação, salas de aula, estúdio, rádio e espaços para apresentações.

É importante salientar que o processo de registro do frevo como patrimônio pelo IPHAN ocorreu em 2007, como mencionei anteriormente. Naquele período, houve um contexto de alinhamento político entre o governo federal, representado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores – PT), o governo estadual, pelo então governador Eduardo Campos (Partido Socialista Brasileiro – PSB) e a Prefeitura do Recife, pelo então prefeito João Paulo (Partido dos Trabalhadores – PT).

---

<sup>3</sup> O acesso ao campo e aos interlocutores foi facilitado, em alguma medida, em razão de minha experiência prévia como coordenador de pesquisa e documentação do Paço do Frevo, entre os anos de 2014 e 2015, bem como de um relativo acúmulo de pesquisas e atuações no campo das políticas públicas de patrimônio que venho desenvolvendo desde 2006 (ESTEVEZ, 2022b).

Desde 2002, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores – PT nas eleições presidenciais, e sua reeleição em 2006, o governo federal passou a empreender um esforço para recompor e ampliar a presença do Estado no âmbito nacional no campo das políticas culturais. Para isso, implementou um conjunto de modificações na estrutura da máquina pública e promoveu uma série de mudanças em suas ações, com o objetivo de atender a demandas dos movimentos sociais, de forma articulada e pactuada com estados e municípios.

Por meio do chamado Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI do IPHAN, por exemplo, “processos culturais de grande complexidade e dinamismo, presentes na vida das camadas populares brasileiras, deveriam [...] ser incluídos entre as preocupações de preservação do patrimônio cultural”, como observou Maria Laura Cavalcanti (2008, p. 21). A partir disso, houve uma ampliação das políticas de patrimônio e passaram a ser formulados planos de salvaguarda para lidar com manutenção de bens culturais de natureza imaterial de referência para diversas comunidades.

Desde que foi inaugurado, em 2014, o Paço do Frevo passou então a desenvolver uma série de ações voltadas ao fomento e manutenção e tem se consolidado como um espaço de convivência, produção, difusão e convergência em torno do frevo. Por meio destas ações, o Paço do Frevo passou a assumir um relativo protagonismo nas políticas públicas de salvaguarda em relação a esta expressão cultural.

Não por acaso, o “Museu do Frevo” ou a “Casa do Frevo”, como muitas vezes é chamado, tem sido premiado nacionalmente, elogiado internacionalmente e vem sendo reverenciado pela própria comunidade pelo êxito de suas ações.<sup>4</sup> Além disso, o Paço do Frevo vinha recebendo anualmente mais de 100 mil visitantes, nível de visitação bastante expressivo em relação aos demais equipamentos culturais da cidade.

Pouco tempo depois de sua criação, no entanto, não só este equipamento, mas outras instituições ligadas ao frevo na cidade do Recife e outros segmentos artísticos e culturais em diferentes localidades do País passaram a sofrer as consequências de uma crise política e econômica crescente e de grandes proporções no Brasil (GUIMARÃES, 2020; 2013; MOTTA; SARMENTO, 2022). Suas raízes – se pudéssemos avançar em uma espécie de etnografia “multissituada” (MARCUS, 2001) e considerar uma perspectiva mais macroestrutural –

---

<sup>4</sup> Isso não quer dizer que, como em todo museu, não haja tensões e disputas em torno de alguns aspectos de sua museografia e do seu modelo de gestão, como tive oportunidade de discutir em outro artigo (ESTEVES, 2022a). De qualquer forma, há um relativo consenso em relação à importância deste equipamento para a salvaguarda do frevo na cidade.

estariam possivelmente além-mar, com repercussões duráveis em diversas dimensões de nossas vidas.

Conforme alguns analistas, as turbulências sociais, políticas e econômicas recentes, enfrentadas no Brasil e em diferentes países, estariam de alguma forma relacionadas à crise mundial de 2008 e ao avanço do neoliberalismo. Esse sistema engendraria aquilo que Dardot e Laval (2016) chamaram de uma “nova razão do mundo”, marcada pelo enfraquecimento cada vez maior de qualquer forma de resistência e desmantelamento de uma série de políticas públicas e mecanismos de amparo social, ao ponto, inclusive, de fazer ruir regimes democráticos.

Estando ou não relacionado a este contexto macroestrutural, observa-se que desde 2012, o cenário político brasileiro sofreu uma série de turbulências. Naquele período, uma infinidade de controvérsias foi gerada a respeito de possíveis irregularidades na atuação do Estado e acusações de atos de corrupção, culminando na prisão de vários políticos, na realização de um golpe político-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016 e na prisão de Lula em 2018.

Explorar as raízes e todas as consequências do neoliberalismo está fora dos limites e do escopo deste trabalho. Além disso, como observa Piero Leirner (2022), atribuir as responsabilidades das turbulências políticas, sociais e econômicas que temos enfrentado nos últimos anos a uma conjuntura global e a forças internacionais retiraria completamente a agência e a responsabilidade de vários atores domésticos. Conforme Leirner (2022), entender, por exemplo, o impeachment de Dilma Rousseff, a prisão do presidente Lula e a eleição de Bolsonaro e as suas consequências do ponto de vista social, político e econômico não podem ter uma única explicação.

De qualquer maneira, isso não quer dizer que essas forças não estejam atuando e é interessante perceber o contexto geral em que as instituições e políticas culturais passaram a ser enfraquecidas ou desmontadas, ao mesmo tempo em que setores de extrema direita com tendências autocráticas e defensores de políticas neoliberais passaram a assumir o poder no Brasil. Neste contexto, dentre outros elementos, houve uma pressão para descentralização das atividades da burocracia do Estado, reconfiguração e/ou desmonte de uma série de instituições e políticas voltadas ao campo da cultura, disciplina no dispêndio de recursos, corte e/ou limitações de seus gastos, terceirização dos serviços “não essenciais” e diminuição de investimentos.

No Governo de Michel Temer, entre 2016 e 2018, por exemplo, o Ministério da Cultura foi transformado em uma secretaria vinculada ao Ministério da Educação e, após uma série de protestos da classe artística, foi posteriormente recriado. Ainda neste período, houve também a tentativa de extinção do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. No Governo Jair Bolsonaro, a partir de 2019, por sua vez, foi implementada uma reforma administrativa na qual o Ministério da Cultura foi dissolvido e transformado em uma secretaria, inicialmente vinculada ao Ministério da Cidadania e, posteriormente, ao Ministério do Turismo. Além disso, estes governos foram marcados por um completo desmonte das instituições e das políticas públicas de cultura no País, com claros rebatimentos nas esferas estaduais e municipais, no que tange ao repasse de recursos, mecanismos de fomento e ações programáticas.

Nas palavras de Motta e Sarmiento (2022, p. 243), nesse período ocorreu uma espécie de “agenda política lesa-civilização”, com impactos diretos no campo da cultura. Como eles apontam, houve reiterados ataques a iniciativas consideradas anteriormente como “liberais”, a exemplo da Lei Rouanet. Atrasos nas aprovações e reprovações de projetos (alguns, inclusive, já confirmados com patrocinadores). Veto por parte do governo federal a leis que buscavam garantir recursos emergenciais para artistas durante a pandemia da Covid-19, como as chamadas “Lei Aldir Blanc” e “Lei Paulo Gustavo”. Tentativa de venda de edificações públicas de valor histórico reconhecido internacionalmente pela UNESCO, como o Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro. Extinção de órgãos por decretos presidenciais e remoção ou exoneração de dirigentes com reconhecida competência e expertise em postos chave em órgãos da cultura e do patrimônio, como o IPHAN. Ataques a setores da classe artística, dentre outras situações a que produtores culturais passaram a chamar de “apagão cultural” ou “guerra à cultura” (HICKSON, 2020; MOTTA, SARMENTO, 2022; ROCHA, 2022).

Somam-se a estes aspectos uma tendência crescentemente autoritária por parte do governo federal, defesa de pautas conservadoras, controle ideológico e censura no campo da cultura e do patrimônio. Como observou Sophia Cardoso Rocha (2022), já no primeiro dia de governo de Bolsonaro, o Ministério da Cultura foi dissolvido e rebaixado ao status de secretaria. Durante os quatro anos de mandato, além disso, o órgão foi ocupado por sete diferentes representantes. Neste período, conforme Rocha (2022), alguns desses secretários se destacaram mais por ações como a retirada de apoio a projetos ligados a temáticas LGBTQIA+, elogios à ditadura militar, pronunciamento inspirado pelo ministro de Propaganda da Alemanha nazista

e por andarem armados em Brasília do que pelas políticas propriamente voltadas ao campo da cultura e do patrimônio.

De acordo com o relatório final do Gabinete de Transição Governamental instituído entre 2022 e 2023 para avaliar as condições e planejar as ações a serem tomadas pelo governo federal recém-eleito:

A área da cultura foi um dos principais alvos do desmonte promovido pelo governo Bolsonaro, com impactos negativos sobre o orçamento destinado à pasta, as estruturas públicas de gestão da cultura, o acesso e o exercício dos direitos culturais, e as atividades artísticas e dos trabalhadores da cultura. O governo Bolsonaro amplificou o discurso de criminalização das artes e da cultura, com impactos agudos sobre artistas, trabalhadoras e trabalhadores do setor cultural (GABINETE, 2022, p. 22).

Piero Leirner (2022) chama atenção para a estratégia de guerra informacional permanente instituída nos últimos anos pelo governo Bolsonaro e por seus apoiadores. Em suas palavras, uma espécie de “guerra híbrida” na qual se utilizam várias estratégias de ataques em diferentes campos e fazem borrar as fronteiras entre os atores sociais envolvidos, engendrando um estado permanente de disputa de todos contra todos. Nesse contexto, há um jogo de permanentes contradições e métodos variados de ataques, incluindo aquilo que ele chama de “grande inversão” em que se projeta a diferentes agentes, ora associados ao campo político adversário, “bandeiras falsas” que precisam ser combatidas.

Nos últimos anos, portanto, a política de austeridade, o cerceamento à liberdade de expressão dos artistas, o desprezo pela cultura popular, a pauta moral conservadora cristã, tudo enfim se uniu em um complexo intrincado jogo que, conforme mencionado, alguns analistas têm classificado como “apagão” ou guerra à cultura e ao patrimônio. Nesse contexto, ainda que indiretamente, diversas expressões e equipamentos culturais passaram a ser impactados.

## **O (quase) fechamento de um museu e a salvaguarda do frevo**

Em fevereiro de 2019, um pouco antes do Carnaval, a artista pernambucana Flaira Ferro lançou no *Youtube* o videoclipe da música “Revólver” (FERRO, 2019). Com versos provocativos, em meio a *riffs* de guitarra, linhas de contrabaixos, *samplers* e *beats* eletrônicos e com uma sonoridade muito semelhante ao punk-rock, a composição foi uma espécie de frevo-

protesto contra a eleição de Bolsonaro.<sup>5</sup> Além disso, a composição foi um manifesto em defesa das expressões artísticas em suas várias dimensões, frente ao contexto político brasileiro daquele período.

No videoclipe, Flaira e as personagens representam figuras que vivem em uma cidade cujos habitantes se assemelham a zumbis. Seres deprimidos, com surtos psicóticos, vestindo farrapos, que, a despeito da tentativa de controle e de extermínio dos seus corpos e mentes, libertam-se e resistem por meio da dança. Os passos do frevo, nominalmente citados na canção – “ferrolho”, “tramela”, “rojão”, “abre-alas”, “tesoura”, “martelo”, “espalhando-brasa” – neste contexto, assemelham-se a golpes de capoeira, com cabeçadas, socos, meias-luas e pontapés. Entre os versos da canção, Flaira alerta que “uma cidade triste é fácil de ser manipulada”. Mas que a “arte” é uma espécie de “contra-ataque da guerra”. Uma “luta armada” por meio da qual é possível se defender das tentativas de dominação.

Assim como no referido videoclipe, o Carnaval daquele ano foi marcado em todo o Brasil por diversos tipos de protestos contra o projeto de governo do recém-eleito Jair Bolsonaro, seguindo aquilo que vinha ocorrendo nos anos anteriores em relação ao governo Temer. Foi o ano, por exemplo, do famoso samba-enredo do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, em homenagem a Marielle Franco, vereadora e ativista dos direitos humanos assassinada em 2018 (NOVOS ESTUDOS, 2020).

Em Pernambuco, o que mais se ouvia nas ladeiras de Olinda, local onde acontece a maior concentração de agremiações do Carnaval de rua do estado, eram coros e xingamentos de multidões inteiras entoando gritos de guerra, insultos, canções e palavras de protesto contra o presidente recém-eleito. A mesma coisa havia ocorrido nos anos anteriores, depois do golpe contra a presidente Dilma e a instalação do governo de Michel Temer. Vale ainda salientar que, em outubro de 2018, durante o segundo turno do período eleitoral daquele ano, mais de cinquenta agremiações carnavalescas de frevo desfilaram na cidade de Olinda, fazendo uma espécie de cortejo em defesa do “Ele não!”.<sup>6</sup>

Além disso, no Carnaval de 2019, os integrantes de agremiações tradicionais da cidade, como o Grêmio Lútero Recreativo Cultural Misto Carnavalesco Eu Acho é Pouco, traziam estampadas em suas camisetas menções como: “Carnaval é política”, “Ninguém solta a mão de

---

<sup>5</sup> O símbolo utilizado na campanha de Bolsonaro em 2018 por ele e por seus apoiadores era uma arma e, entre as suas propostas de governo, estava a ampliação do porte de armas para a população.

<sup>6</sup> Slogan que havia sido utilizado nas campanhas em redes sociais e passeatas contrárias à eleição de Bolsonaro realizadas em várias cidades do Brasil.

ninguém”, “Ditadura nunca mais”, entre outras, a partir de frases que foram utilizadas durante a campanha de 2018, contra a candidatura do presidente recém-eleito na época. Essa também foi a tônica de muitas mensagens direta ou indiretamente pronunciadas por artistas durante os grandes shows que ocorreram nos palcos do Carnaval do Recife daquele ano.

Entretanto, 2019 foi também o ano em que Bolsonaro utilizou as suas redes sociais para compartilhar um vídeo com cenas de pornografia registradas em um bloco de Carnaval de rua de São Paulo, como forma de estimular os seus seguidores mais conservadores a condenarem a festa (G1, 2019). Além disso, entre o final de 2018 e início de 2019, logo após as eleições, foi ainda o período em que o Museu Paço do Frevo fechou temporariamente as portas e a maior parte dos seus funcionários foi demitida.

Conforme as informações oficiais, houve um imbróglio em relação ao prazo legal para renovação do contrato com a Organização Social que geria o espaço, obrigando o fechamento do museu até que as questões burocráticas fossem resolvidas. Nos bastidores, no entanto, falava-se de um atraso fora do comum no repasse de recursos e uma tentativa de negociação por parte da Prefeitura do Recife para um aporte financeiro com um valor infinitamente menor do que o mínimo necessário para manutenção do equipamento. Além disso, nos últimos anos, teria ocorrido uma redução expressiva de patrocínio e fomento por meio de editais e chamadas públicas, em razão do contexto geral de retirada de investimentos e desmonte nas políticas culturais no País.<sup>7</sup>

Tudo indica que o fechamento do Paço do Frevo, de qualquer modo, não teria sido provocado por uma ação deliberadamente contrária ao frevo, ao Carnaval ou ao museu por parte do governo federal, estadual ou municipal de modo mais específico. É mais provável que isso tenha ocorrido como uma das consequências indiretas das crises que vinham afetando o setor cultural desde 2016. Nas palavras do ex-gestor do equipamento, Eduardo Sarmento, isso teria ocorrido muito mais em razão de dificuldades de condução política do que uma consequência direta do que estava ocorrendo no plano federal. Conforme Sarmento, o orçamento do Paço do Frevo constava na Lei Orçamentária Anual – LOA da Prefeitura do Recife e havia previsão legal de renovação do contrato de gestão. Mas o repasse de recursos e a renovação do contrato

---

<sup>7</sup> Neste mesmo período, instituições como a Casa do Choro no Rio de Janeiro e outras instituições do Brasil sofreram duramente com o fim do patrocínio da Petrobrás (CORREIO, 2019) Além disso, vários outros equipamentos culturais fecharam suas portas no Recife, como o Centro Cultural Correios, localizado na mesma região do Paço do Frevo (JORNAL DO COMMERCIO, 2020).

acabaram não ocorrendo da forma e no prazo estabelecidos, gerando uma enorme dificuldade para a manutenção do equipamento.

Por outro lado, talvez não seja possível dissociar completamente do que estava ocorrendo no restante do Brasil. Como observa o próprio Sarmento:

Eu acho que isso tem a ver primeiro com uma característica... Vamos nos localizar dentro do campo de museus... Uma característica do próprio modelo que é implantado no Brasil, em que mais de 87% é de natureza administrativa pública, né? Então, há uma dependência total do Estado. Durante muito tempo, esse modelo talvez fizesse sentido. Mas, dentro do contexto neoliberal - de desmantelamento, de diminuição desse estado do bem-estar social - essa vulnerabilidade se torna um elemento de inviabilização da produção, da fruição cultural, da produção artística, da viabilização dos próprios equipamentos, da existência dos próprios museus [...]. No contexto em que o Ministério é atacado ou acabado... No contexto em que você não tem mais um orçamento, isso se torna inviável... [Entrevista: Eduardo Sarmento, 2023].

Após o protesto realizado em dezembro de 2018 na frente do Paço do Frevo, mencionado no início deste artigo, em decorrência dos rumores que passaram a circular na cidade, a Prefeitura do Recife veio a público por meio de uma nota à imprensa para garantir que o equipamento não iria ser fechado e que as questões burocráticas seriam resolvidas. Contudo, conforme mencionado, dias após o protesto, o Paço do Frevo encerrou temporariamente as atividades e quase todos os seus funcionários foram demitidos.

Nesse período, até que as questões burocráticas fossem resolvidas, a prefeitura designou uma pequena equipe de servidores públicos para gerir temporariamente o espaço e a Organização Social, anteriormente responsável pela gestão do equipamento, manteve apenas o contrato com a produtora cultural, que lidava mais diretamente com a gestão dos projetos e o contato com os artistas, e de uma funcionária que estava em período de licença maternidade. Na ocasião, o espaço reduziu significativamente o horário e os dias de funcionamento e todas as apresentações e atividades do museu foram suspensas. Além disso, o pessoal designado para atuar no espaço se voltou prioritariamente à garantia da segurança do edifício e à integridade do acervo.

Neste contexto, membros do Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo<sup>8</sup> e um grupo independente de 30 pessoas, formado por artistas, estudantes, advogados, professores universitários e até mesmo um médico, que frequentava assiduamente o referido equipamento

---

<sup>8</sup> O Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo é um coletivo composto por membros da sociedade civil e do poder público, formado após o reconhecimento do frevo enquanto patrimônio pelo IPHAN e que acompanhou diretamente as discussões para a criação do referido museu.

e que estava direta ou indiretamente envolvido com o frevo decidiu se reunir informalmente em torno de uma espécie de “coletivo do frevo”. O grupo se uniu com o propósito de discutir estratégias de ação para pressionar o poder público local a reabrir plenamente o museu e a garantir a execução de políticas públicas em torno da salvaguarda desta expressão cultural.

Apesar de o grupo ser pequeno em termos numéricos, o coletivo mostrou-se bastante influente. Suas ações passaram a ter uma relativa visibilidade, pela relação que determinados membros mantinham com jornalistas e alguns políticos. Para se ter uma ideia, durante as atividades do Gabinete de Transição Governamental, formado no final de 2022, entre os governos de Bolsonaro e de Lula, por exemplo, alguns dos seus integrantes foram convidados a participar de reuniões para discutir sobre demandas do setor e identificar ações e políticas efetivamente realizadas em torno do frevo pelo último governo.

Em fevereiro de 2019, com isso, o coletivo conseguiu articular a realização de uma audiência pública na Câmara Municipal do Recife. Para tanto, contou com o apoio de vereadores mais envolvidos com demandas de determinados movimentos sociais, como o vereador Ivan Moraes, do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. O objetivo da audiência era justamente discutir com a Prefeitura do Recife a situação do museu em questão e as políticas públicas em torno do frevo.

Estavam presentes na ocasião, além de integrantes do coletivo, vereadores, representantes da Superintendência do IPHAN em Pernambuco e gestores do Paço do Frevo e demais membros do Comitê Gestor de Salvaguarda do Frevo. O prefeito e o presidente da Fundação de Cultura da Prefeitura do Recife, no entanto, não compareceram. No lugar disso, enviaram uma assessora, que se comprometeu a ouvir as demandas dos participantes e repassar as informações à gestão municipal.

Durante a audiência pública, os representantes do coletivo e um técnico da Superintendência do IPHAN em Pernambuco chamaram atenção para a relevância das ações que o museu vinha desenvolvendo. Além disso, destacaram a urgência de ações para a manutenção daquele e dos demais equipamentos ligados ao frevo na cidade. Um dos representantes da antiga gestão do Paço do Frevo indicou ainda que houve, ao longo dos últimos anos, uma diminuição e um atraso significativo de repasses para a manutenção do museu. Os participantes chamaram atenção também para a necessidade de os poderes públicos em nível municipal, estadual e federal implementarem políticas públicas voltadas para a salvaguarda desta expressão cultural e manutenção de seus equipamentos.

Após a referida audiência, a prefeitura se comprometeu a manter o funcionamento do Paço do Frevo, a despeito do contexto geral de austeridade econômica. O contrato de gestão com a antiga Organização Social que geria o museu foi renovado depois de algumas semanas. Além disso, a gestão municipal garantiu também a reabertura e a reforma de alguns outros equipamentos, como a Escola Municipal de Frevo Maestro Fernando Borges e a Casa do Carnaval.

Ainda assim, durante os meses posteriores, o Paço do Frevo funcionou de forma extremamente precária, com uma quantidade reduzida de funcionários, atraso no pagamento de bolsas dos estagiários, programação artística suspensa e déficit na manutenção da infraestrutura. Neste período, o museu viveu aquilo que alguns jornais classificaram como “dias de agonia”. Elevador sem funcionar, catraca de acesso aos visitantes quebrada, ar condicionado desligado e espaços interditados foram algumas situações vivenciadas naquele período. Parte dessas situações se estenderam, inclusive, durante vários meses no ano de 2019, a despeito da renovação do contrato de gestão e a recontração de parte da equipe que trabalhava anteriormente no museu.

Com a chegada da Covid-19 ao Brasil a partir de março de 2020, em meio ao governo Bolsonaro, mais uma vez o museu foi obrigado a fechar temporariamente as portas. Assim como ocorreu com muitos outros equipamentos culturais ao redor do Brasil e do mundo (SCHENKEL, 2020), esse período foi marcado por inúmeros desafios para a manutenção das atividades e da equipe, bem como para a transferência de parte de suas ações para o ambiente virtual. Neste período, a gestão do Paço do Frevo aderiu à proposta do governo federal instituída por meio da Medida Provisória n. 936/2020,<sup>9</sup> de redução da jornada de trabalho e dos salários da equipe, como forma de garantir que ninguém seria demitido durante a pandemia.

Na época, o museu passou a utilizar as suas redes sociais para discutir temas relacionados ao universo do frevo, estimular “visitas” virtuais e realizar oficinas e apresentações artísticas, utilizando o *Youtube*, *Instagram* e outras plataformas da *Internet*, em meio àquilo que Noleto (2020, p. 83) chamou de uma “pandemia de *lives*” e diante do que Schenkel (2020) identificou como uma ansiedade generalizada de instituições em todo o mundo

---

<sup>9</sup> De acordo com a Medida Provisória n. 936/2020, instituída durante a pandemia, “ao empregador será permitida a realização de acordo para a redução proporcional da jornada de trabalho e de salário de seus empregados de 25%, 50% ou 70% por até três meses, ficando o governo responsável pelo pagamento do restante do salário com o uso de parte do seguro-desemprego a que o trabalhador teria direito” (AGÊNCIA SENADO, 2020).

“em se manterem visíveis e relevantes, a fim de justificar a manutenção de equipes e patrocínios, mesmo a portas fechadas” (SCHENKEL, 2020, p. 3).

Enquanto isso, representantes de agremiações de frevo, passistas e músicos tentavam garantir a sua sobrevivência física diante do contexto de emergência de saúde pública mundial e em meio a um cenário de extrema vulnerabilidade econômica do segmento. A referida vulnerabilidade, como mencionado, ficou marcada, por exemplo, pelo veto presidencial à “Lei Aldir Blanc” e à “Lei Paulo Gustavo”, voltadas para garantir recursos emergenciais aos trabalhadores da cultura durante a pandemia da Covid-19, e por outras formas de falta de apoio por parte de setores do poder público ao segmento da cultura naquele período.

Quando houve uma situação considerada mais segura para retorno e as medidas de isolamento social foram reduzidas, em meados de setembro de 2020, o Paço do Frevo reabriu as suas portas e passou a retomar algumas atividades. Ao longo desse período, integrantes do coletivo do frevo passaram a integrar o Comitê Gestor do Paço do Frevo, criado para fiscalizar, discutir e garantir transparência às ações do equipamento. Além disso, a Organização Social IDG, responsável pela administração do Paço do Frevo, veio a ampliar e diversificar cada vez mais o perfil de seus patrocinadores a partir de editais e parcerias diretas com a iniciativa privada,<sup>10</sup> de modo a tentar garantir um espectro mais variado de recursos e maior previsibilidade orçamentária para manutenção do espaço.

Percebe-se enfim que o Paço do Frevo de alguma forma resistiu, em meio ao contexto de intensa instabilidade política e econômica em diversas esferas governamentais. Para isso, foi necessária uma mobilização intensa e permanente de artistas e coletivos culturais ligados ao frevo, em defesa da salvaguarda daquilo que eles consideravam como o “seu patrimônio” e uma crescente adequação do museu aos padrões neoliberais de gestão.

Por outro lado, o fechamento ou o (quase) fechamento do museu revela parte dos desafios para manutenção de equipamentos culturais e da gestão no campo museal e do patrimônio em um cenário de permanente fragilidade. Apesar de o frevo aparentemente não ter sido um alvo direto e preferencial da chamada “guerra à cultura”, a salvaguarda desta expressão cultural e a manutenção de museus como o Paço Frevo foram, de alguma forma, afetadas pelos cenários cambiantes que vivenciamos nos últimos anos.

---

<sup>10</sup> Dentre os quais, o Banco Itaú e a mineradora multinacional Vale S/A.

## Considerações finais

Neste artigo, procurei trazer alguns apontamentos em torno das consequências de um período político e econômico extremamente turbulento no Brasil para o campo da cultura e do patrimônio. Os impactos destes tempos ainda estão por ser plenamente avaliados e compreendidos. Nem mesmo episódios mais críticos e diretos, como os que ocorreram no dia 8 de janeiro de 2023, com a invasão de prédios públicos e a depredação física da estrutura dos edifícios, do mobiliário e das obras de arte na Praça dos Três Poderes, em Brasília<sup>11</sup>, talvez sejam suficientes para mensurar e entender as repercussões dos ataques ao patrimônio cultural nos últimos anos.

Apesar disso, ainda que a depredação, naquele caso, dos edifícios – concebidos por Oscar Niemeyer e que fazem parte da lista de bens reconhecidas como Patrimônio Mundial pela UNESCO –; as perfurações à tela “As Mulatas” de Di Cavalcanti – um dos maiores representantes da arte modernista no Brasil; a depredação ao relógio do século XVII – doado por Dom João VI e confeccionado pelo relojoeiro de Luís XIV –, dentre outros objetos de valor artístico e histórico irreparáveis (IPHAN, 2023), não tenham sido direcionados exatamente aos bens propriamente ditos (TAVOLARI; MEDEIROS, 2023), e nem, possivelmente, muitas daquelas pessoas tivessem conhecimento do valor histórico e artístico atribuído aos objetos depredados,<sup>12</sup> não há, talvez, como dissociar completamente tais ações do que ocorreu com o campo da cultura e do patrimônio nos últimos anos.

É importante lembrar que não há univocidade quando nos referimos aos sentidos dos objetos (assim também como ao que entendemos como “patrimônio”). Como já nos ensinou Appadurai (2008); Gonçalves (2007), Miller (2013), entre outros, os objetos circulam e podem assumir diferentes significados para diferentes atores sociais ao longo do tempo. A violência empreendida naqueles atos não foi, portanto, necessariamente um ataque às obras de Niemeyer, à arte modernista ou ao mobiliário colonial de estilo setecentista. Mas uma tentativa de golpe

---

<sup>11</sup> No dia 8 de janeiro de 2023, uma semana após a cerimônia de posse do presidente Lula, milhares de apoiadores do ex-presidente Bolsonaro viajaram para Brasília para se juntar a outros que estavam acampados em frente ao Quartel General do Exército para protestar contra supostas fraudes nas eleições de 2022. Neste dia, os manifestantes seguiram em caminhada para a chamada “Praça dos Três Poderes” e invadiram e depredaram estruturas, mobiliário e obras de arte e agrediram jornalistas e policiais, numa tentativa forçada de tomada do poder e de incitação a um golpe militar (TAVOLARI; MEDEIROS, 2023).

<sup>12</sup> Muitos bens, inclusive, estariam associados a uma ideia de patrimônio numa perspectiva colonial, eurocêntrica e branca em consonância com os valores teoricamente defendidos por muitos dos manifestantes.

aos poderes (democrática e legitimamente) instituídos que estariam, de alguma forma, associados àqueles objetos e edificações.

O ataque, a perseguição e o controle ideológico direcionados aos artistas, às expressões culturais e a determinados setores do patrimônio, vivenciadas tanto nos últimos anos quanto nestes episódios, portanto, podem ser compreendidos como uma tentativa de controle e cerceamento em relação àquilo que em dado momento essas expressões ou bens representam. Ou seja, expressões artísticas e bens culturais que, direta ou indiretamente, eram vistos como símbolos de um governo contrário ao projeto político que buscava-se implantar.

Como uma espécie daquilo que Piero Leirner (2022) chamou de “guerra híbrida”, nesse contexto, o relógio de Dom João VI e até mesmo a performance de artistas como Anitta,<sup>13</sup> guardadas as suas diferenças e por mais paradoxal que possa parecer, passam a ser representações do mesmo “inimigo político” a ser combatido em dado momento. Isso parece ter afetado, ainda que indiretamente, expressões como frevo e equipamentos culturais relacionados a essas formas de patrimônio.

Conforme mencionado, o Paço do Frevo resistiu a esse contexto de instabilidade, graças à mobilização intensa e permanente de artistas e coletivos culturais em defesa da salvaguarda do “seu patrimônio” e das readequações que o próprio equipamento foi obrigado a fazer. Como um museu que passou a se projetar como um equipamento de referência importante para diversos segmentos ligados a esta expressão cultural, por outro lado, o caso do Paço do Frevo também nos alerta para os desafios possivelmente ainda maiores vivenciados pelos próprios artistas e coletivos deste segmento. São tempos, enfim, em que um museu se transforma em um campo de batalha e que atores sociais envolvidos com um determinado bem cultural são instados a assumir uma posição daquilo que a artista pernambucana Flaira Ferro chamou de “contra-ataque da guerra”.

---

<sup>13</sup> Anitta é uma cantora, compositora e dançarina pop brasileira de grande fama e popularidade entre o público jovem que passou a ser criticada e perseguida pelos apoiadores do ex-presidente Bolsonaro ao declarar apoio à candidatura de Lula em 2022.

## Referências

AGÊNCIA SENADO. MP prevê novas regras para redução de jornada e salário e suspensão de contrato. **Agência Senado**. 2 abril de 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/04/02/mp-preve-novas-regras-para-reducao-de-jornada-e-salario-e-suspensao-de-contrato#:~:text=Ao%20empregador%20ser%C3%A1%20permitida%20a.que%20o%20trabalhador%20teria%20direito>. Acesso em 28 fev. 2023.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

CAVALCANTI, Maria Laura. Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte. *In*. CAVALCANTI, Maria Laura. FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2008. p. 11-38.

COMAROFF, John; COMAROFF, Jean. **Ethnicity, Inc**. The University of Chicago Press, Chicago, 2009.

CORREIO Brasiliense. Após perder patrocínio da Petrobras, projetos tentam garantir sobrevivência. **Correio Brasiliense**. 5 de julho de 2019. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/07/05/interna\\_diversao\\_arte.768390/apos-perder-patrocínio-da-petrobras-projetos-tentam-garantir-sobreviv.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2019/07/05/interna_diversao_arte.768390/apos-perder-patrocínio-da-petrobras-projetos-tentam-garantir-sobreviv.shtml). Acesso em 23 fev. 2023.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Paço do Frevo em dias de agonia. *In*. **Diário de Pernambuco**. 10, Dez, 2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2018/12/paco-do-frevo-em-dias-de-agonia.html>. Acesso em: 16 fev. 2020.

ESTEVES, Leonardo L “**Cultura**” e **Burocracia**: as relações dos maracatus de baque solto com o Estado. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

\_\_\_\_\_. Dilemas e Desafios na Aplicação dos INRCs: Notas sobre a atuação dos antropólogos nos Inventários para Registro do Patrimônio Imaterial. **Áltera Revista de Antropologia**, v. 1, p. 141-163, 2017.

\_\_\_\_\_. A profanação dos estandartes do frevo: os desafios da musealização de um patrimônio imaterial. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 23, n. 60, p. 61-74, abril, 2022a.

\_\_\_\_\_. A formação e a atuação profissional em Antropologia no Brasil atual: notas do *front* de batalha. In. HOCHMAN, Gilberto (Org.). **As ciências sociais e a pós-graduação no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2022b, p. 42-65.

FERRO, Flaira. Clipe Oficial de Revólver de Flaira Ferro. 2019. 1 Vídeo (3,5 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H3jv4Vlh844>. Acesso em 10 de fev. 2023.

GABINETE de Transição Governamental. **Gabinete de Transição Governamental 2022 - Relatório Final**. Brasília, Dezembro, 2022. Disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental/>. Acesso em 10 de jan. 2023.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In. FELDMAN-BIANCO, Bela (Org). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 237-364.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Patrimônio como categoria de pensamento. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (Orgs.) **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2a. ed. Rio de Janeiro, 2009, p. 25-33.

\_\_\_\_\_. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Museu, memória e cidadania, 2007.

\_\_\_\_\_. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos** Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, janeiro-junho, p. 211-228, 2015.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. Urban interventions, memories and conflicts: black heritage and the revitalization of Rio de Janeiro's Port Zone. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 10, n. Vibrant, Virtual Braz. Anthr., 2013 10(1), jan. 2013.

\_\_\_\_\_. A produção do “patrimônio revitalizado” pelo Porto Maravilha: categorizações e gestões de uso em uma rua comercial. **Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 47, 27 jan. 2020.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. (Ed.) **Anthropological location: boundaries and grounds of a field science**. Berkley; Los Angeles; London: University of California Press. 1997.

G1. Após postar vídeo com pornografia, Bolsonaro pergunta o que é 'golden shower'. G1. São Paulo. Globo, 6 Mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/06/apos-postar-video-com-pornografia-bolsonaro-pergunta-o-que-e-golden-shower.ghtml>. Acesso em: 9 fev. 2023.

HICKSON, Melina. A guerra para viver de cultura no Brasil. In. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Edição 158 | Brasil 1 set. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-guerra-para-viver-de-cultura-no-brasil/>. Acesso em: 2 set. 2020.

IPHAN. **Encontro do Plano Integrado de Salvaguarda do Frevo**, 1. Recife: Prefeitura do Recife; IPHAN, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório preliminar: vistoria de bens culturais afetados por vandalismo Praça dos Três Poderes – Brasília/DF**. Brasília: IPHAN, 2023.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JORNAL DO COMMERCIO. Futuro do Paço do Frevo é incerto. In. **Jornal do Commercio**. 13, Nov, 2018. Disponível em:

<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/sociedade/noticia/2018/11/13/futuro-do-paco-do-frevo-e-incerto-361923.php>. Acesso em: 16 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Histórico prédio que abriga Centro Cultural dos Correios no Recife será vendido. In. **Jornal do Commercio**. 11, Ago, 2020. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/cultura/2020/08/11961616-historico-predio-que-abriga-centro-cultural-dos-correios-no-recife-sera-vendido.html>. Acesso em 3 mar. 2023.

LEIRNER, Piero. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida**: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. 2a. ed. São Paulo: Alameda, 2022.

MARCUS, George E. Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal. **Alteridades**, 11 (22): p. 111-127, 2001.

MEYER, Birgit; PORT, Mattijs Van De. Introduction: Heritage Dynamics: politics of authentication of persuasion and cultural production of the real. In. MEYER, Birgit; PORT, Mattijs Van De (Eds.). **Sense of Essence**: Heritage and Cultural Production of the real. New York: Berghahn Books, 2018, p. 1-41.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOTTA, Antônio; SARMENTO; Luiz Eduardo. Museus, ingerência privada e o arremedo brasileiro do neoliberalismo. In. CAVIGNAC, Julie; ABREU, Regina; VASSALLO, Simone (Orgs.) **Patrimônios e Museus**: inventando futuros. Brasília, DF: ABA; Publicações; Natal, RN: EDUFRN, 2022, p. 243-276.

NASCIMENTO, Anamaria. Após especulação de fechamento, Prefeitura diz que Paço do Frevo continua aberto, mas com horário reduzido. In. **Diário de Pernambuco**. 13, Fev. 2018. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2018/11/apos-especulacao-de-fechamento-prefeitura-diz-que-paco-do-frevo-conti.html>. Acesso em: 16 fev. 2020.

NOLETO, Rafael da Silva. Pandemia de lives: sobre Covid-19 e música no Brasil. In. GROSSI, Miriam Pillar Grossi; TONIOL, Rodrigo (Orgs.) **Cientistas sociais e o Coronavírus**. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020, p. 387-393.

NOVOS ESTUDOS. Um ano da morte de Marielle Franco: entrevista. **Novos Estudos/Cebrap** 2020.

PEIXOTO, Paulo. O Patrimônio e seus demônios nas sociedades contemporâneas. In. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 2, 289-302, 2016.

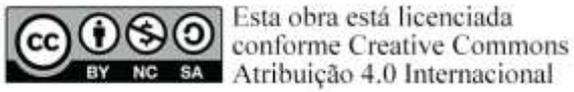
ROCHA, Sophia Cardoso. Institucionalidade da Cultura no Brasil em Três Tempos. BARROS, José Márcio [et al.] Cord. **Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**. v. 98 (nov.-dez. 2022), Belo Horizonte, MG: Observatório da Diversidade Cultural, p. 14-27, 2022.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1992.

SCHENKEL, Camila. Em quarentena: apontamentos sobre educação em museus em tempos de pandemia. **PORTO ARTE**: Revista de Artes Visuais, Porto Alegre, RS, v. 25, n. 43, jun. 2020.

TAVOLARI, Bianca; MEDEIROS, Jonas. A reintegração de posse dos patriotas. In. **Quatro, cinco, um**. São Paulo: Associação Quatro Cinco Um. 11 jan. 2023.

Recebido em 25 de abril de 2023 | Aceito em 12 de junho de 2023





Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

---

**Dossiê: Patrimônio em tempos de crise**

V 12 | n 23 | jul-dez 2023

---

## Os movimentos sociais urbanos pela patrimonialização no Brasil

**Natane Rincon Azevedo**

---



**Edição eletrônica**

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nau.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

**Organização**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

**Referência Bibliográfica**

AZEVEDO, Natane Rincon. Os movimentos sociais urbanos pela patrimonialização no Brasil. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 74-95, jul-dez 2023. Semestral.

---

© NAUI

# Os movimentos sociais urbanos pela patrimonialização no Brasil

Natane Rincon Azevedo <sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo propõe uma introdução de uma teoria do que seriam os movimentos sociais urbanos pela patrimonialização de bens culturais, quais as suas características e qual o grupo social na base desses movimentos. Algumas das principais referências teóricas foram Viana (2016), Rodrigues (2001) e Fonseca (2017). Por fim, foi utilizado como exemplo o caso do Jôquei Clube de Goiás, ocorrido em Goiânia (GO), em 2017, cujo movimento para salvá-lo entrou com o pedido de tombamento junto ao Iphan.

**Palavras-Chave:** patrimônio cultural; memória coletiva; movimentos sociais urbanos.

## Abstract

This article proposes to design an introduction to a theory of what would be the urban social movements for the listing of cultural assets, what are their main characteristics and what is the social group at the base of these movements. The main theoretical references were Viana (2016), Rodrigues (2001) and Fonseca (2017). Finally, the case of the *Jôquei Clube de Goiás*, which took place in Goiânia (GO), in 2017, was used as an example, because the movement requested the listing of the club.

**Keywords:** cultural heritage; collective memory; urban social movements.

---

<sup>1</sup> Natane Rincon Azevedo é jornalista (FASAM), especialista em História e Cultura (UFG), Mestre em História (UFG) e Doutoranda em História (UFG). Este artigo foi baseado na sua Dissertação de Mestrado. Atualmente é bolsista CAPES. Pesquisa patrimônio cultural, movimentos sociais urbanos e a interface entre a História e o Jornalismo. Endereço de e-mail: natyrincon@gmail.com

## Introdução

O patrimônio cultural está intimamente conectado com aspectos econômicos, sociais, ideológicos, simbólicos e políticos da vida humana. Por esse motivo, muitas vezes se insere em um campo de conflitos, disputas e lutas entre os distintos agentes sociais relacionados ao tema. Esses agentes tanto podem buscar manter como subverter a situação do campo patrimonial e das políticas públicas de preservação. Neste artigo, propomos uma introdução para pensar teoricamente os movimentos que partem da sociedade civil em prol do tombamento de um determinado local. Portanto, trata-se de um esboço de uma teoria. Para esta finalidade, focaremos apenas nos patrimônios culturais de natureza material. O que leva um grupo social a se mobilizar pela patrimonialização de um determinado bem cultural? Qual seria o grupo social na base desses movimentos pela patrimonialização? Quais são as principais características desses movimentos? Essas três perguntas guiaram o presente trabalho.

Segundo o artigo 216 da Constituição de 1988, constituem “patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988). Chuva (2012) defende que a noção de patrimônio cultural vigente orienta as políticas públicas de preservação cultural e foi constituída historicamente. A sua trajetória, no Brasil, resultou em uma configuração dicotômica do patrimônio cultural, dividido entre material e imaterial. Como veremos adiante, as transformações na definição de patrimônio cultural ao longo do tempo foram fundamentais para que o patrimônio fosse percebido como um direito, o que, por sua vez, foi essencial para que existissem movimentos pela patrimonialização de bens culturais.

Além disso, de acordo com Wickramasinghe (2014), o patrimônio cultural é uma prática cultural centrada no presente e um instrumento de poder cultural, ou seja, é uma construção do presente e simultaneamente uma interpretação do passado. Dessa forma, o valor dos patrimônios históricos, sobretudo os arquitetônicos, estaria nas interpretações culturais contemporâneas. Campos (2010) também considera o patrimônio cultural como um meio de interpretação da história e um uso político da memória coletiva, tendo sido escolhido pela conveniência nacional. Para o autor, lugar e território são conceitos intrínsecos a noção de patrimônio. Isso seria especialmente o caso do patrimônio material, pois parece “que o patrimônio material se presta a ser lugar de memória, diferentemente do patrimônio imaterial” (CAMPOS, 2021, p. 106).

Os discursos sobre o patrimônio cultural no Brasil, segundo Gonçalves (2012), geralmente enfatizam o risco da perda eminente desse patrimônio. Por esse motivo, esse discurso defenderia a necessidade de uma salvaguarda estatal para proteger os patrimônios culturais da destruição. Historicamente, esse discurso construía o patrimônio cultural como uma forma de se alcançar uma identidade cultural brasileira. Atualmente, segundo o autor, embora essa retórica da perda continue presente nos discursos sobre o patrimônio cultural, os discursos passaram a serem centrados em grupos específicos e reivindicações populares, substituindo os discursos sobre a construção da identidade nacional. Essa retórica é importante para compreender a motivação dos movimentos. Por fim, outro fator essencial é a ligação do patrimônio cultural com o território em que este está inserido.

O termo “patrimonialização” tem sido utilizado, nas análises geográficas, em referência às relações socioespaciais dos processos de eleição e classificação de elementos culturais dos lugares como patrimônio cultural. Essa noção e seus correspondentes práticos, portanto, possuem agentes sociais responsáveis por estratégias que definem o modo como esse processo ocorre. [...] a patrimonialização, enquanto processo socioespacial, tem contribuído significativamente para a produção social do espaço urbano, com conflitos entre interesses exógenos a essas áreas, e às dinâmicas sociais locais, resultando, diversas vezes, em políticas concebidas sem eficiência para atender aspirações ou solucionar problemas societárias e cidadinas. (CASTRO et al, 2016, p.118 e 119).

Dessa maneira, para Castro e Tavares (2016), a patrimonialização é uma tendência atual de construção do espaço urbano. Isso ocorreria porque as dimensões sociais são diretamente influenciadas pela configuração espacial da sociedade e vice-versa. As relações sociais, a cultura, a política, a economia e o lazer são influenciados pelo espaço urbano. Assim, o espaço do patrimônio cultural transcende a materialidade, também sendo produzido a partir das relações sociais entre “os diversos agentes envolvidos nos processos que transformam os espaços da cultura em espaços do patrimônio cultural” (CASTRO et al, 2016, p. 120). Portanto, o espaço é socialmente produzido a partir da integração simultânea da materialidade do espaço físico com as práticas humanas realizadas naquele determinado local.

Referindo-se aos agentes dos processos de patrimonialização, Canclini (1999) aponta o setor privado, o Estado, e os movimentos sociais como os tipos de agentes que interagem, contraditoriamente, no processo de patrimonialização, enquanto disputa econômica, política e simbólica. No entanto, este autor ressalta que é incorreto considerar que as classes populares apenas estão em posição de subordinação em relação aos grupos hegemônicos. [...] Desse modo, é incorreto reduzir a apropriação e utilização do espaço patrimonializado por agentes do mercado a uma deterioração (física e simbólica), já que muitas vezes são esses agentes quem financiam o

“cuidado” com o patrimônio, as ações de preservação, reforma e conservação, visando a agregação de valores econômicos aos seus negócios. (CASTRO et al, 2016, p. 130 e 131).

Dessa forma, além de um discurso ou uma narrativa sobre o passado (FONSECA, 2017), o patrimônio cultural – especialmente o material – influencia diretamente na definição do espaço urbano. E, por sua vez, as dimensões sociais influenciam no que é patrimônio cultural daquela região. Portanto, objetivamos analisar como os movimentos sociais se integram no processo da patrimonialização e no campo de disputas (econômicas, políticas e simbólicas) em volta desse processo.

## **Uma breve definição dos movimentos sociais urbanos pela patrimonialização**

Conforme Viana (2016), um movimento social é sempre composto por um grupo social. Esse grupo é um conjunto de pessoas que compartilham semelhanças advindas de sua corporeidade, situação ou cultura, que produzem um movimento social quando se mobilizam enquanto grupo. Assim, os grupos sociais podem ser divididos em três tipos: 1) orgânicos, nesse caso, os membros têm em comum a sua corporeidade, por exemplo, possuem a mesma etnia. 2) situacionais, pois a unidade do grupo seria gerada por uma situação social compartilhada, esse é o caso dos moradores de uma mesma cidade e do movimento estudantil. 3) culturais, pois os indivíduos compartilhariam as suas crenças, as suas doutrinas, as suas expressões culturais ou políticas.

Com base nessa definição, o grupo social na base dos movimentos pela patrimonialização seriam os moradores dos territórios em que esses bens culturais estariam inseridos. Assim, a base seria um grupo social situacional. A ligação com o bem cultural também é uma ligação com o território em que este está localizado.<sup>2</sup> Além do grupo social de base se mobilizando, outros elementos que caracterizariam um movimento social, segundo Viana (2016), seriam a situação social que gerou uma determinada insatisfação social e o senso de pertencimento ao grupo, com objetivos em comum. Os indivíduos pertencem ao movimento

---

<sup>2</sup> Para a finalidade deste artigo, focaremos apenas no patrimônio material. Porém, concordamos com Campos (2021) que o patrimônio imaterial também possui uma ligação com o território, incluindo o território que não se encontra no espaço urbano.

tanto de forma direta, por pertencerem ao grupo social, como indireta, por se identificarem com a causa.

A insatisfação social é fundamental para que um movimento ocorra, deve ser de um grupo social inteiro, assim tendo “um processo de autoconsciência coletiva de descontentamento com determinada situação social” (VIANA, 2016, p. 35) que levaria à mobilização desse grupo. Já o senso de pertencimento significa que “a pessoa se percebe como fazendo parte de um grupo social específico. Isso pode criar sentimentos diversos, como vínculos afetivos, identificação, etc.” (VIANA, 2016, p. 37). Portanto, o vínculo afetivo das pessoas que pertencem a um determinado grupo social com um bem cultural é o que faria com que elas se mobilizassem diante de uma insatisfação social em comum, ou seja, do risco da perda iminente desse objeto cultural. Dessa maneira, o grupo social tende a ser composto pelos moradores do território em que esse possível patrimônio cultural estaria localizado.

De acordo com Viana (2016), os movimentos sociais tendem a gerar ramificações, que surgiriam de movimentos maiores e já consolidados. Por exemplo, ONGs, instituições, manifestações regionais de movimentos mundiais, etc. A partir da percepção desses setores dentro dos movimentos, é possível analisar as manifestações específicas que ocorreram em lugares ou em épocas também específicas. Assim, os movimentos pela patrimonialização seriam uma ramificação dos *movimentos sociais urbanos*:

Movimento social que reúne diferentes setores da sociedade civil na luta por reformas que promovam a democratização do espaço urbano, garantindo condições dignas de moradia, mobilidade urbana e acessibilidade aos espaços da cidade a toda a população e não apenas a uma parte desta. Articulando associações de classe, instituições de pesquisa, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), este movimento mobiliza-se em favor da gestão democrática da cidade, pela garantia da função social da propriedade e pelo direito à cidade. (WOLLMANN, 2014, p. 107).

Embora no período do governo João Goulart (1961-1964) já houvessem debates e mobilizações em prol da reforma urbana, durante a Ditadura Militar esses debates ficaram em segundo plano. Ao invés disso, segundo Wollmann (2014), os projetos tecnocráticos dos governos militares priorizavam a especulação imobiliária e a progressiva privatização dos espaços. “No período da redemocratização, a questão urbana foi novamente colocada em pauta como uma condição necessária para a redução das desigualdades e para a consolidação da democracia no país” (WOLLMANN, 2014, p. 107). Portanto, conforme Gohn (2007), inúmeros movimentos sociais urbanos e formas organizativas populares surgiram nas décadas de 1970 e

de 1980, além de outros movimentos sociais. “Foram movimentos que ganharam expressão naquela década, embora fossem lutas já antigas que ressurgiram no Brasil ao final dos anos 70” (GOHN, 2007, p. 282).

No mesmo período, houve mudanças na concepção de patrimônio cultural que também influenciaram os movimentos sociais para salvar bens culturais no Brasil. De acordo com Poulot (2009), em uma perspectiva global, a ideia de que “a familiaridade com o patrimônio pode ser legitimamente incluída no número dos direitos humanos” (POULOT, 2009, p. 228) foi a novidade das décadas finais do século XX. Dessa forma, o povo emergiu como ator de seu patrimônio e a noção de patrimônio cultural se tornou mais democrática e acessível para a população. Essa percepção do patrimônio cultural como um direito, principalmente um direito social, para Rodrigues (2001), foi fundamental para que surgissem as mobilizações pelos bens culturais urbanos no Brasil. Para compreender o que mudou nesse período é necessário primeiro fazer um apanhado histórico desse tema no Brasil.

### **1.1. Histórico**

A partir da década de 1970 e da crise do regime militar, de acordo com Fonseca (2017), a política da Secretária do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) passou a ser criticada por seu caráter elitista. Os “novos” intelectuais da época também buscavam a modernização da noção de patrimônio cultural e a politização da política de preservação, assim ampliando o alcance da política federal de patrimônio cultural e democratizá-la a serviço da cidadania. Portanto, nessa visão, os agentes atuavam como mediadores dos grupos marginalizados junto ao Estado.

Ainda com base em Fonseca (2017), entre 1970 e 1980, havia duas linhas opostas de pensamento sobre a preservação. A linha “pedra e cal” dava continuidade ao Sphan; já a linha de referência, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), propunha uma articulação com os movimentos sociais e com áreas do governo, ampliar a noção de patrimônio cultural e estimular a participação popular por meio da colaboração entre Estado e sociedade. Além disso, durante a Ditadura Militar, o Estado censurou e perseguiu a atividade artística, tendo passado a atuar mais na área cultural apenas no início do governo Geisel, além de repressor, tornou-se organizador da cultura. Ainda segundo a autora, a crise econômica e de legitimidade do regime militar levou também a crise da modernização implantada pelo regime.

“Na segunda metade da década de 1970, já surgiam manifestações da sociedade através de movimentos populares pela melhoria da qualidade de vida e da urbanização dos bairros” (FONSECA, 2017, p. 143). Nessa época, houve também uma descentralização da preservação. Encontros de governadores estaduais resultaram no Compromisso de Brasília (1970), no Compromisso de Salvador (1971) e no Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (1973). Os documentos resultantes dessas reuniões recomendavam que os estados e os municípios tivessem uma atuação supletiva à federal nos bens nacionais e criassem legislações e instituições próprias para a salvaguarda dos bens regionais. Em 1973, O Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) propiciou “a criação, durante as décadas de 1970 e 1980, de órgãos locais de patrimônio e elaboração de legislações estaduais de proteção, abrindo os caminhos efetivos para a descentralização” (FONSECA, 2017, p. 152).

A nomeação de Aloísio Magalhães (1927-1982) para a direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1979, uniu as duas linhas de pensamento sobre a preservação. Assim, conforme Fonseca (2017), o número de processos de tombamento abertos por iniciativa externa ao órgão estatal aumentou significativamente. Entretanto, entre 1970 e março de 1990, 78 processos arquivados eram de origem externa, enquanto entre os bens tombados, “pouco mais da metade” (FONSECA, 2017, p. 195) partiram de representantes do órgão federal de preservação. Ainda assim, na década de 1980, as manifestações culturais brasileiras adquiriram uma conotação política. “É pela via da participação social – e não mais pela seleção rigorosa de bens de valor excepcional que se vai legitimar a política de preservação nos anos 1980” (FONSECA, 2017, p. 169).

A Constituição de 1988 também contribuiu para a nova percepção do patrimônio cultural, enfatizando que os patrimônios culturais devem fazer referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Para Chuva (2009), a nova definição foi uma ampliação e uma modernização do decreto-lei nº 25, de 1937, para os novos tempos. Assim, é nesse contexto de ampliação da noção de patrimônio que se inserem os casos de São Paulo (SP) nas últimas décadas do século XX, analisadas por Rodrigues (2001). A partir da pesquisa dessa autora, é possível delimitar algumas das características dos movimentos sociais urbanos pela patrimonialização.

Rodrigues (2001) analisou os pedidos de tombamentos que partiram de entidades civis, entrevistou membros desses movimentos e assistiu as mobilizações presencialmente em São Paulo (SP), ocorridas nas três últimas décadas do século XX. Uma parte significativa desses

movimentos surgiram nas associações de bairros, particularmente naquelas de classe média e classe média alta. No seu trabalho, Rodrigues identificou três bases da cidadania presentes na estruturação dessas mobilizações sociais: gestão urbana coparticipativa, retomada da esfera pública e território como seu *locus* preferencial.

Com relação à esfera participativa, apontamos para o fato de que os grupos sociais que lutam em favor de tombamentos vislumbram uma coparticipação no processo de gestão do espaço urbano e de seus territórios de referência. Quanto à retomada da esfera pública, demonstramos que esses grupos sociais elaboram a *coisa* e o *espaço* público, como meios de referência, apesar de suas lutas não se completarem totalmente dentro desta esfera, adquirindo, assim, um caráter ambíguo. Por fim, mostramos que o território se afirmando como *locus* das relações coletivas de significação e de sociabilidade, impulsiona o surgimento de tombamentos de espaços de vivência e uso comum na cidade de São Paulo. Ressaltamos, porém, que a conformação de um território em bem patrimonial, revela-se sempre conflituosa, justamente porque nestes territórios são gestados diversos interesses e territorialidades pelos diferentes agentes que neles se confrontam. (RODRIGUES, 2001, p. 13 e 14).

Ainda segundo Rodrigues (2001), quatro orientações permeariam o discurso preservacionista: “1) Urgência de salvaguarda; 2) Retorno ao passado; 3) Refúgio identitário; 4) Legitimidade cultural” (RODRIGUES, 2001, p. 16). A ampliação geográfica do patrimônio “do bem isolado (*monumento*), para os conjuntos de imóveis circunscritos à área central (*centros históricos*), chega-se a uma escala bem mais ampla e diversa (*território urbano*)” (RODRIGUES, 2001, p. 23). Outro ponto foi a vinculação do patrimônio cultural com a memória social, assim sendo visto como um direito social e tornando-se alvo de reivindicações civis. Com o direito à memória, vem o direito à memória do grupo – e ao sentimento de pertencimento que esse determinado grupo social tem com um determinado bem cultural. Assim, “o *direito ao patrimônio* enseja que bens materiais investidos de função mnemônica sejam efetivamente protegidos. Afinal é a permanência de referências materiais, sobretudo espaciais, que viabiliza o reconhecimento do próprio grupo social e o situa no mundo” (RODRIGUES, 2001, p. 25).

Conforme Fenelon (1993), a noção de direito à memória compreende os bens culturais como testemunhos materiais portadores de significação e patrimônios coletivos de sujeitos sociais diversos, então seriam “testemunhos materiais portadores de significação, passíveis de muitas leituras. Não apenas aqueles que um certo saber selecionou e atribuiu valor, mas todos aqueles que brotam de escolhas e ações coletivas” (FENELON, 1993, p. 33 e 34).

Retomando Rodrigues (2001), a sua “urgência da salvaguarda” é o que Gonçalves (1996) denomina de retórica da perda. A ameaça da perda desses bens, que tanto pode ser real ou imaginária, é o que resulta nas mobilizações de um grupo social em prol da preservação de um determinado local, objeto ou tradição, etc. Assim, a sua missão seria “salvar” o patrimônio cultural ameaçado. Desde o começo, no Brasil, a proteção dos patrimônios históricos e artísticos “tem sido justificada pela identificação de uma situação de desaparecimento e destruição de monumentos históricos e obras de arte em território brasileiro” (GONÇALVES, 1996, p. 90).

A segunda orientação, para Rodrigues (2001), o retorno ao passado, objetivaria assegurar a continuidade histórica de uma determinada sociedade ou coletividade, por exemplo, a revitalização urbana no lugar de uma renovação urbana. Já a terceira orientação, o refúgio identitário, vêm do patrimônio cultural sendo interpretado como um campo de afirmação das várias identidades coletivas. “Assim, a partir das noções de direitos que envolvem as reivindicações pela identidade, se firma a ideia de *inventário de diferenças*” (RODRIGUES, 2001, p. 34). Entretanto, isso poderia resultar na objetificação e na fetichização das culturas. Por fim, a quarta orientação, a legitimidade cultural, resultaria do “alargamento” de acesso ao status patrimonial, que implicaria nos “indivíduos que se relacionam diretamente com um bem cultural, cada vez mais, passem a ter a legitimidade de transformá-lo em seu *patrimônio* (mesmo que a presença de uma “instância competente” ou de “experts” ainda seja exigida)” (RODRIGUES, 2001, p. 36).

Consequentemente, o tombamento é a principal reivindicação das mobilizações pela patrimonialização dos patrimônios materiais. Assim, “o tombamento surge, muitas vezes, como um recurso extremo a fim de garantir a manutenção de marcos e referenciais urbanos significativos” (RODRIGUES, 2001, p. 39). Além disso, a atuação da sociedade civil na patrimonialização estaria “limitada à solicitação de abertura de processo de estudo de tombamento e à divulgação de sua luta junto aos meios de comunicação e fóruns públicos, visando o esclarecimento da opinião pública como importante instrumento de pressão política” (RODRIGUES, 2001, p. 43).

Além da limitação da participação civil nesse processo, a gestão da preservação do Iphan tende a não acatar as pressões da sociedade civil, mesmo quando há movimentos em prol da patrimonialização de um determinado bem cultural. Isso foi demonstrado por Fonseca (2017), com a ampliação da noção de patrimônio cultural e a influência da linha de pensamento do CNRC, os números de pedidos feitos pela sociedade civil aumentaram a partir da década de

1970. Entretanto, a maioria dos bens tombados ainda foram aqueles que partiram de agentes estatais do órgão preservacionista, enquanto uma parte considerável dos pedidos feitos pela sociedade civil foi arquivada. Portanto, retomando Rodrigues (2001), o planejamento urbano continuou restrito à atuação do Estado e dos especialistas, com uma esfera participativa limitada.

Outra dificuldade analisada por Rodrigues (2001) esteve justamente na elaboração do pedido de tombamento. Abaixo-assinados com assinaturas dos moradores dos bairros, onde estavam localizados os bens culturais alvos de reivindicações, eram recorrentes nos pedidos de tombamentos feitos pelas mobilizações e encaminhados ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Porém, o conhecimento dos critérios técnicos e das normas de encaminhamento do Iphan e do Condephaat eram decisivos para a aprovação do pedido de tombamento. Dessa maneira, os grupos que tinham conhecimento técnico e especialista sobre o patrimônio cultural, além de acesso aos canais oficiais, eram automaticamente privilegiados. Isso contribuía para a manutenção de um caráter elitista mesmo nos movimentos sociais urbanos pela patrimonialização de bens culturais.

Arriscamos uma interpretação que não é casual o fato de que grande parte das reivindicações em favor de tombamentos surjam em bairros de classe média e média alta. Afora a discussão da vertente “cultura” que perpassa os debates sobre a preservação do patrimônio, é interessante lembrar que foram as classes médias as mais favorecidas durante o regime militar, condição esta que vem sendo perdida nos últimos anos. (RODRIGUES, 2001, p. 195).

Portanto, tanto o pedido de tombamento quanto o poder judiciário são utilizados como uma ferramenta pelos movimentos para “salvar” um bem cultural da “destruição”. “Um exemplo é a prática muito comum realizada por grande parte desses grupos de mover ações civis públicas junto ao Ministério Público, visando a apuração de casos de burla e desrespeito da legislação em vigor” (RODRIGUES, 2001, p. 204). Além disso, o próprio pedido de tombamento é um instrumento jurídico. Contudo, para a autora, o tombamento ainda seria interpretado como uma concessão do poder público para a sociedade civil, objetivando uma finalidade específica. Porém, isso não impediria que o pedido em si já resultasse na desestruturação “de muitas entidades e grupos civis após suas reivindicações terem sido atendidas. Outras vezes, o tombamento é encarado como uma estratégia de ação e, com isso, os

intuitos dessas entidades e grupos não se encerram por aí e deslocam-se para outras reivindicações” (RODRIGUES, 2001, p. 204).

O Jóquei Clube não foi o único caso de reivindicação da patrimonialização de um espaço esportivo em Goiânia. Em 2015, o estádio Antônio Accioly, do Atlético Clube Goianiense, poderia ser vendido para a construção de um shopping no local. Os torcedores se mobilizaram para impedir que isso acontecesse, especialmente porque o estádio possuía uma ligação muito forte com Campinas, o bairro onde se localiza até hoje. Os dois movimentos se colocaram como contrários às vendas, trocaram acusações com as diretorias e, principalmente, reivindicaram o tombamento desses locais para impedir a perda. O movimento atleticano também surgiu nas redes sociais, inclusive levando à criação de uma Associação de Torcedores do Atlético Goianiense (ACAD).<sup>3</sup>

Assim, a partir dessa discussão teórica é possível apontar as três principais características dos movimentos sociais urbanos pela patrimonialização de bens culturais: em primeiro lugar, o grupo social na base do movimento é composto pelos moradores do território em que este está localizado, sobretudo, isso se aplica em relação ao patrimônio material. Em segundo lugar, a insatisfação social, que levou o grupo a se mobilizar, geralmente é o risco da perda iminente de um determinado bem cultural, por esse grupo possuir um vínculo afetivo com esse bem. Em terceiro lugar, o pedido de tombamento funciona como um instrumento eficaz para impedir essa “perda” e garantir a manutenção do que deseja salvar. Afinal, a curto prazo, o processo de tombamento impede que o bem cultural seja “destruído” e esse é o único papel direto do movimento e da sociedade civil na patrimonialização. Para exemplificar como esses movimentos ocorrem na prática, usaremos o caso do movimento para salvar o Jóquei Clube de Goiás, ocorrido em Goiânia (GO), no final de 2017.

## O caso Jóquei Clube de Goiás

O Jóquei Clube de Goiás foi o primeiro clube esportivo e social de Goiânia. O lançamento da pedra fundamental para a sua construção ocorreu em 28 de agosto de 1935, sob o nome “Automóvel Clube de Goiás”, antes mesmo do batismo cultural de Goiânia<sup>4</sup>. Ao longo

<sup>3</sup> A ACAD surgiu “na luta pela reabertura e reforma do Estádio Antônio Accioly, contra a transformação do Campo em Shopping [...] A primeira meta foi conquistada, o Dragão [sic] voltou para Campinas, pro Accioly. Agora essa nova gestão da ACAD, segue em frente na luta pela valorização da história e patrimônio cultural do clube” (DRAGÃO ONLINE, 2018).

<sup>4</sup> Goiânia foi construída na década de 1930. Porém, o batismo cultural da cidade aconteceu somente em 1942.

da sua história, o clube recebeu doações de terra dos governos federal, estadual e municipal. O presidente Getúlio Vargas e Pedro Ludovico Teixeira, interventor em Goiás, participaram da inauguração do clube. O Jóquei Clube de Goiás sediava eventos importantes da jovem capital e fora o local de lazer da elite goianiense nas primeiras décadas da cidade. Entretanto, na década de 1970, a primeira sede foi demolida<sup>5</sup>. Em seu lugar foi construída a atual sede social, projetada pelo renomado arquiteto Paulo Mendes da Rocha (1928-2021). Essa nova sede contava com quadras de basquete, tênis e sinuca, além de sauna, salão de festas, restaurante e um espaço infantil, com piscinas, tobogãs e playground. Além disso, o Jóquei Clube de Goiás está localizado perto de locais tombados pelo Iphan no Centro de Goiânia.

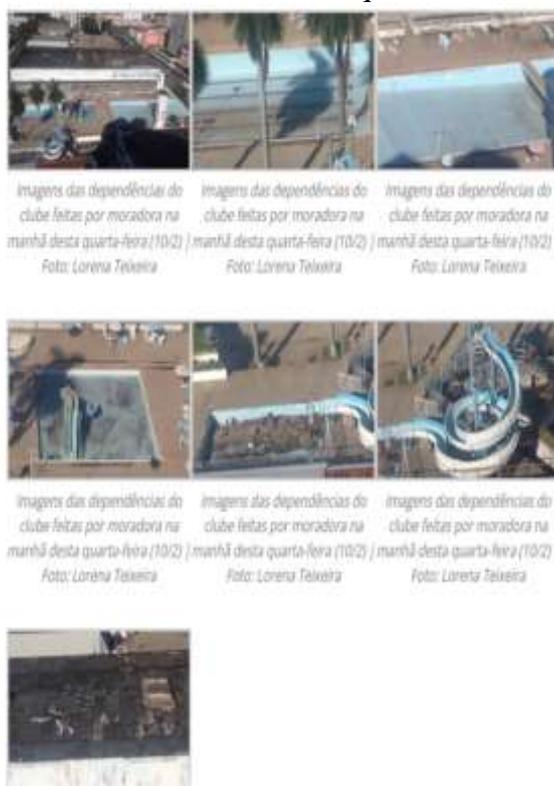
Figura 1: Mapa mostra a proximidade do Jóquei Clube de Goiás para os locais tombados pelo Iphan no Centro de Goiânia (GO)



Fonte: Google Maps, 2023

<sup>5</sup> Esse acontecimento contribuiu para uma insatisfação social crescente na população goianiense pela perda de outros monumentos que remetiam a origem da capital. Assim, uma parcela da população começou a se preocupar com o patrimônio cultural goianiense, especialmente os intelectuais e os primeiros moradores de Goiânia. Uma das figuras emblemáticas desse momento foi o escritor, jornalista, historiador e professor José Mendonça Teles, autor do projeto da primeira legislação estadual referente ao patrimônio cultural goiano.

Figura 2: Galeria de fotos do Jornal Opção mostra o estado do Jockey Clube



Fonte: Jornal Opção, 2016

Contudo, em 2017, essa segunda sede social encontrava-se em estado de abandono, havendo até mesmo preocupação que pudesse ser um foco de dengue entre os moradores da região. O clube acumulava dívidas na casa dos R\$ 40 milhões. Assim, a diretoria do Jockey negociou a venda da sede social com a Igreja Universal no final de 2017. Essa venda levaria à demolição do prédio e a construção de uma igreja no terreno do clube. Por causa disso, um movimento surgiu nas redes sociais, denominado #salvejockey, para salvar o prédio da demolição. O movimento criou uma página no *Facebook*, uma petição no site Avaaz com 1.482 assinaturas<sup>6</sup> e realizou duas mobilizações na porta da sede. Esse movimento também entrou com o pedido de tombamento do Jockey Clube de Goiás.

O JÓQUEI CLUBE DE GOIÁS pode ser DEMOLIDO! O edifício histórico da sede social, obra prima do modernismo de Paulo Mendes da Rocha, vencedor dos maiores prêmios da Arquitetura Mundial, está sendo vendido por seus associados, após anos de má-administração, com um aparente motivo de sanar as dívidas do clube. Empresários do ramo atacadista disputam a venda com a Igreja Universal. Pretende-

<sup>6</sup> Checado pela última vez em julho de 2022.

se então demolir esse patrimônio arquitetônico e cultural da cidade para construir no lugar um Templo de Salomão ou um grande Atacadão, ambos em seus moldes tipicamente megalomaníacos. O Ministério Público e o IPHAN já estão sendo acionados em nível estadual e federal e devem se posicionar em breve à respeito. Demolir o Jóquei é apagar não só um patrimônio, mas parte da nossa história e identidade! É ignorar um grande potencial equipamento de lazer no Centro da cidade que pode fomentar inúmeras atividades esportivas e culturais à toda população goianiense, tão carente de espaços como esse. **NÃO PODEMOS PERMITIR! NOSSA MEMÓRIA NÃO PODE SER DEMOLIDA! O JÓQUEI É NOSSO PATRIMÔNIO!** Assine este manifesto e participe do Ato em defesa do patrimônio: DOMINGO 03/12 em frente à Sede Social do Jóquei Clube. Acompanhe tudo pela página Salve Jóquei no facebook [www.facebook.com/salvejoquei](http://www.facebook.com/salvejoquei) “Uma cidade sem seus velhos edifícios é como um homem sem memória” #SALVEJÓQUEI (AVAAZ, [2017])<sup>7</sup>

Assim, esse caso se encaixa nas definições de movimentos sociais urbanos de Viana (2016) e Wollmann (2014). Também teve as características apontadas por Rodrigues (2001) das mobilizações pela patrimonialização. Portanto, é um exemplo de um movimento social urbano pela patrimonialização de um bem cultural. O pedido de tombamento também foi utilizado como uma ferramenta por esse movimento. A líder do “Salve Jóquei”, Maria Ester de Souza, era vice-presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO). Essa instituição abriu o processo para o tombamento da sede junto ao Iphan em 2017.

Posteriormente, no ano seguinte, o movimento entregou um documento para o então prefeito Iris Rezende defendendo a relevância do Jóquei Clube de Goiás para a história e a memória de Goiânia. Outro processo jurídico, em favor da Prefeitura de Goiânia, resultou no cancelamento da venda do clube. A maioria das dívidas do clube era de IPTU, portanto, a Procuradoria Geral do Município de Goiânia entrou na justiça para que a venda fosse suspensa enquanto houvesse débitos junto à municipalidade, pois a alienação da propriedade poderia ser considerada fraude à execução fiscal. Embora o impedimento da venda não tivesse relação direta com o movimento, uma das ações do Salve Jóquei também foi entrar na justiça contra à venda.

---

<sup>7</sup> O texto da petição é semelhante a postagem de apresentação do movimento no *Facebook*.

A repercussão desse caso resultou em coberturas por parte dos principais jornais de Goiânia, como *O Popular*<sup>8</sup>, *Diário da Manhã*<sup>9</sup> e *Jornal Opção*<sup>10</sup>. O *Diário da Manhã* foi o primeiro a noticiar a possível venda do Jóquei Clube de Goiás, ainda em outubro de 2017, na matéria “Jóquei pode virar atacadão ou templo da Universal” (DIÁRIO DA MANHÃ, 22 out. 2017). Porém, o caso começou a ganhar repercussão apenas no final de novembro do mesmo ano, quando saiu n’*O Popular*, com a reportagem “Sede do Jóquei Clube está à venda” (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017). O jornal ouviu os “dois lados” da disputa: o advogado e ex-deputado Manoel de Oliveira Mota, então presidente do clube e a favor da venda, e sócios remidos do Jóquei Clube, contrários à venda.

Os carnavais mais memoráveis de Goiânia nas décadas de 1940 a 1970 poderão dar lugar aos cultos evangélicos nos próximos anos. A sede do Jóquei Clube de Goiás, o mais antigo da capital, localizada no Centro, entre a Avenida Anhanguera e Rua 3, está à venda. O processo foi iniciado em outubro, com a aprovação, em assembleia dos sócios, da proposta da atual diretoria do clube, encabeçada pelo advogado e ex-deputado Manoel de Oliveira Mota, pela venda da sede principal para o pagamento das dívidas, que somam R\$ 40 milhões, e reconstrução de outro clube, no terreno do Hipódromo da Lagoinha, no Setor Cidade Jardim. A expectativa da diretoria é que a venda da histórica sede no Setor Central seja finalizada neste ano. A reportagem do POPULAR apurou que a negociação mais avançada é com a Igreja Universal, que teria interesse na construção de um templo no local. [...] O presidente reforça que não há nenhuma cláusula ou legislação que dê à sede o patamar de patrimônio histórico e, logo, é possível que ele venha a ser demolido. (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017).

No mesmo dia em que a notícia saiu no *O Popular*, 29 de novembro de 2017, o jornal também noticiou que “Arquitetos lutam pela história” (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017 B), em relação ao movimento para salvar o Jóquei Clube. “Os profissionais questionavam o fim de uma parte da história da capital com a possível demolição do prédio, que deveria ser tombado pelo patrimônio arquitetônico da cidade” (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017 B). O arquiteto responsável pelo projeto, Paulo Mendes da Rocha, foi destacado com um motivo para o

<sup>8</sup> *O Popular* foi fundado por Joaquim Câmara Filho, Jaime Câmara e Vicente Rebouças Câmara em 3 de abril de 1938. O jornal é diário, com exceção dos finais de semana, pois tem uma edição conjunta para sábado e domingo. Em 1980, já era o maior jornal de Goiás, sendo descrito pela Associação Goiana de Imprensa como “o mais completo jornal do Estado, com uma tiragem diária de 25 mil exemplares. Dotado dos mais modernos recursos eletrônicos. Faz parte do Complexo Organização Jaime Câmara, que inclui rádios, televisão e jornais” (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980, p. 77). A Jaime Câmara é dona da TV Anhanguera, filial da Globo em Goiás e no Tocantins. Segundo Rogério Borges (2018), a tiragem do jornal, em 2018, diminuiu para 20 mil.

<sup>9</sup> O *Diário da Manhã* é um jornal diário, fundado em 12 de março de 1980 por Batista Custódio e Consuelo Nasser, dando continuidade ao semanário *Cinco de Março*.

<sup>10</sup> O *Jornal Opção*, fundado em 21 de dezembro de 1975, pelo jornalista Herbert de Moraes Ribeiro, recebeu uma descrição da Associação Goiana de Imprensa, em 1980, “fundado em 1976, com o título Opção, passando a diário, sob o nome *Jornal Opção*, em 25 de março de 1979. Diretor e fundador: Hebert Moraes Ribeiro. Editor geral: José Luiz Bittencourt Filho. Opinativo e noticioso” (ASSOCIAÇÃO GOIANA DE IMPRENSA, 1980, p. 87).

tombamento do clube, “até pela representatividade por se tratar de um projeto de Paulo Mendes da Rocha” (ABREU, *O POPULAR*, 29 nov. 2017 B).

No dia seguinte, “Após matéria publicada pelo *O POPULAR*” (*O POPULAR*, 30 nov. 2017), o CAU-GO divulgou uma nota para a imprensa defendendo a importância da integridade da estrutura da sede do Jockey Clube de Goiás. O conselho defendia também que, independentemente de quem viesse a comprar o clube, essa entidade deveria garantir a manutenção da sua estrutura. Assim, em 30 de novembro de 2017, o CAU-GO lançou a campanha #salvejockey nas redes sociais. Vejamos a nota:

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU/GO) manifesta sua preocupação a respeito do futuro de um dos maiores patrimônios históricos e arquitetônicos da capital e do Estado: o Jockey Clube de Goiás. Projetado em 1962 pelo maior nome vivo da arquitetura brasileira, Paulo Mendes da Rocha, a edificação integra o movimento moderno brasileiro, constitui a paisagem do Centro de Goiânia e faz parte da memória afetiva e da identidade do goianiense. (*O POPULAR*, 30 nov. 2017).

A possibilidade da demolição do clube gerou uma comoção, para o jornal, porque o prédio, “localizado no coração da cidade [...] guarda memórias afetivas de diferentes gerações” (RABELO, *O POPULAR*, 8 dez. 2017). Contudo, seria somente em 14 de dezembro de 2017, que o “CAU propõe tomar o Jockey Clube de Goiás” (BURIGATO, *O POPULAR*, 14 dez. 2017). Conforme *O Popular*, o CAU-GO protocolou a proposta de tombamento do Jockey Clube junto ao Iphan, com um parecer técnico do arquiteto e urbanista Lucas Jordano, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). Esse parecer focou no arquiteto Paulo Mendes da Rocha como o principal motivo para o tombamento do Jockey Clube.

Figura 3: Reportagem do jornal O Popular em 8 de dezembro de 2017



Fonte: Jornal O Popular, 2017

Em 17 de dezembro, o movimento realizou a segunda de duas mobilizações que ocorreram na frente do clube. Na matéria intitulada “Novo protesto pede Jóquei preservado” (ABREU, *O POPULAR*, 17 dez. 2017), os membros do movimento Salve Jóquei foram descritos pelo *O Popular* como um “grupo de manifestantes”, composto por “Sócios, arquitetos, professores e entusiastas voltam a se reunir em frente a edificação no Centro para reclamar de venda e possível demolição do local” (ABREU, *O POPULAR*, 17 dez. 2017). A líder do movimento era a então vice-presidente do CAU-GO, Maria Ester de Souza, também a responsável pela ideia de tombar a sede social do clube. Para o *Jornal Opção*, Maria Ester de Souza deu mais detalhes sobre como tomou conhecimento desse caso:

Eu soube da possibilidade de demolição da sede por meio de um pedido de uso do solo para o qual eu deveria dar um parecer, por ter a cadeira do CAU/GO no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico-Cultural. Era a solicitação de um pastor que queria saber se aquele local era protegido e se poderia erigir lá um templo para 8 mil fiéis, anexando ilustrações do que seria a nova construção. Foi isso que desencadeou toda a movimentação. Quando peguei o processo já havia dois pareceres: um da Seduce [Secretaria do Estado da Educação, Cultura e Esporte], negando veementemente a possibilidade do uso requerido, porque o edifício teria de ser mantido; e o segundo do Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional], este menos enfático, aceitando a possibilidade de análise do projeto, desde que não mudasse o

traçado do meio-fio da Avenida Anhanguera. Diante disso, começamos um movimento de reação. Era papel do CAU/GO puxar isso? Não acho, talvez fosse algo para o IAB ou para as universidades. Chamamos a UFG, um representante da UEG [Universidade Estadual de Goiás] esteve na plenária sobre o assunto e todos concordaram que era necessário comprar essa briga para impedir ao máximo a demolição. (DIAS et al., *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2017).

Na mesma entrevista para o *Jornal Opção*, a líder do Salve Jóquei foi questionada sobre o que estava sendo feito para proteger a sede social do Jóquei Clube de Goiás. Esse foi um momento revelador: o pedido de tombamento impediria a modificação do prédio até que fosse deliberado e, por isso, no dia 15 de dezembro, “no Dia do Arquiteto, de forma emblemática –, o CAU/GO protocolou [...] o pedido de tombamento do edifício do clube. O fato de o protocolo ter sido aceito já é indício de que pode haver deferimento. [...] O protocolo, no entanto, protege o prédio” (DIAS et al., *JORNAL OPÇÃO*, 30 dez. 2017).

Com base em Rodrigues (2001), o pedido de tombamento era usado recorrentemente pelos movimentos sociais urbanos pela patrimonialização, com o objetivo de impedir a “perda” de um determinado bem cultural. Dessa forma, o pedido de tombamento possivelmente foi utilizado da mesma maneira pelo CAU-GO e pelo movimento Salve Jóquei para impedir a demolição do Jóquei Clube de Goiás. Similarmente, o conhecimento técnico contribuiu para que houvesse um foco no arquiteto nesse pedido, em detrimento de outros fatores, como a história do clube ligada à cidade, que motivou a petição no Avaaz. Entretanto, mesmo com esse conhecimento especialista, o pedido de tombamento do Jóquei Clube de Goiás foi indeferido pelo Iphan em 2019.

## Considerações Finais

Neste trabalho, desenhamos uma pequena introdução sobre uma teoria do que seriam os movimentos sociais urbanos pela patrimonialização de bens culturais. Os movimentos que partem da sociedade civil em prol do tombamento de um determinado local geralmente são movidos por grupos sociais situacionais, sobretudo os moradores do território em volta daquele bem cultural. Essa teoria aplica-se principalmente aos patrimônios culturais de natureza material. O patrimônio cultural está inserido em um campo de conflitos e disputas entre diversos agentes sociais, o que também aparece nesses movimentos.

Já o que leva um grupo social a se mobilizar pela patrimonialização de um determinado bem cultural é determinado por dois fatores. Em primeiro lugar, o vínculo afetivo com aquele

---

bem é essencial, pois, em segundo lugar, o risco da perda iminente gera a insatisfação social que resulta nas mobilizações para “salvá-lo” da destruição. Por fim, o uso do pedido de tombamento como um instrumento jurídico para impedir a perda é a sua principal característica. Como a participação da sociedade civil geralmente se limita a abertura do processo de tombamento, a tendência é que a mobilização seja encerrada após conseguir impedir a perda a curto prazo. Dessa maneira, o patrimônio cultural está intimamente presente em diversos aspectos da vida humana.

## Referências

### Fontes impressas e virtuais

ABREU, Vandr . Arquitetos lutam pela história. **O POPULAR**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/sede-do-j%C3%B3quei-clube-est%C3%A1-%C3%A0-venda-1.1406071> Acesso em 13 mar. 2020.

ABREU, Vandr . Novo protesto pede J quei preservado. **O POPULAR**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/novo-protesto-pede-j%C3%B3quei-preservado-1.1420042> Acesso em 13 mar. 2020.

ABREU, Vandr . Sede do J quei Clube está   venda. **O POPULAR**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/sede-do-j%C3%B3quei-clube-est%C3%A1-%C3%A0-venda-1.1406071> Acesso em 13 mar. 2020.

ACAD elege nova diretoria. **DRAGÃO GOIANO**, 2018. Disponível em: <https://www.dragaogoiano.com/acad-elege-nova-diretoria/> Acesso em 06 jun. 2020.

AGI - ASSOCIA O GOIANA DE IMPRENSA, Agi. **Imprensa goiana**: depoimentos para sua história. Goiânia: Cerne, 1980.

BRASIL. **Constitui o** (1988). **Constitui o** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BURIGATO, Thiago. CAU propõe tomar o J quei Clube de Goiás. **O POPULAR**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/cau-prop%C3%B5e-tomar-o-j%C3%B3quei-clube-de-goi%C3%A1s-1.1419090> Acesso em 13 mar. 2020.

Conselho de arquitetura defende que edifício do J quei Clube de Goiás deve ser mantido, 2017. **O POPULAR**, Goiânia. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/conselho-de-arquitetura-defende-que-edif%C3%ADcio-do-j%C3%B3quei-clube-de-goi%C3%A1s-deve-ser-mantido-1.1406823> Acesso em 13 mar. 2020.

DIAS, Elder. DINIZ, Augusto. SANTOS, Cezar. “Luta contra a demoli o da sede do J quei Clube   disputa de Davi contra Golias”. **JORNAL OP O**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/luta-contra-demolicao-da-sede-do-joquei-clube-e-disputa-de-davi-contra-golias-113762/> Acesso em 12 dez. 2022.

JORDANO, Lucas. Parecer para solicita o de tombamento do edifício sede do J quei Clube de Goiás. Goiânia, 2017.

J quei pode virar atacad o ou templo da Universal. **DIÁRIO DA MANHÃ**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.dm.jor.br/cotidiano/2017/10/joquei-pode- virar-atacado-ou-templo-da-universal/> Acesso em 12 dez. 2022.

GOIÁS. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. 1   Vara de Fazenda Pública Municipal. Processo n  0245949.84.2000.8.09.0051. Exequente: Município de Goiânia. Executado: J quei Clube de Goiás. Relator: Juiz substituto Vitor França Dias Oliveira. Goiânia, 18 de dezembro de 2017.

RABELO, Michelle. Jôquei Clube: Para sempre na memória. **O POPULAR**, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://www.opopular.com.br/noticias/magazine/j%C3%B3quei-clube-para-sempre-na-mem%C3%B3ria-1.1413283> Acesso em 13 mar. 2020.

SCHLEE, Andrey R. **PARECER TÉCNICO nº 4, DEPAM: Processo de tombamento número 1846-T-18, referente ao Jôquei Clube de Goiás, no município de Goiânia, Estado de Goiás. Proc. 01516.900398/2017-95.** Brasília, 17 jun. 2019.

QUIXABEIRA, Larissa. (Criadouro) Moradora denuncia possível foco de dengue no Jôquei Clube, em Goiânia. **JORNAL OPÇÃO**, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/moradora-denuncia-possivel-foco-de-dengue-no-joquei-clube-em-goiania-58375/> Acesso em 12 dez. 2022.

## Bibliografia

Azevedo, Natane Rincon. **A representação do movimento para salvar o Jôquei Clube de Goiás pela imprensa goiana.** Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História (FH), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

AZEVEDO, Natane Rincon. Movimentos sociais urbanos pela patrimonialização de bens culturais em Goiânia e São Paulo no final do séc. XX. **Revista Caliandra**, v. 2, p. 17-30, 2022.

AZEVEDO, Natane Rincon. O patrimônio cultural e o espaço urbano: os casos Jôquei Clube de Goiás e estádio Antônio Accioly. In: III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, Resistência e Direitos, 2022, Fortaleza-CE. Anais do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural [recurso eletrônico]: Patrimônio, Resistência e Direitos, 04 a 08 outubro de 2021. Fortaleza-CE, 2021.

BORGES, Rogério. O elemento noticioso e a intertextualidade nos textos cronísticos da Coluna Crônicas Outras Histórias, do Jornal *O Popular*. **Panorama**. Goiânia, v. 8, n. 2, p. 9-19, 2018.

CAMPOS, Yussef D. S de. **Imaterialidade do Patrimônio e Identidade Social: uma análise da lei “Robin Hood” de Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

CAMPOS, Yussef D. S. de. Lugar de memória e memória coletiva: questões epistêmicas sobre o patrimônio imaterial. In: BEZERRA, Daniele; MARCHI, Darlan; VINASCO, Isabel; CASTRO, Jaime; NAZARETH-TISSOT, Karla e OLIVEIRA, Priscila (Orgs.). **Memória coletiva: entre lugares, conflitos e virtualidade.** Porto Alegre: Casalettras; Pelotas: PPGMP/UFPel, 2021. p. 103-112.

CASTRO, Cleber A. TAVARES, Maria G. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano. **Sociedade e Território**, Natal, vol.28, n.2, p.117-135, 2016.

CHUVA, Márcia R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 147 – 165, 2012.

FENELON, Déa. Políticas Culturais e Patrimônio Histórico. In: **CICLO DE DEBATES SOBRE CULTURA E MEMÓRIA: PERSPECTIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA HOJE.** Brasília: ENAP, 1993. p. 31-34.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 6 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GONÇALVES, José R. S. **A retórica da perda:** os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, José R. S. **As transformações do patrimônio:** da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela M; LIMA FILHO, Manuel F. **Antropologia e Patrimônio Cultural:** trajetórias e conceitos. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia. 2012. p. 59-74.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI:** do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RODRIGUES, Cíntia Nigro. **Territórios do patrimônio:** tombamentos e participação social na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

VIANA, Nildo. **Os movimentos sociais.** Curitiba: Primas, 2016.

WICKRAMASINGHE, Nira. History as heritage: Producing the present in post-war Sri Lanka. In SANDIS, Constantine. **Cultural heritage ethics:** Between theory and practice. Cambridge: Open Book Publishers, 2014.

WOLLMANN, Luciana P. Movimento pela Reforma Urbana. In: CORRÊA, Larissa R. FONTES, Paulo. FORTES, Alexandre. (org.). **Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014).** Rio de Janeiro: Governo Federal, UFRJ, 2014. p. 107-109.

Recebido em 19 de maio de 2023 | Aceito em 02 de agosto de 2023



Esta obra está licenciada  
conforme Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

---

**Dossiê: Patrimônio em tempos de crise**

V 12 | n 23 | jul-dez 2023

---

## Las comunidades rurales frente al turismo en el noroeste de Córdoba (Argentina)

**Magali Luciana Paz**

---



**Edição eletrônica**

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

**Organização**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

**Referência Bibliográfica**

PAZ, Magali Luciana. Las comunidades rurales frente al turismo en el noroeste de Córdoba (Argentina). Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 97-117, jul-dez 2023. Semestral.

---

© NAUI

# Las comunidades rurales frente al turismo en el noroeste de Córdoba (Argentina)

Magali Luciana Paz<sup>1</sup>

## Resumen

Este trabajo propone analizar las insipientes vinculaciones entre el desarrollo del turismo y la población rural en el noroeste de Córdoba. Se sostiene que a partir de un conocimiento de las prácticas culturales de las familias campesinas arraigadas al territorio se puede pensar en esta actividad como complementaria de ingresos (contra-cosecha) y beneficiosa para las comunas siempre que se apoye en la construcción de lazos comunitarios con lógicas de conservación cultural y de cuidado del monte nativo.

**Palabras claves:** transformaciones territoriales; turismo rural; organización socio-comunitaria

## Rural communities and tourism in north-western Córdoba (Argentina)

### Abstract

This paper proposes to analyse the insipient links between the development of tourism and the rural population in the northwest of Córdoba. It is argued that, based on a knowledge of the cultural practices of peasant families rooted in the territory, it is possible to consider this activity as a complementary source of income (counter-harvesting) and beneficial for the communities as long as it is supported by the construction of community ties with the logic of cultural conservation and care for the native forest.

**Keywords:** territorial transformations; rural tourism; socio-community organization;

---

<sup>1</sup> Doctora de la Universidad de Buenos Aires, orientación Ciencias Antropológicas, y Profesora en Historia por la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), con lugar de trabajo en la Facultad de Turismo y Ambiente de la Universidad Provincial de Córdoba (FTA-UPC), y profesora en la Cátedra de Antropología Social y Cultural de la Escuela de Historia (FF y H- UNC). Correo: magali.paz.@unc.edu.ar

## Introducción

Hace más de una década que desarrollamos nuestra investigación en el territorio rural del noroeste de Córdoba, específicamente el departamento Cruz del Eje, logrando analizar las transformaciones ambientales generadas por el corrimiento de la frontera agroganadera, y su impacto en términos de acceso a los recursos, conflictos, procesos de organización y demandas de la población local<sup>2</sup>. A su vez, la región presenta los índices más elevados de Necesidades Básicas Insatisfechas (NBI) de toda la provincia<sup>3</sup>, no obstante, establecimos que cuenta con potencialidades para revertir tal situación, a saber: la existencia de los diques Pichanas y Cruz del Eje, así como las Sierras y los bosques protectores con un valor ecológico y natural inigualable; proyectos productivos gestionados por cooperativas locales en vinculación con el Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), y el Instituto Nacional de Tecnología Industrial (INTI); la representación de organizaciones comunitarias-campesinas nucleadas en el Movimiento Campesino de Córdoba (MCC), proyectos vinculados al desarrollo turístico, entre otras. En virtud de ello, presentamos aquí el estudio sobre las prácticas culturales del acontecer cotidiano del campesinado cruzdelejeño, problematizando las interpretaciones románticas de un *mundo campesino prístino* que se pierde, para comprender la coexistencia de distintas prácticas, valores y sentidos que generan las condiciones de ocurrencia de dichos cambios. A la par, realizamos un estudio preliminar de los proyectos de desarrollo turístico en la región, particularmente, del Plan de Turismo Sostenible de la provincia de Córdoba (PETS 2030), para determinar posibles vinculaciones y articulaciones con los grupos mencionados, en función de sus demandas específicas.

En tal sentido, si como sostiene Barchuk (2019), el bosque nativo es el soporte de todos los demás servicios en la zona, incluyendo la producción primaria, formación y retención de suelos, ciclo de nutrientes y agua, conviene preguntarse: *¿cuáles son las causas y las fuentes*

---

<sup>2</sup> Investigación financiada por becas de doctorado y posdoctorado: Beca de Iniciación de Postgrado, otorgada por el Fondo para la Investigación Científica y Tecnológica (FONCYT), periodo 2011-2014; y Beca de Finalización de Doctorado, otorgada por el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), periodo 2015-2017. Beca posdoctoral de CONICET, período 2018-2021. Todas con lugar de trabajo en el CIECS-UNC-CONICET.

<sup>3</sup> Los datos son tomados de la página oficial del gobierno de la provincia de Córdoba, Ministerio de Planificación, Inversión y Financiamiento, Secretaría de Planificación. Véase: <http://hojaprovincial.cba.gov.ar/> (Acceso: mayo del 2023).

*de los problemas ambientales prioritarios y de los que aún se pueden mitigar sus efectos negativos? Y en relación al diseño de las políticas públicas en el territorio: ¿qué efecto posee la conceptualización del “campesino”/“productor familiar” desde concepciones tradicionales y/o folklóricas”?; ¿Tal caracterización limita o amplía las posibilidades de participación en los proyectos o por el contrario, reproduce patrones de explotación económica y desigualdad socio-cultural? Por último, y en relación al PETS por cuanto su aplicación conlleva enormes desafíos para la región: ¿Cómo comprender las repercusiones particulares, y diferenciadas en las prácticas y representaciones de los grupos y sujetos involucrados?*

Desde una metodología cualitativa situada, se busca profundizar en el análisis de categorías socio-culturales y criterios históricos que colaboren en la realización de un diagnóstico desde las experiencias y conocimientos de actores sociales y técnicos claves. Al mismo tiempo, junto con el historiador E. P. Thompson (1997), consideramos que el estímulo antropológico no surte su efecto en la construcción de modelos, sino en la percepción de problemas antiguos con ojos nuevos; en el énfasis sobre normas o sistemas de valores y rituales, en la atención a las funciones expresivas de las diversas formas de organización y resistencia, y en las expresiones simbólicas de las identidades que se construyen ligadas al territorio. En tal sentido, las categorías o “modelos” derivados del contexto fueron probados, refinados, y quizá reformados en el curso de nuestra investigación.

Las principales estrategias de investigación se vinculan al trabajo de campo, incluyendo visitas periódicas a la zona de estudio entre los años 2022 y 2023<sup>4</sup>, específicamente, en abril de 2023 junto a colegas docentes e investigadores participamos de talleres en la Escuela Campesina de El Quicho junto a miembros del MCC, donde realizamos observaciones, notas de campo y tomamos fotografías de un recorrido sectorial que pretende convertirse en reserva comunitaria con fines turísticos<sup>5</sup>. No obstante, las informaciones construidas a partir de esas estrategias fueron puestas en relación a datos provenientes de otras fuentes (estadísticas, normativas, periodísticas), en tanto se entiende que para abordar la complejidad de los fenómenos culturales se deben relacionar distintos niveles y órdenes de mediaciones de la realidad social (Paz, Schejter y Filippi, 2021). En definitiva, con una perspectiva diacrónica y

---

<sup>4</sup> A partir de esta actividad realizamos observaciones, notas de campo y tomamos fotografías de un recorrido sectorial que pretende convertirse en reserva comunitaria con fines turísticos. Agradezco al Lic. Sebastián Hissa y la Dra. Cecilia Quevedo por la invitación generosa a participar.

<sup>5</sup> Vale aclarar que, debido a la pandemia por el COVID19, mis viajes para realizar trabajo de campo fueron nulos durante el año 2020 hasta mediados del año 2021. Sin embargo, sostuve comunicaciones vía internet con algunas familias y técnicos del territorio cruzdelejeño.

etnográfica, se intentará evidenciar dos procesos complementarios: la construcción histórica y local de estrategias de producción y reproducción de las comunidades rurales, y la posible reconfiguración de sus prácticas socio-económicas vinculadas al desarrollo del turismo rural comunitario.

## Una larga y triste historia: el monte cordobés en la encrucijada

A principios del s. XX los bosques naturales cubrían un tercio del territorio argentino y ocupaban más de cien millones de hectáreas (el equivalente a las superficies de Francia y España). Esta extensión se ha reducido drásticamente y en nuestro país, en la actualidad, los bosques nativos se estiman cercanos a los 48 millones de hectáreas (MAyDS, 2020). Ergo, nos toca experimentar un triste récord en las últimas décadas: ser uno de los diez países del mundo que más ha visto disminuir sus bosques nativos por cambio de uso del suelo para la agricultura.

Sosa Varrotti, Ramírez y Serpe (2022) sostienen que el proceso que se viene consolidando es el acaparamiento de tierras junto al modelo de desarrollo agroindustrial y el agronegocio que conduce a grandes transformaciones en los territorios. Asimismo, como aluden Valverde *et al.* (2020), las causas no devienen sólo de la “agriculturización” (principalmente de soja y maíz) sino que también se desarrolla el denominado proceso de “bovinización”, que implica la reubicación de ganado proveniente de la pampa húmeda en zonas rurales otrora consideradas “marginales” como el nordeste y noroeste argentino u otras regiones extra-pampeanas.

El noroeste de la *provincia de Córdoba* es uno de los tantos casos locales donde se observan modalidades de avance del capitalismo agrario sobre zonas antaño consideradas de poco rinde o marginales en cuanto a su valor productivo, y habitadas en su gran mayoría por economías domésticas. En este sentido, autores como Bendini y Murmis *et al.* (2003); Reboratti, (2006); Martínez Dougnac (2014); Gras y Hernández (2016); Vilulla (2020) entre otros, apuntan que se deben tener en cuenta los cambios que el ámbito rural comenzó a experimentar a mediados del siglo XX en América Latina y Argentina, caracterizados por la intensificación del dominio del capital transnacional en el agro, por la búsqueda de una integración flexible en la reestructuración que se expresa en alianzas empresariales, incremento de la producción a escala con tecnologías de punta y procesos crecientes de movilización y precarización de la mano de obra.

Específicamente, la provincia de Córdoba presenta una “asincronía regional” que

permite recortar dos grandes espacios territoriales: la zona conformada por los departamentos del este y sur (zona “pampeana”), que consiguió insertarse exitosamente en el actual modelo económico dominante, lo que se tradujo en un significativo proceso de crecimiento y modernización en base a la producción de commodities para exportar; y en contraposición, la zona norte y oeste (zona “extra-pampeana”), que históricamente había sido el polo concentrador de los recursos humanos y materiales de la provincia, no consiguió responder a los requerimientos del “complejo oleaginoso”, quedando postergada. Cabido y Zak (2010, p.6) afirman que durante las últimas tres décadas del siglo XX *“el factor de cambios en la cobertura de la región del noroeste estuvo dominado por la “conversión de bosques en tierras agrícolas”, siendo los departamentos de Ischilín, Tulumba, Río Seco, Cruz del Eje y Río Primero, los de mayor superficie deforestada”*<sup>6</sup>. A su vez, el ingeniero agrônomo Gerardo Bergamin y su equipo de investigación (2010), ratifican la región cómo el territorio donde se concentra el mayor número de situaciones conflictivas de tenencia de la tierra, los menores niveles de capitalización en el sistema agrario, un amplio predominio del trabajo familiar y las condiciones más comprometidas de reproducción social de los sistemas productivos.

En la provincia de Córdoba queda actualmente menos del 4% del monte nativo original, de 12 millones de has apenas unas 500 mil. Según datos oficiales entre 1998 y 2014 en la provincia se deforestaron 295.005 has y desde la sanción de la Ley de Bosques (fines de 2007) hasta la actualidad, desaparecieron 5.578 has protegidas por la normativa<sup>7</sup>. Las zonas que figuran en color rojo en el mapa, son las que cuentan con alto nivel de conservación del bosque nativo, correspondientes al noroeste provincial, y que no debieran desmontarse ni utilizarse para la extracción de madera y que correspondería mantener como bosque para siempre. Incluidas, a su vez, las reservas naturales y sus áreas circundantes que tengan valores biológicos sobresalientes, y/o sitios que protejan cuencas hídricas de importancia (nacientes de ríos y arroyos).

---

<sup>6</sup> Conviene recordar que, en su extremo noroeste, Córdoba comparte con las provincias vecinas de La Rioja, Catamarca y Santiago del Estero las denominadas Salinas Grandes y Salinas de Ambargasta, que forman parte de la zona más árida y calurosa de la provincia. En ella, se encuentra el complejo hoy conocido como bosque chaqueño (también denominado “monte”), cuyas especies típicas son el molle de beber, el coco y el quebracho serrano o cordobés, tala, mistol, chañar, algarrobo y espinillo (Pegoraro, Introcaso y Di Franco, 2013, p. 2).

<sup>7</sup> La norma aprobatoria del Ordenamiento Territorial de Bosques Nativos en la provincia de Córdoba se sancionó el 5 de agosto del año 2010 (Ley provincial N° 9.814).

Figura 1: El monte nativo y un pavo real en el paraje Santo Domingo, Cruz del Eje (Córdoba)



Fuente: Archivo personal de la autora (año 2017)

Según lo manifiesta la socióloga Valeria Cuenca (2018), la situación del Ordenamiento Territorial de Bosques Nativos (OTBN) para nuestra provincia es preocupante en tanto a fines del año 2016, legisladores de los partidos hegemónicos en la unicameral cordobesa, presentaron un proyecto para cambiar no sólo el mapa sino también la ley. El argumento es que la actual normativa no protege los bosques y dificulta el desarrollo productivo del norte y del noroeste cordobés. Este nuevo mapa territorial encuentra consonancia con los reclamos de los empresarios ganaderos (nucleados en entidades como CARTEZ o la Sociedad Rural Argentina), que demandan la reducción de las áreas de conservación del bosque (designadas como rojas), en las que no puede modificarse el uso del suelo. En otras palabras, el mapa actual incluye casi cuatro millones de has en las categorías amarilla y roja, y los datos actualizados más precisos estiman que existen unos 3,6 millones de has con bosque nativo, sin embargo, para las entidades empresarias rurales el mapa debería incluir sólo dos millones de has. El problema que se viene discutiendo es si se permite o no el desmonte selectivo y la siembra de especies exóticas en la

zona amarilla, que representa los sectores de alto o medio valor de conservación, que pueden estar degradados pero que si se los restaura pueden tener aún un alto valor de preservación. Lo que resulta un hecho, de acuerdo al relevamiento de la Comisión del OTBN, es que Córdoba no admite un desmonte más porque lo sufrirán las generaciones futuras, y de manera actual y directa, los campesinos y pequeños productores y sus economías domésticas- regionales.

## Cultura e identidades cruzdelejeñas: entre la fragmentación y la multiplicidad

En términos socio-demográficos, “*el departamento de Cruz del Eje conserva el mayor porcentaje de población rural en la región que acabamos de describir: de 58.759 habitantes, 20.999 habitan en zonas rurales* (Autora, 2015, p.116). De manera esquemática, y en pos del análisis conceptual, podemos decir que dicha población se encuentra integrada por a- comunidades campesinas tradicionales (Unidades domésticas); b- pequeños productores (de economía tipo “farmer” o “chacarera”); c- empresas capitalistas; y en términos de clases sociales, debemos agregar una cuarta categoría que son los proletarios rurales. De acuerdo a Wolf (1971); Harris y Young (1981); Balazote y Radovich (1992), entre otros, la *economía campesina* se define a partir de dos criterios básicos: predominio de fuerza de trabajo doméstica y ausencia de una acumulación sistemática de capital. La organización capitalista de *la empresa rural* parte de otros supuestos: utilización de fuerza de trabajo asalariada en forma permanente y acumulación de capital<sup>8</sup>. Ahora bien, autores como Azcuy Ameghino (2012) y Fleitas *et al.* (2020), señalan que los *pequeños productores* conservan de los campesinos el trabajo familiar como un elemento sustancial en el proceso productivo, y de los capitalistas el uso de la fuerza de trabajo asalariada en los trabajos de carpida y cosecha, al mismo que logran acumular un pequeño capital lo que les permite, en un lapso significativo, ampliar el proceso productivo aumentando la productividad del trabajo. Lo importante es establecer de qué modo dicha capitalización le entrega notas diferenciadas al pequeño productor.

Tal como lo establecimos en otra ocasión (Autora, 2019), los *grupos domésticos campesinos* en Cruz del Eje cuentan con unidades productivas que no superan las 15 has y representan los sectores más vulnerables del departamento en tanto los problemas principales

---

<sup>8</sup> Particularmente, en el departamento Cruz del Eje se trata de productores extra-locales, que siembran alfalfa, o practican la ganadería de cría, re cría, y en algunos casos, *feedlots*; cuentan con superficies de entre 500 y 1.000 ha y su presencia ha ido creciendo en los últimos años de manera exponencial.

de producción y reproducción tienen su causa en el déficit hídrico. La *cría de caprinos* constituye la actividad económica más importante de estas unidades, además de lo significativo que resulta el aporte de carne en la dieta familiar, los grupos obtienen la mayoría de sus ingresos a partir de la venta de los subproductos del caprino: la venta de animales en pie (a “bulto”) o bien la leche residual, el pelo y cueros. Los destinos comerciales del cabrito en la zona, luego del autoconsumo y la reposición de madres, son la venta a los “cabriteros” (intermediarios de los frigoríficos), comercialización a través de las redes creadas por la Organización zonal Cruz del Eje perteneciente al MCC<sup>9</sup>, y venta a consumidores finales. La *producción agrícola* comienza en noviembre y termina en mayo, meses en los cuales se concentra la siembra, cosecha y recolección, coincidente con la época más cálida y húmeda del año en la zona, ya que se practica el cultivo temporal sin riego. El mayor trabajo que exige el cultivo, en las escasas tierras dedicadas a esta actividad, es el desmonte. La venta de las verduras u hortalizas se realiza a través de los “puesteros del mercado” que las buscan en el campo para llevarlas a las ciudades de Cruz del Eje o Córdoba, o a verdulerías minoristas de la región. La *recolección de leña* merece una mención especial debido a que es la más importante de las actividades extractivas en todos los grupos relevados, y durante los meses de invierno la recolección y venta de leña constituye una importante ayuda en el momento de mayor rigor económico para el grupo doméstico.

---

<sup>9</sup> De acuerdo a la tesis de la Dra. Mariana Romano (2011), el MCC es un movimiento social- territorial que surgió en la región a fines de los años noventa y se constituyeron como Asociación de Productores del Norte de Córdoba (APENOC), Unión Campesinos del Oeste Serrano (UCOS), Organización de Campesinos Unidos del Norte de Córdoba (OCUNC), Unión Campesina del Noreste de Córdoba (UCAN), Unión de Campesinos de Traslasierra (UCATRAS), y Organización Zonal Cruz del Eje. Esta organización está integrada, a su vez, al Movimiento Nacional Campesino e Indígena (MNCI), y a nivel internacional articulan con la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) y con la Vía Campesina.

Figura 2: Curral de cabras de una familia campesina en la comuna de Guanaco Muerto, Cruz del Eje (Córdoba)



Fuente: archivo personal de la autora, año 2015.

En relación a las *actividades artesanales* más importantes de las comunas y parajes cruzdelejeños son los productos elaborados a partir del *trabajo en cuero*. Se realizan monturas, lazos trenzados y diversos instrumentos que los pequeños productores utilizan para que los animales “les obedezcan”, tales como: taleros, fustas, rebenques. La “talabartería” y tiene como fin suplir una demanda interna de las familias, ya que se trata de instrumentos de trabajo que de otra manera resultarían costosos de adquirir en el mercado y supone adquirir un conocimiento ancestral, transmitido por generaciones anteriores, requiriendo gran cantidad de horas de trabajo dependiendo del producto a realizar: rienda, atador, correón, lazo, manea, entre otros. A su vez, se realizan *dulces* y *arropes*. Estos últimos se obtienen por la evaporación de líquidos de los

frutos del chañar, piquillín, tuna, mistol, algarrobo (“las golosinas serranas”), no requieren de la incorporación de azúcar, y consisten en un jarabe espeso o “almíbar” con la textura de la miel (una “miel vegetal”) que se consume en pan, postres, quesillos, sirve para incorporarse a bebidas fermentadas alcohólicas como la aloja ( preparada con el fruto del algarrobo mediante un proceso de fermentación), y tienen funciones medicinales: expectorantes, emolientes -relajan las inflaciones-, anti diarreicos, entre otras<sup>10</sup>. Finalmente, cabe remarcar que en estos procesos de producción artesanal se perciben algunos elementos comunes:

a- La transmisión del saber artesanal se provee de padres/madres a hijos/as; b-existen limitaciones para la especialización artesanal, básicamente, por las dificultades para ubicar la producción una vez superado el nivel de consumo de la unidad doméstica. En tal sentido, deseamos aclarar que si bien todos los grupos en mayor o menor medida realizan artesanías, éstas no son elaboradas para la venta sino para el autoconsumo de la unidad doméstica” (Autora, 2019, p.192).

Sin dudas, urge evaluar estas características al momento de diseñar estrategias de ventas por cuanto su colación en ferias populares, mercados de cercanía y/o circuitos de turismo rural podrían redundar en una modificación de la situación descripta.

Por su parte, los *pequeños productores* de Cruz del Eje cuentan con superficies prediales que no exceden en ningún caso las 50 has<sup>11</sup>. En ellas realizan cultivos de hortalizas (tomates, pimientos, berenjenas, acelga, lechuga); frutales (melón, sandía); y en algunos casos aún mantienen sus históricos olivares. Se puede establecer que un número importante de estos productores ha logrado capitalizarse y mejorar el proceso productivo a partir de la implementación de semillas híbridas, mallas anti-granizo en los sembradíos (mallas que también protegen los cultivos del fuerte sol en época estival), y el riego por goteo. Si bien la mayoría de las unidades se ubica dentro de las zonas de riego del departamento, en un 50% de los casos, el agua llega por canales donde las pérdidas por evaporación y el mal estado de infraestructura son muy altas. La distribución del agua de riego es por ley, función de los consorcios creados a tal fin. El de Cruz del Eje (denominado “Usuarios de Riego del dique Cruz del Eje”), nuclea aproximadamente a 300 productores, principalmente, empresarios extra-

<sup>10</sup> El fruto del mistol como el del algarrobo suelen tostarse y molerse, para elaborar los denominados “café de mistol” o “café de algarrobo”, que actualmente son muy requeridos en las “dietéticas” de la ciudad por sus valores nutritivos y por su baja o nula presencia de alcaloides.

<sup>11</sup> De acuerdo a un informe del ya extinto Registro Nacional de Trabajadores y Empleadores Agrarios (RENATEA), el total de productores (chicos, medianos y grandes) empadronados en el departamento Cruz del Eje es de 400. Pero, de acuerdo a la información de nuestras entrevistas, se debe estimar que existen otros 400 sin empadronar. De ese número total, un 70% -estimativamente- son pequeños y medianos productores.

locales. La información reunida sugiere que tanto la infraestructura como el manejo del agua resultan deficientes a nivel provincial y a nivel individual, beneficiando a los grandes productores de materias primas para exportación.

Figura 3: Invernadero de hortalizas con malla antigranizo de pequeños productores en la comuna de Media Naranja, Cruz del Eje (Córdoba)



Fuente: archivo personal de la autora, año 2019.

Por último, y tomando en cuenta el indicador de la contratación de mano de obra para las actividades de carpida y cosecha, se constata que en estas pequeñas unidades cobran mayor importancia los lazos de complementación entre familias y/o individuos no emparentados entre sí, lo que significa que estos pequeños productores tienden a complementar su trabajo con el de otras personas y aún ello suele combinarse con la venta de su fuerza de trabajo o la de alguno de los miembros de la familia en grandes unidades productivas de la región u otro tipo de labores y oficios (docencia, albañilería, cargos en la administración pública, comercio en la ciudad de Cruz del Eje, entre otros). Específicamente, en momentos claves del ciclo productivo (de agosto a diciembre), contratan entre 30 y 40 cosecheros, en su mayoría provenientes del departamento, y ese número se reduce entre 15 a 20 de forma permanente el resto del año, es decir, que son productores que generan trabajo para la población local.

Hasta aquí se puso en evidencia que tanto campesinos como pequeños productores nativos despliegan diferentes prácticas socio-culturales para garantizar la sobrevivencia y mitigar el proceso de crisis y transformación agraria en la región. Aquí nos surge la pregunta en torno al incipiente pero sostenido desarrollo de la actividad turística en la región pues, *¿podría convertirse en un factor de anclaje de la población local, especialmente a través de la creación de empleos ligada a la llegada de nuevos habitantes con un mayor poder de compra para la producción autóctona?* O por el contrario, *¿implicaría el desplazamiento de la población con efectos indirectos como la pérdida del sentimiento de pertenencia y exclusión, además del posible desplazamiento directo si se produjera el fenómeno de “gentrificación rural”<sup>12</sup>*, y sus consecuentes alzas de los alquileres y la presión sobre la tenencia de la tierra? Veamos...

## **El turismo rural comunitario y la necesidad de propuestas integrales**

De acuerdo lo establece Toselli (2017), la Organización Internacional del Trabajo cada vez con frecuencia habla de desarrollo local basado en el turismo, y son muchos los territorios que están protagonizando procesos de recuperación y expansión económica debido a la evolución que está experimentando este sector. A la par, autores como Urry (2004); Harvey (2007); Troncoso (2016); Trivi (2022), advierten que esta “industria sin chimeneas” (tal como se la suele denominar), se encuentra dentro de la lógica de producción/consumo del capitalismo actual, donde se dinamizan ciertos espacios y circuitos en desmedro de otros, generando una territorialidad que apunta a la funcionalización del espacio con fines económicos, con el riesgo de profundizar la segregación socio-territorial (tanto urbana como rural), amenazar los bienes comunes naturales de la región; conformando determinados lugares en “atractivos locales” (a través de discursos e imágenes fetichistas) que, en la práctica concreta, implican una apropiación del espacio para la producción de valor financiero.

Con todo, el estudio sobre el panorama 2030 establecido por la Organización Mundial de Turismo refiere a un aumento de llegadas de turistas internacionales de 1.800 millones a

---

<sup>12</sup> La noción de gentrificación “*un neologismo basado en la palabra gentry que se refiere a un sector de la aristocracia inglesa*” fue concebida inicialmente para describir la invasión de ciertos barrios londinenses por personas de clases media y alta, y consecuente desplazamiento de los habitantes obreros, cuyas antiguas viviendas eran renovadas, convirtiéndose en residencias caras y lujosas. Años más tarde, el concepto fue objeto de diversas discusiones teóricas, al punto de que continúan los debates en torno a las consecuencias de este fenómeno que se desarrolla cada vez con más fuerza tanto en ciudades como en el ámbito rural (Lorenzen Martiny, 2014, p. 2).

nivel mundial, y para las Américas se prevé un crecimiento del 2,6% media anual, esto se traduce en un aumento de 5 millones de turistas internacionales anualmente (OMT, 2015). En ese marco, y tal como afirman un conjunto de autoras cubanas, el turismo rural cobra una importancia creciente debido a sus características distintivas, a saber: “a) *el turista convive e interactúa directamente con la comunidad, con sus experiencias sociales, culturales y productivas cotidianas; b) responde a las premisas de desarrollo sostenible*” (Felix Díaz Pompa *et al.* 2020, p. 177).

En efecto, es válido pensar al turismo rural como una “*opción viable de reproducción social para sectores oprimidos de nuestra sociedad*”, ponderando siempre que las “*condiciones indispensables para hacer del turismo una actividad sostenible*” implican una “*correcta planificación*”, con “*la intervención de los actores locales*” (Belli y Slabutsky, 2012, p. 7). Empero, el desarrollo turístico puede conducir a un desplazamiento de la población nativa tal como lo demuestran algunos autores para el caso de nuestro país, y específicamente, para la provincia de Córdoba el trabajo de Santiago Buraschi (2019); y Trimano con Matioli (2023), entre otras. Y sin embargo, también puede ser un factor de anclaje de esa población, especialmente a través de la creación de empleos para satisfacer la demanda de bienes y servicios, motivando y haciendo posible la persistencia de las comunidades rurales, especialmente si la generación de los nuevos empleos se complementa a las actividades agrícolas. En virtud de ello, resulta necesario objetivar las trayectorias históricas junto a las relaciones de poder y mediación entre diversos agentes, para evaluar los efectos que puede generar en los territorios, las representaciones, sentidos, incluso como plantea Espoz (2017, p. 321) “*la convergencia –no sin tensiones- respecto al universo de lo patrimonializable y lo comercializable*”.

En la provincia de Córdoba encontramos el Plan Estratégico de Turismo Sustentable (PETS, 2030) que resulta la actualización del PETS 2017 y cuyo objetivo es “*impulsar el proceso orientador de acciones estratégicas generadas a partir de la participación y el consenso de los actores del sector, para fortalecer el desarrollo turístico equilibrado de la provincia como un destino turístico sustentable, competitivo y de calidad*” (PETS, 2030: 5)<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup>Este proyecto provincial puede compararse con otros de similares características en el resto del país. Lacko (2019) realiza un análisis desde la antropología crítica sobre dicho proyecto marco, estableciendo su vinculación con el proyecto Red Federal de Turismo Rural Comunitario (conocido luego como RATuRC) creado por el Ministerio de Turismo (MINTUR- gestión 2003-2015), que se proponía apoyar iniciativas de turismo local para “*generar inclusión social y desarrollo*” en regiones pauperizadas y alentar la creación de un nuevo atractivo turístico inclusivo dentro de las comunidades.

El ámbito territorial que alcanza el Plan es el de las denominadas “Regiones Turísticas” conformadas/ asociadas en función de su proximidad geográfica, identidad cultural y “potencialidad turística”. En particular, los atractivos que se ofrecen para la región del noroeste proponen:

Disfrutar del aire de las sierras, de los cauces naturales de agua que surcan la región, recorrer los senderos de la historia y tomar contacto con el legado de la cultura de los comechingones (...) también es posible visitar su valioso patrimonio cultural conformado por la Estancia Jesuítica La Candelaria -, las iglesias de Cruz del Eje, Soto y La Higuera (...) A su vez, se destacan dos importantes obras hídricas: el Dique Cruz del Eje (junto a la ciudad del mismo nombre) y el Dique Pichanas (ubicado en las cercanías de Villa de Soto), adecuados para la práctica de pesca y deportes náuticos (...) Asimismo, esta zona se distingue por sus sabores tradicionales, donde se destaca el cabrito y las empanadas. Presenta además una amplia gama de productos regionales como el aceite de oliva, licores artesanales, miel, mermeladas, hierbas serranas y el tradicional pan casero. También se puede disfrutar de las artesanías de la región, donde se distinguen los objetos elaborados con fibra de palma caranday, piedra y cuero (PETS, 2030, pp. 47-49).

Lo que se desprende de la lectura de este apartado es el énfasis puesto en la región del noroeste como la más apta para el desarrollo de un turismo rural, y sostenible. Sin embargo, la actividad turística se ha desarrollado con marcadas desigualdades entre las diferentes regiones, existiendo una notable polaridad por diferentes circunstancias que el PETS 2030 reconoce: “*son evidentes las desiguales condiciones de organización de recursos turísticos, equipamientos, instalaciones, accesibilidad, infraestructura y servicios de organización integrada territorialmente*” (PETS, 2030, p.15). A su vez, y en concomitancia con lo que expusimos en los apartados anteriores, se reconoce que esta área experimenta niveles deficitarios en relación al desarrollo turístico, lo que implica que la mirada está puesta en su inserción como destino emergente, apostando por sus productos turísticos con capacidad de diferenciación y posibilidades de conquistar espacios en la oferta y demanda dentro de la provincia. Lo cierto es que en muchos de estos municipios y comunas, la pérdida de rentas por agricultura en las últimas dos décadas impulsó a la generación de formas de rentabilidad vía “*desarrollo turístico*” (estructurado por la OMT), y según datos estadísticos del Gobierno provincial, en la *Región Turística de Traslasierras* (que incluye el “área noroeste”), la economía está orientada a los servicios en más de un 70%, evidenciando la relación entre el perfil de servicios turísticos y las modalidades de empleos que se concretan.

En este marco, encontramos la experiencia del Movimiento Campesino de Córdoba (MCC) en el proceso de creación de una “reserva campesina” como estrategia organizada a

partir de la idea de “turismo comunitario” como la expresan Mancini y Pérez Winter (2021, p. 70): “como una modalidad que se promueve desde políticas públicas con el objetivo de motivar la participación de las comunidades locales en el desarrollo socio-económico de sus territorios” Las familias que se aglutinan en torno al MMC desde hace un tiempo advierten en el turismo una forma novedosa de disputar recursos, afianzar a las juventudes rurales en sus territorios y conservar la naturaleza y las prácticas en torno a ella.

Figura 4: Escuela Campesina Ruben Dario en El Quicho, Serrezuela (Cruz del Eje)



Fuente: archivo personal de la autora, año 2023.

Como lo describen Mina y Quevedo (2023), El Quicho es un paraje rural del departamento Cruz del Eje localizado a 24 kilómetros de la localidad de Serrezuela y se dio a conocer en los últimos años por el hallazgo de un chorro termal, ubicado al lado de la escuela rural (gestionada por el MCC). De acuerdo a las autoras, la historia inicia en el año 1987, cuando la Dirección Provincial de Hidráulica realizó una perforación en búsqueda de agua potable para proveer a la escuela rural primaria Rubén Darío y de manera inesperada hallaron un acuífero mesotermal con una profundidad de 225 metros y una temperatura aproximada de 40 °C que ha significado un espacio de encuentro y recreación de los estudiantes de la escuela. En los últimos

años, se identifican distintos proyectos de desarrollo turístico y luego de la pandemia la terma es explotada por el municipio de la localidad de Serrezuela.

Al analizar la historia de la región, resulta paradójico que existan dos mega obras hidráulicas en el departamento (el dique Cruz del Eje y el dique Pichanas, construidas a mediados del siglo XX) y que sin embargo, las familias rurales cruzdelejeñas no tengan el control y el manejo directo sobre el agua lo que provoca un impacto profundo sobre sus sistemas productivos de subsistencia. Al presente, la monopolización del recurso hídrico -así como de la tierra-, es una consecuencia que se vio agravada por el mencionado proceso de avance de la frontera agro-ganadera, y el paraje El Quicho, al igual que varias comunas del noroeste de Córdoba, se encuentran atravesados por dicha transformación.

Sin dudas, el turismo en tanto actividad estratégica cuenta con posibles potencialidades para el territorio, y resultan alentadoras las maneras en que una organización como el MCC viene articulando con las familias cruzdelejeñas el proyecto de “turismo rural comunitario” con la propuesta de creación de una reserva campesina donde se encuentra la terma de El Quicho, junto a la puesta en marcha de mecanismos interinstitucionales (diplomatura con la Facultad de Turismo y Ambiente de la Universidad Provincial de Córdoba, investigadores/as, técnicos/as, guardaparques, financiamiento internacional), acciones concretas (apertura de camino de Parque Nacional Traslasierra-Pinas hacia el norte) y disputas locales (disputas por el control y acceso del chorro de El Quicho en el municipio de Serrezuela).

No obstante, consideramos que esta iniciativa contiene tensiones y dificultades estructurales, que nos llevan a puntualizar dos argumentos para el corto plazo: a- resulta primordial repensar la construcción de la estrategia del MCC en torno al turismo comunitario a partir de comprenderla como base de complementación productiva y reproductiva de las familias campesinas en un entorno natural cada vez más acorralado; y b- urge sostener la importancia de la construcción de la reserva campesina como asiento de un esquema comunitario de turismo que podría replicarse en otras comunas de la región, acompañada de lógicas emergentes de conservación singulares o diferenciales, sumado a la implementación de ley de bosques y de parques nacionales.

Figura 4: Terma de El Quicho, situada atrás de la escuela campesina en Serrezuela (Cruz del Eje)



Fuente: portal de información online “Traslasierra noticias” 31/03/2023. Disponible: <https://traslasierranoticias.com.ar/?fbclid=IwAR1wXOFOYRmhx4pKIqJ66LZhb7418XDntHpVaAKoWqrW13TUcPp2sDKwhc>

## A modo de cierre

Existen lógicas capitalistas cada vez más novedosas a través de las cuales se intenta anclar en el territorio, y debido a que se oblitera la información científica disponible, sumado a la falta de certezas al respecto, redundando en la postergación de adoptar medidas eficaces para impedir la degradación del ambiente entendido de manera integral. En virtud de los análisis practicados, se reconoce la existencia de intereses económicos, que se traducen en obstáculos político-institucionales, relacionados a la falta de articulación de las demandas de campesinos/as y pequeños productores/as, y este hecho tiene directa relación con la ausencia

de claridad (diagnóstico) sobre las prácticas socio- culturales y estrategias de reproducción que les caracterizan.

Asimismo, establecimos que los procesos productivos y reproductivos en las comunidades rurales que aún perviven en el territorio, no están asociados a prácticas culturales e identitarias idílicas. El ser poseedores de la tierra sigue siendo una base importante en la unidad familiar sin embargo, estos grupos no se relacionan necesariamente con la tierra y con las tareas de campo a partir de vínculos o sentimientos de orgullo, herencia y tradición, más bien se observa que hay una convivencia con otro tipo de prácticas, muy vinculadas a las que se realizan en la ciudad, además de la participación activa en proyectos de desarrollo turístico como es el caso de la terma El Quicho, junto al MCC. En relación a ello, consideramos que si la sociedad civil logra generar organización hacia el empoderamiento local (reforzando las cooperativas de productores ya existentes, y redes comunales como las organizadas por el movimiento), pueden intervenir en mejor forma sobre los circuitos que el turismo rural genere en la región. Estas alternativas, permiten mantener la fuente de recursos provenientes de la producción agrícola- ganadera, y elaborando una oferta hacia el turismo con características propias. Tales estrategias pueden determinar un aumento de la riqueza productiva, junto a una mayor diversificación de los canales de comercialización, lo que redundaría en mayores puestos de trabajo, evitando la creciente migración campo-ciudad (especialmente de los jóvenes), y acompañando al PETS 2030 desde una base comunal integral.

## Referências

AGENCIA CÓRDOBA TURISMO, Gobierno de la Provincia de Córdoba. **Plan Estratégico de Turismo Sustentable** (PETS, 2030). Disponible em: <https://www.cordobaturismo.gov.ar/wp-content/uploads/2019/07/PETS2020.pdf>

AUTORA. Crisis de los sistemas productivos agrarios tradicionales. El acceso a los recursos y la dinámica de la población rural en tiempos de ‘bovinización’. Cruz del Eje, Córdoba”, **Runa, Archivo para las Ciencias del Hombre**, v1, n 36, p. 109- 124, 2015.

AUTORA. Sobre la multilinearidad de la economía campesina: repertorio de actividades y tensiones, **Trabajo y Sociedad**, n 32, p. 177-201, 2019.

AZCUY AMEGHINO, EDUARDO. **Estudios Agrarios y agroindustriales**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2012.

BALAZOTE, ALEJANDRO y RADOVICH, JUAN CARLOS. “El concepto de grupo doméstico”, en TRINCHERO, Hugo (Comp.): **La Antropología Económica**, Vol. 2. Buenos Aires: CEAL, 1992.

BARCHUK, ALICIA. **Manual de buenas prácticas para la conservación del bosque nativo**. Córdoba, Argentina: Brujas, 2019.

BELLI, ELENA Y RICARDO SLABUTSKY. Introducción. En BELLI, ELENA Y RICARDO SLABUTSKY (Eds): **Agroturismo cultural y desarrollo sostenible**. Jujuy, Argentina: Universidad Nacional de Jujuy, 2012, p. 7-22.

BENDINI, MÓNICA Y MURMIS, MIGUEL *et al.* (Comps.). **El campo en la sociología actual: una perspectiva latinoamericana**. Buenos Aires: La Colmena, 2003.

BERGAMÍN, GERARDO *et al.* La Gestión del Agua y la Ordenación Territorial para un desarrollo sustentable. El caso de la Cuenca de Cruz del Eje, en **Ponencia del VII Congreso Latinoamericano de sociología Rural**, Porto de Galinhas, Brasil, 2010.

BURASCHI, SANTIAGO. Ciudades competitivas. Valorización inmobiliaria y modo de acumulación en Córdoba, Argentina, **Quid16**, n 10, p. 268-286, dic 2018-may 2019.

CABIDO, MARCELO Y ZAK, MARCELO. Deforestación, agricultura y biodiversidad: apuntes sobre el panorama global y la realidad de Córdoba. **Revista uncienza [online]**, Universidad Nacional de Córdoba, 2010, s/n. Disponible: <https://uncienza.unc.edu.ar/sin-categoria/deforestacion-agricultura-y-biodiversidad/>

CUENCA, VALERIA DEL VALLE. **Ley de Bosques en la Provincia de Córdoba. Disputas por el territorio y los modelos de desarrollo posibles**. España: Editorial Académica Española, 2018.

DÍAZ-POMPA, FÉLIX; LUCELIA DE LA CARIDAD LEYVA-FERNÁNDEZ; OLGA LIDIA ORTIZ PÉREZ; YULIETSY SIERRA MULET. El turismo rural sostenible en Holguín. Estudio prospectivo panorama 2030, **El Periplo Sustentable**, n 38, p. 174-193, enero- julio 2020.

ESPOZ, MARÍA BELÉN. Apuntes sobre el turismo. La regulación del disfrute vía mercantilización cultural. **Chasqui. Revista Latinoamericana de comunicación**, n 133, p. 317-334, marzo 2017.

FLEITAS, KARINA; PAZ, MAGALI; VALVERDE, SEBASTIAN. Grado de explotación y equilibrio interno: aportes de Alexander Chayanov a los estudios de la Antropología Económica y Rural, **Papeles de Trabajo**, n 40, p. 73-92, 2020.

GRAS, CARLA Y HERNÁNDEZ, VALERIA. **Radiografía del nuevo campo argentino. Del terrateniente al empresario transnacional**. Buenos Aires, Argentina: Siglo XXI, 2016.

HARRIS, OLIVIA Y YOUNG, KATE. Engendered Structures. Some Problems in the Analysis of Reproduction, en J. S. KAHN Y J. R. LLOBERA (Eds): **The Anthropology of Pre-capitalist Societies**, London: MacMillan, 1981, p.109-147.

HARVEY, DAVID. **Urbanismo y desigualdad social**. Madrid: Siglo XXI. 2007.

LACKO, ELISA. Reflexión acerca del contexto de surgimiento de políticas turísticas ¿indigenistas? El proyecto Red Argentina de Turismo Rural Comunitario (RACTUR) del Ministerio de Turismo de la Nación Argentina, 2008-2019, **Antropologías del Sur**, n 12, p. 197-223, 2019.

LORENZEN MARTINY MATTHEW JAMES. La gentrificación rural como factor de persistencia de la población originaria y de las actividades agrícolas: indicios desde Morelos, México, *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, v 3, n 1, p. 1-14, 2014.

MANCINI, CLARA ELISA y PEREZ WINTER, CECILIA. El patrimonio cultural en tiempos de turismo comunitario: relecturas, tensiones y reformulaciones. *Revista de Turismo e Identidad*, v 2, n 2, p. 67-98, 2021.

MARTÍNEZ DOUGNAC, GABRIELA. Disputas, acaparamiento y despojo de tierras en la Argentina: “no es la soja, es el capitalismo...”. **ALASRU (Nueva Época)**, n 10, p. 231-256, 2014.

MINA, ROBERTA y QUEVEDO, CECILIA. Turismo comunitario y disputas locales en “El chorro” de El Quicho: el correlato espacial de la pandemia Covid-19. En: VALINOTTI, FLORENCIA *et al.* **Capitalismo, Estado y conflictividad en la Provincia de Córdoba**. Río Cuarto: UNIRío Editora, 2023.

MINISTERIO DE AMBIENTE, Y DESARROLLO SOSTENIBLE (MAyDS) (2020). **Causas e impactos de la deforestación de los bosques nativos de Argentina y propuestas de desarrollo alternativas**. Disponible en: [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/desmontes\\_y\\_alternativas-julio27.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/desmontes_y_alternativas-julio27.pdf)

PAZ, MAGALI; SCHEJTER, MARIANO Y FILIPPI, FRANCISCO. Método, crítica y compromiso en antropología: viejos y nuevos desafíos para la investigación, **Revista NuestrAmérica**, v9, n 68, p. 1-18, 2021.

PEGORARO, MAITÉ; INTROCASO, RAFAEL; DI FRANCO, LEONARDO. Análisis de los cambios en el uso del suelo en el departamento de Cruz del Eje, Córdoba, Argentina, en **XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Fos de Iguazú, 13 al 18 de abril, 2013.

REBORATTI, CARLOS (2006). “La Argentina rural entre la modernización y la exclusión”. En: AMALIA INÉS GERAIGES DE LEMOS, MÓNICA ARROYO, MARÍA LAURA SILVEIRA (Comps). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Pablo: CLACSO, p. 175-187, 2006.

ROMANO, MARIANA. Nosotros siempre fuimos campo abierto. Conflictos Territoriales, Derechos a la Tierra y Poder Judicial en el Norte de Córdoba, **Tesis Doctoral, Facultad de Agronomía, Doctorado**

en **Estudios Sociales Agrarios**, Universidad Nacional de Córdoba, Inédita, 2011.

SOSA VARROTTI, A.; RAMÍREZ, D. Y SERPE, P. (2022). Land Grabbing and agribusiness in Argentina: five critical dimensions for analyzing corporate strategies and its impacts over unequal actors, **Review of Agricultural, Food and Environmental Studies**, n 103, p. 417–437, 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. **Historia social y Antropología**. España: Edición del Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 1997.

TOSELLI, CLAUDIA. Turismo, patrimonio cultural y desarrollo local. Evaluación del potencial turístico de aldeas rurales en la provincia de Entre Ríos, Argentina. **Pasos**, v 2, n 17 p. 343-361, 2017.

TRIMANO, LUCIANA y MATTIOLI DENISE. “Vivir en la naturaleza”. Movilidad residencial y extractivismo inmobiliario en las sierras de Córdoba (Argentina), **Territorios**, n 48, p.1-26, 2023.

TRIVI, NICOLÁS ALBERTO. El papel de los desarrolladores urbanos en la expansión de los destinos turísticos argentinos. Un análisis a partir del estudio de sus estrategias, **Párrafos geográficos**, v 2, n 21, p. 3-23, 2022.

TRONCOSO, CLAUDIA ALEJANDRA. La actualidad de los estudios sobre el turismo. Temas, perspectivas y contribuciones desde las ciencias sociales, **Items del CIEP, Revista de Ciencias Sociales y Humanas**, p.63-79, 2016.

URRY, JOHN. **La mirada del turista**. Lima: Universidad de San Martín de Porres, 2004.

VALVERDE, SEBASTIAN; ALEJANDRO BALAZOTE; KARINA FLEITAS; MAGALI PAZ E GABRIEL STECHER. Fronteras en redefinición: territorios, conflictividad y nuevos paradigmas. En MARISTELA FERRARI, INÊS GUSMAN, EDGAR APARECIDO DA COSTA E RUBÉN CAMILO L. GONZÁLEZ (Comps): **Fronteira, território e ambiente: diálogos entre América Latina e Europa**; Paraná, Brasil: EDUNIOESTE Editora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, p. 173-196, 2020.

VILULLA, JUAN MANUEL. Los trabajadores agrícolas pampeanos a principios del siglo XXI. Situación, características y tensiones de una mayoría social invisibilizada, en **Estudios Rurales**, v 10, n 19, p.1-17, 2020.

WOLF, ERIC. **Los campesinos**. Barcelona: Labor, 1971.

Recebido em 07 de julho de 2023 | Aceito em 07 de novembro de 2023



Esta obra está licenciada  
conforme Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

---

**Dossiê: Patrimônio em tempos de crise**

V 12 | n 23 | jul-dez 2023

---

## Boca Negra e a Cidade Sorriso: Giras, gingas e beats do patrimônio cultural afro-brasileiro em periferias da capital paranaense

**Janaina dos Santos Moscal**

---



**Edição eletrônica**

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

**Organização**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

**Referência Bibliográfica**

MOSCAL, Janaina dos Santos. Boca Negra e a Cidade Sorriso: Giras, gingas e beats do patrimônio cultural afro-brasileiro em periferias da capital. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 119-137, jul-dez 2023. Semestral.

---

© NAUI

# Boca Negra e a Cidade Sorriso: Giras, gingas e beats do patrimônio cultural afro- brasileiro em periferias da capital paranaense

Janaina dos Santos Moscal <sup>1</sup>

## Resumo

Na entrada/saída da cidade, nas bordas da Rodoferroviária da capital, não-lugares, onde existências e memórias de trabalhadores seguem entre-cobertas pelo movimento de suas vias rápidas. Continuidades/rupturas do(s) centro(s) de uma cidade de discurso embranquecido. Essa escuta pode ser considerada um esforço imaginativo, que permite matizar, colorir e escurecer as imagens da Cidade. A Escola de Samba Colorado, blocos carnavalescos e trajetos que nos levam a circuitos de lazer, familiares ou não, da massa de operários que habitavam a região, na primeira área industrial da cidade. A partir desses trajetos, proponho, então, pensar terreiros, barracões de escola de samba e grupos de capoeira enquanto espaços de aprendizagem tradicional e religiosa, mas também cultural e artística. Espaços e práticas de salvaguarda de referências culturais de matrizes africanas em uma cidade que tem oferecido destaque apenas a seu patrimônio de matizes europeias. Circulam por eles fundamentos de cosmologias africanas, que viabilizam existências negras e constituem o PCI Afro-Brasileiro em Curitiba.

**Palavras-chave:** Patrimônio afro-brasileiro; periferia; aprendizagens artísticas.

## Abstract

At the entrance/exit of the city, on the edges of the capital's bus station, not places, where the existences and memories of workers remain covered by the movement of its expressways. Continuities/ruptures of the center(s) of a city with whitened speech. Underneath the Capanema Viaduct today, it seems possible to hear rhythmic markings that tell about those who lived along those banks. The Colorado Samba School, carnival blocks and routes that take us to leisure circuits, family or not, of the mass of workers who inhabited the region, in the city's first

---

<sup>1</sup> Janaina dos Santos Moscal é mestre (PPGA/UFPR) e doutora (PPGAS/UFSC) em Antropologia Social. Atualmente, exerce a função de assessora técnica de Povos e Comunidades Tradicionais no processo de Reparação Socioambiental do desastre sócio-tecnológico de Brumadinho na Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS).

industrial area. Based on these paths, I propose, then, to think of terreiros, samba school huts and capoeira groups as spaces for learning, traditional and religious, but also cultural and artistic. Spaces and practices for safeguarding cultural references of African origins in a city that has only highlighted its heritage with European nuances. The foundations of African cosmologies circulate through them, which make black existences viable and constitute the Afro-Brazilian PCI in Curitiba.

**Keywords:** Afro-Brazilian PCI; periphery; artistic learning.

## “Minha palavra não é só minha não”<sup>2</sup>

(*Thiago El Niño*)

Margem de rio, margem de ferrovia. Divisas invisíveis. Viadutos, não pontes. Na entrada/saída da cidade, nas bordas da Rodoferroviária da capital, não-lugares, onde existências e memórias de trabalhadores seguem entre cobertas pelo movimento das vias rápidas do Jardim Botânico e Rebouças, mas também das vielas da Vila Torres e Parolin. Continuidades/rupturas do(s) centro(s) de uma cidade de discurso embranquecido. Debaxo do, hoje, Viaduto do Capanema, parece ser possível ouvir marcações rítmicas que contam sobre aqueles que viveram por aquelas margens. Essa escuta pode ser considerada um esforço imaginativo,<sup>3</sup> que permite matizar, colorir e escurecer as imagens da Cidade. Do lado de lá da ponte, ou do viaduto, a Cidade Sorriso, uma síntese dos discursos oficiais sobre a capital, do Paranismo à Família Folha.

Talvez mais poética, e mais antiga, que a alcunha de cidade modelo, penso que a ideia

<sup>2</sup> A frase é um verso da faixa Interlúdio I (<https://www.youtube.com/watch?v=0lrxsawyK4U>), presente no álbum “Pedras, Flechas, Lanças, Espadas e Espelhos” do rapper carioca Thiago El Niño, que também é pedagogo e educador popular. Thiago tem sua obra pautada pela ancestralidade negra e com diversas referências às religiões de matrizes africanas.

<sup>3</sup> Esse artigo é uma primeira variação de ensaio remetido ao Prêmio de Pesquisadores Independentes, realizado pela, na época, Secretaria Estadual de Comunicação e Cultura do Paraná, no ano de 2020, ainda no auge da pandemia, via recursos da Lei Aldir Blanc. É fruto de um processo de bricolagem, ou melhor ainda, de um *beat* ou *sample*, criação de uma versão atualizada do que experienciei e produzi ao longo de mais de uma década caminhando entre a antropologia, a comunicação e as artes, mais especificamente aquela intitulada como afro-brasileira. É também processo e mirada na aprendizagem de linguagens artísticas e científicas que, muito além do “saber local”, trata de conhecimentos ancestrais e suas tecnologias sociais voltadas à permanência e evolução de suas comunidades e seu povo.

de cidade sorriso integra um apanhado de discursos oficiais sobre a capital, reforçados até os dias atuais pelo marketing oficial do município, que destaca as qualidades de Curitiba, entre elas a de uma cidade planejada e com uma qualidade de vida superior à da maioria das cidades brasileiras. Seguindo esse movimento, a seleção do que é patrimônio na cidade é também pautada pelo estereótipo da ascendência europeia que invisibiliza matrizes indígenas e africanas. Portais e museus poloneses, ucranianos ou italianos combinam-se a festivais de folclore e festas típicas dessas etnias que constituem o discurso identitário oficial da cidade, e também do estado. O discurso único deixa brechas muito pequenas para que as referências culturais de matrizes africanas e indígenas tenham espaço nas políticas de patrimônio e na identidade cultural da cidade.

Sobre esta temática, em seu viés crítico, está o trabalho do historiador e professor da Universidade Federal do Paraná, Dennison de Oliveira (2000), que aponta a face das desigualdades sociais e raciais da capital. Em relação ao Paranismo, cito-o como um movimento artístico e intelectual que se propôs a construir uma identidade cultural para o estado, popularizada, especialmente, na década de 1920 e que deixa suas marcas nas dinâmicas identitárias da capital, especialmente em seus equipamentos urbanos. Sobre o Paranismo e seu manifesto há diversos trabalhos, especialmente na área de história (ver BATISTELLA, 2012).

As marcas do Paranismo na cultura popular do estado e suas implicações nos discursos raciais é foco no trabalho de DANIEL (2016) que teve como objetivo “identificar o quanto as ideias relacionadas às etnias africanas e a folclorização romântica do indígena, presentes no manifesto, ainda são vigentes e ressoam nas questões que envolvem o fazer artístico de raízes populares na cidade de Curitiba” (2016, p. 9). Assim, o autor afirma que, pela análise de discurso, o Paranismo marca o silenciamento dos povos negros e indígenas, celebrando ainda hoje a composição étnica de referências europeias.

O pesquisador cita o exemplo do Festival Folclórico de Etnias do Paraná, realizado há cinquenta e quatro anos pela Associação Interétnica do Paraná (AINTEPAR), apoiado pelo Governo do Estado do Paraná e a Secretaria de Cultura que, em 2015, dos 18 grupos folclóricos constantes de sua programação, 15 eram de etnia europeia, e as outras três compostas por uma associação nipo-brasileira, um grupo folclórico boliviano e um Centro de Tradições Gaúchas (CTG). O dado representa grande parte das dinâmicas artísticas e políticas culturais, ainda orientadas pelas elaborações identitárias do Paranismo. Mais um recurso

discursivo sobre a cidade, a Família Folha, por sua vez, integra uma campanha publicitária da gestão do prefeito Jaime Lerner, amplamente divulgada no início da década de 1990, que tratava da separação e reciclagem do lixo, reverberando, mais uma vez, a ideia de cidade modelo.

Assim, escolho tratar do que escapa a essa ordem mítica, voltando escutas e olhares a territórios outros. Ponto de partida e chegada (na cidade, e também como estratégia analítica deste texto), ali surgiu o time de futebol do Colorado e sua torcida Boca Negra. E daí a Escola de Samba Colorado, blocos carnavalescos e trajetos que nos levam a terreiros e circuitos de lazer, familiares ou não, da massa de operários que habitavam a região, na primeira área industrial da cidade. Antes disso, já era área de comércio, dos ferroviários e outras tantas categorias de trabalhadores. No projeto *Dos Traços aos Trajetos: a Curitiba Negra entre os Séculos XIX e XX*, de Brenda Santos, Gessline G. Braga e Larissa Brum (2019), retrata-se a presença e a circulação negra em Curitiba desde o século XIX até o século XX.

A investigação foi centrada na circulação desta população entre clubes sociais operários, em especial a Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio. Em conversas com Brenda Santos sobre a ocupação da região em torno da Rodoferroviária, popularmente conhecida como Capanema, é possível vislumbrar a região a partir de uma ocupação histórica de famílias negras. Nas redondezas, por volta de 1950, surge a favela do Capanema, ou Vila Capanema, posteriormente chamada também Vila Pinto ou Vila Torres. Lembrando que a categoria vila, em percepções locais, remete à ideia de periferia ou favela.<sup>4</sup> E é a partir da sobreposição de memórias desse território – e de outros considerados periféricos dentro da lógica do discurso oficial – excluído dos cartões postais da cidade, que proponho pensar este artigo.

Ensaio<sup>5</sup> no exercício de puxar fios, este texto propõe tessituras produzidas a partir de

---

<sup>4</sup> Vide o termo local “vileiro” utilizado para definir os jovens que, em estéticas e comportamentos próprios, moram em periferias ou áreas favelizadas.

<sup>5</sup> Tomado por mim como um ensaio, este texto é também um exercício de juntar pistas e refletir sobre minha trajetória como pesquisadora, especialmente em temáticas relativas ao patrimônio cultural afro-brasileiro. Assumo ainda que de modo tangencial também de minhas vivências pela cidade. Nascida em Araucária, município de discurso igualmente eurocêntrico (mais marcadamente polonês), sou filha de um soldador e uma dona de casa, vindos de Ponta Grossa, a 110km de Curitiba. Racialmente, e politicamente, me reconheço como uma mulher parda, de ascendência indígena e negra. Embora reconheça as desvantagens políticas do termo, acredito que as leituras raciais sobre mim também encontram-se nesse “entre”, que constitui grande parte da população brasileira. Registro também que esses tensionamentos me interessam e me movem, justamente por

circulações e trânsitos promovidos por processos de territorialização negros, sempre empurrados para margens ou áreas não gratas da cidade. Em elaborações orientadas, principalmente, por políticas do patrimônio cultural da cidade, especificamente do Patrimônio Cultural Afro-brasileiro. Importante afirmar que os estudos sobre as dinâmicas raciais na cidade, especialmente os de pesquisadores negros e racializados, têm tomado corpo, produzindo torções (teóricas e metodológicas) nas análises sociológicas e históricas sobre a cidade. Trabalhos que repensam dinâmicas de segregação, como o realizado pela jovem mestra em Geografia Gláucia Pereira do Nascimento, que recentemente defendeu dissertação intitulada “Territorialidades Negras em Curitiba: Ressignificando uma cidade que não quer ser negra” (2020).

Soma-se ainda a estes trabalhos recentes a tese de Thiago A. P. Hoshino, “O Direito Virado no Santo: Enredos de Nomos e Axé” (2020), defendida no final de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que tem parte de sua pesquisa dedicada aos processos de tombamento e registro de terreiros, os axés plantados e os tensionamentos e relações estabelecidas a partir destas políticas públicas, contextualizadas também na cidade de Curitiba. Tratando das dimensões simbólicas e de resistências dessas territorialidades, é possível articular análises como essas às práticas, políticas e pesquisas que referenciam o Patrimônio Cultural Imaterial (PCI) Afro-Brasileiro. Desde políticas públicas federais, capitaneadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), até a política de Registro e Identificação do Patrimônio Cultural Imaterial da capital, executada pela Fundação Cultural de Curitiba (FCC) que vem, desde 2005, lançando editais e apoiando a execução de projetos na área (MARTINS, 2010). Retomarei este tópico na segunda seção deste artigo, destinada à análise de projetos voltados ao PCI Afro-brasileiro na cidade.

Importante sublinhar que utilizo o termo periferia aqui como referência não oposta ao centro, mas do que escapa da identidade e discursos oficiais da capital paranaense, portanto não necessariamente ligado a dimensões geográficas, mas simbólicas (MAGNANI, 2012). Periferia, como categoria forjada pelo Estado, é instrumento também para dimensionar as áreas urbanas e suas desigualdades, mas especialmente perceber de que maneira essa

---

entender, e sentir na pele, que minha forma de circular pela cidade (pensando-a integrada com sua região metropolitana) e me inserir em debates públicos é orientada também por essas dimensões.

população constrói simbolicamente seus circuitos e trânsitos quando estes grupos são racializados, estrutural e institucionalmente, haja vista a segregação racial em Curitiba (NASCIMENTO, 2020), a gentrificação e os efeitos de um planejamento urbano excludente (COELHO, 2015). Outra obra clássica à qual me referencio para pensar as dinâmicas, circulações e territorializações negras em áreas urbanas é “O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira”, publicado por SODRÉ (1988). A partir de suas análises sobre as dinâmicas da urbe e os terreiros, é possível pensar nas elaborações, permanências e transformações da espacialização dessas populações.

Na verdade, além do âmbito sociobiológico, estuda-se muito o espaço como algo a ser submetido ou melhor aproveitado (quanto mais se representa intelectualmente o espaço, mais ele é controlado e ocupado por organizações produtivas), mas se deixam de lado as afetações simbólicas que na cultura opera o espaço-lugar, o território, enquanto força propulsora, enquanto algo que possa engendrar ou refrear ações (SODRÉ, 1988, p. 12).

É a partir dessa ideia de força (que está nos processos de territorialização) que Muniz Sodré trata da espacialização dessas comunidades e suas construções simbólicas. Hoshino (2020), por outro lado, traz a categoria axé como “princípio organizador” do candomblé, que penso ser possível aproximar da ideia de força de Sodré, pois, na prática de se plantar o axé, os povos de terreiro produzem suas territorialidades, sempre tensionadas pela ação do Estado e sua estrutura racista. Força ou princípio que pode também ser percebido em rodas de capoeira ou nos sambas de roda feitos após funções religiosas. Nesse contexto, cito o trabalho de DINIZ (2016) sobre o Samba de Roda feito em Curitiba.<sup>6</sup> Como pontua a autora, o início dos sambas de roda na capital coincide com a chegada do candomblé, de forma mais estruturada, na década de 1960, em Curitiba. Bem como é popularizado com os shows de capoeiristas, sempre encerrados com o samba de roda, o que marca uma dinâmica de circulação e territorialidade em uma cidade que constantemente criminaliza os sons que vêm de terreiros e barracões, caracterizados invariavelmente como poluição sonora. Acusação comum em casos de racismo religioso e ambiental, a poluição sonora silencia atabaques, seja em suas dimensões sagradas ou profanas, como aponta Carvalho Guimarães (2019), em

<sup>6</sup> Movida pelas dinâmicas e expressões ligadas ao candomblé em Curitiba, a equipe do projeto Lugares de Axé: Inventário dos terreiros de candomblé em Curitiba e região metropolitana (do qual faço parte), realizado em 2015 por meio de edital de Patrimônio Imaterial da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), propôs e aprovou projeto de inventário do Samba de Roda em novo edital da FCC, executado entre fevereiro de 2021 e outubro de 2022.

artigo que trata sobre o uso do atabaque e as relações com o meio ambiente.

Os usos religiosos das águas pelos povos de terreiro foi mote do projeto “Kosi Omi, Kosi Orisà”, do qual fui proponente e coordenadora de pesquisa, contando com a colaboração de Thiago A. P. Hoshino, Patrícia Martins, Gláucia Pereira, Amanda Gonçalves, Flávio Rocha, Fábio Barbosa de Souza e Brenda Santos na equipe. Aprovado no edital nº 121/2019 edital patrimônio imaterial – manifestações culturais imateriais em geral, cultura indígena e afro-brasileira 2020, foi viabilizado pela Fundação Cultural de Curitiba, por meio do Programa de Apoio e Incentivo à Cultura (PAIC). Cito aqui a colaboração central e resultados produzidos pela geógrafa Gláucia Pereira, a exemplo dos mapas que buscam compreender a relação de proximidade de terreiros e os corpos hídricos da cidade.

Logo, as águas também transbordam e revelam situações de extrema desigualdade social, periferização das cidades, crises sanitárias e degradação ambiental. Se, de um lado, vemos o extremo respeito com que as religiões de matrizes africanas tratam os recursos naturais, vemos também, do outro, a perseguição que essas mesmas religiões sofrem, resultado do que podemos chamar de racismo ambiental (p. 2, 2021).

A proximidade com as águas é então índice de territorialização das casas de axé, pois ela move aqueles que bebem de sua fé, mas também diz sobre essas desigualdades, condições de moradia, suscetibilidade a enchentes ou falta de saneamento básico. Também a sobreposição de dados raciais, já levantados em sua dissertação, NASCIMENTO (2020), indica que a presença dos terreiros em Curitiba coincide com as áreas de concentração da população negra na cidade. Ou seja, áreas atravessadas pelo racismo ambiental, e também pelo racismo religioso.

Seguindo essas pistas do intangível, ligados à referência do PCI Afro-brasileiro, proponho pensar algumas dinâmicas negras em Curitiba, haja vista que, em um processo de construção identitária nacional “(...) não existe Brasil sem África e, portanto, não existe identidade nacional sem a cultura afro-brasileira (RATTS; DAMASCENO, 2006, p. 180). Fundamentos, como postula a cosmovisão do candomblé, que orientam os trânsitos e circulação desta população na cidade. Em outra perspectiva, as religiões de matrizes africanas, o samba (e suas diferentes matrizes) e a capoeira (todos bens culturais patrimonializados, em suas diferentes vertentes, por políticas públicas federais) entendo terreiros, barracões de escola de samba e grupos de capoeira como espaços de aprendizagem,

tradicional e religiosa, mas também cultural e artística.

Espaços que promovem vivências e contatos com universos culturais, em uma perspectiva de artes integradas, marcadas pela música, pela dança, artes visuais ou culinárias, também em Curitiba, os terreiros podem ser pensados como lugares primeiros de transmissão de fundamentos e conhecimentos de uma arte negra brasileira. Algumas pesquisas tratam da relação das religiões de matrizes africanas e a arte, especialmente nas artes visuais, a exemplo do excelente trabalho de Hélio Menezes, “Entre o visível e o oculto: a construção do conceito de arte afro-brasileira”, dissertação defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP). Embora o foco de sua pesquisa sejam as artes visuais, suas elaborações são um bom caminho para pensar a relação entre a arte e as religiões negras. Dividida entre os capítulos Assentamento, Feitura e Confirmação, a dissertação analisa tanto discursos quanto obras e artistas nas construções deste conceito.

No contexto das políticas públicas de patrimônio, é possível destacar também a própria categoria de ofícios, utilizada para pensar os conhecimentos produzidos e transmitidos por detentores – aqueles que, reconhecidos por suas comunidades, são como guardiões de conhecimentos tradicionais e que, perante o Estado, e diante destas políticas, são elementos essenciais no que denomina-se como salvaguarda. Ou seja, a ação do Estado, que deve apoiar a permanência e a continuidade na produção e transmissão cultural desses bens. Sobre a atuação de detentores e processos de salvaguarda, ver Fonseca (2005); Velho (2006) e Sant’Anna (2012). Cito aqui o registro do Ofício das Baianas de Acarajé, inscrito no livro dos Saberes do IPHAN no ano de 2004. Em um processo complexo de registro e salvaguarda, o Ofício das Baianas de Acarajé pode apontar para outros ofícios que permeiam lugares de axé, sejam eles ferreiros ou *alagbês* (conhecidos também como *ogãs*). Em sua dissertação sobre constituição da pessoa *ogã* no Xangô/Candomblé do Recife, Lima (2016) apresenta as dimensões desse cargo nas práticas rituais do terreiro:

Os ogãs são homens do culto que não se manifestam com os orixás aos quais são consagrados. Quando responsáveis pela imolação de animais e, por conseguinte, a preparação ritual das partes sagradas dos animais sacrificados, são conhecidos como ogã axogum; são ogãs cipás quando sua missão é o cuidado com as comidas sagradas (preparo, apresentação e oferta da refeição sagrada aos deuses) e com o funcionamento e ordem do peji (santuário, quarto dos santos). Por último, os ogãs responsáveis pelo toque dos ilus/atabaques, são os ogan’ilus (LIMA, p. 10).

É esta última função do toque dos ilus/atabaques que destacamos, pois não se trata

nesse artigo de discorrer sobre os domínios complexos da comunicação com os orixás da qual são incumbidos estes homens. Mas, sim, dos processos de aprendizagem (ALMEIDA, 2009) e das contribuições destas práticas na produção musical brasileira, especialmente no que tange ao universo percussivo, e como estes processos possibilitam a inserção destes *ogãs* em circuitos artísticos que se constituem também como práticas de salvaguarda destes conhecimentos. Salvaguarda em sentido amplo, pois também propicia aspectos de profissionalização e geração de renda, além de fomentar o cenário de produção musical na cidade, que ecoa também como discurso contra-identitário em relação à pecha da capital europeia. Assim, também em Curitiba, como já sabido no cenário nacional, a exemplo de Arlindo Cruz, músicos umbandistas e candomblecistas, podemos elencar nomes que articulam estes universos de conhecimento, como o paranaense Leó Fé, sambista e compositor da cidade. Assim como Léó, outros músicos e percussionistas vivenciam as práticas em terreiros e imprimem seus conhecimentos na musicalidade que produzem.

Nesse sentido, talvez seja possível compreender o samba de roda e as práticas do candomblé e da umbanda como caminhos entre a cosmovisão afro-brasileira e a arte. Cito aqui Amanda Gonçalves, Tundy Ty Nanã, filha do Babalorixá Israel Machado, mulher, negra e ex-integrante do Samba da Murixaba, grupo de Samba de Roda que percorreu diferentes eventos na cidade, em apresentações em espaços públicos, teatros, bares e barracões. No decorrer de sua trajetória como candomblecista, Amanda, como outros artistas ligados a terreiros na cidade, passou a transmitir seus conhecimentos fora da casa de axé, ministrando oficinas e fazendo falas em espaços artístico-culturais, registrando sua contribuição no cenário das artes paranaenses, mas também cultivando suas práticas comunitárias.

## Movimentos do intangível

Nessa seção, trago dinâmicas mais recentes relativas às políticas de patrimônio cultural na cidade, em especial aquelas que, a partir de efeitos da política federal, em especial do patrimônio imaterial, com algumas análises sobre objetos de editais e discursos que começaram a pautar outra Curitiba. A ideia foi repensar esse conjunto de editais e projetos como marcadores nas tentativas de modificar os discursos embranquecidos sobre o patrimônio na capital. No artigo Além do Concreto: O registro do patrimônio imaterial na cidade de Curitiba, de 2010, a antropóloga Patrícia Martins realiza um levantamento dos

editais de Patrimônio Imaterial viabilizados pela Fundação Cultural de Curitiba (FCC) entre os anos de 2005 e 2010. O artigo, também executado com recursos de edital de patrimônio da FCC, e com o qual contribuí em parte da pesquisa, traz uma análise das mudanças na chave de leitura sobre a construção identitária da capital, já que torna-se possível, e com a chancela do Estado, tratar de matrizes culturais antes pouquíssimo valorizadas. Construções marcadas em um contexto de referentes do patrimônio cultural que carregam a marca eurocêntrica em boa parte de suas produções. Assim, configurar o patrimônio, para além do concreto, como o artigo sugere, significa repensar não apenas a cidade do Centro Histórico e seus monumentos de características portuguesas, mas também as mãos negras que o construíram e o legado de seus conhecimentos culturais e intangíveis.

A proposta não é retomar o levantamento feito no artigo, em uma análise dos projetos inscritos, selecionados e executados, mas destaco nessa seção alguns projetos que tiveram seus marcadores norteados pelo PCI Afro-Brasileiro. Embora não tenha sido realizado via editais do PCI da FCC, cito aqui o documentário “Pra ver a Umbanda passar”, de Luciano Coelho e Marcelo Munhoz, produzido a partir de pesquisa da socióloga Luciana Patrícia de Moraes. Lançado em 2001, o documentário inscreve a temática das religiões de matrizes africanas nas políticas públicas de Curitiba. Cito, ainda nesse contexto, os projetos “Curitiba entra na roda”, sobre capoeira, de Miguel Novicki, e “FrEstas do Carnaval”, de Selma Baptista, executados em 2010 e 2009, respectivamente.

Também destaco três projetos dos quais compus equipe de pesquisa e tratam do PCI Afro-brasileiro: “Acabou a Vila Tássi, mas não acabou o samba”, de Teotônio Souto Maior, aprovado no edital de Registro e Identificação do Patrimônio Imaterial da FCC em 2008; “Sob a Estrela de Salomão: A Sociedade 13 de Maio como lugar de memória e identidades negras em Curitiba”, do qual fui proponente, aprovado no edital de 2011, e “Lugares de Axé: Inventários dos terreiros de candomblé de Curitiba e Região Metropolitana”, de Patrícia Martins, aprovado no edital de 2015. Ao percorrer as trilhas de pesquisa destes projetos, caminhamos por territórios negros da cidade, seja em proposições históricas, como o projeto sobre a Escola de Samba Colorado (a primeira criada na capital) ou mesmo em Sob a Estrela de Salomão, que tratou tanto da memória quanto da circulação da população negra da cidade no salão da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio.

Ressalto essa questão, pois, como apontado pelo técnico da Fundação Cultural de Curitiba (FCC) Ozanam Souza, em entrevista a Patricia Martins em 2010, havia a

expectativa, por parte do poder público, de que os editais referentes ao PCI fossem acessados também por seus detentores. Nesse sentido, destaco a especificidade do edital nº 032/2020 Patrimônio imaterial – Inventário de Bens de Natureza Imaterial e Produção Audiovisual de Valorização de Mestres 2021. Nesse edital, a primeira categoria contou com duas modalidades: Segmento a) Inventário preliminar de Bem Imaterial Geral (categorias Celebração, Formas de Expressão, Lugares e Saberes). Segmento b) Inventário preliminar de Bem Imaterial de matriz africana ou afro-brasileira (categorias Celebração, Formas de Expressão, Lugares e Saberes). E a segunda, voltada para a produção audiovisual que, conforme o edital, abarcaria “(...) propostas de produção de vídeo documental como forma de homenagem a Mestres(a)s do Patrimônio Imaterial em Curitiba, visando promover seu reconhecimento público”. Ainda nesta alínea do edital, consta que “o mestre deverá ser inserido no projeto como parte integrante da equipe, garantindo-se, dessa forma, justa remuneração” ou seja, há a intenção de se reconhecer a produção de conhecimento que vem destes detentores, embora registrem-se tensionamentos, como o questionamento em relação ao registro audiovisual daqueles que, embora já falecidos, seguem como pilares das tradições das quais fizeram parte.

Nesse contexto, cito novamente as experiências do Projeto Lugares de Axé, pois, embora a proponente e a equipe fossem de pesquisadores da área da Antropologia e da História, contávamos com colaboradores como Brenda Santos e Thiago Hoshino (ambos iniciados no candomblé) e também com seis assistentes de pesquisa pertencentes às casas de candomblé, caracterizadas como matrizes neste processo de pesquisa. O projeto contou ainda com formação voltada aos detentores sobre as políticas públicas de patrimônio. O desenvolvimento experienciado pela equipe rendeu uma metodologia replicada em outros dois projetos, “Kosi Omi, Kosi Orisà: usos religiosos das águas de terreiro e “Tá comigo, Tá com Deus, Pois Amor de Mãe Sou Eu: Inventário do Samba de Roda em Curitiba”, ambos em editais com linhas voltadas ao PCI Afro-Brasileiro. Cito como marcador também o Edital de Patrimônio e Cultura Afro-brasileira, lançado em 2018, o primeiro voltado especificamente ao PCI. Projetos que, revisitados, também trazem dados sobre memórias, presenças e ancestralidades negras e a produção de suas territorialidades na cidade.

## Quem mora na beira do rio?

Na obra “Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial”, o historiador brasileiro Sidney Chalhoub, em uma investigação sobre os cortiços do Rio de Janeiro no século XIX, realiza análises sobre documentações sanitárias e suas relações com estas habitações coletivas. Segundo Chalhoub (2017), havia uma relação indissociável entre os cortiços, epidemias como malária e febre amarela, e as “classes perigosas” que os habitavam. Para o pesquisador, nestas moradias se misturavam livres e cativos, funcionando assim como uma rede de proteção aos escravizados, sendo também um fator desagregador da instituição escravidão (p. 9). Processo histórico que trata de dinâmicas higienistas e de segregação das populações negras e empobrecidas, que também se repetiram em Curitiba e região, como já citamos em seções anteriores.

Assim, caminhar pelas vielas da Vila das Torres ou do Parolin é aprender sobre a desigualdade, racial e social, a violência do Estado e a injustiça, mas isso em uma primeira camada, a do estereótipo reducionista e negativado da favela. Nas imediações da antiga região industrial da cidade – local de trabalhadores, da ferrovia e das fábricas – guarda-se muito mais que o sangue derramado de um sistema racista, que empurra os mais vulneráveis para áreas precarizadas. Nessas brechas, entre o centro e a entrada da cidade (não-lugares da capital de discurso europeu) seus territórios e comunidades trazem inscrições de memórias, de expressões coletivas pilares do patrimônio cultural afro-brasileiro na capital. Capital que, histórica e insistentemente, reforça a invisibilidade da presença negra em sua construção (FELIPE, 2015; SOUZA, 2003). Igualmente, a Vila Nossa Senhora da Luz, a segunda Cohab no Brasil, em uma das regiões mais negras da cidade (NASCIMENTO, 2020), é lugar de diferentes memórias e referências culturais afro-brasileiras.

Como áreas favelizadas do centro, a Vila e a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) como um todo, têm suas construções identitárias atravessadas pelo racismo institucional e pela violência, carimbadas no comprovante de residência desses moradores. É entre deslocamentos e permanências que torna-se possível compreender e complexificar a urbe, suas dinâmicas de segregação, mas também de reunião e produção de existências, algumas delas inseridas em políticas públicas de patrimônio. Em vestígios de memórias, juntando pistas, a capital passa a escurecer sua história e, para além dela, seu território, pela ação de

coletivos, organizações sociais e pesquisadores negros (e não negros) que inscrevem e organizam seus traços e trajetos (BRAGA; BRUM; SANTOS, 2019) ao longo dos séculos da escravização e seus efeitos. Vilas: Tássí, Capanema, Torres, Nossa Senhora da Luz e outras que guardam referências culturais que compõem outra Curitiba, aquela que está entre as cinco capitais mais desiguais do mundo, e também aquela que fomenta práticas culturais populares, que está nos quintais, barracões e nos palcos, promove aprendizado e lazer em suas comunidades e estabelece circuitos artísticos, para além daqueles divulgados na área central.

Assim, movida por enredos afeitos à minha trajetória pessoal e como pesquisadora (já que nenhuma produção científica ou artística se desvencilha dos diferentes aprendizados pelos quais passamos), retomo caminhos para propor algumas reflexões a respeito das relações e tensionamentos de políticas públicas do patrimônio afro-brasileiro. Ter nascido na região metropolitana, mais precisamente em Araucária, ensinou-me desde muito cedo como funciona a ideia de centro e como se dão seus deslocamentos. Como Curitiba, Araucária também se desenvolveu sob a égide de um discurso eurocêntrico – ucraniano e italiano, mas principalmente polonês – afora imagens congeladas dos Tingui-Cueras que ocupavam a região muito antes da leva imigratória citada pelos discursos oficiais, toda a construção da memória da cidade é também embranquecida.

A partir desse eixo se constrói a identidade de um lugar que, estacionado no tempo, é míope e não enxerga sua população que, há décadas, tem suas periferias expandidas, em ocupações conurbadas com a capital. É nesse “entre” – das periferias, regiões metropolitanas e seus limites – que estão muitos terreiros, escolas de samba, rezadeiras, grupos de capoeira, rodas de samba e outras expressões do patrimônio afro-brasileiro. Por que ações afirmativas identitárias são centrais para a promoção da igualdade racial? O que pode o samba, as casas de axé ou o hip hop feito aqui, no combate ao racismo que, literalmente, mata todos os dias? E não só de bala ou via força física, mas de fome, de doenças e falta de oportunidades. Qual a ginga possível para o enfrentamento diário de discursos simbólicos e ações violentas?

## **Não acredito num Deus que não dance**

*(Grupo Opanijé<sup>7</sup>)*

---

<sup>7</sup> A composição “Não acredite num Deus que não dance” (<https://www.youtube.com/watch?v=YDuhnmAGfWc&app=desktop>) é uma composição do Grupo Opanijé,

E o patrimônio cultural, mesmo o intangível, também permanece unívoco e central? Curitiba, que produziu seu discurso identitário a partir de fragmentos, congelados e folclóricos, de referências europeias, oferece quais ferramentas para suas crianças e jovens compreenderem as multiplicidades das diferenças e o seu próprio direito à memória? Volto às lembranças dos feitos de Kafu Milodé e Francisco Ferreira, o Odé Otaioci, cada um à sua maneira, ainda na década de 70, marcando presença em espaços como jornais, escolas e na própria universidade como forma de dar visibilidade às suas tradições. As trajetórias de Arilda de Iansã e Muzzilo de Ogun na rádio e suas incursões no mundo artístico (vividões meteoricamente também por seu neto, Alexandre Muzzilo Lopes, o DJ Primo<sup>8</sup>).

Movimentos que em uma dinâmica de proximidade/distância (SODRÉ, 1988) possibilitaram territorializações negras na cidade, mesmo que invisibilizadas (NASCIMENTO, 2020). O afoxé que abre o carnaval curitibano, desencantado conforme a pretensão dos discursos embranquecidos, também pode ser chamado à baila para as reflexões sobre as construções identitárias de Curitiba. Complexificar camadas, ouvir as batucadas de quintais e terreiros que, se vindos pelo caminho do samba “da tradição” adaptam-se a conceitos e espaços centrais, mas se identificadas como pagode, subgênero musical mais

---

grupo de rap baiano, e a Orquestra Rumpilezz, que foi liderada pelo maestro baiano Leite Leites, falecido em 2021. Tanto o Grupo Opanijé, quanto a Orquestra Rumpilezz fazem referência à ancestralidade negra e às religiões de matrizes africanas.

<sup>8</sup> Alexandre Muzzilo Lopes, o DJ Primo, é neto de Arilda de Iansã e Muzzilo de Ogun. Primo, DJ e produtor musical, teve uma trajetória meteórica, era considerado um dos melhores de sua época, conhecido por suas habilidades com as *pick-ups*. Em 2002, mudou-se para São Paulo, trabalhando com diversos nomes do hip hop nacional e internacional como Marcelo D2, Negra Li, Emicida e Afrika Bambaataa. Primo faleceu aos 28 anos, em São Paulo, devido a uma parada cardíaca, decorrente de complicações de uma pneumonia. Durante a pesquisa do projeto Lugares de Axé, realizada em 2015, tivemos a oportunidade de conversar com sua mãe e familiares sobre as dinâmicas em torno do Ilê Asè Egúnoia, localizado no Bairro Alto. Na ocasião, ouvimos narrativas sobre as festas, recorrentes após as funções religiosas, mas também em aniversários e datas comemorativas, onde o salão reunia todos, mesmo os não iniciados. Foi recorrente também memórias sobre apresentações nas escolas do bairro e outras regiões da cidade, como forma de divulgar e promover conhecimento sobre os terreiros e suas expressões culturais. Ao falar de seu processo de aprendizagem musical em uma entrevista, Alexandre aponta para suas relações com o terreiro de sua avó e os discos e instrumentos de percussão do pai, que também era sambista. “Só que eu cresci ouvindo música, meu pai é músico, meu pai é do samba, ele toca, desde pequeno quando eu tava em casa, eu ouvia disco do meu pai, não tem nem como eu fugir disso, nem tem como eu pensar o que eu taria fazendo se não fosse isso. (...) Acho que o tempo da música eu aprendi crescendo, ouvindo música, meu pai toca samba, toca percussão, então eu queria tocar também quando era pequeno, era um instrumento que ele... a minha vó era mãe de santo, então eu participava de candomblé, e tava todo mundo tocando atabaque e eu tava junto, então a gente acaba pegando ritmo e tempo por tá ali junto, por tá no meio da música” (entrevista concedida a Gil BF nos idos de 2008 e publicada em 2019: <https://www.bocadaforte.com.br/materias/entrevistas/entrevista-inedita-e-exclusiva-com-dj-primo>).

afeito às camadas populares, produz ruídos (racistas e preconceituosos) que tornam mais difícil compreender sutilezas rítmicas e suas referências e ancestralidades.

A mítica Vila Tássí, que ainda mantém algumas de suas casas em pé, hoje engolidas pelo entorno (aquele pouco interessante para os discursos oficiais da cidade) teve suas camadas de memória reavivadas com o cortejo feito pelos sambistas do Bloco Boca Negra, realizado em 2017. Relembrando o episódio histórico em que os ritmistas da Bateria Nota 10 saíram do Capanema para o carnaval branco e normatizado do centro da cidade, o cortejo saiu, só que ao invés de seguir para o centro, permaneceu nas imediações do Viaduto do Capanema, em uma ode aos trajetos de Chocolate, Mãe da Cuíca e seus parceiros. Ali, logo atrás da Rodoferroviária e estádio do Paraná Clube, nas fronteiras entre o Rebouças e a Vila Torres. A sensação é um pouco como quando, convidada pelo colega, ritmista e pesquisador, Teotônio Souto Maior, colaborei com uma parte do processo de pesquisa do projeto que teve como fruto o livro “Colorado: A primeira Escola de Samba de Curitiba”, coordenada pelo também sambista e pesquisador João Carlos Freitas. Lembro de nossas rápidas andanças e longa conversa com ex-passistas da Colorado, a proposta era compreender as dinâmicas de ocupação advindas com a destruição da Vila Tássí. Afinal, quais fragmentos de memória permanecem nas vielas da Torres, nos bares do Rebouças, que ainda abrigam botecos e seus foliões? Para onde foram as famílias? Que dinâmicas de moradia e trabalho afetaram essas populações? Questões importantes para elaborar reflexões mais aprofundadas sobre a memória coletiva destes grupos, contidas também nas relações de parentesco (incluídos aí o tradicional e o espiritual). Memórias que ainda alimentam fundamentos de cosmologias africanas, viabilizam existências negras e constituem o PCI Afro-Brasileiro em Curitiba.

### ***Scratches* e os clássicos: ou como re(en)cantamos memórias**

Um dos pontos que permaneceu em minhas lembranças após ouvir, anos depois de sua morte, foi a entrevista de Alexandre, o DJ Primo, ao fazer elaborações sobre as técnicas do *scratch* enquanto um conjunto de experiências sensoriais e sociais ligadas aos ensinamentos e práticas de sociabilidade musical de sua família. A escuta de sua fala, gravada um pouco antes de sua partida, reverberou as narrativas de sua mãe e tias sobre as festas no barracão, onde se aprendia o que era o baile, o *xirê*, e o poder do encontro com seu povo. Povo em seu sentido

mais lato, família, extensa e comunitária.

Também me recorro do dia em que o Um Baile Bom<sup>9</sup> homenageou DJ Primo e que sua família esteve presente no salão da Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio, orgulhosos (e saudosos) da trajetória meteórica de um talentoso e determinado artista. Um mais novo que cumpriu sua missão e ancestralizou. Muitos amigos e admiradores de Primo ainda guardam sua memória e trajetória, pessoas que viveram o hip hop como ele. E o hip hop, assim como os terreiros e escolas de samba, é família. Óbvio que o tema tem uma perspectiva múltipla e variações, no entanto a lógica do coletivo, ligada ao pensamento afro-diaspórico (mas também afro-indígena), segue criando, e mantendo, seus espaços de produção de vida e conhecimento. Sejam eles terreiros, escolas de samba, ou o hip hop que ocupa as ruas e todos os espaços possíveis, os clubes sociais negros, os coletivos e grupos organizados que, de uma maneira ou outra, trazem as expressões artísticas e suas variadas linguagens, que permanecem enquanto tecnologias ancestrais da memória.

E o movimento hip hop segue trajetória parecida com os terreiros e o samba, antes mal vistos, julgados e criminalizados, passam a ser integrados no que se elabora como identidade nacional. E também passam a fazer parte de uma indústria da música e do entretenimento, o que, com todas as contradições, demarca a centralidade destes espaços de aprendizagem, fomento e formação artística. O que é possível verificar nos nomes mais reconhecidos no universo hip hop, como Racionais MC's, que em documentário lançado no ano de 2022 apresenta sua trajetória a partir da favela, do candomblé e do samba, chegando e permanecendo no hip hop e voltando ao final do filme ao terreiro, ao samba e à ancestralidade de suas famílias.

E não à toa, no ano em que o movimento completa 50 anos, seus integrantes e apoiadores promovem em Curitiba e também na cidade de Fazenda Rio Grande, região metropolitana da capital, moções e movimentações para o reconhecimento do hip hop enquanto patrimônio imaterial destes municípios. Em processos municipais, esses diálogos estão sendo reconhecidos por diferentes coletivos como um marco para as cidades, que tem o apoio de alguns vereadores,

---

<sup>9</sup> O Um Baile Bom é um encontro, festa organizada por Brenda Maria L. O. dos Santos, realizada há oito anos na Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio. Em sua página do Instagram (<https://www.instagram.com/umbailebom/>) sua bio indica "Território negro/Cwb". O Um Baile Bom, conforme sua idealizadora, é uma continuidade dos bailes dos clubes sociais negros, do movimento dos bailes *black* e do hip hop, é um espaço de protagonismo negro em uma cidade conhecidamente racista. Brenda, como citado ao longo do artigo, é realizadora cultural e pesquisadora e é autora e integrante de diferentes projetos que versam sobre a presença negra em Curitiba.

como Giórgia Prates.<sup>10</sup> Em tempo de fechar a revisão deste artigo, em meados de julho de 2023, a Construção Nacional da Cultura Hip Hop,<sup>11</sup> que reúne representantes do movimento em todo o Brasil, entregou ao IPHAN pedido de registro do Hip Hop como patrimônio cultural do Brasil. Outro indicativo de como também o patrimônio das periferias vem sendo debatido de maneira mais frequente (FAGERLANDE, 2023),<sup>12</sup> destacando seus bens e referências enquanto pedras fundamentais do patrimônio cultural brasileiro.

---

<sup>10</sup> Giorgia Prates é fotógrafa e jornalista, eleita vereadora por meio de candidatura da Mandata Coletiva das Pretas, que contava com Andreia de Lima, promotora legal popular e liderança do Parolin. Andreia também foi também candidata à deputada estadual na última eleição e desenvolve diferentes atividades culturais em sua comunidade por meio da associação Usina de Ideias. Além de Giórgia, cito o trabalho de Renato Freitas, hoje deputado estadual e que também desenvolve diversas atividades culturais em diferentes periferias da cidade, tendo como destaque a constituição do Núcleo Periférico (<https://www.instagram.com/nucleoperiferico/>). Além destas lideranças, cito ainda a deputada federal Carol Dartora, professora e militante da educação, uma das mais votadas e que tem, ao lado destes nomes, atuado no combate ao racismo e pela valorização das expressões e patrimônio afro-brasileiro na capital e no Paraná.

<sup>11</sup> Ao procurarem o Iphan para orientação em relação ao pedido de registro, representantes da Construção Nacional foram orientados pelo órgão a utilizar o Inventário Participativo do Patrimônio Cultural, instrumento para sensibilização e mobilização social em torno de referências culturais de grupos da sociedade brasileira. “A partir do inventário, o movimento elaborou um dossiê que mapeou o percurso do hip hop no Brasil, identificando formas de expressão e lugares que compõem o movimento nos vários estados brasileiros”, conforme matéria publica na página do Iphan ([Movimento realiza pedido de registro do Hip Hop como Patrimônio Cultural do Brasil — Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional \(www.gov.br\)](#)).

<sup>12</sup> O artigo “Patrimônio das periferias: resgate da história e memória local em museus e na visitação das favelas do Rio de Janeiro” (<http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st06-41.pdf>), de autoria de Sergio Moraes Rego Fagerlande PROURB FAU UFRJ, debate os processos de musealização e valorização destes territórios. O trabalho foi apresentado no último encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, que aconteceu entre 22 e 26 de maio de 2023.

## Referências

ALMEIDA, Jorge Luis Sacramento de. **Ensino e aprendizagem dos Alabês: uma experiência nos terreiros Ilê Axé Oxumarê e Zoogodô Bogum Malê Rundó**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

BATISTELLA, Alessandro. **O Paranismo e a invenção da identidade paranaense**. In: Revista Eletrônica História em Reflexão, v. 6., n. 11 – UFGD – Dourados: 2012.

BRAGA, G. G; BRUM, L.; SANTOS, B. M. L. O. **Boletim Casa Romário Martins. Dos Traços aos Trajetos: a Curitiba Negra entre os Séculos XIX e XX**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 37, n. 1.492, 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CARVALHO GUIMARÃES, A. L. (2019). **Os Direitos dos Povos de Terreiro na Encruzilhada: o uso do atabaque e o meio ambiente**. Revista Calundu, 3(2), 7.  
<https://doi.org/10.26512/revistacalundu.v3i2.28958>.

COELHO, L. P. (Org.) **O mito do planejamento urbano democrático: reflexões a partir de Curitiba**. Curitiba: Terra de Direitos, 2015.

DANIEL, André Ribeiro. **Paranismo, passado e presente: análise discursiva do Manifesto Paranista e reflexões sobre suas consequências no fazer artístico popular hoje em Curitiba**. 2016. 35f. Monografia (Especialização em Artes Híbridas) – Departamento Acadêmico de Desenho Industrial, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

DINIZ, Flávia Cachinesi. **Samba de roda em Curitiba segundo pessoas do candomblé e da capoeira**. Trabalho de Conclusão de Curso da disciplina Projeto Artístico do curso de Bacharelado em Música Popular da Faculdade de Artes do Paraná. Curitiba: 2007.

FELIPE, D. A. (2016). **Patrimônio cultural negro no Paraná: lugares, celebrações e saberes**. *Historiæ*, 6(2), 117–134. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5587>.

FAGERLAND, Sergio Moraes Rego. **Patrimônio das periferias: resgate da história e memória local em museus e na visitação das favelas do Rio de Janeiro**. Artigo apresentado no XX ENANPUR, Belém, 2023. Acessado em: <http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st06-41.pdf>.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal da preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

HOSHINO, Thiago A. P. **O Direito Virado no Santo: Enredos de Nomos e Axé** (2020), Tese (Doutorado em Direito). Setor de Ciências Jurídicas. Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2020.

IPHAN. Parecer n. 002/2004, ao processo n. 01450.008675/2004-01 – referente ao **Registro do Ofício das Baianas de Acarajé**, a ser inscrito no Livro dos Saberes. Brasília: Ministério da

Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2004. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Oficio\\_baianas\\_acaraje\\_parecer\\_DPI.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Oficio_baianas_acaraje_parecer_DPI.pdf). Acesso em: 13 ago. 2020.

LIMA, Pedro Henrique de Oliveira Germano. **Constituição da pessoa ogã no Xangô/Candomblé do Recife (o modelo nagô do Ilê Obá Aganjú Okoloyá)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2016.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012, 349 pp.

MARTINS, Patrícia. **Além do Concreto: O registro do Patrimônio Imaterial em Curitiba**. Artigo apresentado à Fundação Cultural de Curitiba, 2010.

MENEZES, Hélio. **Entre o visível e o oculto: a construção do conceito de arte afro-brasileira**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, 2018.

NASCIMENTO, Gláucia Pereira. **Territorialidades Negras: Resignificando uma cidade que não quer ser negra**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, 2020.

OLIVEIRA, Dennison. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

RATTS, Alex; DAMASCENO, Adriane A. **Participação Africana na Formação Cultural Brasileira. Educação Africanidades Brasil**. Brasília: SECAD/UnB, 2006.

SANT'ANNA, Márcia (Org.). **O registro do patrimônio imaterial; dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. IPHAN, 2012.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira**. Editora Bahia, Prosa e Poesia. Salvador, 1988.

SOUZA, Marcilene Garcia de. **Juventude negra e racismo: o movimento hip hop em Curitiba e a apreensão da imagem de Capital Ecológica em uma harmonia racial**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

VELHO, Gilberto. **Patrimônio, Negociação e Conflito**. *Mana*, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

Recebido em 30 de maio de 2023 | Aceito em 08 de agosto de 2023



Esta obra está licenciada  
conforme Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

---

**Dossiê: Patrimônio em tempos de crise**

V 12 | n 23 | jul-dez 2023

---

## Reseña: Rethinking Heritage in Precarious Times

Melina Yuln

---



**Edição eletrônica**

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauu.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

**Organização**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

**Referência Bibliográfica**

YULN, Melina. Resenha: Rethinking Heritage in Precarious Times. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 139-141, jul-dez 2023. Semestral.

---

© NAUI

## Rethinking Heritage in Precarious Times

Shepherd, Nick (Ed.). *Rethinking Heritage in Precarious Times: Coloniality, Climate Change, and Covid-19* (1st ed.). London: Routledge. 2023, 373 p.

<https://doi.org/10.4324/9781003188438>

**Melina Yuln<sup>1</sup>**

Nick Shepherd es profesor asociado en la Escuela de Cultura y Sociedad de la Universidad de Aarhus (Dinamarca) y profesor extraordinario de la Universidad de Pretoria (Sudáfrica). Con una amplia gama de intereses académicos, el trabajo de Shepherd aborda la intersección entre la cultura, la historia y el medio ambiente, y contribuye a una comprensión más crítica y contextualizada del patrimonio y la arqueología en el mundo contemporáneo.

*Rethinking Heritage in Precarious Times* convoca a reflexionar sobre el patrimonio en el contexto actual, un contexto “caracterizado por la incertidumbre y el peligro”. El autor explica que la contemporaneidad cuestiona las ideas, las formas de trabajo y las comprensiones habituales sobre el pasado y el futuro. De manera que, para abordar este desafío, Shepherd se puso en contacto con destacados académicos y profesionales del patrimonio con el propósito de repensar la agenda de estudios patrimoniales, a la luz de sus experiencias actuales.

Como editor, Shepherd planteó una serie de preguntas a los autores, respecto de cómo han cambiado las percepciones y las representaciones del patrimonio debido a las experiencias de los últimos años; cuáles son los temas y las prioridades emergentes; o hacia qué áreas orientan sus esfuerzos en los estudios y la práctica del patrimonio. El objetivo fue que los ensayos hablasen desde la pandemia, desde el Antropoceno y desde la lucha continua por la justicia social, estableciendo así una agenda para los estudios del patrimonio en los próximos años.

Una característica de este volumen es que los autores escribieron desde una perspectiva personal y comprometida, lo que añade un velo de vulnerabilidad e intimidad a los textos.

---

<sup>1</sup> Dra. en Arquitectura y Urbanismo; Profesora en UNNOBA; Investigadora en el Instituto de Desarrollo Sostenible (IDS UNNOBA).

Además de académicos reconocidos -como David Harvey o Laurajane Smith, entre otros- se incluyeron académicos emergentes y pensadores y profesionales menos conocidos que representan diferentes posiciones subjetivas, diferentes espacios institucionales, incluyendo perspectivas del Norte Global/Sur Global y de indígenas/no indígenas.

En este trabajo los diversos textos proporcionan perspectivas innovadoras y críticas sobre las repercusiones de la actividad humana en el clima y la biodiversidad, sobre la pandemia y las expresiones globales de justicia social, en relación con el patrimonio. Shepherd agrupa los capítulos en una serie de conversaciones o diálogos en lugar de seguir una estructura temática convencional. Esto se debe a que los capítulos tienen un alto grado de superposición de temas, pero también presentan perspectivas y contextos de aplicación muy distintos. La intención del editor fue, justamente, enriquecer los capítulos al leerlos en conjunto y resaltar las similitudes y diferencias entre ellos.

El autor destaca cómo los eventos de los últimos años han llevado a repensar las ideas y las imágenes del patrimonio, especialmente en relación con las protestas globales contra el racismo estructural y la brutalidad policial. También se menciona cómo la respuesta global a la pandemia ha generado una nueva categoría de "patrimonio-en-construcción", donde aspectos fundamentales de nuestras vidas sociales, culturales, políticas y económicas se han cuestionado y transformado. Además, se discute la relación entre la ciencia y la sociedad en el contexto de la pandemia, reconociendo que la ciencia y la tecnología han adquirido una prominencia sin precedentes durante la emergencia de salud pública causada por la pandemia de COVID-19. Otro punto importante es la necesidad de producir relatos contextualizados social e históricamente sobre el cambio climático antropogénico, un proceso que históricamente ha involucrado e impactado de forma asimétrica a poblaciones y territorios en el norte y el sur global.

El libro continúa en la línea de otros trabajos previos que abordan la manera en que las concepciones del patrimonio son desafiadas por eventos contemporáneos, a la vez que reflexionan sobre su futuro, ya sea desde comprensiones más amplias y menos ortodoxas, como la relación entre cambio climático y patrimonio (Harvey & Perry, 2015); desde la intersección entre los desarrollos contemporáneos en las post-humanidades y el campo de los estudios críticos del patrimonio (Harrison & Srterling, 2020); o desde el papel del patrimonio en la construcción del futuro (Holtorf & Hogberg, 2021).

## Referencias

Harrison, R., & Sterling, C. (Eds.). Deterritorializing the Future: Heritage in, of and after the Anthropocene. London: Open Humanities Press, 2020. 392 p.  
<http://openhumanitiespress.org/books/titles/deterritorializing-the-future>

Harvey, D., & Perry, J. (Eds.). The Future of Heritage as Climates Change: Loss, Adaptation and Creativity (1st ed.). London: Routledge, 2015. 306 p. <https://doi.org/10.4324/9781315724164>

Holtorf, C., & Högberg, A. (Eds.). Cultural heritage and the future. London: Routledge, 2020. 300 p. <https://doi.org/10.4324/9781315644615>

Recebido em 29 de junho de 2023 | Aceito em 24 de novembro de 2023



Esta obra está licenciada  
conforme Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional



**Cadernos NAUI**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

---

**Dossiê: Patrimônio em tempos de crise**

V 12 | n 23 | jul-dez 2023

---

## Urbanidade: Aproximações teóricas em Arquitetura e Urbanismo e Antropologia Urbana

**Ananias de Assis Godoy Filho; Vera Lucia Tieko Suguihiro;  
Alicia Norma González de Castells**

---



**Edição eletrônica**

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nauui.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

**Organização**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

**Referência Bibliográfica**

GODOY FILHO, Ananias de Assis; SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko; CASTELLS, Alicia Norma González de. Urbanidade: Aproximações teóricas em Arquitetura e Urbanismo e Antropologia Urbana. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 143-166, jul-dez 2023. Semestral.

---

© NAUI

# Urbanidade: Aproximações teóricas em Arquitetura e Urbanismo e Antropologia Urbana

Ananias de Assis Godoy Filho<sup>1</sup>

Vera Lucia Tieko Suguihiro<sup>2</sup>

Alicia Norma González de Castells<sup>3</sup>

## Resumo

Neste ensaio, exploramos três textos em Arquitetura e Urbanismo sobre urbanidade, verificando neles as tentativas de operacionalização desse conceito para o processo de projeto. Em seguida, visitamos três trabalhos em Antropologia Urbana em busca de abordagens da urbanidade. Por fim, apresentamos uma síntese e defendemos a urbanidade como uma dimensão inalienável da cidadania, a ser considerada nos projetos, tanto quanto outros parâmetros mensuráveis. A análise permite concluir que as teorias, métodos e técnicas da Antropologia Urbana podem trazer contribuições valiosas para as pesquisas em A&U.

**Palavras-chave:** Urbanidade; cidadania; urbanismo participativo..

## Abstract

In this essay, we explore the concept of urbanity in approaching three texts in the Architecture and Urbanism field, collating them with three works on this theme in Urban Anthropology. We verify in these articles the attempts to operationalize this concept for using it in the design process. Next, we visit three works in Urban Anthropology, in search of its views on urbanity.

---

<sup>1</sup> Natane Rincon Azevedo é jornalista (FASAM), especialista em História e Cultura (UFG), Mestra em História (UFG) e doutoranda em História (UFG). Este artigo foi baseado na sua dissertação de mestrado. Atualmente, é bolsista CAPES. Pesquisa patrimônio cultural, movimentos sociais urbanos e a interface entre a História e o Jornalismo. Endereço de e-mail: natyrincon@gmail.com.

<sup>2</sup> Natane Rincon Azevedo é jornalista (FASAM), especialista em História e Cultura (UFG), Mestra em História (UFG) e doutoranda em História (UFG). Este artigo foi baseado na sua dissertação de mestrado. Atualmente, é bolsista CAPES. Pesquisa patrimônio cultural, movimentos sociais urbanos e a interface entre a História e o Jornalismo. Endereço de e-mail: natyrincon@gmail.com.

<sup>3</sup> Natane Rincon Azevedo é jornalista (FASAM), especialista em História e Cultura (UFG), Mestra em História (UFG) e doutoranda em História (UFG). Este artigo foi baseado na sua dissertação de mestrado. Atualmente, é bolsista CAPES. Pesquisa patrimônio cultural, movimentos sociais urbanos e a interface entre a História e o Jornalismo. Endereço de e-mail: natyrincon@gmail.com.

We argue that urbanity is an essential dimension of citizenship, to be considered in the design process, as well as other measurable parameters.

**Keywords:** Urbanity; citizenship; participatory urbanism.

## Introdução

O que se entende por *urbanidade*? Para compreensão deste conceito, recorreremos à etimologia do termo como opção metodológica para distinguir-lhe os traços mais elementares, uma via de abordagem possível que tentaremos expandir mais adiante. Em sentido amplo, fora dos campos da Arquitetura e Urbanismo (A&U) e da Antropologia Urbana, o termo *urbanidade* é definido como “Reunião dos costumes, formalidades e comportamentos que expressam respeito entre pessoas; demonstração de civilidade; afabilidade. Característica do que é urbano, civilizado; civilidade.” (URBANIDADE, 2023a). O dicionário Michaelis, versão online, define o vocábulo de maneira muito semelhante: “1. Qualidade ou característica de ser urbano. 2. [FIG] Conjunto de preceitos de civilidade que revelam boas maneiras e respeito nos relacionamentos sociais; civilidade.” (URBANIDADE, 2023c). Em consonância com esses significados encontrados em léxicos brasileiros, os dicionários portugueses Porto Editora e Priberam, versões online, assim explicam a urbanidade: “1. qualidade de urbano. 2. *figurado* cortesia; boa educação; civilidade; delicadeza”. (URBANIDADE, 2023b); e “1. Qualidade do que é urbano. 2. Vida de cidade. 3. [Figurado] Cumprimento das regras de boa educação e de respeito no relacionamento entre cidadãos. Afabilidade, civilidade, cortesia” (URBANIDADE, 2022).

Ampliando nossa investigação do termo para conceituados dicionários de outros idiomas, encontramos as seguintes definições, cujas traduções já apresentamos aqui, em prol da clareza: No idioma espanhol, o *Diccionario de la Real Academia Española* fornece os seguintes significados: “Cortesía, comedimiento, atención e bons modos”<sup>4</sup> (URBANIDAD, 2023). Em francês, o dicionário Larousse, versão online, define o termo urbanidade como

---

<sup>4</sup> Esp.: *urbanidad*: 1. f. *Cortesanía, comedimiento, atención y buen modo.*”.

“Polidez, cortesia”,<sup>5</sup> e apresenta como sinônimos “civilidade – educação – *savoir-vivre*”.<sup>6</sup> No caso da expressão sinônima *savoir-vivre*, que não é somente *saber viver* mas tem conotações várias de difícil tradução, fazendo-se uma pesquisa reversa encontramos como significado “Conhecimento e prática das regras da polidez, dos costumes do mundo”,<sup>7</sup> sendo apresentada a seguinte sinonímia: “civilidade – correção – educação – tato – urbanidade – costume”.<sup>8</sup> (URBANITÉ, 2023).

Finalmente, no idioma inglês, dicionário Merriam-Webster online, encontramos “1: qualidade ou estado de ser urbano; 2: urbanidades. pl.: atos ou conduta urbanos”.<sup>9</sup> (URBANITY, 2023). Digna de nota é a clara distinção de sentido e pronúncia entre os adjetivos *urban* (pron.: /'ɜ:bən/) e *urbane* (pron.: /'ɜ:beɪn/).<sup>10</sup> Enquanto *urban* refere-se àquilo que pertence, se relaciona, é característico de, ou constitutivo de uma cidade, no seu aspecto espacial, material, *urbane* é adjetivo nitidamente relacionado a determinados comportamentos, como atesta a resposta dada à pergunta abaixo, extraída do Thesaurus desse mesmo dicionário, em que se destaca a expressão francesa *savoir-faire*<sup>11</sup>: (URBANE, 2023a, 2023b):

Quando você deve usar *urbane*?

Os janotas da cidade e a gente do campo há muito discutem se a vida é melhor na cidade ou nos grandes espaços abertos, e o termo *urbane* brota das agruras desse debate. A palavra remonta ao latim *urbs*, significando “cidade”, e nos seus usos mais antigos em inglês *urbane* era sinônimo de sua parente mais próxima *urban* (“pertencente a, relacionado a, característico de ou constitutivo de uma cidade”). *Urbane* desenvolveu seu sentido moderno de *savoir faire* a partir da crença (sem dúvida fomentada pelos moradores da cidade) em que morar na cidade tornava alguém mais suave e polido do que levando uma vida rural. (MERRIAM-WEBSTER THESAURUS, S. d. Trad. nossa, aspas e itálicos no original).<sup>12</sup>

<sup>5</sup> Fr.: *urbanité*. n. f.: *Politesse, courtoisie*.

<sup>6</sup> Fr.: *civilité – éducation – savoir-vivre*. Sobre a expressão *savoir-vivre* e sua possibilidade de significado no contexto desta análise, falaremos adiante.

<sup>7</sup> Fr.: *Connaissance et pratique des règles de la politesse, des usages du monde*.

<sup>8</sup> Fr.: *civilité – correction – éducation – tact – urbanité – usage*.

<sup>9</sup> Ing.: 1: *the quality or state of being urbane*; 2: *urbanities* pl.: *urbane acts or conduct*.

<sup>10</sup> Para a escrita fonética dos termos apresentados foi utilizado o site IPA – *International Phonetic Alphabet* (disponível em: <https://www.internationalphoneticalphabet.org/english-to-ipa-translator/>, acesso em 1 abr. 2023).

<sup>11</sup> Lit.: saber-fazer. A conotação dessa expressão é de habilidade interpessoal, senso de oportunidade; flexibilidade, sabedoria e correção nas atitudes, fazer bem, fazer direito, expertise, capacidade.

<sup>12</sup> Cf.: [www.merriam-webster.com/dictionary/urbane#did-you-know](http://www.merriam-webster.com/dictionary/urbane#did-you-know).



A Figura 1 evidencia a dominância do termo *civilidade*, tendo sido o significado mais frequente, com oito menções. Na segunda ordem de importância, aparecem os termos *urbano*, *qualidade* (significando atributo de...) e *cortesia*, com quatro ocorrências cada um. Na terceira, isolado, *respeito*, três vezes. Na quarta, finalmente, *regras*, *costumes*, *educação*, *afabilidade*, *polidez*, todos com duas ocorrências cada. Todos os demais termos apareceram apenas uma vez na composição da ideia de urbanidade expressa nas definições encontradas nos dicionários. Tais são, portanto, as características do comportamento de um indivíduo ou sujeito coletivo que, ao interagir no corpo social, o faz com urbanidade. Em vista do exposto, pode-se afirmar, a partir de uma análise léxica, que a essência da urbanidade é a civilidade, ou, no mínimo, esta é sua característica mais evidenciada nas definições presentes nos dicionários consultados.

A urbanidade, nessa perspectiva, apresenta-se como uma dimensão inalienável da cidadania. Quanto a esta última, ainda servindo-nos da etimologia como acesso aos significados primários de palavras por vezes banalizadas, os substantivos *cidadão* e *cidadania* derivam da palavra cidade, cuja origem é o latim *civitatis* e significava tanto a condição de cidadão do Império Romano como o conjunto dos cidadãos, a cidade em sua dimensão política. De origem comum são os termos civilidade, civismo, civil, civilização etc., que provêm do étimo latino *civi*, cidadão. O termo *civilidade* origina-se diretamente do latim *civilitas*, que significa a prática do poder por parte do cidadão, ou seja, está impregnada neste termo a dimensão política (CIVILITAS, 2023).

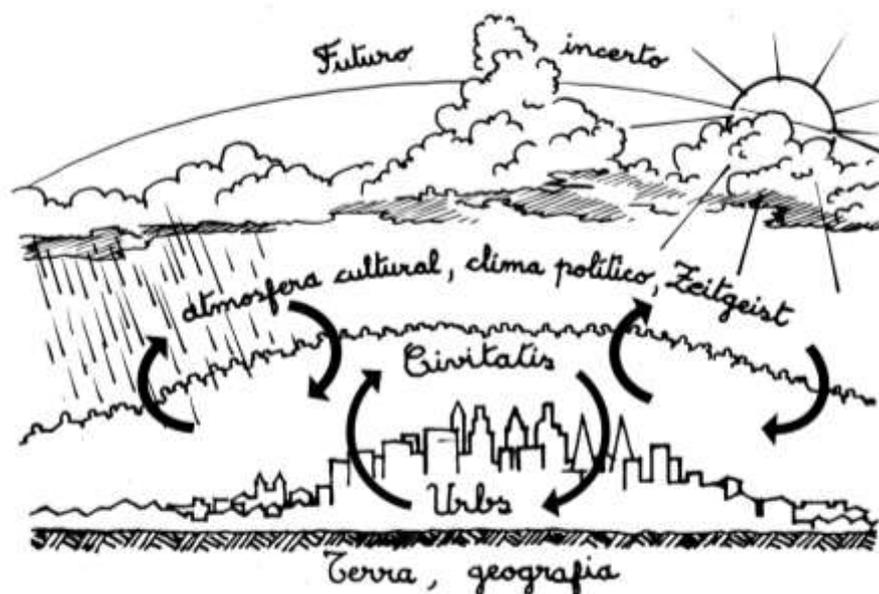
Por outro lado, *urbano* e *urbanidade* têm sua raiz no termo latino *urbs*, relacionado à concretude da cidade, o sítio urbano, as estruturas espaciais da cidade compreendida como lugar, referência no espaço. Logo, em sentido lato, a urbanidade pode ser compreendida como um modo de convivência social em que a cidadania se exerce com civilidade, respeito, educação, afabilidade, cortesias e sabedoria (*savoir faire* e *savoir vivre*). Estes dois *savoirs* formam sutis saberes não escritos, oriundos da experiência de vida pessoal e da vivência em um lugar, que fundamentam a competência para a melhor prática diante de desafios não previstos e que robustecem sua validade em face das evidências de seus efeitos concretos no cotidiano da vida cidadina.

Podemos afirmar portanto que, em relação ao emprego usual do termo aqui examinado, a noção atual de urbanidade, que começou a ser forjada no contexto do desenvolvimento histórico das cidades europeias a partir do século XVI, abrange três dimensões: 1) a espacial

(lat. *urbs*), constituída pela cidade como estrutura de suporte, lugar de referência, porção do espaço construído, a um tempo palco e plateia dos processos sociais citadinos; 2) a política (lat. *civitatis*), instituída a partir do conjunto de ações individuais e coletivas no interior de uma sociedade, em uma dinâmica de constante negociação de forças e interesses que dizem respeito tanto ao ambiente citadino quanto ao ambiente rural fora dele; e 3) a comportamental-espacial, evidenciada pelas diferentes maneiras como se manifestam as interações entre as ações da *civitatis* e as estruturas da *urbs*, de acordo com a atmosfera cultural, o clima político e o espírito do tempo (*Zeitgeist*).

Como um arranjo em camadas geológicas, em que quanto mais alta a camada mais instável, imprevisível e vulnerável é o sistema frente às mudanças causadas pelos três fatores mencionados, propomos a Figura 2, em que as setas representam as interações entre camadas, ou seja, a(s) urbanidade(s) observáveis no meio ambiente citadino.

Figura 2 - Interações constitutivas da urbanidade.



Fonte: Croqui elaborado pelos autores.

## Um conceito elusivo - abordagens da urbanidade nas pesquisas em Arquitetura e Urbanismo

Em contraposição ao sentido cotidiano da palavra, em que se verifica uma convergência de significados, tornando assim facilmente reconhecível a presença ou ausência de urbanidade no proceder de um indivíduo ou grupo, no campo da A&U o termo parece designar fenômenos diversos, cujos aspectos são descritos segundo abordagens por vezes bastante diferentes, dependendo do autor e do ponto de vista considerado. Se não fenômenos diferentes, ao menos visões diversas sobre um mesmo conjunto de fenômenos. Nesta seção, exploramos alguns autores cujas pesquisas têm se dirigido prioritariamente à busca de compreender/definir a(s) urbanidade(s). Dois desses trabalhos estão publicados nos Anais do I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – I ENANPARQ, ocorrido no Rio de Janeiro (ENANPARQ, 2010). São eles Gonçalves (2010) e Holanda (2010), sendo que uma versão ampliada deste encontro foi publicada no livro *Urbanidades*,<sup>13</sup> uma reunião de oito ensaios sobre o tema, considerado pelos autores “um diálogo tortuoso” (HOLANDA *et al.*, 2012). Além desses dois textos, um terceiro (CHAKUR, 2018), que apresenta outra tentativa de chegar a uma definição mais objetiva da urbanidade em A&U, visando torná-la mensurável por meio do estudo da importância e dos tipos de interações, com base em alguns parâmetros facilmente verificáveis.

O primeiro artigo, Gonçalves (2010), concentra-se principalmente nas estruturas espaciais e discute a validade da dicotomia urbano-rural, enquanto tenta definir a urbanidade partindo da vitalidade e diversidade urbanas. Propõe que a operacionalização do conceito deva ser pela compreensão do que chamou “potencial de urbanidade” de uma configuração espacial, uma concepção que considera a capacidade do suporte material favorecer ou desencorajar um tipo de urbanidade referenciada nas noções tradicionais de vitalidade e diversidade urbanas inicialmente delineadas por Jacobs (1992 [1961]). Uma vez plenamente elaborada, essa noção seria capaz de reconhecer graus de urbanidade em arranjos de estruturas espaciais urbanas, ou seja, converter-se-ia em ferramenta analítica e projetual em A&U.

---

<sup>13</sup> O título do livro utiliza o plural e inclui o ponto, em um gesto afirmativo que não há *uma* definição de urbanidade, e sim muitas.

Assim, se a urbanidade, enquanto qualidade das estruturas espaciais *daurbs* ou da interação destas com as pessoas é algo análogo a determinada noção de urbanidade desejável nas relações interpessoais cotidianas, i. e., relações que se espera transcorram de modo afável e sem atritos; e se, por outro lado, a vitalidade é definida por uma frequência mais ou menos constante de contatos significativos em intensidade e diversidade, então pode haver urbanidade mesmo em contexto que não se encaixe nas definições consagradas de vitalidade urbana. Um ambiente construído poderia ser “dotado de urbanidade” (um arranjo espacial que favoreça tais interações, de certas maneiras), porém apresentar baixa vitalidade.

Por outro lado, existem bairros modestos, razoavelmente homogêneos em sua simplicidade, cujas praças singelas e desprovidas de estruturas supostamente potencializadoras de urbanidade são verdadeiros centros de convivência urbana, em que se manifesta o sentido da urbanidade cotidiana mencionado no princípio. Essas praças despojadas, segundo aquela lógica, seriam espaços de baixa urbanidade. A autora afirma que, dependendo do arranjo espacial dos elementos em um espaço urbano, pode-se ter variação no potencial de urbanidade. Isso denota que, neste conjunto de ideias, a urbanidade é um atributo do espaço urbano derivada da disposição das estruturas materiais. O artigo estabelece assim rigorosa separação entre a concretude das estruturas (a *urbs*) e os sujeitos que nela vivem e dela se aproveitam (a *civitas*, o conjunto dos habitantes citadinos, no exercício de seus direitos, interesses, poderes e deveres).

Ao considerar que a busca por um arranjo físico que favoreça a diversidade de contatos é importante na configuração de espaços dotados de urbanidade, fica explícita a concepção da urbanidade das estruturas materiais como algo possível de ser projetado deterministicamente; em outras palavras, programado com base em um design. Assim enunciada, a urbanidade parece não se diferenciar da vitalidade urbana, sendo que a dificuldade dessa diferenciação é admitida no trabalho. Finalmente, depois de elencar uma série de fatores que devem ser levados em conta na tentativa de estabelecer parâmetros de avaliação da urbanidade, a autora conclui que a definição permanece em aberto. Sugere um alargamento da noção de urbanidade que extrapole os referenciais vitalidade e diversidade, e propõe focalizar o que conceitua como “qualidade urbana” (*op. cit.*, p. 10), caminho visto como capaz de superar o desafio, em que pese a relatividade da palavra *qualidade*.

Por sua vez, Holanda (2010) publica um artigo intitulado *Urbanidade: Arquitetônica e Social*, no qual declara, logo no início, que “Há muitas conotações para ‘urbanidade’”, e que o

conceito, para ser útil, não deve ser empregado de maneira “ampla, geral e irrestrita”. Se bem definido, porém, serviria para a compreensão das interações entre as pessoas e as estruturas materiais da cidade, no aspecto do convívio entre cidadãos. Diferentemente da visão explorada por Gonçalves (2010), Holanda coloca toda ênfase no aspecto interacional, sendo a urbanidade um padrão verificável de ações das pessoas entre si e na relação que estabelecem com a base material da cidade. Se o termo for empregado em referência às estruturas materiais da urbe, adverte o autor, será mais por analogia e sempre com alcance limitado. É a partir deste ponto que Holanda busca situar sua argumentação em prol de uma compreensão mais clara e focada da urbanidade, diferenciando-a daquilo que classifica como a “ampla bacia fluvial” das pesquisas em ambiente-comportamento (*op. cit.*, p. 3).

Sempre visando à operacionalização do conceito, Holanda (2010) insere a urbanidade em uma discussão distinta, entendendo-a como o processo das interações entre sociedade e espaço, chamadas por ele de “socioarquitetônicas”. Essas interações e as evidências delas resultantes são variáveis, conforme as sociedades e as arquiteturas. Assim, como requisito indispensável para tal esforço epistêmico, postula que é preciso definir a urbanidade no contexto da discussão sobre arquitetura, bem como definir o que é relevante em arquitetura quando se trata de urbanidade.

Destrinchando a questão, podemos falar em *urbanidade social* – quando os atributos estiverem relacionados a modos de interação social – e *urbanidade arquitetônica* – quando os atributos estiverem relacionados ao lugar. (HOLANDA, 2010, p. 4, itálicos no original).

Para demonstrar a validade da teoria, do método e das técnicas propostas por ele em trabalho anterior, no qual sugere a existência dos dois paradigmas, o da formalidade e o da urbanidade, o autor expõe os resultados de sua pesquisa na Vila Planalto, no Distrito Federal. Trata-se de um trabalho de fôlego, derivado de sua tese de doutoramento defendida em 1997, conceitualmente denso e robustecido por muitos dados quantitativos obtidos em trabalhos de campo (HOLANDA, 2018 [2002]). Mais adiante, no artigo de 2010 ora analisado, são mostrados resultados da aplicação instrumental e objetiva de sua teoria, método e técnicas em projetos de sua autoria. Seu propósito foi demonstrar a utilidade de parametrizar a urbanidade arquitetônica, não somente “para *melhor projetar*” (HOLANDA, 2010; p. 5, itálico no original),

mas também para tornar verificáveis por outros pesquisadores os resultados da aplicação do método que propôs.

O terceiro texto com que tentamos exemplificar a variedade de proposições feitas pelos pesquisadores da urbanidade em A&U é *Urbanidade: conceito e parâmetros* (CHAKUR, 2018), em que já no título são declarados os objetivos do trabalho. O autor entende que definir a urbanidade das estruturas materiais por meio de poucos e simples parâmetros de fácil verificação (*a posteriori*, no caso de uma avaliação do ambiente construído) ou aplicação (*a priori*, i. e., no momento da elaboração do projeto), seria um auxílio importante para “ajudar a moldar o desenvolvimento de políticas públicas” (*op. cit.*, p. 1). Aqui, existe similaridade com a visão proposta por Holanda (2010 e 2018 [2002]), de que se trata da “urbanidade socioarquitetônica” (HOLANDA, 2010), cuja compreensão e parametrização contribuiria para arquitetos-urbanistas e planejadores urbanos não apenas fazerem melhores projetos como também disporem de argumentos mais alicerçados em dados quantitativos, no momento de sua argumentação com promotores imobiliários, gestores públicos e outros tipos de contratantes institucionais.

Ao analisar a urbanidade, afirmando que ela é parte constitutiva da identidade<sup>14</sup> de uma cidade, o autor inicia pelo mesmo caminho que propusemos neste ensaio: o de investigar primeiro os significados primários do termo na linguagem comum, i. e., consultando os léxicos do idioma, como fez também Aguiar (2012). Na mesma linha, Chakur (2018) procura tornar mais nítidos os contornos da urbanidade utilizando-se de contrastes entre o que seriam espaços *com urbanidade* (lugares de vivência em coletivo, acolhedores, receptivos, expostos às pessoas e onde elas se expõem, nos quais convive a diversidade) e o que classifica como espaços *sem ou com baixa urbanidade* (espaços inóspitos, segregados, fechados à vista do público e padronizados).

O autor ressalta de maneira didática que tais contrastes tornam mais vívida a definição da urbanidade como um fenômeno comportamental ou uma característica de certos lugares, cuja manifestação mais verificável (“grau de urbanidade”, *op. cit.*, p. 3) é consubstanciada no conjunto de interações entre as estruturas físicas da cidade, o lugar, a referência no espaço (*urbs*) e o conjunto dos fruidores desses locais no momento de suas atividades (*civitatis*). Trata-se de

---

<sup>14</sup> Atributo não mencionado nos outros trabalhos consultados, que aqui aparece remetendo o leitor à ideia de fisionomia urbana ou caráter da cidade.

uma concepção abrangente, centrada na importância das influências recíprocas e constantes ao longo do ciclo de vida dos espaços e do arco de vida de uma pessoa ou sociedade, uma vez que “a maximização do grau de urbanidade maximiza as qualidades caracterizadoras dos espaços com urbanidade” (p. 3). Diante desta afirmação, fica-se, contudo, com uma questão não respondida, que faremos depois e tomando por base as seguintes considerações:

a) Por certo, uma coletividade que se comporta na esfera pública da vida segundo determinados códigos de conduta, comunicação e exposição que reconhecemos cotidianamente como urbanidade (civildade, afabilidade, cortesia, abertura etc.) tenderá a maximizar o “potencial de urbanidade” (GONÇALVES, 2010) dos espaços que utiliza, ainda que este seja reduzido. Essa coletividade pode chegar até a intervir concretamente para dotar tais espaços de alto grau de urbanidade das estruturas espaciais, dependendo dos seus recursos materiais e humanos, sua capacidade de organização e seu poder de pressão junto aos gestores públicos, promotores imobiliários ou outros grupos de poder.

b) Em contrapartida, de acordo com essa lógica, uma coletividade que se guia por valores e códigos de conduta outros, cujos modos de comunicação, regras de convivência e partilha do espaço público as classes letradas e/ou afluentes não reconhecem como sendo propriamente *urbanos* (carentes de urbanidade), tenderia a diminuir a urbanidade dos lugares com que interage. Tal seria o caso, frequente em regiões de arrabaldes urbanos habitados por comunidades excluídas do crescimento econômico e das melhores oportunidades em educação formal, de intervenções revitalizadoras ou urbanizadoras em espaços públicos abertos de uso comunitário, que em pouco tempo são depredados, tornando-se locais abandonados ao medo e à violência.

Perguntamos, portanto: Que maximização das qualidades caracterizadoras dos espaços com urbanidade comunidades na segunda situação acima seriam capazes de produzir nas regiões inurbanas<sup>15</sup> e desurbanas<sup>16</sup> (FIGUEIREDO, 2012) que habitam? Teriam essas coletividades possibilidade de, com a sua própria maneira de conviver, segundo suas regras no trato interpessoal e seu modo de interagir com as estruturas ambientais (ou seja, sua *urbanidade* característica); no uso de seus próprios recursos materiais e humanos, condições de produzir

---

<sup>15</sup> Sem a “urbanidade social”, como a denominou Frederico de Holanda (civildade, cortesia etc.).

<sup>16</sup> Espaços inóspitos, depauperados e perigosos, uma das consequências resultantes do que Figueiredo (2012) conceitua como *desurbanismo*.

lugares com alta “urbanidade socioarquitetônica” (HOLANDA, 2010), ou alto “potencial de urbanidade” (GONÇALVES, 2010), ou ainda elevado “grau de urbanidade” (CHAKUR, 2018) a partir praticamente do zero?

Defendemos que sim, e plenamente. Uma chave importante para descerrar a compreensão do que subjaz a tal potência social parece estar nas visões de urbanidade encontradas na Antropologia Urbana, disciplina que coloca em posição central a preocupação em conhecer os saberes e fazeres locais das comunidades urbanas, não afasta de suas análises a dimensão política e cultural das ações de indivíduos e grupos no suporte citadino e trabalha suas descrições segundo uma perspectiva temporal, cultural e não determinística; ao contrário de boa parte das pesquisas sobre este tema no campo da A&U, em que uma necessidade essencial de manter o foco nos parâmetros para projetos de estruturas ambientais relega esses fatores a uma posição acessória na heurística mais frequentemente utilizada.

## **Explorando a urbanidade em três textos de Antropologia Urbana**

Propomos a exploração de três autores nessa área, localizados propositalmente em pontos bem distantes no mapa das épocas e locais. Não temos aqui maiores pretensões de fazer uma exegese desses escritos, visto que, como pesquisadores de outra área, admitimos não dispor de uma série de estudos anteriores que nos permitiriam aprofundar as análises. Apesar da limitação, tentaremos, através das lentes da A&U, discernir nos textos os conteúdos mais úteis para ampliar a compreensão da urbanidade em nosso meio, contribuindo assim para robustecer as tentativas de operacionalização dessa variável.

Primeiramente, comentaremos alguns sinais de uma visão da urbanidade presentes no clássico *As Grandes Cidades e a Vida do Espírito*, de Georg Simmel (2005 [1903]). Situado no início do século passado, trata-se, de acordo com o tradutor da versão publicada em *Mana*,<sup>17</sup> do texto de uma conferência proferida por Georg Simmel (1858-1918) por ocasião da Exposição das Cidades, ocorrida em Dresden, Alemanha, no inverno de 1902-03. Este texto foi escolhido por sua importância na compreensão de uma versão de urbanidade típica do contexto europeu

---

<sup>17</sup> Tradução de Leopoldo Waizbort. Texto original: *Die Großstädte und das Geistesleben*. In: SIMMEL, Georg. *Gesamtausgabe*. Frankfurt: M. Suhrkamp, 1995, v. 7, p. 116-131.

de fins do séc. XIX e início do séc. XX, que se tornou a referência hegemônica ao se falar do tema.

Em seguida, passamos ao exame de um artigo de José Guilherme Cantor Magnani (2002), mais pertinente a situações em contexto brasileiro, embora o autor trate também do contexto internacional mais amplo. De modo idêntico, como um piloto amador que sobrevoa uma região pouco conhecida, atemo-nos aos elementos maiores e mais facilmente identificáveis da paisagem, sem descer a detalhes que a altura do voo e sua brevidade não permitem perceber.

Fechando esta seção, tentamos extrair de Ruchaud (2018) as noções mais relevantes para os propósitos deste ensaio. Neste terreno, sentimo-nos menos deslocados, dado que o autor, arquiteto e urbanista, apresentou no III URBFVELAS um trabalho que se refere explicitamente às categorias de “urbanidade social” e “urbanidade arquitetônica” (ou “espacial”), no dizer de Holanda nos já referidos trabalhos. Desse modo, tentamos traçar linhas capazes de unir o pensamento de um autor clássico europeu, um autor brasileiro consagrado e um da nova geração, também arquiteto, instado a lidar com tão fugidivo conceito nestes tempos transdisciplinares e complexos, em que as fronteiras disciplinares tornam-se cada vez mais permeáveis.

Em Simmel (2005 [1903]), encontramos uma detalhada exposição de razões que influíram na constituição daquilo que chamaremos aqui de *urbanidade social em sentido clássico*, i. e., uma atitude, um estar-na-cidade caracterizado principalmente pelo cosmopolitismo de seus adeptos. Depois de estabelecer a ideia de que a cidade grande e seus habitantes orientam-se quase que exclusivamente pelo atendimento a situações determinadas pelo mercado, inclusive no que se refere a comportamentos em coletivo, Simmel ressalta o anonimato cada vez maior das relações interpessoais, uma vez que a velocidade e o ritmo da vida moderna não permitem que os breves contatos, pragmáticos e interessados (“uma objetividade impiedosa”, *op. cit.*, p. 579), evoluam para relacionamentos mais próximos e intensos, o que requereria tempo.

Segundo o autor, a quantidade de estímulos ao desejo em tão curto tempo, aliada à violência das desigualdades no meio urbano da primeira Revolução Industrial, à velocidade dos transportes, das comunicações, das finanças e de tudo o que constantemente se abate sobre os habitantes das grandes cidades, são os fatores determinantes de uma urbanidade *blasé*. Essa calma aparente tem duas finalidades: agir como couraça redutora do estresse emocional causado

por tantos e tão frequentes apelos e, ao mesmo tempo, servir de código balizador de comportamentos para que indivíduos de diferentes classes sociais, valores culturais, costumes, religiões e até idiomas diversos possam conviver e negociar em harmonia, em um clima de *civilidade*, afabilidade, receptividade, abertura ou tolerância para com o outro; ou seja, tudo aquilo que costuma ser associado a um modo cosmopolita de vida. A enganosa fleuma característica da urbanidade *blasé* funciona como um consenso sobre como proceder na variada e mutante esfera pública da vida em grandes cidades governadas pelos interesses comerciais e financeiros. Sobre este ponto, prossegue Simmel, com palavras enfáticas:

Essa disposição anímica é o reflexo subjetivo fiel da economia monetária completamente difusa.<sup>18</sup> Na medida em que o dinheiro compensa de modo igual toda a pluralidade das coisas; exprime todas as distinções qualitativas entre elas mediante distinções do quanto; na medida em que o dinheiro, com sua ausência de cor e indiferença, se alça a denominador comum de todos os valores, ele se torna o mais terrível nivelador, ele corrói irremediavelmente o núcleo das coisas, sua peculiaridade, seu valor específico, sua incomparabilidade. (SIMMEL, 2005 [1903], p. 581).

Assim, nas palavras de Simmel, entendemos que as relações sociais no ambiente urbano não são somente, como dissera, de “uma objetividade impiedosa”, mas também que tudo e todos estão, sem salvação possível,<sup>19</sup> sujeitos a uma *objetificação* impiedosa pelo dinheiro, única referência de valor em um mundo de contrastes brutos que se sucedem a cada momento. Para enfrentar com civilidade tamanha rudeza, a urbanidade *blasé* torna-se essencial. Assim, os tons de vozes e de cores adequados a esse fim precisam ser suavizados, como um meio-termo metafórico entre as cores ferozes do cotidiano urbano e a completa falta de cor de sua tradução em medida pecuniária. A arte, em sua capacidade de ler a complexidade do mundo e representá-lo de forma simples e imediata, já apresentava, mais de vinte anos antes, uma síntese visual perfeita dessa urbanidade *blasé* (Figura 3) no quadro *Rue de Paris, temps de pluie* (CAILLEBOTTE, 1877).

<sup>18</sup> Aqui no sentido de completamente difundida, alastrada, disseminada, algo que tudo impregna (Al.: *durchgedrungenen*); e não no sentido mais atual de pouco nítida ou indefinida.

<sup>19</sup> No parágrafo acima citado, o termo alemão que foi traduzido como irremediavelmente é *rettungslos*, literalmente: sem salvação.

Figura 3 - Rue de Paris, temps de pluie. Óleo sobre tela, 212,2 x 276,2 cm (CAILLEBOTTE, 1877).



Fonte: Chicago Art Institute. Imagem digital, licença Creative Commons 0 (domínio público). Disponível em <https://www.artic.edu/artworks/20684/paris-street-rainy-day>. Acesso em: 2 mai., 2023.

Numerosas análises já foram escritas sobre esse quadro icônico, cujo autor era homem culto e abastado, frequentador dos círculos sociais mais ilustres e afluentes de Paris à época – início da chamada *Belle Époque* –, tendo sido inclusive uma espécie de mecenas do grupo de artistas que veio a se autodenominar impressionistas; portanto, não cabe repetir aqui o que já foi tratado por especialistas em arte. Todavia, alguns detalhes evidenciam-se importantes para nosso argumento, a partir de determinados elementos do quadro, que retrata a *Place de Dublin*, no cruzamento entre *Rue Moscou*, *Rue de Turin*, *Rue de Saint-Pétersbourg* e a extremidade sul da *Rue Clapeyron*.

Gustave Caillebotte, então com 29 anos, havia morado neste lugar tempos antes e testemunhado as intervenções modernizadoras empreendidas pela prefeitura de Paris segundo o projeto do Barão Haussmann. No período em que o quadro foi idealizado, o local estava recém-inaugurado e a população modesta que ali habitava em casas antigas entre ruas estreitas, junto com a sua urbanidade característica, havia sido removida para outros lugares, dando

espaço a novos proprietários, comércio e frequentadores, com outros códigos de comportamento, traduzidos nesta pintura.

A cena, meticulosamente planejada, é cindida na vertical pelo poste de luz que a reparte desde o espaço de céu. A luminária, aparato tecnológico de modernidade, é simbolicamente posicionada no ponto mais alto, no centro do quadro. À luz desse equipamento urbano são representadas as duas instâncias da vida cidadina que jamais devem se confundir, dentro dos princípios do que temos chamado aqui de urbanidade em sentido clássico: 1ª) A esfera do estar em público, do afastamento e anonimato, à esquerda, com as figuras mantendo respeitosa distância entre si, cada uma seguindo sua direção, as fisionomias quase indistintas. 2ª) Do lado direito, a esfera da vida em proximidade, dos relacionamentos privados (o casal em primeiro plano, de braços dados), na calçada. Quanto à posição do fruidor pretendida por Caillebotte, este coloca-nos quase dentro da pintura, na mesma calçada, obrigando-nos a confrontar o casal que caminha em nossa direção. Porém, as figuras, pintadas em escala natural (o que foi possível dadas as grandes dimensões do quadro), logo nos evitam, olham em diagonal e de maneira evasiva, pois o contato visual direto poderia ser incômodo. As expressões transmitem contenção, certa calma contemplativa, uma atitude *blasé* de quem sabe que neles não vamos esbarrar.

Por último, do lado esquerdo, na esfera pública da vida, as cores dominantes são suaves e neutras, os tons mais profundos são esbatidos. Não existem nesse lado cores quentes que possam evocar sentimentos mais intensos. É para o lado direito da cena, o da proximidade, que são reservados os matizes mais vivos de vermelho terroso e verde azulado, ao lado da figura feminina que anda no lado interno da calçada, protegida pelo cavalheiro de olhos azuis. Neste quadro, vemos um resumo visual da urbanidade em sentido clássico, que se tornou a referência hegemônica a perdurar até o final do século 19, estendendo-se pelo século passado até cerca de três décadas depois da Segunda Guerra Mundial.

Durante a década de 1990, a Antropologia Urbana viu multiplicarem-se as pesquisas sobre a relação entre pessoas comuns e elites, sobre a legitimidade de estruturas de governança, sobre o espaço social, a marginalização, o crime, a violência e os conflitos, bem como movimentos de resistência. No início do século 21, renova-se o interesse pelo localismo, tanto quanto pelo transnacionalismo e o multiculturalismo, o que orienta a busca pelo entendimento da cidade como “uma arena em que a cidadania, a democracia e, por extensão, o pertencimento

são acaloradamente debatidos, e onde a moralidade da lei e da política são questionadas e desafiadas” (PARDO *et al.*, 2015, p. 6).

No Brasil, no início deste século, José Guilherme Cantor Magnani (2002), logo na introdução de suas “Notas para uma etnografia urbana”, refere-se às “formas de sociabilidade nas grandes cidades contemporâneas”. Ora, não seria essa expressão precisamente o que se quer definir e que no campo da A&U temos chamado de “urbanidade social”? Que outra coisa seria a urbanidade social senão justamente as formas de sociabilidade nas cidades, também referidas como sociabilidades urbanas? A expressão tem ainda a virtude de não ser impregnada de um sentido lato que se pode considerar contaminado por uma visão eurocêntrica e hegemônica, que classifica como urbanidade determinada forma de sociabilidade burguesa europeia cristalizada, como dito anteriormente, na passagem do século XIX para o XX e referida por Simmel (2005 [1903]). Como este último declara ao final de sua célebre conferência, “nossa tarefa [de pesquisadores] não é acusar ou perdoar, mas somente compreender”. (SIMMEL, 2005 [1903], p. 589). Em concordância com esta máxima, consideramos mais útil em nosso campo de conhecimento usar a expressão mais abrangente *formas de sociabilidade na cidade*, ou *sociabilidades urbanas*.

Ao dirigir o olhar etnográfico para aquilo que é “de perto e de dentro”, Magnani (2002) critica as abordagens de compreensão do espaço da cidade como um objeto inanimado, onde chama a atenção a ausência de atores sociais, como se a cidade fosse “um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade”. (*op. cit.*, p. 14). Quanto a essa ausência, revela que não é absoluta, mas de certo tipo de ator social enquanto outros têm papel determinante.

Neste caso, quando aparecem atores sociais, são os representantes do capital e das forças do mercado: financistas, agentes do setor imobiliário, investidores privados. Personagens como os “animadores culturais” – consultores, arquitetos, artistas e demais intelectuais – também se fazem presentes, mas a serviço dos interesses do capital, como “profissionais caudatários”, para usar a expressão empregada por Arantes (1998). (*op. cit.*, p. 15).

Adiante no texto, como que intuindo o ponto de partida para a solução do dilema entre *formas de sociabilidade* (dinâmicas por natureza e à qual nós da A&U chamaríamos de urbanidade social) e os *cenários* em que se manifestam (estáticos, fundo ou suporte para as sociabilidades possíveis, a que chamamos urbanidade espacial), Magnani menciona um dos elementos constitutivos da urbanidade mais importantes: “o exercício da cidadania, das práticas

urbanas e dos rituais da vida pública”. Sem levar em conta esse aspecto da vida em cidades fica-se com uma concepção da *urbanidade socioespacial* (A&U) ou das *formas de sociabilidade nas cidades* (Antropologia Urbana) como algo que simplesmente resulta, de maneira fatalista e determinística, de uma conjunção mais ou menos previsível de fatores a serem levados em conta na hora de projetar. Essa noção é errônea e pode mesmo ser interpretada como alienante e reacionária, por excluir da discussão a capacidade de mobilização de uma comunidade, sua prerrogativa de autodeterminação e o poder político nas mãos dos cidadãos que, além disso, são também cidadãos no exercício de seu direito de organização, mobilizando-se em prol de seus interesses, às vezes de modo imprevisto por arquitetos e planejadores urbanos.

Como contribuição desse autor para o pensamento em A&U acerca da urbanidade socioespacial, equivale dizer, das formas de sociabilidade na cidade, pode-se balizar as análises no modo de operar da etnografia, o que permite ao pesquisador que dele se utiliza “captar determinados aspectos da dinâmica urbana que passariam despercebidos se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro e dos grandes números”. (*op. cit.*, p. 16).

Quanto ao artigo de Ruchaud (2018) sobre a produção da urbanidade pela comunidade do Monte Serrat, no Morro da Caixa, em Florianópolis-SC, estamos diante de um exemplo de trabalho realizado por um arquiteto com o emprego das teorias, métodos e técnicas da Antropologia Urbana. Muitas são as contribuições para a operacionalização do construto urbanidade presentes neste trabalho. Em primeiro lugar, trata-se de artigo que relata uma experiência real, venturosa e bem documentada ao longo de décadas, da busca de uma comunidade por melhorias nos espaços públicos de seus lugares de vivência. Não somente isto, mas também pelo reconhecimento do Morro da Caixa como área propriamente *urbana* nos dois sentidos da palavra, o de comunidade plural, receptiva e acolhedora e o de similitude formal, semiológica poderíamos dizer, com a paisagem da cidade formal. São reflexões relevantes sobre os elementos que compõem a urbanidade.

O estudo realizado por Ruchaud permite entender a intrincada rede de relações sociais na comunidade do Monte Serrat, sua compreensão do papel da iniciativa popular em favor de seu próprio projeto e de como o exercício da cidadania de fato constitui o elo a permitir uma compreensão mais completa das formas de sociabilidade na cidade. Em algum momento no passado mais antigo na história do Morro da Caixa relatada por Ruchaud fica claro que houve

a percepção dos moradores de que aquela área, mesmo não tendo sido ainda “urbanizada”, era tão urbana quanto outras da cidade, pelo simples fato de estar na cidade. A consideração das lideranças locais de que todos são igualmente cidadãos, eles do morro tanto quanto os moradores do centro e áreas ditas nobres, foi o motor das transformações que ocorreram no local desde o início do século passado. A experiência da comunidade do Monte Serrat demonstra que a cidadania é uma dimensão inalienável da urbanidade socioespacial (ou das formas de sociabilidade nas cidades) em países que se definem como democráticos.

Ruchaud escreve sobre características atribuidoras de urbanidade, ao se referir a elementos de intervenção seja no espaço ou na noção de limites da propriedade, como a regularização dos terrenos. Nessa visão, a urbanidade tem ainda um aspecto relacionado à normatividade da ação, em conformidade com determinações de esferas mais amplas de poder, como é o caso do estabelecido em códigos de posturas municipais com respeito às construções, vias etc. Outro aspecto é o resgate e ressignificação dos registros materiais e imateriais dessa história, para a construção de uma memória coletiva local, partilhada por todos e transmitida para as gerações mais jovens, bem como para os de fora. Assim atestam os registros existentes das lutas dessa comunidade pela afirmação de sua visão, seu projeto de melhoria dos espaços públicos e suas realizações, a partir de iniciativas levadas a cabo pelo pároco local, Pe. Vilson Groh, dos diretores e membros da escola de samba Embaixada Copa Lord e por moradores mais antigos, com histórico de liderança em demandas da comunidade junto a órgãos ou agentes públicos.

## **Considerações finais**

A análise dos textos selecionados para este ensaio permite concluir que as teorias, métodos e técnicas da Antropologia Urbana podem trazer contribuições valiosas para as pesquisas em A&U, especialmente aquelas voltadas para a operacionalização do conceito de urbanidade dentro do quadro teórico específico da área. A utilidade de se precisar a urbanidade está em que, uma vez compreendido o fenômeno, sua natureza e condições de ocorrência, e devidamente parametrizados (ou epistemologicamente definidos) os aspectos pelos quais se avaliam seus componentes, isso poderá vir a ser um significativo apoio aos arquitetos-urbanistas e planejadores do urbano em geral. Também ficou claro que as possibilidades de uma cidadania organizada em torno de seu próprio projeto de melhorias dos espaços públicos,

expressando materialmente suas urbanidades social e arquitetônica características, como no caso do Monte Serrat, vêm reforçar o acerto do posicionamento de Borja & Muxí (2003) de que “o espaço público é a um tempo o espaço principal do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania. É um espaço físico, simbólico e político” (*op. cit.*, p. 16). Os autores reiteram e aprofundam essa posição mais adiante na obra, ao afirmarem que “O espaço público define a qualidade da cidade, porque indica a qualidade de vida do povo e a qualidade da cidadania de seus habitantes” (*op. cit.*, p. 25).

Neste ponto, cumpre esclarecer que este ensaio se debruçou sobre as relações entre a(s) urbanidades(s) possíveis e uma noção de cidadania que começou a ser construída no Império Romano (*civi* – cidadão; *civitatis* – a dimensão política da cidade etc.), quando de sua expansão pela Europa, chegando até as regiões correspondentes hoje à Turquia, ao Egito e ao Oriente Médio. Portanto, a cidadania aqui referida é a que aprendemos a reconhecer cotidianamente nisto que chamamos de Ocidente; derivada daquele e de outros processos de expansão imperialista que se sucederam por séculos, com características semelhantes, “em que o urbanismo aparece tanto enquanto ideologia espacial como [...] social, momento em que a cidadania como estatuto político e jurídico torna-se um meio de governar” (SANTOS, 2015, p. 119). Neste sentido, com respeito ao modo como já na modernidade a noção de *civilidade* veio a ser transplantada “para as mais diversas regiões colonizadas do Sul Global”, Domingues e Gontijo (2021) destacam o papel decisivo de “imagens e discursos atravessados por relações de poder”, e que essas lógicas estariam constantemente se reproduzindo, chegando até a escala global (*op. cit.*, p. 68).

Em síntese, constata-se haver certa convergência em alguns pontos-chave entre os autores estudados em A&U, quanto aos elementos constitutivos da urbanidade, embora neste debate ainda persista uma pluralidade de expressões, com diferenças ora sutis, ora importantes de significado. De modo análogo, em que pesem as diferenças históricas, culturais e de objetivos entre os autores no campo da Antropologia Urbana que selecionamos para este estudo, podem-se observar pontos congruentes no modo como referências à urbanidade são tratadas. Essa multitude de esforços para prover em palavras *traduções da urbanidade* indica a atual instabilidade do conceito em nosso meio, o que, se por um lado tem dificultado uma apropriação mais ampla de sua aplicação no aperfeiçoamento da prática projetual em A&U, por outro tem desafiado pensadores do mais alto nível a se debruçarem sobre o problema, gerando com isso

---

grande riqueza de conhecimentos derivados de um debate que tem se revelado tão desafiador quanto estimulante.

## Referências

- AGUIAR, Douglas. Urbanidade e a qualidade da cidade. *In*: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. (orgs.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012, p. 61–79.
- BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa (Grupo Editorial Random House Mondadori), 2003.
- CAILLEBOTTE, Gustave. **Rue de Paris, temps de pluie**. 1877. Pintura, óleo sobre tela, 212,2 x 276,2 cm. Coleção do Chicago Art Institute. Fotografia digital (arquivo: 1964.336 – Paris Street; Rainy Day.jpg; 3.000 x 2.329 pixels, cor, 24 bits.). Licenciada como domínio público – Creative Commons 0. Disponível para visualização online em: <https://www.artic.edu/artworks/20684/paris-street-rainy-day>. Acesso em 2, maio, 2023.
- CHAKUR, Pablo. Urbanidade: conceito e parâmetros. **Minha Cidade**, n. 214.05, p. 1–11, 2018. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/18.214/6983>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- DOMINGUES, Bruno Rodrigo Carvalho; GONTIJO, Fabiano de Souza. Como Assim, Cidade do Interior? Antropologia, Urbanidade e Interioridade no Brasil. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 61-83, setembro de 2021.
- ENANPARQ, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: PROARQ-UFRJ; PROURB-UFRJ; PPGAU-UFF, 2010. Disponível em: [http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/caderno\\_resumos\\_enanparq\\_2010.pdf](http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/caderno_resumos_enanparq_2010.pdf). Acesso em: 12 fev. 2023.
- FELLOWS, Ian. **Word Clouds**. Software. Versão 2.6. San Diego: 12 out. 2022.
- FIGUEIREDO, Lucas. Desurbanismo: um manual rápido de destruição de cidades. *In*: AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. (Org.). **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012, p. 209-234.
- GONÇALVES, Alice Rauber. Urbanidade e as novas configurações urbanas. *In*: ENANPARQ, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: PROARQ-UFRJ; PROURB-UFRJ; PPGAU-UFF, 2010. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/163/163-306-1-SP.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. 2a. ed. Brasília: RFBH, 2018.
- HOLANDA, Frederico de. Urbanidade: arquitetônica e social. *In*: ENANPARQ, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: PROARQ-UFRJ; PROURB-UFRJ; PPGAU-UFF, 2010. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/163/163-307-1-SP.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.
- HOLANDA, Frederico de; ANDRADE, Luciana; KRAFTA, Romulo; RHEINGANTZ, Paulo; FIGUEIREDO, Lucas; TRIGUEIRO, Marcele; AGUIAR, Douglas; NETTO, Vinicius M. **Urbanidades**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities**. New York: Vintage Books, 1992.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69092002000200002>. Acesso em: 20 dez. 2021.

PARDO, Italo; B. PRATO, Giuliana; KALTENBACHER, Wolfgang; G. ALBERT, Nicole. Le positionnement de l'anthropologie urbaine. **Diogene**, v. 251-252, n. 3, p. 3-11, 2015. DOI 10.3917/dio.251.0003. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-diogene-2015-3-page-3.htm>. Acesso em: 3 maio 2023.

POSIT. **RStudio**. Software. Versão Ghost Orchid (2021.09.1 Build 372). Boston: Posit Software PBC, 8 nov. 2021.

RUCHAUD, Guilherme Galdo. As narrativas na produção da urbanidade: a experiência histórica do Monte Serrat. *In: UrbFavelas – Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas*, 3, 2018. Salvador. **Anais [...]**. Salvador: Pontifícia Universidade Católica de Salvador, 2018. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2018a/ARQUIVOS/GT5-268-81-20180815094443.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2023.

SANTOS, Ligia Maria Rodrigues dos. UMA ANTROPOLOGIA ESTÉTICA DA CIDADE: HETEROTOPIAS E UTOPIAS URBANAS DA ANTIGUIDADE À MODERNIDADE. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/5015>. Acesso em: 13 set. 2023.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-93132005000200010>. Acesso em: 15 dez. 2022.

### Dicionários online:

CIVILITAS. *In: Glosbe Dicionário* [online]. Polônia: Glosbe, 2023. Disponível em: <https://pt.glosbe.com/la/pt/Civitatis>. Acesso em: 26 fev. 2023.

URBANE. *In: Merriam-Webster.com dictionary*. Springfield, MA: Merriam-Webster Inc., 2023. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/urbane>. Acesso em: 25 fev. 2023.

URBANE. *In: Merriam-Webster.com thesaurus*. Springfield, MA: Merriam-Webster Inc., 2023. Disponível em: <http://www.merriam-webster.com/dictionary/urbane#did-you-know>. Acesso em: 25 fev. 2023.

URBANIDAD. *In: Diccionario de la lengua española*, 23 ed. [versão 23.6 online]. Madrid: Real Academia Española, 2022. Disponível em: <https://dle.rae.es/urbanidad?m=form>. Acesso em: 25 fev. 2023.

URBANIDADE. *In: DICIO – Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/urbanidade/>. Acesso em 26 fev. 2023.

URBANIDADE. *In: Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa* [online]. Porto: Porto Editora, 2023. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/urbanidade>. Acesso em: 26 fev. 2023.

URBANIDADE. *In*: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. [online]. Lisboa: Priberam Informática, 2022. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/Urbanidade>. Acesso em: 26 fev. 2023.

URBANIDADE. *In*: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa [online]. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/urbanidade/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

URBANITÉ. *In*: Dictionnaire de Français Larousse [online]. Paris: Société Éditions Larousse, 2023. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/urbanit%c3%a9/80672>. Acesso em 25 fev. 2023.

URBANITY. *In*: Merriam-Webster.com dictionary. Springfield, MA: Merriam-Webster Inc., 2023. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/urbanity>. Acesso em: 26 fev. 2023

Recebido em 02 de junho de 2023 | Aceito em 15 de junho de 2023



Esta obra está licenciada  
conforme Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

---

**Dossiê: Patrimônio em tempos de crise**

V 12 | n 23 | jul-dez 2023

---

## Preservação e vitalidade urbana: Habitação no centro histórico de Florianópolis/SC

**Ernestina Rita Meira Engel; Almir Francisco Reis**

---



**Edição eletrônica**

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nau.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

**Organização**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

**Referência Bibliográfica**

ENGEL, Ernestina Rita Meira; REIS, Almir Francisco. Preservação e vitalidade urbana: Habitação no centro histórico de Florianópolis/SC. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 168-182, jul-dez 2023. Semestral.

---

© NAUI

# Preservação e vitalidade urbana: Habitação no centro histórico de Florianópolis/SC

Ernestina Rita Meira Engel<sup>1</sup>

Almir Francisco Reis<sup>2</sup>

## Resumo

O esvaziamento dos centros históricos é tema central nos estudos urbanos. Inserindo-se neste contexto, este artigo objetiva analisar as relações entre vitalidade urbana e habitação no centro histórico de Florianópolis. Como métodos, foram realizados mapeamentos de dados censitários e usos do solo, tipologias habitacionais e copresença. Os resultados mostram ausência expressiva de habitação na área, que resulta na desertificação em horários não comerciais, afetando as condições de vitalidade preexistentes.

**Palavras-chave:** vitalidade urbana; habitação; centros históricos.

## Abstract

The emptying of historic centers is a central theme in urban studies. In this context, this study aims to analyze the relationship between urban vitality and housing in the historic center of Florianópolis. The methods used were mapping census data and land use, housing typologies and copresence. The results show a significant lack of housing in the area, which results in desertification during non-business hours, affecting the pre-existing conditions of vitality.

**Keywords:** urban vitality; housing; historical centers.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. Especialista em Cidades inteligentes: Tecnologia e Inovação, UPF. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS. E-mail: ernestinaengel@gmail.com

<sup>2</sup> Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, dedicando-se ao ensino de Arquitetura e Urbanismo na graduação e na pós-graduação. Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo, com estágio-sanduíche junto à Universidade Politécnica da Catalunha, Barcelona. Pós-doutorado junto à Universidade Politécnica da Catalunha, Barcelona. E-mail: almir.reis@ufsc.br

## Introdução

Os centros históricos das cidades são, em geral, os lugares mais dinâmicos da vida urbana. A concentração de usos e fluxos de pessoas, veículos e mercadorias, reforçam a centralidade e os transformam em referencial simbólico dos moradores. No entanto, à medida que as cidades crescem, o papel do centro histórico pode ser reduzido devido à expansão e consolidação de novas áreas de centralidade em partes mais acessíveis da malha urbana. Esse processo contribui para a degradação e o esvaziamento habitacional desses espaços (BORDE; SAMPAIO, 2012; FARRET, 2006; SALCEDO, 2007; VALLEJO, 2019; VARGAS; CASTILHO, 2015). Na Europa e na América do Norte, a problemática vem sendo discutida desde a década de 1950. No caso do Brasil, o tema surgiu nas discussões depois dos anos 1980 (VARGAS; CASTILHO, 2015) em um contexto em que o uso habitacional em centros históricos está relacionado intrinsecamente à vitalidade destes lugares.

O uso dos espaços públicos e a presença de habitação são fatores que contribuem para aumentar a sensação de segurança dos usuários no espaço urbano. Entende-se que a diversidade de usos é fator fundamental enquanto elemento atrator de pessoas e oportunidades (JACOBS, 2011). A presença de habitação constitui um atributo dos espaços públicos, sendo importante considerar características de variedade, distribuição e densidade (TENORIO, 2012). De acordo com Bógus e Sousa (2016), a habitação em centros históricos não deve ser vista apenas do ponto de vista da fixação de residentes e programas de moradia, mas tem que atingir o patamar de política urbana enquanto direito à cidadania (BÓGUS; SOUSA, 2016).

A exemplo de inúmeros outros casos, na cidade de Florianópolis o processo de crescimento urbano gerou esvaziamento habitacional no centro histórico, que continua se destacando enquanto centro simbólico e funcional da cidade. De acordo com Reis (1993), esta área concentra os espaços mais integrados e conectados da malha urbana, bem como grande densidade de usos comerciais, de serviços e instituições. Entretanto, já era apontada uma considerável redução no índice de copresença do centro, principalmente em horários não comerciais, em decorrência da excessiva especialização no setor terciário e expulsão dos usos habitacionais (REIS, 1993).

A hipótese central do trabalho é que a presença de habitação em centros históricos tem impacto positivo na vitalidade urbana das cidades. A expulsão dos usos habitacionais no centro tem causado inúmeros problemas, o principal deles a desertificação dos espaços públicos em

horários não comerciais. Acredita-se que a ocupação residencial nesses locais possa atrair moradores e visitantes, promover interações sociais e fortalecer a identidade cultural da comunidade, com a preservação do patrimônio cultural. Neste sentido, o trabalho possui como pergunta principal: Quais as implicações da redução da quantidade de habitação em relação às condições de vitalidade urbana da área? O estudo tem como objetivo analisar as relações entre vitalidade urbana e habitação no centro antigo da cidade de Florianópolis.

## **Cidade, vitalidade e urbanidade**

O uso dos espaços públicos e a presença de habitação são fatores que contribuem para aumentar a sensação de segurança dos usuários do espaço, bem como criar condições de sociabilidade. Assim, como destacado por Jacobs (2011)<sup>3</sup>, a diversidade de usos é fator fundamental enquanto elemento atrator de pessoas e oportunidades. Para a autora, existem quatro condições importantes para pensarmos na diversidade. A primeira delas é a possibilidade de o espaço atender a mais de uma função principal, a partir de usos combinados. Este fator favorece o uso em horários diferentes, contribuindo para a segurança e a vitalidade da área. A autora chama a atenção para a necessidade de quadras curtas, que fazem com que o pedestre tenha maior facilidade de transitar entre os espaços, e geram maior oportunidade de interfaces entre seus moradores. Outra condição é a combinação de edifícios de diferentes idades e padrões, diversificando o padrão de valores de locação, o que contribui para a diversidade social. A última condição é a necessidade de a densidade ser capaz de gerar alta concentração de pessoas, tanto para a circulação como para moradia. Jacobs ainda afirma (2011, p. 159) que “a própria diversidade urbana permite e estimula mais diversidade”.

Atualmente, o conceito de urbanidade é amplamente utilizado para analisar os espaços públicos. Holanda (2002) fala sobre dois paradigmas socioespaciais: urbanidade e formalidade. Estes paradigmas dizem respeito tanto à efetiva apropriação quanto às características morfológicas do espaço urbano relacionadas ao uso dos lugares. Assim, a urbanidade estaria relacionada a espaços públicos intensa e diversamente apropriados, caracterizados por integração ao tecido urbano, fechamento espacial, interligação entre os interiores e aberturas.

---

<sup>3</sup> Em seu livro "Morte e Vida de Grandes Cidades", publicado pela primeira vez em 1961, Jane Jacobs questionava as práticas de planejamento urbano dominantes e defendia a diversidade, a mistura de usos e a densidade populacional como elementos essenciais para a vitalidade e a segurança das cidades. Ela também se opunha à destruição de bairros históricos em nome do progresso e defendia a importância de preservar a identidade cultural das cidades.

Já a formalidade diz respeito a espaços pouco apropriados, sem diversidade social, desertificados, cuja configuração expressa pouca integração com o tecido urbano, paredes cegas, pouca diversidade de usos do solo. Tenorio (2012) se apropria desses conceitos, e afirma que o pressuposto básico para a urbanidade é a interação presencial entre os indivíduos. Assim, o ponto chave para a urbanidade consiste em gerar oportunidade para que as pessoas compartilhem o mesmo espaço físico e, conseqüentemente, tenham alguma forma de interação.

Para Tenorio (2012, p. 15), “a busca pela urbanidade e de espaços públicos que a viabilizem se estabelece, portanto, como algo desejável na vida de qualquer sociedade”. Assim, a base da urbanidade se manifesta nos espaços públicos, que devem proporcionar interfaces entre conhecidos e desconhecidos. Em sua proposta metodológica, a autora cria parâmetros importantes para a análise da urbanidade nos espaços públicos. Os sujeitos e as atividades realizadas nos espaços precisam ser avaliadas, verificando o número de pessoas, a variedade e a distribuição delas no tempo. Estas análises podem ser utilizadas como métricas para a verificação da vitalidade urbana e, conseqüentemente, da urbanidade. A autora analisa, também, os aspectos formais e funcionais dos espaços e sua inserção urbana.

Uma das categorias de análise apresentadas diz respeito à presença de habitação, seus tipos, distribuição e densidade. Para Tenorio (2012), a habitação é um dos principais usos para gerar condições de urbanidade, pois garante vínculo dos habitantes com a cidade. Além disso, o texto enfatiza a necessidade de diferentes tipos de moradia, evitando áreas de população homogênea. Dessa forma, “a atividade habitacional deve possuir densidade que assegure concentração de pessoas, viabilize o aproveitamento da infraestrutura e o estabelecimento e desenvolvimento de atividades” (Tenorio, 2012, p. 191). Pode-se afirmar que a habitação é um dos atributos que possibilita a efetiva vitalidade urbana – e urbanidade – em determinado espaço público.

## **Centros históricos: a presença da habitação como condição fundamental da vitalidade urbana**

As paisagens dos centros urbanos históricos são espaços em constante mudança. Para Borde e Sampaio (2012, p. 94), “as cidades e suas áreas centrais são, em última análise, um produto da dialética entre permanência e transformação”. Em complemento a isso, na visão de Vallejo (2019, p. 279), “em um centro histórico, há tantas camadas sobrepostas, tantas

condições não evidentes e tantos processos ocorrendo que fica difícil abarcar sua complexidade e compreender suas oportunidades”. Ainda, para o autor,

Falar de um centro histórico é mais do que falar de monumentos, edifícios e espaços públicos. É falar, entre outras coisas, de atividade e coesão social, economia, gestão e políticas públicas, mobilidade, cultura, tradição, identidade, patrimônio, legislação e meio ambiente (VALLEJO, 2019, p. 277).

Dadas as condições de complexidade existentes nos centros históricos, ressalta-se a problemática da expulsão da habitação. Este fator faz com que a circulação e as trocas entre as pessoas aconteçam somente em horários comerciais e o processo resulta na excessiva concentração de atividades terciárias, além da especulação imobiliária. No caso do Brasil, a dinâmica pode ser identificada na maioria dos centros históricos.

Partindo-se dessa problemática, é essencial que a conservação da estrutura física dos centros históricos seja feita em conjunto com a conservação das esferas sociais, buscando soluções para a ocupação de vazios em conjunto com a crescente demanda habitacional em áreas centrais (BORDE; SAMPAIO, 2012). Os centros históricos são, na maioria das vezes, locais que concentram diversas edificações de caráter histórico e cultural, além da paisagem urbana, costumes e saberes, que o formaram e devem ser preservados. Dessa forma,

A preservação do patrimônio cultural e ambiental significa tomar consciência do tempo presente e do papel a ser desempenhado no processo histórico. Não constitui somente mais uma variável que deve ser objeto de preocupações dos planejadores. Constitui, juntamente com a qualidade de vida urbana, um dos pontos essenciais a ser tratado, porque trabalha com a permanência. À efemeridade das relações de alienação da vida cotidiana, resta contrapor a construção da obra social que cada sociedade é capaz de conceber (PIMENTA, 2005, p. 55).

Nas intervenções nos centros urbanos devem-se avaliar fatores além da herança histórica e patrimonial. Segundo Vargas e Castilho (2015), são necessárias análises que compreendam seu caráter funcional, sua posição na estrutura urbana local, além da real necessidade de intervenção. Para as autoras, a recuperação dos centros está diretamente ligada com o resgate da história local e da sensação de pertencimento da comunidade local.

## **O centro de Florianópolis**

A cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, foi fundada oficialmente em 1726. O marco temporal corresponde ao ano em que a freguesia de Nossa Senhora do

Desterro foi elevada à categoria de vila. Pela sua posição estratégica, a ilha passou a ser ocupada militarmente a partir de 1738, com a criação de fortalezas. A imigração açoriana foi fundamental para a consolidação da vila do Desterro, tendo sido promovida pela coroa portuguesa ao longo do século XVIII. Suas influências culturais ainda hoje estão presentes na cidade de Florianópolis. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a cidade se desenvolveu lentamente, sendo marcada pela atividade agrícola e pela pesca. Já no século XIX, a vila foi elevada à cidade e, em 1823, virou capital da província de Santa Catarina. No século XX, com a chegada da industrialização e a construção da ponte Hercílio Luz, a cidade passou por um período de grande crescimento e modernização (VEIGA, 2010).

O centro da cidade, localizado na região entre as denominadas baías norte e sul, é o local primeiramente ocupado da cidade. Segundo Veiga (2010), pode-se notar que a ocupação foi condicionada pelo relevo acidentado e a presença dos corpos hídricos. Ainda, para a autora, a instalação do porto, da Igreja Matriz e da Praça XV de Novembro direcionou o crescimento do núcleo original.

Segundo Vaz (1991), as maiores transformações na paisagem do centro histórico ocorreram em dois períodos: um primeiro, onde a intensa atividade portuária era a principal característica; e um segundo, onde o crescimento urbano acelerou-se, em conjunto com o adensamento populacional, centralização dos serviços públicos e crescimento do setor terciário. Dessa forma, a área correspondente ao centro histórico foi a que recebeu maior impacto com o crescimento da cidade, tendo inúmeras alterações nas edificações e adensamento. Além disso, com o uso intensificado do centro histórico, seus principais espaços públicos sofreram diversas reformulações. O autor pontua que, com o grande crescimento no número de turistas, o centro passou a ter dois papéis distintos: “o centro da comunidade local e o centro do turismo” (VAZ, 1991, p. 54).

Segundo Reis (1993), a área central é ocupada por um tecido urbano contínuo, não homogêneo, onde os padrões espaciais refletem diferentes períodos históricos. O trabalho destaca que a malha central é o espaço mais integrado e conectado do centro. Ele possui a maior concentração de usos comerciais, de serviços e institucionais de toda a cidade. Ainda, segundo o autor,

A rede de espaços públicos conserva muito do traçado original: a estrutura original de ruas e praças mantém-se em grande parte inalterada. Inúmeras transformações aconteceram também ao longo do tempo: edificações e usos foram substituídos, lotes foram desmembrados e novamente lembrados, o centro expandiu-se

horizontalmente e grandes alterações viárias realizadas através de aterros sobre o mar modificaram sua forma original. Permanências e transformações que caracterizam um lugar que carrega boa parte da história da cidade no seu arranjo espacial (REIS, 1993, p. 2).

Pimenta (2005) destaca que o processo de ocupação urbana de Florianópolis, principalmente da área central, priorizou o sistema de circulação em detrimento da paisagem histórica. Aponta as mudanças ocorridas no centro histórico, que teve sua paisagem modificada pelas obras de circulação urbana e a permissividade de edificações altas.

Sobre a proteção do patrimônio histórico, nota-se que a atenção se voltou, principalmente, às edificações institucionais e monumentais. Vaz (1991) aponta que houve valorização de edifícios como a alfândega, o Palácio Cruz e Sousa e o Teatro Álvaro de Carvalho, além de outros edifícios considerados importantes para a história local, como a casa de Victor Meirelles. Esses edifícios tornaram-se centros culturais e museus, o que demonstra que a atenção de preservação se dá, principalmente, para as edificações que estão relacionadas a momentos históricos, sem preocupação específica com as edificações do conjunto que preservam as características da vida cotidiana do centro histórico.

## Metodologia

A metodologia do trabalho é baseada nas diversas leituras sobre o centro histórico de Florianópolis: pesquisa e mapeamento de dados censitários; pesquisa e mapeamento de usos do solo e caracterização das principais tipologias habitacionais existentes. Estes dados são cruzados com a apropriação e a copresença existentes na área.

Para a pesquisa e o mapeamento dos dados censitários, utilizou-se o banco de dados do Censo IBGE 2010. Foram utilizadas duas bases principais, as malhas territoriais (IBGE, 2023a) e os valores encontrados na base de informações do censo demográfico (IBGE, 2023b). Para o cálculo de densidade demográfica, utilizou-se o dado de domicílios particulares permanentes ou pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes. No caso do mapeamento de renda, foi utilizado o dado de valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento). Considerou-se o salário mínimo do ano do Censo de 2010, que era R\$ 510,00.

A etapa seguinte, de pesquisa e mapeamento de uso do solo, buscou uma análise da situação atual dos usos do solo no recorte. Dessa forma, os dados utilizados foram o uso do solo

por lotes, encontrado no acervo do Laboratório de Urbanismo da UFSC (LABORATÓRIO DE URBANISMO, 2023). O mapeamento permite uma leitura abrangente de onde está localizado o uso habitacional. Para as próximas etapas da pesquisa, observa-se a importância da verificação por edificações e pavimentos do uso do solo da área, aprofundando o estudo.

Em seguida, a partir de análises empíricas, verificaram-se as principais tipologias habitacionais da área. Nessa etapa, a análise foi realizada por observação, procedimento que será aperfeiçoado na continuidade da pesquisa. Por fim, houve a verificação da co-presença a partir do levantamento das condições de vitalidade existentes, através da observação da apropriação dos espaços públicos coletivos e também com a utilização de trabalhos precedentes (REIS, 1993; VAZ, 1991). As leituras permitiram o estabelecimento de correlações entre a presença de habitação, copresença e vitalidade urbana, tema central do trabalho.

A delimitação do recorte de análise procurou definir a fração territorial correspondente à área do centro histórico. Para a delimitação, consideraram-se diversos autores (ADAMS, 2002; REIS, 1993; VAZ, 1991; VEIGA, 2010), além da análise empírica das características encontradas, buscou-se um recorte homogêneo e específico sobre as características do centro histórico. Com o objetivo de compatibilizar os dados territoriais com os setores censitários do IBGE, a fração do centro histórico tem uma delimitação ligeiramente diferenciada daquela apresentada nos trabalhos pesquisados. A Figura 1 apresenta o recorte adotado para o presente estudo.

Figura 1 – Recorte adotado no estudo.



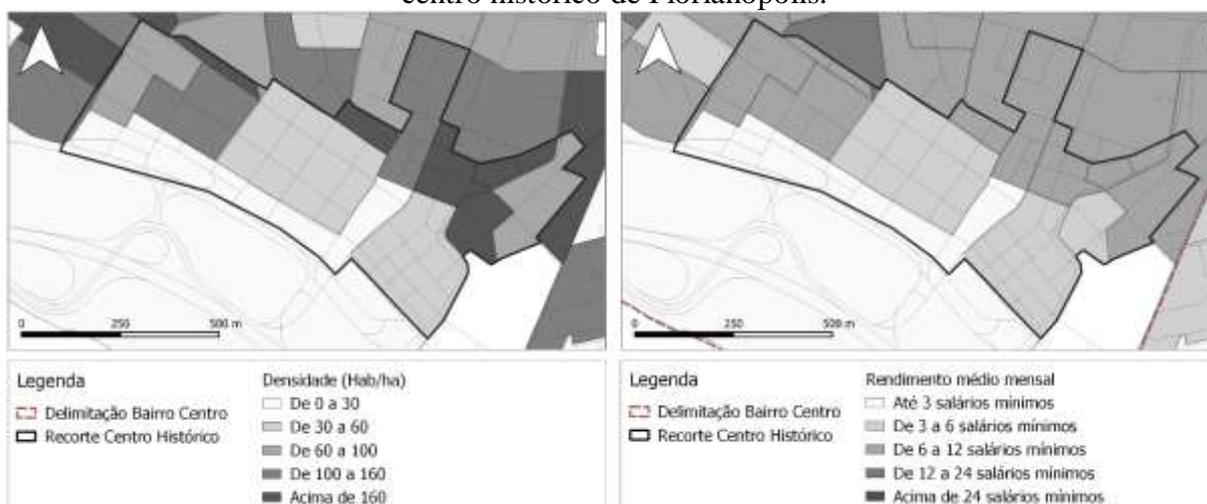
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Setor de Geoprocessamento (Prefeitura de Florianópolis, 2023) e base de dados Google Satélite.

## Habitação no centro histórico de Florianópolis

A habitação no centro de Florianópolis desempenha um papel essencial na vida urbana e no desenvolvimento da cidade, apesar do grande esvaziamento habitacional presente em algumas áreas. O centro possui grande importância histórica, comercial e cultural, participando ativamente nas dinâmicas urbanas. A presença de habitação é essencial para manter as características de vitalidade da área. Além disso, morar no centro oferece aos cidadãos uma série de benefícios, como acesso facilitado a serviços, comércio e transporte público.

A área correspondente ao centro histórico continua tendo relevância enquanto centro funcional e simbólico no tecido urbano. Além disso, possui diversos pontos que atraem usuários de toda a cidade, e também do estado de Santa Catarina. Na Figura 2, estão representados os mapas de densidade e renda média da área.

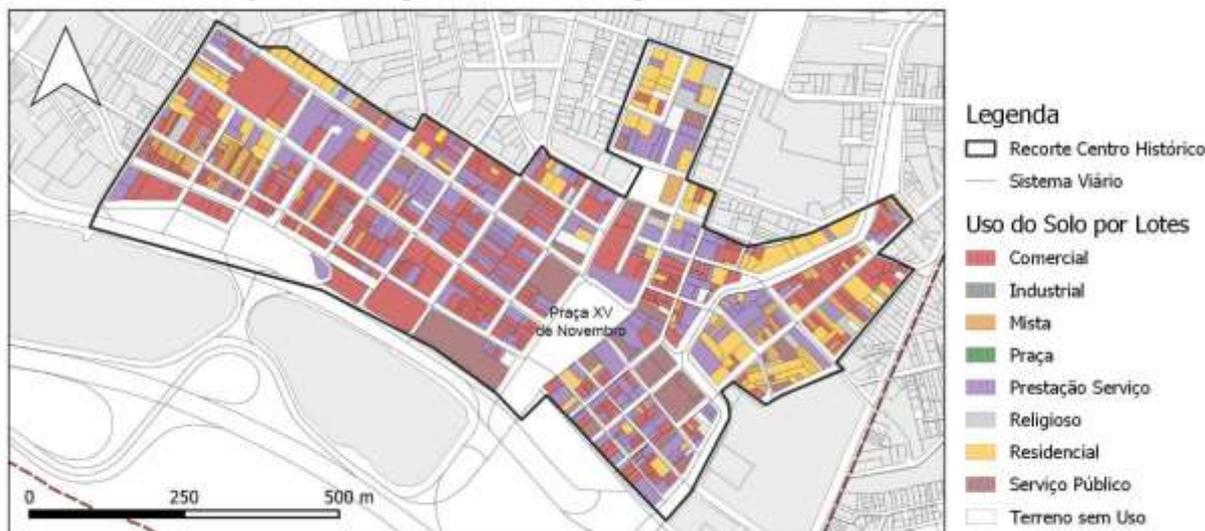
Figura 2 – Mapa de densidade populacional (hab/ha) e mapa de rendimento médio mensal do centro histórico de Florianópolis.



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados IBGE (2023a; 2023b).

Nota-se, a partir do mapa de densidade, que a maior parte da área possui densidade igual ou inferior a 60 habitantes por hectare. Apenas na parte superior direita, no trecho entre a avenida Hercílio Luz e a avenida Mauro Ramos, há uma densidade maior, que se caracteriza pela existência mais recente de edifícios em altura. Com relação à renda, nota-se a predominância de rendas menores, em comparação a outras áreas da cidade. O mapeamento de uso do solo por lotes está representado na Figura 3, a seguir.

Figura 3 – Mapa de uso do solo por lotes do centro histórico



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados LABURB (UFSC), 2023.

O recorte caracteriza-se pelo expressivo uso terciário. A partir do mapa, nota-se a presença substancial de usos, como comércio e serviços. Ainda, dado o caráter simbólico do centro, relativo ao papel da cidade como sede da capitania e posterior capital do estado de Santa Catarina, existe grande quantidade de edificações que abrigam usos institucionais e religiosos na área. Estão localizados no recorte alguns edifícios públicos e também museus, que atraem pessoas em horários comerciais. Além disso, no lado leste da Praça XV de Novembro, existe uma notável concentração de serviços de comércio e lazer (bares e restaurantes) que vêm se consolidando ao longo do tempo. Os estabelecimentos funcionam principalmente em horário noturno e trazem vitalidade para além dos horários comerciais. Além disso, no caso específico do recorte estudado, há fácil acesso pelo Terminal de Transporte Coletivo (Ticen).

Em seu estudo, Reis (1993) aponta que o centro reúne inúmeras pessoas cotidianamente, sendo um espaço heterogêneo e diverso. Entretanto, Reis (1993) aponta a desertificação nos horários não comerciais, devido à especialização terciária da área. Segundo o autor, “nos finais de semana, quando a maioria das atividades comerciais, de serviço e institucionais fecham as portas, ocorre uma acentuada redução do nível de copresença” (REIS, 1993, p. 102).

Nota-se a ausência de quantidade expressiva de uso habitacional, uma vez que os usos ligados ao setor terciário se apropriaram da maioria das edificações existentes. As tipologias habitacionais presentes correspondem, em grande parte, a edifícios em altura que comportam o uso multifamiliar. Em períodos anteriores, a área era configurada, majoritariamente, por construções de 2 pavimentos, que possuíam serviços ou comércio no térreo e habitação no

pavimento superior. Essa configuração tornava as dinâmicas mais próximas do espaço público das vias. No presente, com a habitação expulsa de grande parte dessas edificações, esse uso está, predominantemente, em edifícios verticais, que são minoria na área.

## Vitalidade no centro histórico de Florianópolis e sua relação com a habitação

No caso deste estudo, o processo de esvaziamento habitacional no centro é uma problemática já discutida por estudos anteriores. Além disso, há a percepção da ausência de vitalidade em determinados horários e períodos. Outra questão a ser apontada é o crescente aumento de imóveis ociosos, contribuindo ainda mais para esse fenômeno. Na imagem a seguir (Figura 4), é possível observar exemplos do esvaziamento em um domingo, quando o comércio permanece fechado, em comparação com dias de semana (terça pela manhã e sexta no período da tarde). Nitidamente, observa-se o movimento trazido pelo comércio, em comparação com a situação do final de semana.

Figura 4 – Imagens das ruas do centro em diferentes horários: domingo à tarde (superior e inferior à esquerda); terça de manhã (superior à direita) e sexta à tarde (inferior à direita)



Fonte: Acervo da autora, 2023.

As implicações da redução da quantidade de habitação envolvem a desertificação da área nos horários não comerciais, que afetam diretamente as condições de vitalidade urbana local. O centro se torna um espaço limitado à passagem e atividades temporárias, o que contribui para a situação de degradação e insegurança. Esta realidade é decorrente de um processo gradativo, ocorrido, principalmente, a partir da década de 1950, que traz profundas consequências para o presente da cidade.

O que acontece no centro histórico de Florianópolis é uma realidade que se repete na grande maioria das cidades latino-americanas. A perda de vitalidade e o empobrecimento da vida urbana são características evidentes de uma área em que não existem mais moradores. A habitação nos centros desempenha um papel fundamental na configuração do ambiente urbano. A presença de moradias oferece diversas vantagens, como acesso facilitado a comércio e serviços, usos institucionais, culturais e transporte público. No entanto, a disponibilidade limitada e os altos custos imobiliários podem criar barreiras significativas para a existência de habitação nesses espaços. Neste contexto, é essencial explorar as políticas de habitação e as iniciativas de planejamento urbano que visam garantir um ambiente urbano inclusivo, sustentável e com vitalidade urbana.

## **Considerações finais**

Os centros históricos são espaços em constante transformação, que sofrem de maneira direta implicações das dinâmicas econômicas e sociais produtoras do espaço urbano na escala global e local. Uma dessas consequências é a expulsão da habitação, que resulta em problemas sociais e urbanos para esses espaços. No caso específico da área de estudo, o fenômeno vem ocorrendo há décadas, o que reforça que as atuais políticas habitacionais não estão tratando dessa questão. Para as cidades, é essencial que seus espaços públicos possuam vitalidade, a concentração de pessoas e o uso habitacional garantem essa condição.

Os processos que acontecem no centro histórico de Florianópolis fazem parte de uma realidade presente na grande maioria das cidades latino-americanas. A habitação em espaços centrais desempenha papel fundamental na configuração do ambiente urbano e na garantia do direito à cidade. No entanto, existem barreiras significativas para a existência de habitação nesses espaços, como a especulação imobiliária, ociosidade de imóveis e especialização terciária. Refletindo uma realidade bastante problemática de nossas cidades, expressa uma temática de grande importância, passo fundamental para o estabelecimento de políticas públicas

no sentido do resgate de padrões de urbanidade hoje bastante prejudicados. Dessa forma, é essencial explorar as políticas de habitação e as iniciativas de planejamento urbano que visam garantir um ambiente urbano inclusivo, sustentável e com vitalidade urbana.

Esta pesquisa reuniu informações acerca da presença de habitação no centro histórico de Florianópolis, refletindo também sobre as implicações do esvaziamento de moradias ocorrido nas últimas décadas em função do crescimento exponencial das atividades de comércio e serviços. Trata-se de uma aproximação inicial, cujos fundamentos, métodos e leituras empíricas ainda se encontram em construção. Nesse sentido, a continuidade do trabalho pressupõe aprofundamentos empíricos e conceituais, no sentido de caracterizar adequadamente as tipologias habitacionais e sua relação com os diversos ambientes urbanos existentes nesta porção da cidade.

## Referências

- ADAMS, B. **Preservação Urbana: gestão e resgate de uma história**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002. 192p.
- BÓGUS, L. M. M.; SOUSA, A. M. L. de. Habitação em centros históricos: um desafio à integração das políticas públicas. **Cadernos MetrÓpole**, v. 18, n. 37, p. 845-861, dez. 2016.
- BORDE, A. de L. P.; SAMPAIO, A. da R. Políticas urbanas e patrimônio cultural: paradoxos e diálogos na área urbana central do Rio de Janeiro. In: VAZ, L. F.; REZENDE, V. F.; MACHADO, D. P. **Centros urbanos: transformações e permanências**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Casa 8/PROURB, 2012. p. 91-114.
- FARRET, R. L. Prefácio da primeira edição. In: VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. DE. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 3a. ed. Barueri: Manole, 2006.
- HOLANDA, F. de. Uma ponte para a urbanidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, p. 59-76, maio de 2002.
- IBGE. **Malhas Territoriais**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais.html>>. Acesso em: 3 maio, 2023a.
- IBGE. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2023b.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- LABORATÓRIO DE URBANISMO. **Acervo Laburb**. Disponível em: <<https://laburb.paginas.ufsc.br/organizacao-e-catalogacao-da-producao-tecnica-do-laburb/>>. Acesso em: 2 mar. 2023.
- PIMENTA, M. de C. A. **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.
- PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS. **Mapas para download**. Disponível em: <<https://www.pmf.sc.gov.br/entidades/geo/index.php?cms=mapas+para+download>>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- REIS, A. F. **Forma e apropriação dos lugares públicos: um estudo sintático do centro de Florianópolis-SC**. 1993. Universidade de Brasília, Brasília, 1993.
- SALCEDO, R. F. B. **A reabilitação da residência nos centros históricos da América Latina: Cusco (Peru) e Ouro Preto (Brasil)**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- TENORIO, G. de S. **Ao desocupado em cima da ponte: Brasília, Arquitetura e Vida Pública**. 2012. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- VALLEJO, J. L. A cidade não é seus edifícios: Complexidade urbana e revitalização sustentável de centros históricos da América Latina. In: MOSTAFAVI, M.; DOHERTY, G.; CORREIA, M.; CALISTO, A. M. D.; VALENZUELO, L. **Urbanismo ecológico na América Latina**. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 2019, p. 276-280.

VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. de. **Intervenções em centros urbanos:** objetivos, estratégias e resultados. 3a. ed. Barueri: Manole, 2015.

VAZ, N. P. **O centro histórico de Florianópolis:** espaço público do ritual. Florianópolis: FCC Ed./Ed. da UFSC, 1991.

VEIGA, E. V. da. **Florianópolis:** memória urbana. 3a. ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

Recebido em 29 de junho de 2023 | Aceito em 07 de novembro de 2023



Esta obra está licenciada  
conforme Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

---

**Dossiê: Patrimônio em tempos de crise**

V 12 | n 23 | jul-dez 2023

---

## De “Ilha da Magia” à “Ilha do Silício”: Patrimônio e narrativas em conflito no Centro Histórico de Florianópolis

**Alexandre José Krause**

---



**Edição eletrônica**

URL: [NAUI – Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://nau.ufsc.br)

ISSN: 2558 - 2448

**Organização**

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

**Referência Bibliográfica**

KRAUSE, Alexandre José. De “Ilha da Magia” à “Ilha do Silício”: Patrimônio e narrativas em conflito no Centro Histórico de Florianópolis. Cadernos Nau: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 184-205, jul-dez 2023. Semestral.

---

© NAUI

# De “Ilha da Magia” à “Ilha do Silício”: Patrimônio e narrativas em conflito no Centro Histórico de Florianópolis

Alexandre José Krause<sup>1</sup>

## Resumo

Este artigo pretende identificar espaços da ordem em disputa no Centro Histórico de Florianópolis e analisar criticamente qual a relação desse patrimônio material com discursos de poder; problematizar as posturas e as recentes intervenções do poder público que objetivam uma nova identidade para o Centro; reconhecer a articulação de uma infraestrutura crítica e polemizar a sua influência na opinião pública e nas decisões políticas incidentes nesta área central.

**Palavras-chave:** Florianópolis, patrimônio urbano, infraestrutura crítica.

# From “Magic Island” to “Silicon Island”: Heritage and conflicting narratives in the Historic District of Florianópolis

## Abstract

This article aims to identify spaces of order in dispute in the Historic District of Florianópolis and critically analyze the relationship between this material heritage and discourses of power; problematize the stances and recent interventions of public authorities that aim for a new identity for this District; recognize the articulation of a critical infrastructure and debate its influence on public opinion and political decisions in this central area.

**Keywords:** Florianópolis, urban heritage, critical infrastructure.

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (PósArq-Ufsc). E-mail: alexandre-krause@hotmail.com

## Introdução: Florianópolis, ilha de identidades

Florianópolis, capital de Santa Catarina, é uma cidade com população estimada de 537.211 habitantes (IBGE, 2022) e com *status* de metrópole regional desde 2018 (IBGE, 2020). A antiga Nossa Senhora do Desterro é conhecida como a “Ilha da Magia”, título ostentado desde os anos 1980 e é muito lembrada por suas paisagens naturais e urbanas icônicas, a exemplo da famosa Ponte Hercílio Luz, construção em ferro do início do século XX que conecta a Ilha de Santa Catarina à porção continental de Florianópolis. Desde 2014, é também uma Cidade Criativa em Gastronomia da Unesco e, mais recentemente – desde 2019 –, é considerada e oficialmente reconhecida como uma Cidade Criativa (TISHER & TAROUÇO, 2022). A “Ilha da Magia”, não mais satisfeita apenas com esta identidade, pretende se firmar agora como uma ilha de criatividade, tecnologia e diversidade, uma espécie de “Ilha do Silício”.

De maneira síncrona, tal postura pode ser observada também na região central da ilha, no coração histórico da capital catarinense que, diante da demanda de uma narrativa inovadora, também objetiva o seu reconhecimento para além de sua historicidade. Sendo assim, o Centro Histórico passa a incorporar uma nova identidade, o Centro Sapiens, proposta de 2015 que incorpora a revitalização da porção leste do Centro através de uma economia criativa, inovadora e autossustentável (FIORIN *et al.*, 2022). Este novo Centro pressupõe novos usos, espaços e atividades, novas possibilidades de vivências urbanas que conflitam com a imagem de abandono e degradação deflagrada pela opinião e poder públicos e que justifica os “re” que acompanham a região na última década: o início da revitalização do Centro Histórico através do Centro Sapiens e da Feira Permanente Viva a Cidade, de 2011 (PERTILE PERINI *et al.*, 2018), a requalificação da rua Vidal Ramos, de 2012, a reforma do Mercado Público, de 2015, e, mais recentemente, a renovação do Largo da Alfândega, de 2020, são algumas das intervenções que caminham ao lado das novas demandas narrativas não só do Centro Histórico, mas da cidade de Florianópolis como um todo. Espaços antes caracterizados pela experiência do cotidiano têm sua forma e uso alterados em prol de uma nova experiência de inovação, um vislumbre do futuro que a “Ilha do Silício” quer mostrar ser capaz de sediar.

A partir do exposto, questiona-se: na busca por essa paisagem dos sonhos e do futuro, qual a relação entre a imagem que a cidade de Florianópolis pretende e a experiência de quem vive e convive em seus espaços, sobretudo na área central? De que maneira o patrimônio do

Centro Histórico e seus espaços de ordem são reconhecidos e incorporados nas novas demandas de narrativa em curso? E para seus usuários, então, como se dá esta relação, isto é, quais são as disputas presentes nesses espaços? Quais são os interesses velados por um novo discurso promovido pelo poder público e patrocinado pela iniciativa privada? E o que nos dizem as posturas dos poderes e dos representantes públicos nesse contexto? Tais posturas qualificam a imagem inovadora pretendida pela cidade? E a opinião pública, sobretudo a que se constrói através dos principais meios de comunicação da atualidade (perfis em redes sociais, grupos de mensagens, veículos de comunicação de grande alcance etc.), está alinhada com essa nova narrativa? Que tipo de paisagem é imaginada através das opiniões publicadas em mídias de grande alcance local e regional? Essas paisagens dos sonhos contemplam todas as identidades e toda a complexidade social presentes na área central de Florianópolis?

Sendo assim, este artigo objetiva: identificar espaços da ordem em disputa no Centro Histórico de Florianópolis e analisar criticamente qual a relação desse patrimônio material com discursos de poder; problematizar as posturas e as recentes intervenções do poder público que objetivam uma nova identidade para o Centro; reconhecer a articulação de uma infraestrutura crítica e polemizar a sua influência na opinião pública e nas decisões políticas incidentes nesta área central. Os temas e discussões propostos nesse artigo se originam através de uma atividade pedagógica de caminhada antropológica, feita com base na metodologia proposta pelo antropólogo José Magnani através de experiência de caminhada similar em Curitiba (MAGNANI, 2009). Incorpora-se a este método e à experiência da atividade pedagógica uma pesquisa bibliográfica acerca do histórico da cidade de Florianópolis, intervenções recentes em sua região central e de autores que discorrem sobre os conceitos e fenômenos observados. Então, o artigo se propõe a discutir o que se observa através desta caminhada em um tempo específico, isto é, no tempo em que ela acontece, em maio de 2023, e relacionar as dinâmicas urbanas registradas com o histórico recente de intervenções e narrativas atribuídas ao Centro, reconhecendo tais dinâmicas enquanto produtos de processos de afirmação de identidade que se estendem na cidade há décadas e que possivelmente continuarão a pavimentar o caminho do futuro imaginado para a cidade de Florianópolis. A isso, soma-se também a investigação de artigos em forma de notícias ou opiniões em fontes secundárias como sites e, quando convém, perfis em redes sociais.

## Em busca da ordem: novas narrativas

A escadaria da Catedral Metropolitana de Florianópolis, dedicada à Nossa Senhora do Desterro, é o ponto de encontro dos observadores do dia. Límpido, o céu azul enquadra o cenário daquela tarde de 18 de maio. Estava muito ansioso por esse passeio, tenho grande gosto pela atividade de caminhada e de observação pela cidade. Logo que chego, sento-me em um dos degraus da escadaria. Em minha frente, situa-se a Praça XV de Novembro, cujo atual nome homenageia o dia da Proclamação da República do Brasil. Antes de ter seu nome vinculado à data nacional, já foi chamada de Praça do Barão da Laguna e também de Largo da Matriz ou Largo do Palácio – a proximidade com as construções adjacentes era a referência inicial daqueles jardins. Ao meu lado direito, o antigo Palácio do Governador, hoje Palácio Cruz e Sousa, sede do Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC). Um palácio rosado, ornamentado, imponente – lembro-me das aulas de arquitetura brasileira na graduação sobre o processo de ecletização de algumas construções do período colonial, caso do atual museu. Ainda no lado direito, observo a cor rosa do palácio contrastar com um volume bege, ambos separados pela rua. Assim como a arquitetura eclética representou um “novo tempo” para o palácio, as arquiteturas da modernidade também o fizeram para as cidades do Estado Novo. Vários exemplares das linguagens da modernidade podem ser apreciados no Centro e um deles é o edifício das Secretarias, construído por volta de 1950 e elaborado como uma arquitetura clássica modernizada que faz alusão a elementos da arquitetura neoclássica (VIANA, 2008, p. 42).

Ainda sobre modernidades, logo ao lado do citado prédio público estrutura-se uma caixa de vidro de oito andares. Antes dela, duas edificações coloniais exibiam suas fachadas para a rua, ambas demolidas. É como se tivessem construído uma grande “penteadeira” com um (nada discreto) espelho para que a catedral pudesse “se olhar” e reafirmar a beleza de sua arquitetura. Seus oito andares zelam por um total de 256 vagas automobilísticas ao preço de R\$ 7 por hora, R\$ 35 por dia ou, se o carro for mensalista, R\$ 400 (G1, 2015). O Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC) até tentou embargar a obra através de uma ação civil pública por improbidade administrativa, mas a caixa de vidro era muito moderna e já estava com as obras irreversivelmente avançadas para ser descartada. Aliás, o promotor da época pontuou que “o edifício-garagem está localizado ao lado da catedral, um prédio histórico”, e que sua fachada “reflete luz e oferece risco à antiga igreja e é contra a legislação” (*ibid.*, 2015).

Figura 1 – Prédio colonial anterior à construção do edifício-garagem, ao lado do prédio da direita. Imagem da década de 1960.



Fonte: Biblioteca Pública de Santa Catarina<sup>2</sup>, 2020.

Nem a ação civil e nem a palavra técnica do promotor impediram a inauguração do “sistema inovador e totalmente robotizado” (NDMais, 2012) aberto 24 horas por dia, pois convém lembrar que seus 19 trabalhadores-robôs não dormem e não reclamam nenhum direito trabalhista. Em resposta oficial, a empresa informou que o edifício-garagem “segue rigorosamente todas as determinações contratuais, legais e de posturas” e que a oferta de mais vagas de estacionamento no Centro “facilitará o fluxo no centro da cidade, ajudando a atrair mais consumidores e a movimentar a economia” (G1, 2015). Além de ser “inovador, o prédio tem selo verde de sustentabilidade”, garantido por meio da reutilização da água da chuva, sistema de regeneração de energia e luz natural propiciada por vidros e claraboia. Seu criador enfatiza que a garagem “é o único sistema no mundo que funciona desta forma” e que “por isso, foi patenteado por ele” (NDMais, 2012). Depois de seis anos de pleno funcionamento, as “gavetas” da penteadeira já não estavam acomodando tantos veículos. O “mais moderno edifício-garagem do Brasil não resistiu ao baixo movimento” (FLORIPA CENTRO, 2021) e fechou. Mas quem é que tem acesso ao estacionamento robotizado ou aos automóveis? Ou então

<sup>2</sup> Imagem extraída da publicação “Catálogo de Jornais Catarinenses 1831 – 2019 – Volume 1”, realizada pela Biblioteca Pública de Santa Catarina. Disponível em: <<https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/biblioteca/acervo/22595-publicacoes-bpsc>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ao módico valor diário de R\$ 35 (em 2015) para salvaguardar o bem precioso de quatro rodas? Lembrando que “a olhada no espelho” é gratuita, assim como foi a estadia e pernoite na marquise, atualmente fechada com tapumes para impedir qualquer possibilidade de permanência. Continuo sentado na escadaria e observo o lado esquerdo da paisagem, as fachadas em direção ao centro-leste. Vejo o prédio que sedia a agência do Banco do Brasil e, motivado pela sombra impressa na fachada modernista, decido fazer uma fotografia (ver Figura 2), que registra como a emblemática torre da igreja se projeta na paisagem em meio às torres ao seu redor.

Figura 2 – Primeiro registro fotográfico do passeio, feito na escadaria da Catedral.



Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

Ao deslocar o olhar em direção à água do mar, vejo outras fachadas de construções com menos andares. Uma dessas fachadas faz parte da coleção de “objetos de desejo” (NDMais, 2023A) do prefeito *TikToker*<sup>3</sup>: “Topázio Neto (PSD) retomou as conversas com a direção dos Correios, iniciadas ainda na gestão federal anterior, sobre uma possível compra do imóvel onde

<sup>3</sup> Expressão vinculada ao prefeito em exercício (desde 2022) de Florianópolis, Topázio Neto (Partido Social Democrático – PSD), e aqui confirmada pelo jornalista Upiara Boschi (BOSCHI, 2023). Explica-se pela grande popularidade que o gestor municipal tem na plataforma social TikTok.

funcionou a agência central, na Praça XV”, diz a matéria, mencionando também o interesse do município “em assumir a antiga sede do Procon SC, na rua Vitor Meireles, que foi descartada pela Polícia Civil”. Ainda de acordo com a notícia, “os dois prédios são considerados estratégicos para a humanização da área, que faz parte do projeto de revitalização do Centro Histórico” (*ibid.*, 2023A). Assim como o prédio das Secretarias, o dos Correios é outro exemplar das linguagens da modernidade de Florianópolis e mais um integrante da diversificada coleção de objetos de desejo do Topázio prefeito. Em meio aos olhares curiosos dos passantes, fico a imaginar o que eles devem pensar ao ver grupos como o nosso: será que são turistas? Será que são estrangeiros? Será que vão fazer bagunça? Grupos de pessoas em espaços públicos sempre chamam alguma atenção. É como se fosse um pequeno ruído, tanto na paisagem como no fluxo dos pedestres – um ruído à ordem. No mesmo espaço, outros tipos de ruídos já foram ouvidos: exatamente ali perto do palácio rosado, do edifício das Secretarias e do edifício-garagem com contrato descontinuado, podiam se ouvir sons vindos de cabras, galinhas, cavalos e até mesmo porcos, conforme nos lembra a arquiteta historiadora Eliane Veras (1993). Naquela época, o uso de meia porta era comum, pois ao fim do dia os animais entravam correndo da rua direto para o quintal nos fundos das casas. Tal prática, “que imprimia à paisagem urbana uma aparência primitiva e rural, só se extinguiu quando as posturas proibiram (1880), e os animais foram desaparecendo dos largos” (VEIGA, 1993, p. 184). Mas que posturas? Qual é a ordem que essas posturas miravam, afinal? E nos dias de hoje?

Essa busca pela ordem, conforme nos elucidava o antropólogo argentino Nestor Garcia Canclini, pode ser identificada através de “operações de ritualização cultural”, fundamentais “para que as tradições sirvam hoje de legitimação para aqueles que as construíram ou se apropriaram delas” (CANCLINI, 2003, p. 161). O autor nos lembra que o patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado em comemorações, monumentos e museus, e tal encenação “é o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual deveríamos atuar hoje” (*ibid.*, p. 162). Então, o que se define como patrimônio e identidade pretende ser o reflexo fiel da essência nacional: “celebra-se o patrimônio histórico constituído pelos acontecimentos fundadores, os heróis que os protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam”, e assim enraízam-se os ritos legítimos “que encenam o desejo de repetição e perpetuação de ordem” (*ibid.*, p. 163). No culto às posturas e à ordem, esse patrimônio é ritualizado como originário e definitivo da nação e, nesse sentido, lugares

históricos e praças, palácios e igrejas servem de palco para representar o destino nacional, traçado desde a origem dos tempos. Os políticos e sacerdotes, conforme Canclini, são os intérpretes vicários desse drama. Para além deles: o Largo da Matriz e a Catedral Metropolitana; o Palácio do Governador ao lado da antiga praça do Barão da Laguna, atual XV de Novembro; a homenagem simbólica ao desterrense Fernando Machado de Sousa, na praça que leva seu nome, logo abaixo da outra praça que nos lembra o feriado nacional. Apenas alguns dos intérpretes que protagonizam o culto às posturas e às ordens que evocam o rito nacional. É através deste raciocínio que Canclini nos esclarece quais são as relações indispensáveis da modernidade que ignizam a máquina de ritualização cultural dos novos tempos – em especial, a relação com o passado.

### **Entre propostas, posturas e pessoas: conflitos do Centro Histórico**

Começamos então o deslocamento antropológico. Vamos caminhando pela calçada estreita que se junta a uma parte do adro religioso. Atravessamos a rua e passamos perto dos hóspedes da marquise do edifício-garagem, pessoas em situação de rua. Aliás, ao revisar este ensaio, fiquei pensando se o grupo foi atendido pela “ação emergencial de abrigo no frio intenso” promovida pela Secretaria de Assistência Social de Florianópolis no último 18 de junho, em que “foram abordadas 69 pessoas em situação de rua, sendo 54 homens e 15 mulheres”. Do total, quatro pessoas aceitam a mão do Estado e “65 recusam abrigo contra o frio em Florianópolis”, conforme destaca o título da manchete do portal NDMais (2023B). Começo a observar o culto à ordem e às posturas através de seus intérpretes que são eternizados nas placas de identificação das ruas. O grupo sobe parte da rua Arcipreste Paiva, conhecido padre desterrense do século XIX, e então segue pela rua Vidal Ramos, político lageano muito influente no século seguinte. No passo lento em descida, comentamos sobre um novo local que movimentava os cafés e lanchonetes franqueadas da rua em questão: trata-se de uma escola privada de ensino médio, integrante de uma rede de ensino conhecida por oferecer cursos de preparo para vestibular. Antes de sediar o uso colegial, o edifício de linguagem eclética foi palco de projeções e cheiro de pipoca com o Cine Ritz, fechado na década de 1990. Quando chegamos em sua parte plana, exatamente no cruzamento com a rua Trajano – nome em homenagem a Trajano Augusto de Carvalho, marinheiro e engenheiro naval desterrense – olhamos a Vidal Ramos em subida e enxergamos no seu fim uma parte da igreja. Nesta esquina,

chama a atenção uma construção não só pela sua beleza, mas também por ser um dos poucos prédios da rua que mantém o recuo original em relação à via. As esquadrias vermelhas exaltam a proposta da Casa Frisson, estabelecimento ali inaugurado no fim de 2022:

Em um casarão centenário que exala imponência e volúpia, na rua mais charmosa da cidade, nossa Casa abre suas portas num ambiente de aura cênica, envolta do veludo vermelho dos teatros e com um telefone chiquíssimo que promete tocar durante a noite para causar aquele frisson. (FRISSON, 2022).

Figura 3 – Registro fotográfico na esquina da rua Vidal Ramos com a rua Trajano, Carnaval de 2023.



Fonte: Casa Frisson, 2023. Disponível em:  
<<https://www.instagram.com/p/CpyXEnQvtlt/>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

A figura acima enquadra o Carnaval de Florianópolis em fevereiro de 2023: de acordo com informações oficiais, cerca de 1,5 milhão de foliões aproveitaram aqueles dias (NDMais, 2023C). A propósito, neste Carnaval também se notou a frequente presença da polícia e de todo seu aparato militar – de carros a cavalos e cercas metálicas – em todas essas vias do cotidiano e da ordem que, naquele fevereiro, estavam tomadas pelos ruídos e músicas dos foliões. No início das festividades, em postura “arbitrária, a Prefeitura de Florianópolis acionou a Polícia

Militar para fechar os bares da cidade e retirar as pessoas das ruas à meia-noite, em pleno Carnaval, numa espécie de toque de recolher”. O relato é da vereadora em exercício Carla Ayres (Partido dos Trabalhadores – PT) que, através de um formulário eletrônico<sup>4</sup>, buscou reunir possíveis denúncias de violência policial ao longo dos dias de folia. Esse fato me faz recordar que uma semana antes de divulgar o canal de denúncias, Ayres marcava presença em um ato que ocorrera em frente à escadaria da igreja matriz, ali próximo da Praça XV de Novembro onde nosso grupo estava reunido aguardando o início do passeio antropológico. Na manhã de 11 de fevereiro, a vereadora se juntou aos munícipes em manifestação contra a nomeação de Rafael Nogueira para a presidência da Fundação Catarinense de Cultura (FCC), oficializada pelo governador Jorginho Mello (Partido Liberal – PL), no início do mesmo mês. “A cultura catarinense merece respeito!”, escreveu Ayres em seu perfil oficial<sup>5</sup>. Nogueira “presidiu a Biblioteca Nacional durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro e, recentemente, havia ocupado cargo no gabinete da deputada federal Caroline de Toni”, informa a notícia do Correio de Santa Catarina (2023), pontuando que “ele também é considerado um adepto à filosofia de Olavo de Carvalho<sup>6</sup>”. O perfil conservador do novo representante repercutiu tanto quanto a sua postura em relação ao Carnaval: em 2018, escreveu no Twitter que considera o Carnaval uma “bela m...” e, em 2013, também registrou em seu perfil “que estava feliz por não estar no Brasil nessa época em que o País se torna ‘uma cloaca fedida’, associando o aumento de casos de doenças sexualmente transmissíveis à festa popular” (CORREIO, 2023A). Em dezembro de 2022, a poucos metros do Largo da Matriz, outra demonstração da postura de uma figura pública foi registrada oficialmente na Câmara de Vereadores de Florianópolis. Em plena sessão oficial, a mesma vereadora Carla Ayres dos relatos anteriores é assediada por outro político homem, Marquinhos (Partido Social Cristão – PSC). A postura criminosa do vereador (pasmem, ainda em exercício) aconteceu no mesmo dia em que os parlamentares votavam em favor da criação da Procuradoria da Mulher na Câmara Municipal. Nos espaços desta cidade que propõem a

---

<sup>4</sup> O formulário em questão foi divulgado pela própria vereadora em suas redes sociais. Até o envio deste trabalho, em 22 de junho de 2023, o formulário ainda se encontrava aberto para preenchimento. Disponível em: <<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdp6tjXFyxzH9u9NyG4rVqiaK1sE06bjs9a29g7UIE374IjDA/viewform>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

<sup>5</sup> A vereadora divulgou um vídeo da manifestação em seu perfil oficial na rede social Twitter. Disponível em: <<https://twitter.com/carlaayres/status/1624419217775771648>>. Acesso em: 15 jun. 2023.

<sup>6</sup> Danner e Danner (2022) esclarecem que Olavo de Carvalho é amplamente reconhecido como uma figura que reproduz pensamentos e posturas de extrema direita, baseando-se em uma filosofia radical de crítica e de contraposição à modernidade, à ciência e aos intelectuais públicos. Para mais informações, consultar a obra citada.

evocação de uma ordem, na cidade que busca uma identidade criativa e inovadora, coexistem posturas em conflito, seja através de manifestações pela busca de direitos, seja pela atitude criminosa e deliberada de um representante público em exercício.

Depois de recordar essas cenas do meu passado recente, atravesso a rua junto dos colegas para continuar a caminhada. Estabelecimentos diversos ocupam o restante da rua Vidal Ramos: Kopenhagen (marca brasileira de chocolates com sede em Minas Gerais), The Coffee (franquia brasileira de cafeterias inspirada em variações nipônicas, originária da cidade de São Paulo), Keko (pastelaria local) e Deli (cafeteria local) são alguns dos espaços que, junto de outros comércios como lojas de roupas, utilidades e chaveiro, caracterizam aquela movimentada via. Comentávamos neste momento que o fenômeno gastronômico pode ter sido influenciado mais recentemente pela presença do cursinho pré-vestibular. Assim se apresenta a rua Vidal Ramos, marcada pelo projeto de requalificação que conferiu à via a atual paisagem e novas dinâmicas urbanas a partir de 2012. Um pouco mais à frente, outro espaço da ordem: a Igreja São Francisco. Dentro dela, alguns fiéis rezavam e outros se mantinham fiéis ao seu momento de descanso, todos sentados nos bancos. Ao sair da igreja, observo produtos artesanais indígenas na calçada, desde cestos até folhas secas e colares com motivos tribais.

Figura 4 – Registro fotográfico na Igreja São Francisco.



Fonte: Elaborada pelo autor, 2023.

O grupo de estudantes segue o percurso agora pela rua Conselheiro Mafra, em lembrança de Manoel da Silva Mafra, jurista, jornalista e escritor natural de Desterro, nascido em 1831. Esta via, se feita caminhada em linha reta no sentido do centro-leste (contrário à nossa atividade), desembocará no início da rua João Pinto, muito mencionada nos últimos anos em notícias locais por contemplar sucessivos e polêmicos projetos de intervenção urbana. A “revitalização é o resultado de um somatório de forças entre voluntários, associações e empresas da cidade”, destaca a matéria do NDMais (2023D): neste mês de junho, as fachadas estão sendo limpas, as pichações, cobertas e as paredes estão recebendo novas cores. Todas essas posturas de limpeza urbana estão sendo executadas pelos voluntários da Associação dos Condomínios Garantidos do Brasil, organização não-governamental com sede em Curitiba. Em seu manifesto oficial, a ONG destaca que trabalha em prol de “uma cidade mais bonita, mais agradável e melhor para todos nós”. Tais objetivos são cumpridos com “a manutenção de calçadas, a limpeza e a pintura de áreas degradadas, o plantio de flores e grama, a poda de arbustos, além de ações socioeducativas que conscientizam a população”. O foco da organização está nas áreas que “precisam de revitalização”, pois a intervenção dos voluntários nessas áreas garante que “que os cidadãos possam interagir socialmente com qualidade, o que com certeza garante uma sociedade mais saudável para todos”. As ações também contam com o apoio da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) de Florianópolis, que promove em parceria com a ACGB o “Mutirão Voluntário de Limpeza e Amor à Cidade”.

Chegamos agora na entrada do Mercado Público. Uma colega da turma me conta, neste momento, que ela e sua família frequentavam aquele espaço antes preenchido com rodas de samba, barraquinhas de comidas e bebidas e luz natural, pois o ambiente ainda não era coberto e tampouco tinha a quantidade de mesas dispostas do modo como se vê hoje. Eu como pessoa não nativa e não frequentadora da ilha até a minha maior idade apenas imaginei aquela sensação que surgiu quando a colega me contou o caso. O mercado que antes abrigava o comércio popular é, por meio da reforma de 2015, alçado “para outra categoria comercial, mais requintada, simulando uma praça de alimentação de shopping center no seu novo pátio coberto e nas suas duas alas laterais, resguardando as bancas de produtos *gourmet* com serviços padronizados” (FIORIN *et al.*, 2022, p. 127). A propósito, Alícia Castells destaca que o antigo pátio aberto e público do mercado “virou praça de alimentação dos *shoppings centers*, com movimento em todos eles e público bastante heterogêneo, mas sempre monitorado, impondo as regras do

privado no que aparenta ser público” (CASTELLS, 2018, p. 44). Um espaço singular antes caracterizado pela sociabilidade e pelas experiências do cotidiano é ressignificado para um novo espaço de ordem, através de proposta que contempla a demanda de narrativa inovadora e criativa em curso na cidade de Florianópolis e que também se mostra presente e influente no patrimônio que a caracteriza.

Estudantes, arquitetos, pessoas em situação de rua, fiéis da igreja, políticos influentes, foliões, policiais, representantes oficiais, turistas, estrangeiros, indígenas, artistas, entre muitos outros e outras. Variadas identidades. Sobre elas, o sociólogo Stuart Hall argumenta que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2006, p. 7). A “crise de identidade”, conforme define Hall, “é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”. Os locais de ordem e de posturas – a Catedral Metropolitana, a Praça XV de Novembro, o Palácio do Governador – já não evocam mais o rito nacional como antes e também não representam todas as identidades da pós-modernidade; para além disso, o patrimônio urbano é incorporado em discursos de poder e é ressignificado através de narrativas e posturas em conflito. Assim como Canclini, Hall também enxerga uma ritualização na ideia de culturas nacionais

compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. (*ibid.*, p. 50).

Esse discurso molda identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro, construindo narrativas de culturas nacionais que se voltam para o passado, que recuam defensivamente para aquele “tempo perdido”, quando a nação era “grande” – restauram-se as identidades passadas (*ibid.*, p. 56).

A comemoração se torna uma prática compensatória: se não podemos competir com as tecnologias avançadas, celebremos nosso artesanato e técnicas antigas; se os paradigmas ideológicos modernos parecem inúteis para dar conta do presente e não surgem novos, reconsagramos os dogmas religiosos ou os cultos esotéricos que fundamentaram a vida antes da modernidade. (CANCLINI, 2003, p. 166).

Tantas identidades, tantos lugares, tantas arquiteturas. Esse conjunto que está fora da ordem, dos ritos e posturas é o que Sharon Zukin define como vernacular, isto é, uma construção social e visual que se opõe à paisagem dos poderosos (ZUKIN, 2000, p. 84). Em meio a uma ilha de identidades, busca-se firmar aquela que melhor traduz o que é vislumbrado na paisagem dos sonhos, que deve ser alcançada através de uma nova ordem sustentada por uma narrativa de criatividade, inovação e tecnologia. Nesta cidade que ainda busca sua identidade, também são diversas as disputas de identidades de quem nela habita, de quem nela pode experienciar o cotidiano e toda a sua complexidade. Depois de tantas observações sobre “cenas do vernáculo”, paramos para o papo final no café coberto com uma estrutura metálica curva chamativa, cuja formas vazadas estampadas na cobertura reproduzem o “formato das rendas de bilro, remetendo às tradições e fazeres do patrimônio imaterial de Santa Catarina” (IPHAN, 2020).

## **Dos conflitos à paisagem dos sonhos, em Florianópolis**

Neste momento, em grupo, discutimos sobre algumas considerações de cada um dos observadores. Em meio às conversas e cheiro de café, uma música ao vivo começa ali perto e mistura-se com o ruído do nosso papo em grupo e com o som dos skates sendo manipulados em manobras. A propósito, esse ruído não agradou em nada o *prefeito TikTok*, que utilizou seu perfil oficial no TikTok para criticar a postura dos skatistas. O atual prefeito não só desaprovou a prática de esportes na área como também censurou os esportistas com uma placa advertindo: proibido andar de skate. No vídeo, Topázio enaltece o recurso visual de proibição e convida o público alvo para uma conversa em busca de uma solução, digamos, menos interventiva (CORREIO, 2023B). Os skatistas que são proibidos de utilizar o espaço público do Largo da Alfândega são também peças fundamentais para o vídeo promocional que lança o slogan “Floripa, cidade criativa”, exibido em feiras, eventos e países do Mercosul (TISCHER e TAROUÇO, 2022): entre cenas de práticas de esportes de rua e competições como corridas, ciclismo, skate, esportes náuticos e radicais, além das paisagens materiais e naturais que compõem o patrimônio e a paisagem cultural de Florianópolis, busca-se apresentar a imagem de uma cidade que se reinventou e que, não por acaso, inicia uma nova trajetória narrativa que depende essencialmente daquilo que seu vídeo promocional cobiça, uma cidade inovadora, diversa, inclusiva, enfim, uma cidade criativa. A atividade de caminhada antropológica é aos poucos finalizada, o grupo se desfaz e aquele ruído das falas já não está mais presente no Largo

da Alfândega. Mas a cidade continua, e os outros ruídos também. Ao discutir sobre a relação entre o vernáculo e o *enobrecimento* – leia-se gentrificação – de espaços urbanos, Zukin confirma o que Canclini e Hall já haviam corroborado entre si, pois

Quer tomemos um ponto de vista histórico, quer tomemos um ponto de vista estrutural, a paisagem é claramente uma ordem social imposta ao ambiente – construído ou natural. Portanto, ela é sempre socialmente construída: é edificada em torno de instituições dominantes (a igreja, o latifúndio, a fábrica, a franquia corporativa) e ordenada pelo poder dessas instituições. (ZUKIN, 2000, p. 84).

A cidade pós-moderna oferece uma variada gama de culturas e identidades – em crise, como alertou Hall – prontas para serem reconhecidas e exploradas pelo setor privado. Sobre isso, Zukin elucida que “a paisagem material era mediada por um processo de apropriação cultural, e a história de sua criação foi subordinada ao consumo visual” (*ibid.*, p. 85). Nesse processo de apropriação e intervenção cultural, vale muito o recurso da narrativa visual, isto é, de como será elaborada uma imagem rentável do local que pretende ser alternativo, inovador e autêntico, pois convém anunciar que seus compradores estão em busca de experiências singulares, vivências que não são possíveis de se encontrar nos eixos citadinos que evocam a ordem e que a encenam através das posturas. Por conseguinte, a construção dessa imagem alternativa e singular pode ser impulsionada por alguns instrumentos que fortalecem a nova narrativa de uma nova paisagem. Entre esses dispositivos mercadológicos, Zukin destaca a aparentemente inútil, mas extremamente eficaz infraestrutura crítica.

Carreiras novas e em processo de expansão no setor de serviços tornam a infraestrutura crítica especialmente visível nesse processo de valorização cultural. Não se trata apenas de líderes das sociedades históricas locais, há também profissionais de museus, assessores de coleções de arte de empresas, funcionários de galeria de arte (tanto as convencionais como as alternativas) e curadores independentes. Eles vendem queijo na *delicatessen* local. São garçons, bem como chefes de cozinha e proprietários de restaurantes; são também críticos de gastronomia cujas reportagens são devoradas com avidez. As infraestruturas críticas não são uma classe nova, pois elas incluem tanto empresários como trabalhadores horistas. Sua atividade, todavia, constitui uma categoria cultural que, por sua vez, ajuda a constituir o sistema de produção de uma cidade pós-moderna. (ZUKIN, 2000, p. 90).

O trabalho da infraestrutura crítica, por um lado, contribui para os setores de turismo, alimentação, editoras e artes etc., mas, por outro, sua prática de consumo torna-se um acessório para empreendimentos diversos, como os do ramo imobiliário, conforme exemplo da autora. A união desse dispositivo pós-moderno com a manipulação e inversão de valores culturais pode

resultar no que Zukin denomina de “paisagem do sonho” – em seu texto, a partir dessa definição, a autora vai explorar o sentido histórico e cultural de algumas cidades norte-americanas e trazer o caso do parque temático construído por Walt Disney, uma das apoteoses desse sonho pós-moderno. Em meu retorno para casa, decido passar pela rua João Pinto, aquela que mencionei anteriormente por conta da sua conexão com a Conselheiro Mafra e pelos recentes projetos de intervenção urbana. Ao caminhar pela via, na época em pleno processo de “revitalização”, me pergunto: qual é a paisagem dos sonhos de Florianópolis? Qual é o tipo de paisagem que seus habitantes querem ver? Qual é o tipo de paisagem que atualmente atrai os olhares do capital? E a infraestrutura crítica local, como responde a esses movimentos? Quem são os nossos críticos e “garçons” que estão prontos para servir a sua opinião tão requisitada?

Em outubro de 2021, o secretário de Mobilidade e Planejamento Urbano de Florianópolis, Michel Mittmann, disse que “não vai ser possível a manutenção completa dos paralelepípedos” no entorno da Praça XV, como vinham defendendo alguns frequentadores da região, entre eles arquitetos e urbanistas. O representante público defende a intervenção por meio das melhorias de acessibilidade dela decorrentes e reconhece a importância das pedras como elemento histórico daquele núcleo urbano, entretanto não acredita que tal importância justifique o tombamento dos paralelepípedos antigos como patrimônio histórico. O título da matéria que contempla o relato de Mittman enfatiza: “Centro Histórico de Florianópolis ‘chegou ao limite’, diz comerciante” (NDMais, 2021A). Três dias depois, o mesmo portal retorna a questão, mas agora com uma enquete que movimentou a opinião pública nos dias seguintes: “vote aqui: os paralelepípedos do Centro Histórico de Florianópolis devem ser substituídos?”, pergunta o título da nova manchete (NDMais, 2021B). No que se segue, após publicação de duas liminares do Ministério Público de Santa Catarina que suspenderam a revisão do plano diretor (este atualmente aprovado) e a revitalização (em curso) da rua João Pinto, o colunista Moacir Pereira alerta: “Ministério Público alia-se às esquerdas para travar o desenvolvimento da Capital, diz prefeito” (NDMais, 2021C). O título é o chamariz da matéria publicada dois meses depois da votação que pretendia definir o futuro dos paralelepípedos antigos.

Talvez, todos esses colunistas compõem um articulado time de “garçons” prontos para servir o seu “queijo”, ou melhor, fatias de queijo que saem de dentro das *delicatessens* locais de opiniões. Uma dessas *delicatessens* iniciou o ano de 2023 com liderança absoluta de

audiência entre os portais catarinenses, registrando “29 milhões de acessos em janeiro e 30,2 milhões em fevereiro”; os números coroam a referida plataforma como “liderança absoluta entre leitores de SC” (NDMais, 2023E). A empresa responsável pela consultoria de marketing do portal em questão relata<sup>7</sup> que antes do serviço ele “tinha relativamente pouca audiência vindo de pesquisas orgânicas”, isto é, aquelas pesquisas de notícias que estamos acostumados a fazer em *sites* de buscas como o Google. Após a consultoria, os “queijos” dessa *delicatessen* começaram a atrair mais interessados e os resultados, de acordo com a consultoria, foram fantásticos: “conseguimos um aumento de 525% de usuários vindos do tráfego orgânico de pesquisa”. Todo esse alcance faz com que a opinião dos garçons e da própria *delicatessen* cheguem muito mais rápido e de maneira primária ao consumidor final: nós, os ávidos devoradores de queijos e de opiniões escritas pelas butiques de infraestrutura crítica. Também permite que os nomes de “garçons” famosos apareçam como primeiro resultado nas pesquisas sobre notícias, atividades ou entretenimento disponíveis na capital catarinense. A propósito, um desses “garçons” usou o espaço de um telejornal – este integrante do grande grupo que contempla o portal de notícias líder em audiências – para disseminar teorias da conspiração sobre a pandemia de Covid-19. Em março de 2021, Cacau Menezes convidou o público noticioso “a refletir sobre a hipótese do coronavírus ter sido criado em laboratório com o intuito de prejudicar a economia mundial e, como se não bastasse, as teorias receberam o endosso de Raphael Polito, âncora do programa” (TVPop, 2021). O mesmo colunista sugeriu, no ano seguinte, que um empresário teria morrido após se vacinar contra a Covid: “João Paulo Diniz, depois da vacinação ‘obrigatória’ foi mais um que sucumbiu ao tal mal súbito. Certamente não haverá nenhuma ligação, apenas coincidências” (DCM, 2022). Em meio a tantas incertezas pessoais sobre a origem do coronavírus, Cacau também compartilha suas frustrações íntimas em relação à gestão pública de Florianópolis e questiona: por que não temos transporte sobre trilhos na região metropolitana? Por que não temos banheiros públicos privados e pagos o ano todo nas praias e pontos turísticos? Por que não temos destinos aéreos direto ao estrangeiro (Europa e EUA)? Por que não temos um aquário gigante e turístico? Todas essas perguntas sem respostas foram publicadas em sua coluna no último 23 de maio (NDMais, 2023F). A propósito,

---

<sup>7</sup> Os relatos são da Aotopo, empresa de consultoria e gestão em marketing contratada pelo Portal NDMais para elevar o alcance do site em níveis local e estadual. Disponível em: <<https://aotopo.com/cases/seo/noticias-ndmais/>>.

dois dias depois de formular as perguntas, Cacau teve um sonho que o “deixou preocupado ao invés de feliz”:

Acordei em Floripa e peguei o VLT de Jurerê até o Centro. Após 15 minutos, desci na estação Angeloni e peguei o teleférico até o topo do Morro da Cruz. Trabalhei até as 13 horas e desci de cremalheira até a Av. Mauro Ramos. Caminhei um pouquinho e comi um quibe e tomei um café no Sorrentino do Nivaldinho. Segui pela Praça dos Bombeiros, desci a Av. Trompowsky chegando na Marina da Beira Mar Norte, onde peguei o *ferry boat* para Jurerê e cheguei em casa! Trim, trim, trim... tocou o despertador. Era um sonho!”. (NDMAIS, 2023G).

Cerca de duas semanas depois da publicação, um “morador em situação de rua sofreu parada cardiorrespiratória enquanto estava na rua Anita Garibaldi” (NDMais, 2023H). O homem, “de cerca de 45 anos, foi vítima de hipotermia” por volta do meio-dia daquele 12 de junho. Quem diria que a poucos metros do Café Sorrentino, lugar que faz parte do sonho do futuro de Cacau, um homem morreria de frio.

## Considerações finais

Ao identificar alguns dos espaços da ordem em disputa no Centro Histórico de Florianópolis e analisar criticamente qual a relação desse patrimônio material com discursos de poder, evidencia-se uma forte percepção de potencial mercadológico que se tem sobre o patrimônio urbano da área em questão, especialmente quando passamos a enxergar esses espaços como mediadores de novas narrativas a serem incorporadas e estabelecidas na cidade. Ao mesmo tempo em que é um “espaço vivo” para o convívio da população e para as experiências do cotidiano, o Centro Histórico também é “uma área estratégica para a reserva de mercado que, historicamente, definiu o cenário de disputas territoriais movidas pelos interesses de coalizão política e, mais recentemente, como sede dos empreendimentos privados (PERTILE PERINI *et al.*, 2018, p. 219). A problematização das posturas e das recentes intervenções do poder público que objetivam uma nova identidade para o Centro nos mostram que a busca por essa nova narrativa é falha em sua base e em seus processos fundamentais, pois, embora a postura criminosa do vereador supracitado não tenha relação direta com a promoção de Florianópolis enquanto cidade criativa, é de se estranhar que uma cidade que se propõe inovadora, criativa e inclusiva ainda permite, de maneira oficial, a violação de direitos de uma representante pública mulher que, para além do seu ofício, também é cidadã. O caso da vereadora é apenas um dos conflitos aqui citados e de tantos outros que denunciam uma das

principais feições das novas narrativas que incidem sobre o Centro Histórico: a da contradição. Queiram ou não, o poder público e a iniciativa privada começam a sentir o peso dessas incoerências, evidenciando o “quão complexo é manter uma imagem postiça para uma área central da cidade” (FIORIN *et al.*, 2022, p. 128). Por fim, o reconhecimento de uma infraestrutura crítica articulada e alinhada com a opinião pública e com as decisões políticas nos revela que a paisagem dos sonhos almejada para Florianópolis é para poucos: é para aqueles que podem usufruir de um VLT, de um passeio de teleférico, de uma jornada de trabalho formal de seis horas, com direito a refeições fora dos horários principais e também um passeio através de *ferry boat* lotado em marina. Esta paisagem não parece contemplar a complexidade social de Florianópolis. Não parece contemplar os moradores que reivindicam seus direitos, os cidadãos que vão contra as decisões políticas, ou então os conflitos presentes dentro da esfera pública. Tampouco parece contemplar não só um espaço, mas também condições mínimas de assistência para os que dela necessitam, pois, ao buscar um abrigo contra o frio, por exemplo, também se busca um espaço de dignidade, de acolhimento e humanidade – palavras que não caracterizam e que parecem não fazer parte da nova demanda narrativa em curso na cidade de Florianópolis.

## Referências

BOSCHI, U. **Topázio, o prefeito tiktoker, vence a batalha política da aprovação do Plano Diretor de Florianópolis**. Upiara Online, 5 mai. 2023. Disponível em: <<https://www.upiara.online/topazio-o-prefeito-tiktoker-vence-a-batalha-politica-da-aprovacao-do-plano-diretor-de-florianopolis/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

CANCLINI, N. G. O porvir do passado. In: **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2003, p. 159-204.

CASA FRISSON. **UMA INAUGURAÇÃO A TODO VAPOR DE UM BAR ou A ESTREIA DA CASA FRISSON**. Florianópolis, 8 dez. 2022. Instagram: @casafriisson. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C17LhW9p1-3/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

CASTELLS, A. N. G. O Paradoxo dos Centros Históricos: o caso de Florianópolis. **Ilha**, v. 20, n. 2, p. 27-51, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2018v20n2p27>. Acesso em: 19 nov. 2023.

CORREIO DE SANTA CATARINA. **Após placas de proibição, Topázio convida skatistas para diálogo sobre Largo da Alfândega**. Redação, 5 abr. 2023B. Disponível em: <<https://www.correiosc.com.br/apos-placas-de-proibicao-topazio-convida-skatistas-para-dialogo-sobre-largo-da-alfandega/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

CORREIO DE SANTA CATARINA. **Rafael Nogueira é nomeado para presidir Fundação Catarinense de Cultura**. Redação, 4 fev. 2023A. Disponível em: <<https://www.correiosc.com.br/rafael-nogueira-e-nomeado-para-presidir-fundacao-catarinense-de-cultura/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

DANNER, L. F.; DANNER, F. “Sábios segundo a carne”: a crítica de Olavo de Carvalho aos intelectuais públicos. **Educação e Filosofia**, [S. l.], v. 36, n. 76, p. 481-538, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/59150>. Acesso em: 18 nov. 2023.

DCM. **Colunista de SC sugere que João Paulo Diniz morreu por se vacinar contra a Covid**. Redação DCM, 1 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/colunista-de-sc-sugere-que-joao-paulo-diniz-morreu-por-se-vacinar-contr-a-covid/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

FLORIPA CENTRO. **Fecha, no Centro da Capital, o primeiro estacionamento robotizado do País**. Redação, 15 nov. 2021. Disponível em: <<https://floripacentro.com.br/fecha-no-centro-de-florianopolis-o-primeiro-estacionamento-robotizado-do-pais/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

FIORIN, E.; POLLI, P. G.; MORAES, S. Na contracultura da revitalização do centro histórico de Florianópolis. **Revista V!RUS**, [S. l.], v. 1, n. 25, 2022. Disponível em: <http://vnomads.eastus.cloudapp.azure.com/ojs/index.php/virus/article/view/612>. Acesso em: 19 nov. 2023.

G1. **Edifício-garagem robotizado começa a operar em Florianópolis**. 13 nov. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2015/11/edificio-garagem-robotizado-comeca-operar-em-florianopolis.html>>. Acesso em 15 jun. 2023.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro:

DP & A Editora, 2006.

IBGE. **Cidades e Estados:** Florianópolis. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/florianopolis.html>. Acesso em: 19 nov. 2023.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades:** Regic 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPHAN. **Largo da Alfândega, em Florianópolis (SC), é reinaugurado após revitalização.** 3 fev. 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5561/largo-da-alfandega-em-florianopolis-sce-reinaugurado-apos-revitalizacao>>. Acesso em 15 jun. 2023.

MAGNANI, J. G. C. A rua Quinze, de praça a praça: um exercício antropológico. **NAU, Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, [S. l.], 2009. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001775565>. Acesso em: 18 nov. 2023.

NDMAIS. **Centro Histórico de Florianópolis “chegou ao limite”, diz comerciante.** Redação por Fabio Gadotti, 22 out. 2021A. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura0/centro-historico-de-florianopolis-chegou-ao-limite-diz-comerciante/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

NDMAIS. **Edifício garagem será inaugurado em Florianópolis em julho com espaço para 256 veículos.** Redação por Letícia Mathias, Florianópolis, 26 jun. 2012. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/edificio-garagem-sera-inaugurado-em-florianopolis-em-julho-com-espaco-para-256-veiculos/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

NDMAIS. **Eu tive um sonho que me deixou preocupado ao invés de feliz.** Redação por Cacau Menezes, 25 mai. 2023G. Disponível em: <https://ndmais.com.br/transportes/eu-tive-um-sonho-que-me-deixou-preocupado-ao-inves-de-feliz/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

NDMAIS. **Homem morre de hipotermia no Centro de Florianópolis.** Redação NDMais, 12 jun. 2023H. Disponível em: <https://ndmais.com.br/saude/homem-morre-de-hipotermia-no-centro-de-florianopolis/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

NDMAIS. **Mais de 1,5 milhão de pessoas pularam Carnaval em Florianópolis em 2023, diz prefeitura.** Redação por Nicolas Horácio, Florianópolis, 22 fev. 2023C. Disponível em: <https://ndmais.com.br/turismo/mais-de-15-milhao-de-pessoas-pularam-carnaval-em-florianopolis-em-2023-diz-prefeitura/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

NDMAIS. **Ministério Público alia-se às esquerdas para travar o desenvolvimento da Capital, diz prefeito.** Redação por Moacir Pereira, 27 dez. 2021C. Disponível em: <https://ndmais.com.br/politica/ministerio-publico-alia-se-as-esquerdas-para-travar-o-desenvolvimento-da-capital-diz-prefeito/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

NDMAIS. **ND+ inicia 2023 com liderança absoluta de audiência entre os portais catarinenses.** Redação NDMais, 10 mar. 2023E. Disponível em: <https://ndmais.com.br/internet/nd-inicia-2023-com-lideranca-absoluta-de-audiencia-entre-os-portais-catarinenses/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

NDMAIS. **Objetos de desejo no Centro Histórico de Florianópolis.** Redação por Fabio Gadotti, 6 mai. 2023A. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cidadania/objetos-de-desejo-no-centro-historico-de-florianopolis/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

NDMAIS. **Perguntas em Floripa que continuam sem respostas.** Redação por Cacau Menezes, 23 mai. 2023F. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/cidadania/perguntas-em-floripa-que-continuam-sem-respostas/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

NDMAIS. **Quatro pessoas são resgatadas das ruas e 65 recusam abrigo contra o frio em Florianópolis.** Redação por Gabriela Ferrarez, 18 jun. 2023B. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/cidadania/quatro-pessoas-sao-resgatadas-das-ruas-e-65-recusam-abrigo-contra-o-frio-em-florianopolis/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

NDMAIS. **Rua no Centro Histórico Leste de Florianópolis tem revitalização intensificada; veja detalhes.** Redação por Windson Prado, 20 jun. 2023D. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/cidadania/rua-no-centro-historico-leste-de-florianopolis-tem-revitalizacao-intensificada-veja-detalhes/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

NDMAIS. **Vote aqui: os paralelepípedos do Centro Histórico de Florianópolis devem ser substituídos?** Redação NDMais, 25 out. 2021B. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/infraestrutura/retirada-dos-paralelepipedos-na-ala-leste-do-centro-historico-de-florianopolis-divide-opinioes/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

PERTILE PERINI, K.; SARDÁ VIEIRA, M.; GUIVANT, J. S. Ausência de Humanização na “Revitalização” do Centro Histórico de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Universitas Humanística**, [S. l.], v. 85, n. 85, 29 jun. 2018. Disponível em: <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/22477>. Acesso em: 18 nov. 2023.

TISCHER, W.; TAROUÇO, F. De “Ilha da Magia” à cidade criativa – reposicionamento e transformações urbanas em Florianópolis (SC). **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 381, 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfrpr.edu.br/rbpd/article/view/14221>. Acesso em: 18 nov. 2023.

TVPOP. **Record de SC exhibe teorias da conspiração sobre a Covid-19 como fatos.** Redação por Gabriel de Oliveira, 15 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.tvpop.com.br/5386/record-de-santa-catarina-exibe-teorias-da-conspiracao-sobre-a-covid-19/>>. Acesso em 15 jun. 2023.

VEIGA, E. **Florianópolis: memória urbana.** Florianópolis: UFSC, 1993. (Coleção memória de Florianópolis; v. 4).

VIANA, A. **A persistência dos rastros: manifestações do Art Déco na arquitetura de Florianópolis.** Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ZUKIN, S. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder.** In: Antônio A. Arantes (Org.), *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000, p. 80-104.

Recebido em 08 de agosto de 2023 | Aceito em 01 de novembro de 2023



Esta obra está licenciada  
conforme Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional